EDGARD LEUENROTH nasceu em Moji-Mirim, Estado de São Paulo, aos 31 de outubro de 1881. Deixou a escola antes de completar o curso primário para ser sucessivamente, menino de escritório, balconista e aprendiz de tipógrafo. Posteriormente transferiu-se para a imprensa trabalhando como profissional em quase todos os setores e especializando-se em arquivo jornalístico.

Em 1904 iniciou sua participação na imprensa proletária em "O Trabalhador Gráfico", em 1905 foi redator do periódico anarquista "A Terra Livre", de 1908 a 1909 dirigiu a "Fôlha do Povo"; e a seguir como diretor, reiniciou a publicação de "A Lanterna", jornal anticlerical; em 1917 fundou o periódico libertário "A Plebe"; em 1919 foi um dos fundadores e redatores de "A Vanguarda", jornal diário, sindicalista libertário; foi diretor do periódico "Ação Direta", entre 1958 e 1959 e "A Plebe" na segunda fase.

No campo sindical foi um dos fundadores da Federação Operária de São Paulo, em 1905 e tomou parte na preparação dos três primeiros Congressos Operários Brasileiros realizados em 1906, 1913 e 1920 no Rio de Janeiro.

No campo específico do movimento anarquista desenvolveu e desenvolve intensa atividade através de conferências, comícios, congressos, debates e entrevistas.

Reuniu, durante anos de pesquisa, vastíssima documentação constituída de livros revistas, jornais, folhetos, cartazes, ilustrações, manifestos, correspondência etc., constituindo o mais importante Arquivo de História Social da América Latina. Possue grande número de obras inéditas e que serão brevemente lançadas pela Editôra Mundo Livre.

EDGARD LEUENROTH

ANARQUISMO

ROTEIRO DA LIBERTAÇÃO SOCIAL

EDITÔRA
MUNDO LIVRE

Este livro foi passado para o computador por Ricardo F. Azevedo em 2006. Construído em PDF por núcleo FOSP-Campinas em 2008. Contato: fospcps@riseup.net

CAPA DE MANOEL J. MATTOS

EDITORA MUNDO LIVRE

CAIXA POSTAL, 1 (Agência da Lapa)

Rio de Janeiro

EDGARD LEUENROTH

ANARQUISMO - Roteiro da Libertação Social

ANTOLOGIA DE DOUTRINA

CRÍTICA - HISTÓRIA - INFORMAÇÕES

No reino da fábula, todos os jardins maravilhosos, todos os palácios encantados, são guardados por dragões ferozes. O dragão que está à porta do palácio da anarquia nada tem de terrível: é apenas uma palavra.

ELISEU RECLUS.

Editora

MUNDO LIVRE

O Porque Deste Livro

Neste momento de efervescência político-social torna-se preciso definir princípios como base de ação que objetive a solução dos problemas que ai estão solicitando todas as atenções e que vão surgindo no turbilhão dos acontecimentos. Sujeitar o estudo e a solução dos problemas sociais à direção de homens providenciais, de messias envolvidos por auréolas de onisciência é contribuir para alimentar no povo a mentalidade mística que tem servido de base aos regimes totalitários, contra os quais os povos livres vêm lutando.

O movimento revolucionário social de todo o mundo está sendo posto a prova pela situação convulsiva conseqüente do período agônico da organização capitalista. E os anarquistas sentem-se autorizados, pelo exame dos acontecimentos, a afirmar que nada há nos seus princípios que careça de revisão. Mantém-se íntegra, agora como sempre, a estrutura político-econômica, social, filosófica e moral do anarquismo, bem como seu método de ação direta na luta destinada a acabar com o domínio do capitalismo e do Estado, para a implantação do regime libertário, única forma social que poderá proporcionar à humanidade o bem-estar e a liberdade que vem buscando através dos séculos. Da mesma forma, ainda se mantém de pé toda a sua crítica às instituições dominantes do capitalismo e à atuação dos movimentos político-sociais desviados da luta pela vitória do socialismo interpretado em toda a inteireza de sua origem histórica.

Animado por essa convicção, decidimos preparar e lançar este livro. São aqui examinados, de maneira a mais completa possível e dentro dos limites das páginas que lhe são destinadas, os problemas que empolgam o povo brasileiro e, com as variantes devidas, todos os povos do mundo.

Não falta quem indague sobre a atitude dos anarquistas. Como encaram os problemas em debate e como poderiam ser solucionados de acordo com os princípios que norteiam o programa do anarquismo.

Pergunta-se o que fazem os anarquistas, o que pretendem e o que apontam como acertado para a solução da questão social. Que é, afinal, a Anarquia? — ainda há quem pergunte, até mesmo entre pessoas com todos os cursos escolares.

Todas essas indagações encontram respostas satisfatórias em publicações periódicas (jornais e revistas), livros e folhetos que aparecem em numerosos países e em diversos idiomas. Entretanto, torna-se cada dia mais evidente a necessidade de obras, que examinem os prementes problemas da vida social de nossos dias, de conformidade com a concepção anarquista.

Poder-se-á perguntar se aqui não existem obras de estudos sobre os problemas sociais. A resposta só pode ser afirmativa. Existem, sim, e não poucos; mas são livros cuja contextura quase que está ao alcance apenas de elementos especializados ou de estudiosos de altas exigências intelectuais, e não ao alcance do povo interessado no conhecimento do assunto. Há, também, em crescente produção entre os elementos das chamadas correntes da esquerda, as publicações de um socialismo estrangulado pelas peias do nacionalismo desvirtualizador presentemente em voga. Mas as obras sobre o anarquismo escasseiam; já não nos vêm mais, do velho Portugal, aquelas preciosas obras de uma coleção cujos livros, hoje raros, se destinguem em estantes de velhos militantes. A ditadura fascista proíbe que os prelos lusitanos funcionem na impressão do pensamento libertário, tão vigoroso naquele umbral da Europa. Poucos são os livros de caráter doutrinário editados ultimamente no Brasil. Por isso, os militantes, simpatizantes e estudiosos recorrem às obras estrangeiras, que mandam vir das editoras de países da América e da Europa. Patenteia-se, portanto, a urgência de edições brasileiras das obras clássicas dos teóricos do anarquismo ou de novos livros que correspondam à necessidade da divulgação, no Brasil, dos princípios libertários.

Não podendo ser esta obra exclusiva sua no conjunto de seus elementos, julgou acertado o autor dar-lhe a estrutura de antologia. Juntamente com produções suas, aqui se reúnem devidamente selecionados, os escritos de autores libertários mais adequados à finalidade do livro: apresentar os vários aspectos do anarquismo, dando-lhe feição consentânea com o ambiente e com as exigências da atualidade. Não é, nem se pretenderia que fosse, um tratado de sociologia, um estudo que possa satisfazer às pessoas de refinamento intelectual. Trata-se de um singelo trabalho embora executado com o máximo do escrúpulo exigido na preparação de uma obra desta natureza.

Para o exame em profundidade das bases do anarquismo, de sua história e de suas realizações, os estudiosos poderão recorrer aos livros especializados — numerosos e de grande valor — da autoria dos teóricos e militantes líbertários, diversos dos quais são indicados nesta obra.

O prefácio do livro está subscrito por um militante de renome internacional: Agustin Souchy. Elemento da velha guarda, nascido na Alemanha,lá começou a participar das lutas libertárias desde a mocidade. Desenvolvendo destacada atividade no campo da organização proletária, tomou parte na reorganização da Associação Internacional dos Trabalhadores (1922).

Com o advento do nazismo, começou a peregrinar pelo mundo. Esteve na Espanha durante a revolução de 1936-1939. Visitou depois Israel, a fim de estudar as comunidades descritas em outra parte deste livro, e publicou uma obra em que registra as suas impressões (1). Tendo-se domiciliado no México, de lá partiu para uma excursão de estudos e propaganda pelos países da América Latina. Visitando o Brasil como termo de sua excursão, aqui realizou várias conferências. Por ocasião desse encontro com os libertários brasileiros, teve a oportunidade de examinar esta obra, para a qual escreveu o trabalho que a inicia.

Impõe-se encerrar estas notas de esclarecimento salientando a cooperação prestada ao autor por companheiros e amigos, estimulando-o a vencer a sua indecisão ante a responsabilidade de preparar este livro.

EDGARD LEUENROTH

(1) N. da E. — Trata-se da valiosa obra O NOVO ISRAEL lançada pela Editora Germinal.

Prefácio

É fato comum de cada dia encontrar-se em discursos de políticos, como na imprensa e em livros a palavra anarquia como qualificativo de uma situação de desordem, o que demonstra a ignorância em matéria de etimologia e filosofia desses oradores, jornalistas e escritores. Nunca se diz que anarquia significa liberdade e justiça para todos.

Em rigosa análise, o ideal de uma verdadeira democracia, a que aspira, em nossos dias, a maioria da humanidade, só se poderá realizar com a ausência da coação econômica e política.

Se o povo resolve seus problemas sociais sem a intervenção de políticos profissionais, evitando rigorosamente, ao mesmo tempo, a corruptora burocracia administrativa, então o regime será verdadeiramente democrático, e, portanto, ácrata, isto é, anarquista. Em tal regime existirá a anelada felicidade social. A doutrina anarquista nos apresenta o ideal de uma ordem social sem exploração privada ou estatal, no qual a administração das coisas acabará com a dominação do homem. Esta definição não é nova, mas tem de ser repetida, porque a mentira também se repete sempre.

O grande lema do movimento social surgido no século passado era — PÃO E LIBERDADE PARA TODOS. *Nos últimos decênios do século passado e no século atual, sustentaram-se duras lutas para a conquista do pão. Graças a essas lutas e também devido ao progresso técnico e, conseqüentemente, ao aumento da produção de artigos de consumo, a situação material de uma parte dos povos não é tão alarmante hoje como era anteriormente. O fascismo, o nazismo, o peronismo, assim como, igualmente, o bolchevismo, pretenderam assegurar a satisfação das necessidades materiais das grandes massas. Serviram-se, com esse propósito, da antiga divisa — PÃO E CIRCO. O bolchevismo pôs em lugar da diversão a ilusão*

do patriotismo proletário. Em todos esses casos, a liberdade foi relegada para o último lugar. Uma ideologia autoritária emprestada ao despotismo milenário infiltrou-se no movimento socialista do século XX, tirando-lhe o conteúdo libertador.

Esta lamentável situação exige novo esforço para despertar o espírito de liberdade nos movimentos emancipadores. Por essa razão, o livro de Edgard Leuenroth: "ANARQUISMO — ROTEIRO DA LIBERTAÇÃO SOCIAL", tem inegável importância na atualidade. O autor demonstra-nos que, desde há mais de meio século, também no Brasil os libertários vêm lutando em favor da libertação não somente de uma classe, mas de todas as camadas sociais, e não somente para libertar uma nação, mas toda a humanidade. Esta luta não terminou ainda e continua na ordem-do-dia. Trata-se, hoje como ontem, de conseguir para todos o bem-estar material, as possibilidades educacionais e culturais, bem como as liberdades públicas. É preciso, entretanto, dirigir a lança também contra a ignorância tradicional, os prejuízos religiosos, e combater toda classe dos prejudiciais dogmas que, no passado, impediram e na atualidade ainda impedem o progresso humano na ordem moral.

A meta dos anarquistas não é o estabelecimento de uma ordem social ideologicamente pré-fabricada em todos os seus detalhes. A anarquia não é uma sociedade imutável e uniforme: os anarquistas aspiram à emancipação do indivíduo das atrofiantes formas sociais. O movimento libertário caracteriza-se, portanto, menos por seu ideal de uma sociedade perfeita, mais pela dinâmica de suas tendências libertadoras. É um desenvolvimento voluntário no sentido da realização de formas sempre mais livres, mais perfeitas e mais harmônicas da vida social, não sendo, porém, a liberdade, a harmonia ou a perfeição em si..

O livro de Edgard Leuenroth não pretende apresentar um quadro completo da doutrina anarquista em suas diferentes e variadas facetas. Expõe-nos apenas certos aspectos ideológicos, juntamente com algumas idéias de pensadores anarquistas do passado e do presente. O leitor tem, assim, a oportunidade de conhecer um movimento que não visa conquistar o poder político, mas que tem o abnegado, ingrato e, ao mesmo tempo, sublime fim de ajudar o

homem a despertar na consciência de si mesmo, sentir palpitar a dignidade humana no coração e salvaguardar a integridade da sua personalidade no embate com múltiplas formas de coação social. A soma dos indivíduos conscientes de si mesmos será o mais seguro sustentáculo da liberdade para todos, no seio da coletividade. Interpretado desta maneira, o anarquismo é menos utópico do que as demais doutrinas sociais. Os anarquistas não esperam a salvação provinda de determinadas soluções violentas, mas também não se fiam em novos salvadores.

Se o livro do companheiro Leuenroth contribuir para que seja alcançado esse fim, seu autor, que durante mais de meio século, vem lutando no Brasil em favor de seu ideal libertador, poderá sentir-se satisfeito com sua obra.

AGUSTIN SOUCHY

1. Umbral de um Mundo Novo

A CAVALGADA DO IDEAL

Do fundo das idades: ora fio de água cantando, ora torrente rugidora, a Idéia rola. E avassala. E domina.

Foi virtude com Buda; amor com Jesus. Na Grécia, chamaram-lhe filosofia e era o conhecimento da causa; em Roma, foi fé e viveu nas catacumbas.

Foi sonho em todos os ergástulos, e nos postos de ignomínia — refrigério.

Foi — é — revolta!

Inspirou Spartacus e os escravos; era a seiva das "jacqueries" medievais; esteve na tomada da Bastilha. Moldou rudemente, ainda grosseiramente, que a argila é dura — a Rússia. Ditou a Enciclopédia e tinha então punhos de renda; e ainda ontem passou por aqui, erguida no alto, como uma bandeira, pelo povo que tinha fome.

A Idéia, a única capaz de se personificar assim, gera-se no tinir das gargalheiras, nutre-se da dor. Onde estão um escravo e um faminto e um incompreendido — ela está velando. Às vezes, não a sentem os tristes e morrem sem a conhecer.

Enceguecidos pela ambição, pelo orgulho, os poderosos fingem não a ver e quando ela, vestida a túnica inconsútil da verdade lhes aparece em sonhos, correm, doidos, a apunhalar fantasmas.

Mas ela reina no mundo. Não há império que tenha tantos súditos, nem religião com tantos adeptos.

A sua ronda vai do Oriente ao Ocidente e de pólo a pólo. Levantam-se muralhas, acendem-se fogueiras, fecham-se portos, erguem-se cadafalsos — para lhe impedir a marcha. E ela passa. Cavalgada fantástica, quanto não dariam os reis para a terem como escolta!

Os prodígios que se têm feito, a inteligência que se tem posto à prova, o dinheiro que se tem despendido para evitar que as idéias libertárias se propaguem! Há legiões de homens armados até os dentes, que fazem dessa tarefa o objetivo de toda a sua vida. Insensatos!

Quando julgam tê-las sufocado na América fazendo funcionar a cadeira elétrica, elas surgem na França e são a Comuna; quando supõem jugulá-las, espingardeando Ferrer em Montjuich, elas aparecem na Espanha e criam as comunidades libertárias no campo e na cidade.

Milhares de anos de violências, séculos de escravidão, foram incapazes, sequer, de atenuar o arrebatamento das idéias. Às vezes, na sua carreira vertiginosa, elas estacam. Descansam. Refazem-se de forças, para continuar, formidáveis. O orgulho dos poderosos chega a supor que, numa cilada, as detém. Ao cabo, encontra, ao canto dum cárcere, um farrapo humano, ou, no fundo dum fosso, um cadáver. E elas lá seguem o seu caminho, sempre para o alto, sempre para a luz.

Ouve-se, ao longe, o tropel da cavalgada. Que acordem os que ainda dormem. É tempo.

É o triunfo da justiça, é a vitória do amor que chegam; abramos-lhes nossos corações.

Poderosos, soou a vossa hora. Ricos, começa a restituição. Mas para que tremer, se acabou a violência?! Soou a vossa hora para o trabalho; começa a restituição do vosso supérfluo. Mais nada. O sangue, esse era só vosso apanágio; a dor, a vossa arma de combate; a extorsão, a vossa tática.

Para nós, não. A Idéia que nos deu longanimidade para suportar os vossos vexames e as vossas prepotências, ainda nos exalta para que vos perdoemos.

Sede bem-vindo ao seio da Sociedade Nova. Estão ali as ferramentas, além os campos para arrotear. Vamos, que o tempo urge. É dia claro já e foi longa e penosa esta noite.

O ideal que foi revolta e liberdade, agora é só — trabalho e perfeição.

Ao trabalho, pois!

"A Batalha", Lisboa

TUDO MUDA — NA VIDA FÍSICA E NA VIDA SOCIAL!

Tudo muda, tudo é móvel no Universo, porque o movimento é a condição mesma da vida.

Outrora, os homens, que o isolamento, o ódio e o medo deixavam na sua ignorância nativa, enchendo-os do sentimento de sua própria fraqueza, só o imutável e o eterno viam em redor.

Para eles, o céu era uma abóboda sólida, um firmamento no qual estavam pregadas as estrelas. A Terra era o firme alicerce dos céus e só um milagre podia fazer oscilar sua superfície. Mas, desde que a civilização prendeu os povos aos povos, numa mesma Humanidade; desde que a História atou os séculos aos séculos; desde que a Astronomia, a Geologia fizeram mergulhar o olhar em bilhões de anos para trás — o homem deixou de ser isolado e, por assim dizer, de ser mortal. Tornou-se a consciência do imperecível Universo.

Não relacionando já a vida dos astros nem a da Terra com sua própria existência tão fugitiva, mas comparando-a com a duração da raça inteira, e com a de todos os seres que antes dele viveram, viu a abóboda celeste revolver-se num espaço infinito e a Terra transformar-se num globozinho girando no meio da Via Láctea.

A terra firme, que ele pisa aos pés e que julgava imutável, anima-se e agita-se. As montanhas levantam-se a abaixam-se. Não são somente os ventos e as correntes oceânicas que circulam em roda do planeta os próprios continentes deslocam-se com os seus cumes e vales, põem-se a caminhar sobre a redondeza do globo.

Para explicar todos esses fenômenos geológicos, já não há necessidade de imaginar súbitas mudanças do eixo terrestre, abaixamentos gigantescos. De ordinário, não é dessa forma que procede a Natureza; é mais calma nas suas obras, modera a sua força, e as mais grandiosas transformações fazem-se sem o conhecimento dos seres, que ela sustenta. Eleva as montanhas e enxuga os mares sem perturbar o vôo de um mosquito.

Certa revolução que parece a queda dum raio levou milhares de séculos a completar-se. É que o tempo pertence à Terra: renova todos os anos, sem se apressar, o seu adorno de folhas e flores; do mesmo modo, remoça, no decorrer das idades, os seus continentes pela sua superfície.

ELISEU RECLUS

A UTOPIA DE HOJE É A REALIDADE DE AMANHA

Numa sociedade cuja constituição não force o indivíduo ao crime, à luta, mas lhe dê interesse em ser bom, a bondade será coisa natural. Livre das peias econômicas e legais, a mulher não se venderá, não será escrava do homem. Livres da escravidão do salariato e do trabalho brutal, os homens poderão instruir-se e a ciência e a arte serão realmente para todos; as mentes serão sãs em corpos sãos. Não será totalmente suprimida a dor, nem abolido o esforço, o que seria absurdo; mas a felicidade provém dum equilíbrio normal entre o esforço produtivo e a possibilidade de consumir, do exercício natural das nossas faculdades.

Utopia! dizem os que esquecem ser a utopia de hoje a realidade de amanhã. Ao escravo sucedeu o servo, ao servo o salariado e basta que os homens queiram — as condições são já favoráveis, o terreno está preparado — para que ao salariado, ao prisioneiro de uma terra monopolizada, suceda, não o funcionário, combinação do salariado com o servo, mas o indivíduo autônomo e solidário, o homem livre sobre a Terra livre! (1)

É utopia a Anarquia? Tudo o que é humano é utópico .antes de tornar-se realidade; e tudo o que depende da vontade humana é realizável. O que importa é ter um caminho orientado. E, quando esse caminho passa entre pessoas que trabalham comem, amam e pensam, passa entre suas casas e suas indústria e entre tudo aquilo que sua espontânea fraternidade criou nos séculos, recolhendo e depurando tradições, coordenando esforços, derrubando as barreiras que aprisionam a vida e impõem a uniformidade, reconhecemos nele o caminho da História real, da qual só centelhas fugazes chegam aos textos pedagógicos; não é o caminho da utopia.

Utopia é querer fabricar uma sociedade desde o topo do governo, utilizando os homens como matéria-prima, à força de leis aplicadas pela vidência. (2)

(1)"A Plebe", S. Paulo
(1) LUCE FABBRI

2. Síntese do Anarquismo

PRINCÍPIOS GERAIS DO ANARQUISMO

Cremos que a maior parte dos males que afligem a Humanidade é devida à má organização social; e que os homens, por sua vontade e saber, podem fazê-los desaparecer.

A atual sociedade é o resultado das lutas seculares que os homens travaram entre si. Os homens desconheciam as vantagens que podiam resultar para todos, orientando-se pelas normas da cooperação e da solidariedade. Consideravam cada um de seus semelhantes (excetuados, quando muito, os membros de sua família), um concorrente ou um inimigo. E procuravam monopolizar, cada qual para si, a maior quantidade possível de gozos, sem pensar nos interesses dos outros.

Naturalmente, nessa luta, os mais fortes e os mais espertos deveriam vencer, e de diversas maneiras, explorar e oprimir os vencidos.

Enquanto o homem não foi capaz de extrair da natureza senão o estritamente necessário à sua manutenção, os vencedores limitaram-se a pôr em fuga e a massacrar os vencidos para se apoderarem dos produtos silvestres, da caça, da pesca num dado território.

Em seguida, quando, com a criação do gado e com o aparecimento da agricultura, o homem soube produzir mais do que precisava para viver, os vencedores acharam mais cômodo reduzir os vencidos à escravidão e fazê-los trabalhar para eles.

Muito tempo após, tornou-se mais vantajoso, mais eficaz e mais seguro explorar o trabalho alheio, por outro sistema: conservar para si a propriedade exclusiva da terra e de todos es instrumentos de trabalho, e conceder liberdade aparente aos deserdados. Logo, estes, não tendo meios para viver, eram forçados a recorrer aos proprietários e a trabalhar para eles nas condições que os patrões lhes impunham .

Assim, pouco a pouco, a Humanidade tem evoluído através de uma rede complicada de lutas do toda espécie — invasões, guerras, rebeliões, repressões, concessões feitas e retomadas, associações dos vencidos unindo-se para a defesa e dos vencedores coligados para a ofensiva. O trabalho, porém, não conseguiu ainda a sua emancipação. No atual estado da sociedade, alguns grupos de homens monopolizam arbitrariamente a terra e todas as riquezas sociais, enquanto que a grande massa do povo, privada de tudo, é espezinhada e oprimida.

Conhecemos o estado de miséria em que se acham geralmente os trabalhadores, e conhecemos todos os males derivados dessa miséria: ignorância, crimes, prostituição, fraqueza física, abjeção moral e morte prematura.

Constatamos a existência de uma casta especial — o governo — que se acha de posse dos meios materiais de repressão e que se arroga a missão de legalizar e defender os privilégios dos proprietários, contra as reivindicações dos proletários, pela prisão; e do governo contra a pretensão de outros governos, pela guerra. Detentor da força social, esse elemento utiliza-a em proveito próprio, criando privilégios permanentes e submetendo à sua supremacia até mesmo as classes proprietárias.

Enquanto isso, outra categoria especial — o clero — por meio de uma pregação mística sobre a vontade de Deus, a vida futura etc., consegue reduzir os oprimidos à condição de suportar docilmente a opressão. Esse clero, assim como o governo, além dos interesses dos proprietários prossegue na defesa dos privilégios.

Ao jugo espiritual do clero ajusta-se o de uma "cultura" oficial que é, em tudo quanto possa servir aos interesses dos dominadores, a negação mesma da ciência e da verdadeira cultura. Tudo isso fomenta o nacionalismo jacobino, os ódios de raças, as guerras — e as pazes armadas, por vezes mais desastrosas ainda que as próprias guerras. Tudo isso transforma o amor em tormento ou em mercado vergonhoso. E, no fim de contas, reinarão o ódio mais ou menos disfarçado, a rivalidade, a suspeita entre todos os homens, a incerteza e o medo de cada um em face de todos.

Os anarquistas querem mudar radicalmente este estado de coisas. E, pois que todos os males derivam da luta entre os homens, da procura do bem-estar de cada um para si e contra todos os outros, querem os anarquistas remediar semelhante sistema — substituindo o ódio pelo amor; a concorrência pela solidariedade; a presença exclusiva do bem-estar particular pela cooperação fraternal para o bem de todos; a opressão e o constrangimento pela liberdade; a mentira religiosa e pseudo-científica pela verdade. Em resumo, querem os anarquistas:

1.° — Abolição da propriedade (capitalista ou estatal) da terra, das matérias-primas e dos instrumentos de trabalho, para que ninguém tenha meios de explorar o trabalho dos outros e para que todos, assegurados os meios de produzir e de viver, sejam verdadeiramente independentes e possam associar-se livremente uns com os outros, no interesse comum e de conformidade com as afinidades e simpatias pessoais.

2.° — Abolição do Estado e de qualquer poder que faça leis para impô-las aos outros; portanto, abolição de todos os órgãos governamentais e todos os elementos que lhe são próprios, bem como de toda e qualquer instituição dotada dos meios de constranger e de punir.

3.° — Organização da vida social por iniciativa das associações livres e das livres federações de produtores e consumidores, criadas e modificadas conforme à vontade de seus componentes guiados pela ciência e pela experiência e libertos de toda obrigação que não se origine da necessidade natural, à qual todos de bom grado se subme. terão quando lhe reconheçam o caráter inelutável.

4.° — A todos serão garantidos os meios de vida, de desenvolvimento, de bem-estar, particularmente às crianças e a todos os que sejam incapazes de prover à própria subsistência.

5.° — Guerra a todos os preconceitos religiosos e a todas as mentiras, mesmo que se ocultem sob o manto da ciência. Instrução completa para todos, até aos graus mais elevados.

6.° — Guerra às rivalidades e aos prejuízos patrióticos. Abolição das fronteiras, confraternização de todos os povos.

7.° — Libertação da família de todas as peias, de tal modo que ela resulte da prática do amor, livre de toda influência estatal ou religiosa e da opressão econômica ou física.

ERRICO MALATESTA

A COMUNA LIVRE, FATOR ESSENCIAL DA SOCIEDADE ANÁRQUICA

Hoje, quando a descentralização e a abolição do Estado são problemas vitais, a Comuna de amanhã é coisa que podemos apresentar ao povo como objetivo prático para realizar suas grandes aspirações de liberdade, autonomia e bem-estar. A organização comunal oferece um mundo que não necessita nem das grandes concentrações de poder, nem das grandes concentrações de qualquer espécie: um mundo de onde desaparece a necessidade das concentrações industriais, porque se encaminha para a auto-suficiência regional na manufatura e na alimentação; onde a vida, em vez do ser corroída pelas monstruosas cidades modernas, se reintegrará nos diversos centros locais de cultura e de cooperação, capazes de conduzir a um enriquecimento da vida individual e a maior harmonia nas relações sociais.

A unidade básica para a organização de uma sociedade dessa natureza seria a Comuna como associação de homens e mulheres — seres humanos, enfim — que vivem radicados em certa localidade ou região, operando no sentido de conseguir tudo o que seja necessário para a satisfação de suas necessidades em todas as formas. É natural que toda fábrica, laboratório ou centro de trabalho teria sua própria organização, da mesma forma que todas as demais atividades da Comuna, como agrupações de consumo, educativas culturais e esportivas. A Comuna, em si, seria a conjunção de todas as agrupações e individualidades da região ou localidade; e nela, mediante a formação de conselhos adequados às próprias circunstâncias, se procuraria encontrar todas as formas de harmonização entre as diversas atividades cujo conjunto forma a vida social, completa, do indivíduo.

Esses conselhos comunais, integrados pelas delegações de todas as facetas da vida social devidamente organizadas, que forçosamente hão de representar todos os interesses parciais e gerais da comunidade, como mandatários dos acordos emanados da base. não poderão exercer nenhuma das formas do poder clássico, visto não dependerem das formas de poder central alheio à própria comunidade . O caráter desses conselhos não teria outras características senão as de administração e execução harmoniosa dos acordos e resoluções emanadas dos diversos setores da comunidade por meio das

suas assembléias gerais, assim como a de assegurar o entrosamento da cooperação nos serviços de interesse comum, tais como escolas, transportes, limpeza pública etc.

Partindo da Comuna como unidade fundamental da organização social, organizar-se-ão as federações regionais em todos os graus de Comunas e as federações nacionais e internacionais específicas em grande escala, como transportes, turismo, navegação, correios, instituições científicas etc. Tudo isso, porém, não deverá jamais perder o caráter essencial de estreita solidariedade tendente a enriquecer e facilitar a vida comunal, como base principal de uma vida livre e próspera.

Claro que a organização dos trabalhadores industriais será sempre necessária, porém a verdadeira atividade, inclusive nas grandes Cidades, deverá inclinar-se, predominantemente, no sentido local e não profissional, considerando o cidadão como parte integrante da coletividade, qualquer que seja a sua profissão, com interesses ligados aos demais cidadãos, e não como operário de determinada indústria com interesses independentes dos interesses de seus concidadãos que não pertencem a essa mesma indústria.

O anarquismo adota, para a solução dos problemas sociais uma orientação nova, mais conforme com o dinamismo da própria vida e capaz de atender às aspirações que são inerentes a todo ser humano. E pode oferecer essas soluções dentro do conceito de organização na base da Comuna Livre federada a outras comunas igualmente livres, visto que constitui o sistema que mais se compatibiliza com o conceito familiar dos interesses locais da comunidade, com os interesses do indivíduo e os interesses gerais da Humanidade em um plano de organização federalista.

A Comuna anárquica, onde todas as agrupações e individualidades podem fazer ouvir a vez de seus interesses e mostrar a realidade de sua cooperação, pode ser a unidade básica de um verdadeiro progresso social e a única forma de organização ampla e flexível, na qual o indivíduo não só poderá ter a melhor garantia da sua liberdade, mas, também as condições reais para o desenvolvimento de sua personalidade. As possibilidades modernas das ciências sociais constituem o melhor apoio à idéia anárquica da descentralização, que os

anarquistas devem opor, com toda a energia, à expansão e tirania do Estado totalitário.

O anarquismo comunalista — ou municipalista, tirando aos municípios o aspecto político-capitalista que atualmente têm — está muito mais de acordo com o desenvolvimento moderno das ciências sociais e da técnica industrial.

A indústria em grande escala, centralizada em grandes oficinas, é um fenômeno da era capitalista, produto da necessidade que tem o capitalismo de concentrar seu poder econômico em puros fatores materiais da revolução industrial, que considera mais conveniente a centralização em grande escala da produção e da distribuição. Tem em vista, assim, servir melhor aos interesses do grande comércio imperialista, que necessita dispor, de imediato, de grandes quantidades de produtos — mesmo que seja em detrimento das próprias regiões produtoras — para as suas grandes transações financeiras, que aumentam astronomicamente os dividendos do grande capitalismo. E esse sistema, que provoca o nascimento das grandes concentrações fabris, também implica e acarreta o fenômeno das cidades superpovoadas, com todos os danos inerentes ao confinamento de grandes multidões miseráveis, sem nenhum contacto com a natureza e conformadas em suas formas de vida e de pensar de maneira uniforme, como os rebanhos.

O anarquismo não pode ter nenhuma relação com a tendência capitalista e estatal para o centralismo, inimigo em si das próprias essências da verdadeira economia, visto que o anarquismo tem como uma das suas concepções fundamentais a descentralização no terreno econômico, ou em qualquer outro terreno, levada até ao máximo compatível com a organização racional da sociedade. Daí a base local e regional, com uma alta valorização do indivíduo, que o anarquismo concebe para a reconstrução da sociedade.

GEORGE WOODCOCK

3. O Anarquismo e o Anarquista

O ANARQUISMO

O ponto de vista comum em torno do qual todos os anarquistas estão de acordo, porque reagrupa todas as tendências do anarquismo, por mais variadas que sejam, é aquele que conduz à mesma meta e que se caracteriza no fato de se manter o movimento anárquico com uma feição que o distingue de todos os outros movimentos político-social: a concepção de um futuro para a Humanidade que exclua todo princípio de autoridade, de domínio e de exploração do homem pelo homem.

O anarquismo pode ter tendência individualista, comunista ou coletivista; cristão primitivista; referir-se ao marxismo da primeira hora; ser ativista, revolucionário, educacionistas; pode aceitar ou repelir o fator violência, especializar-se no maltusianismo ou no vegetarismo; mas, no seu complexo, tende a uma única finalidade: a independência moral e física do indivíduo, reforçada e não diminuída pela prática da solidariedade entre todos os seres humanos, próximos ou distantes.

O anarquismo pode ser filosofia e ciência político-econômica, sem cair no dogmatismo; simples especulação idealista ou fundamentalmente prático em suas atitudes fora de qualquer ação impositiva; pode apegar-se ao materialismo histórico ou apelar para as forças morais e considerar o sentimento como fator mais eficaz para libertar o homem da incompreensão em que se debate; pode dizer-se ateu, agnóstico ou divagar em hipóteses espiritualistas; mas conserva a sua idoneidade quanto à necessidade que há em combater todo e qualquer princípio de idolatria estatal, conformista e de monopólio econômico, É antiautoritário e antitotalitário em todas as circunstâncias.

A perene vitalidade do anarquismo e a sua constante atualidade, crítica e impulsionadora, derivam, justamente, das suas múltiplas manifestações, sempre atuais nos diversos meios ambientes em que a sua propaganda se desenvolve.

O anarquismo propõe, não impõe; e, na variedade das suas exteriorizações do pensamento, de crítica e de ação, canaliza todas as diversas, mas não inimigas, modalidades para o mesmo fim: aquele em que a anarquia se divisa fundindo todas as liberdades em um cadinho único, no fundo do qual se queimam todos os prejuízos da velha estrutura econômica e social que não pode reger-se sem a prática da exploração do homem pelo homem e que assenta os seus pilares na escravidão e na ignorância.

GIGI DAMIANI

O ANARQUISTA

O anarquista é, por definição, o cidadão que não quer ser oprimido, mas que também não quer oprimir; que não quer ser explorado, mas que também não quer explorar; que não quer ser iludido, mas que também não quer iludir os outros.

Viver uma vida integralmente anárquica na sociedade presente é impossível, porque a autoridade do homem sobre o homem, a exploração do trabalho alheio e a prática de iludir a boa-fé do próximo constituem as regras fundamentais da ordem social em que vivemos. A autoridade do Estado, o desfrutamento dos patrões, a ação nefasta e embrutecedora do clero e da escola oficial estão sempre presentes, assediam-nos, comprimem-nos de todos os lados e não se pode fugir aos seus tentáculos absorventes.

Ser anarquista requer, por conseguinte, aspirar a uma forma de convivência social isenta de governantes, de exploradores e de todas as mentiras convencionais interessadas em manter o presente estado de coisas; lutar para tornar possível o advento da anarquia, contra as violências, os prejuízos sociais, as mentiras e os interesses criados em que se alicerça a ordem existente.

Ser anarquista, mesmo nesse sentido, não é fácil. Significa tomar todos os dias, em face de todos os problemas, grandes e pequenos, da vida, uma posição teórica e prática que contrasta e se choca com as conveniências do próximo, que mexe com os seus preconceitos, que suscita suspeitas, ódio e furor no seio dos guardiões da ordem, que são todos aqueles que se vêem beneficiados pelos seus privilégios. Significa expor-se ao ostracismo das pessoas de bem, às represálias dos potentados, à vingança de todas as autoridades divinas e humanas.

Para ser e manter-se anarquista, é necessário que o indivíduo possua convicções profundas, firmeza de caráter, capacidade de resistência às perseguições dos privilegiados, dos governantes e de todos aqueles que aspiram a postos de mando.

Nestas condições, os anarquistas não podem ser muito numerosos, num regime de autoridade e privilégios. Quando o número de anarquistas tende a aumentar de forma alarmante, governantes e políticos, patrões, padres e generais se põem de acordo para extermina-los em execuções sumárias, campos de concentração, prisões perpétuas e patíbulos, lançando mão de todos os meios mais ou menos legais...

Apesar disso, os anarquistas sobrevivem, há mais de um século, às sucessivas ondas de reação e, após cada refrega, recomeçam com ânimo e vigor, mais numerosos do que antes.

Em que consiste, pois, o segredo da sua vitalidade, visto nada oferecer o anarquismo ao indivíduo, que só pode esperar sacrifício e luta, ao contrário das correntes políticas de todas as cores que oferecem vantagens imediatas nos postos de mando?

Nós respondemos: essa vitalidade consiste na pureza do ideal de justiça e liberdade, que faz do anarquismo um apostolado humano.

Se nem todos têm a capacidade de resistência e a força de vontade capazes de formar na vanguarda das lutas sociais, enquanto conservam algumas possibilidades de vida, ninguém ama verdadeiramente os governantes que se fazem obedecer pela força, os patrões que exploram por meio do salário, a mentira laica ou religiosa que embrutece por meio dos padres e professores ao serviço das conveniências do regime.

A perspectiva de uma sociedade sem governo, sem patrões e sem charlatões sorri a todos os homens que amam a liberdade, sorri particularmente, luminosamente, às multidões famintas de deserdados e oprimidos que, desde milênios, são vítimas dos governos, dos privilégios da riqueza e dos monopólios do saber.

Se alguma vez esses deserdados são atormentados pela dúvida, é porque, de tão bela, consideram irrealizável o advento da anarquia; é porque as agruras da luta pelo pão de cada dia lhes absorvem o tempo e os meios de cultivar as idéias e de afirmar as possibilidades da realização do ideal anárquico.

O anarquista assemelha-se a um solitário no ambiente desta sociedade que o combate e hostiliza, banindo-o do próprio seio. Na realidade, as suas palavras, a sua crítica, os fulgores da sua visão iluminada de liberdade e justiça encontram eco e reflexo na consciência íntima das multidões sofredoras. Basta que se multipliquem o vigor de sua voz, a persuasão de seus argumentos, os exemplos de sua coerência, para que se dissipem as névoas da dúvida e se transformem esses reflexos em força de vontade e consciência de força a caminho da transformação social.

O anarquista é um pioneiro: palmilha um caminho novo na estrada do porvir, abre novas perspectivas às experiências do gênero humano. Diz uma palavra nova aos seus semelhantes, tão nova, que é, por isso mesmo, difícil de compreender. Fala da liberdade, da verdade, da justiça, dirigindo-se àqueles que estão habituados a ser escravos, num mundo que vive e se alicerça na mentira e na prática das injustiças. O anarquista compreende a liberdade, a verdade e a injustiça, não apenas para si, mas para todos os seres humanos, confirmando com o sacrifício, a abnegação, o desprendimento de seus atos, o valor de suas palavras e de seu idealismo.

Os homens o escutam; e, se não se atrevem a segui-lo na senda do ideal, respeitam pelo menos, as suas convicções. Ninguém ama voluntariamente seus tiranos. Livres de escolher, todos aqueles que amam a liberdade e respeitam os seus semelhantes, não hesitariam em escolher a anarquia, a sociedade onde não haverá oprimidos nem explorados e onde a ninguém será negado o direito de viver no gozo de todas as suas necessidades satisfeitas.

Ao despontar do dia em que essa sociedade se torne um fato, reconhecer-se-á o valor da ação infatigável do anarquista. E esse dia estará mais perto quanto mais zeloso for o anarquista em conservar o segredo que assegurou até agora a vitalidade e o vigor do anarquismo: a coerência de seus atos com as idéias.

"Umanità Nuova", Roma

ANARQUISMO E IGUALDADE

Constantemente, os anarquistas fazem uso, quando se trata de expor os seus princípios, o que é muito natural, da expressão todos iguais, defendendo o conceito de igualdade na distribuição dos direitos e deveres da futura organização do mundo livre.

Para a maioria daqueles que não conhecem do anarquismo senão as expressões depreciativas que se lhe deparam na imprensa a serviço de monopólios, essa igualdade proclamada pelos anarquistas corresponde a nivelamento de classes, ou para ser mais claro, a fazer descer a burguesia, o capitalismo, ao nível do proletariado. Todos iguais, no entender dos adversários do anarquismo, equivale a que todos deverão plantar batatas, comer cenouras, morar em casas iguais, vestir-se da mesma forma!

Esse conceito, que serve de argumento contrário nas discussões que se travam em torno do mais elevado ideal humano, apavora os que, bem colocados no banquete da vida, estremecem com a idéia da queda, do rebaixamento, da colocação niveladora na escala social, inquietando-os com a idéia de que serão obrigados a descer ao mesmo nível em cujo plano chafurdam e se estiolam as classes operárias em conseqüência da miséria e da opressão.

Ora, não há nada mais errado, menos lógico do que esse absurdo nas concepções da futura sociedade libertária. O que os anarquistas querem é precisamente o contrário. É fazer com que as classes que não têm nada subam até o nível daquelas que têm tudo. Não desejam estabelecer uma sociedade onde todos sejam miseráveis, mas construir um edifício social em que todos sejam

ricos. É claro que, no caso, não se entende por ricos esse mundo de mazelas morais, de torpes explorações, de vícios e desregramentos de que é composta a sociedade capitalista, mas a possibilidade, para todos os seres humanos, de participarem dos benefícios da ciência, das artes, da cultura, dos meios, enfim, necessários à satisfação de todas as necessidades. Se os anarquistas, através dos meios de divulgação e propaganda que possuem, concitam à supressão dos privilégios, referem-se àquilo que não terá razão de ser dentro do socialismo-libertário e que hoje constitui a forma pela qual o capitalismo se faz assegurar o direito de explorar os seus semelhantes.

Os anarquistas não condenam a existência do automóvel, do rádio, do avião, de todas as coisas belas e úteis. Condenam o privilégio que têm alguns de possuir e usar essas coisas todas, enquanto a outros não lhes é permitido fazê-lo. Condenam, principalmente, o fato de que, para usarem essas coisas, alguns explorem o trabalho de outros, que construam os seus prazeres, e até mesmo os seus vícios, com a miséria dos seres a quem exploram o trabalho, os sentimentos, a honra e a dignidade.

Ao contrário, todas as manifestações científicas, artísticas e culturais, todas as formas de riqueza social tendem a ser aumentadas, e não suprimidas, no regime de igualdade, liberdade e justiça que deverá ser instituído no futuro da Humanidade.

Conceber-se que todos sejam, iguais, de forma por que o fazem os tamborileiros do regime capitalista, seria negar ao anarquismo aquilo que, justamente, lhe é mais essencial — o principio de liberdade.

Imagine-se, por exemplo, o aspecto desenxabido que se nos ofereceria à vista, se, ao sairmos à rua, encontrássemos todo mundo vestido de azul, preto ou verde, isto é, da mesma forma. Se estendermos a concepção até o modo de pensar, calcule-se uma sociedade em que todos pensassem do mesmo modo, em que todos tivessem os mesmos gostos e as mesmas aptidões. Pois é essa pasmaceira que muitos julgam que os anarquitas querem com a anarquia!

Todo iguais, sim, mas no direito de viver, e na obrigação de todos em contribuir para a harmonia do conjunto.

Essa contribuição, porém, compreende-se em todos os sentidos. Escrever um livro, pintar um quadro, construir uma locomotiva, inventar, criar, tudo isso é contribuir para que a sociedade possa viver, gozar e perpetuar-se. Em troca da contribuição que recebe do indivíduo, seja ela qual for, desde que vise a conservar e construir, esta lhe proporcionará todos os meios para torná-lo feliz: educação, amor, alimentação, vestuário, tudo de que ele precise para a completa satisfação de suas necessidades.

Partindo-se do princípio de que a sociedade pode e deve ser organizada com bases na conservação da espécie, não podemos fugir à lógica de que, quanto menos sofre, mais o indivíduo se conserva; quanto mais culto, mais livre!

Colocando-se o indivíduo livre — e está demonstrado que a tendência de todos os seres vivos é para a liberdade — em um ambiente social onde não encontre obstáculos ao seu desenvolvimento, onde tudo concorra para que alcance a plenitude das suas faculdades criadoras, só podemos esperar uma coletividade capaz de perpetuar-se com inteireza de caráter e em contínua ascensão para o ideal.

Todos iguais, como os anarquistas concebem a expressão, é dar a todos o direito de viver, não matando, mas elevando a vida à mais alta expressão da dignidade. Todos iguais para receber os benefícios da vida livre, do amor sem peias e preconceitos, da consciência livre, da livre manifestação de todos os sentidos. Iguais no dever para todos de fazer alguma coisa útil, contribuindo, cada qual, com a sua capacidade física, intelectual, moral ou artística, para o bem de todos.

É assim que os anarquistas concebem a igualdade, a fraternidade e a justiça!

SOUZA PASSOS

OS ANARQUISTAS E AS LUTAS SOCIAIS

O anarquista não quer fazer escada do seu companheiro de desventuras; não procura melhorar sua posição tornando-se instrumento da cobiça do capitalista; não se presta aos desejos do patrão, não se humilha diante dele, não pactua com o inimigo seu e de sua clas-

se. Não aspira a viver à parte, enquanto todos sofrem; não separa a sua causa da de seus companheiros; não reconhece diferença de raça ou de nacionalidade; não se ilude imaginando poder arrancar ao capitalista concessões valiosas e duradouras, não pensa exclusivamente no seu interesse momentâneo, mas remonta à causa de seus males e contra ela se insurge.

O anarquista reclama para os outros o mesmo que para si; recusa servir de rufião aos patrões; revolta-se contra todas as instituições presentes porque todas sancionam a onipotência dos ricos; não elege fazedores de leis para não consentir na sua escravidão e para não se deixar enganar pelos costumados mariolas; não confia nas mentirosas promessas dos governantes. E ao burguês que tenta, para o subjugar, ora à força, ora à lisonja, ele responde: "O teu ouro não me seduz, porque fui eu que o extraí das entranhas da terra. As tuas vinganças não me aterrorizam, porque a vida que me deixas é uma contínua agonia; o teu poder está condenado a cair. Eu gozo combatendo-o, e cada revolta minha acelera o triunfo da liberdade e da justiça".

"A Plebe", São Paulo

OS ANARQUISTAS SEMPRE PRESENTES

Não sabemos como ainda haja quem, de boa-fé, possa afirmar que os anarquistas oferecem a felicidade aos famintos para o ano 2000. Devemos dizer que quem assim julga está absolutamente errado — e esclarecemos porque. Os anarquistas, assim como nada pedem nada oferecem, porque não se apresentam como messias, como líderes, como mentores ou demagogos políticos que prometem este mundo e o outro para que os elevem às alturas dos órgãos governamentais.

Os libertários esposam um ideal que propugna a substituição da sociedade atual, caracterizada pela iniqüidade, exploração e pela tirania, por outra, baseada no princípio da igualdade social. E, convencidos da justiça desse ideal, por ele se batem divulgando-o por toda parte, ao mesmo tempo que lutam com o povo, a que pertencem na reivindicação de seus direitos, sujeitando-se a todas as conseqüências dessa luta.

Apontam-nos como teóricos, e, de fato, o são desde que têm de divulgar a doutrina anárquica, isto é, de expor os princípios e métodos do anarquismo, o que, entretanto, sempre procuram fazer da maneira mais simples possível e com a máxima clareza. Por isso, não podem ser acoimados de metafísicos, pois fogem das conclusões abstratas, não tendo a sua obra nenhuma feição transcendental .

Os anarquistas têm participado direta e ativamente, em pessoa, não ditando palavras de ordem para outros cumprirem, em todos os movimentos sociais, procurando levar os acontecimentos no sentido da transformação imediata do sistema social ou, quando menos, para que resultem deles a maior soma possível de conquistas para o povo. Durante a revolução russa, constituíram, animaram, orientaram e defenderam as Comunas livres na Ucrânia, o mesmo tendo feito na revolução da Hungria. Na revolução espanhola, foram eles que tiveram atuação mais decisiva, organizando as coletividades agrícolas, na base do socialismo livre, sem ditadura e com respeito da personalidade de seus elementos, socializando as indústrias e outros centros de produção em Barcelona e outros principais meios ibéricos.

Onde quer que se lute contra o fascismo e todas as manifestações de tirania, são encontrados os anarquistas nas primeiras filas de combatentes. Será isso, porventura, uma atitude platônica de quem busca a felicidade do povo para um longínquo futuro?

EDGARD LEUENROTH

4. Por que os Libertários Adotam a Denominação Anarquia

PALAVRA QUE FERE PRECONCEITOS

A palavra ANARQUIA pode horrorizar os que só a consideram no sentido derivado, os que só vêem nela um sinônimo de desordem, de lutas violentas sem fim; mas temos nós culpa de não a considerarem no seu sentido primitivo, naquele que honestamente lhe dão todos os dicionários: ausência de governo?...

Mas não nos desagrada que essa palavra, reivindicada por nós, tenha o condão de suspender por um momento aqueles que se interessam pelo problema social. No reino da fábula, todos os jardins maravilhosos, todos os palácios encantados são guardados por dragões ferozes. O dragão que está à entrada do palácio anárquico nada tem de terrível: é uma palavra apenas! Não trataremos, porém, de reter aqueles que à vista dela se deixam tomar pelo pavor; podemos estar certos de que lhes falta a liberdade de espírito necessária para estudar a questão em si mesma.

ELISEU RECLUS

SIGNIFICADO DA PALAVRA ANARQUIA

Os componentes da corrente antiestatal do socialismo adotaram a designação que expressa o elemento básico de sua concepção social — ANARQUIA, vocábulo formado por duas palavras gregas: AN, que significa NÃO, e ARKHÉ, que significa AUTORIDADE — não governo, não autoridade. Portanto: organização social que se regem sem a necessidade da existência de governo, de chefe, de poder, de autori-

dade — substituída pela organização livre de todas as atividades federadas entre si, com a distribuição de atribuições e não de mando. Sobre o emprego errôneo e até pejorativo dessa designação, assim se expressa o ilustre escritor anarquista francês, já falecido, André Girard, em seu verbete sobre anarquia, no dicionário "La Chattre. (1)

"Um preconceito bastante desenvolvido consiste em crer que um estado tal deve forçosamente engendrar a revolta e a confusão nas relações sociais. Isso tem feito com que comumente se adotasse a palavra anarquia como sinônimo de desordem. Assim, por exemplo fala-se da anarquia feudal, sem se ter em conta que jamais houve sociedade alguma tão longe da anarquia como aquele regime despótico e arbitrário que se chama feudalismo. O sentido de desordem e confusão não é, por conseguinte, senão um sentido derivado da verdadeira significação da palavra anarquia. A Anarquia, em filosofia positiva, é a concepção dum estado social em que o indivíduo, dono e soberano de sua pessoa, se desenvolverá livremente e no qual as relações sociais se restabelecerão entre os membros da sociedade segundo as suas opiniões, as suas afeições e as suas necessidades, sem constituição de autoridade política. Numa palavra, a Anarquia é a negação do Estado, sob qualquer forma que se apresente, substituída pela iniciativa individual exercendo-se diversamente e harmônicamente. A doutrina preconizada pela Anarquia é o anarquismo. Esta doutrina não é, de nenhum modo, uma concepção de sonhadores. É, pelo contrario, a conclusão social da filosofia e de toda a ciência moderna que tem por objetivo o estudo do homem e da sociedade. As bases do anarquismo são ao mesmo tempo filosóficas, morais, políticas e econômicas. (2)

(1) EDGARD LEUENROTH
(2) ANDRÉ GIRARD

INTERESSANTE VERSÃO HISTÓRICA SOBRE O VOCÁBULO ANARQUIA

Sobre a origem do vocábulo anarquia há ainda um dado, encontrado pelo autor deste livro em uma publicação anarquista, que é re-

gistrada como informação interessante ou como elemento histórico. Na Grécia, por volta de 478 A.C., existiu, em Thebas, certo tipo que dispondo de poder viveu a escravizar o povo e a praticar barbaridades. Contra suas brutalidades formou-se um movimento de protesto. Arquias era nome desse tirano. An-Arquias eram designados aqueles que contra ele reagiam. O tirano sucumbiu assassinado em meio às orgias de um festim. Contra os Arquias de hoje continuam combatendo os anarquistas.

EDGARD LEUENROTH

DEVEM OS ANARQUISTAS RENUNCIAR A PALAVRA ANARQUIA?

Há motivos para renunciar à palavra **anarquia** mal acreditada, para substituí-la por uma fórmula de confiança, mais "explícita", mais "construtiva", mais "sintética" etc, ajuntando às palavras socialismo, comunismo, sindicalismo ou outro qualquer ismo o termo libertário?

Por nossa parte, cremos que, se a palavra anarquia assusta, é precisamente porque essa palavra constitui uma audaciosa concepção revolucionária como solução atual, para os espíritos dispostos à preguiça mental e ao servilismo. Enquanto se apresenta como utopia, como devaneio para o espírito, forjando uma hipótese, a nossa doutrina conserva simpatias sorridentes, às vezes um pouco inquietas; mas, chegada a hora de ser posta em prática, os mais fanáticos defensores da idéia em palavras empalidecem ante a sua realização.

Falemos sem rodeios: a perspectiva de viver sem chefes, sem deuses, sem patrões e sem juizes, em plena responsabilidade de adultos emancipados, longe da paternal autoridade das leis, longe da imagem de um exemplo a seguir — é nisto, precisamente, e não em outra coisa, que devemos procurar a causa de todo temor, às vezes fascinante, que produz a palavra **anarquia** — e é, sem dúvida alguma, o infantilismo mental dos povos habituados a obedecer e ao uso

do temor religioso que faz da palavra **anarquia** — tão pouco agressiva no sentido etimológico (não-autoridade) — o símbolo universal do caos sangrento, da desordem dos costumes, da negação de toda vida social. O problema não está, pois, nas palavras, e sim no fundo das coisas; para chegar à liberdade pela liberdade, necessário se torna achar um meio de fazer aceitar ao povo a idéia, a situação responsável da idade adulta, com todas as conseqüências.

A palavra liberdade, o objetivo libertário, enquanto formulas gozam de uma acolhida favorável, É que elas não dão lugar a uma interpretação inocente e infantil: aquela da liberalidade dos donos ou das leis, aquela da possessão das liberdades concedidas. A idéia apaziguadora da autorização, da concessão, da permissão, é um bálsamo para os corações débeis.

Quereis prestar-vos a êxitos fáceis de propaganda? Apresentai aos buscadores de felicidade e segurança (maioria natural de todos os auditórios) uma maquete de sociedade completamente feita de tons dourados, como uma jaula nova e bonita; depois, fazei-os admirar quão espaçosa e libertária é essa jaula: mostrai-lhes bem a alcova, o banheiro e todas as dependências destinadas a oferecer conforto e frivolidades. Podereis contar com os aplausos entusiásticos daqueles que desejam arrendar a bela jaula do futuro.

Mas, se convidais a cada um dos assistentes a dar-se ao trabalho de organizar por si a sua própria vida, fazendo — isto não seria mais que um pensamento — abstração de toda autoridade tutelar; se propusésseis ao vosso público, como programa, a defesa solidária e comum da autonomia de cada um; se insistísseis para empreender essa realização em um prazo determinado, não tardarieis em ver as coisas sombrias.

O problema está, pois, não em fazer amar as liberdades, mas em fazer amar a liberdade, o que não é a mesma coisa.

O problema está em fazer acreditar na liberdade integral, em fazer aceitar as responsabilidades de lutar por ela, desprezando todas as conseqüências e riscos. O problema está em fazer aceitar a anarquia — compreendendo as dificuldades transitórias e o esforço que é preciso fazer para seguir adiante. O problema está em fazer aceitar e lutar por um mundo "sem amos nem senhores", como coisa preferível à "ordem" atual existente. Por isso, repetimos com Elise

Reclus: **O dragão que está à porta da Anarquia nada tem de terrível: é uma palavra apenas!"**

ACRACIA é outra desginação de **Anarquia,** usada principalmente entre libertários de língua castelhana. Na imprensa anarquista da Espanha figuram publicações assim intituladas. Em dicionários figura como neologismo, significando o mesmo que **anarquia,** ausência de autoridade. Do grego: A (Ausência) + Kratos (Força, Poder).

G. CELLO

5. Bases Éticas do Anarquismo

A MORAL ANARQUISTA

Quando dizemos: "Tratemos os outros como queremos ser tratados", recomendamos egoísmo ou altruísmo?

Quando vendo a questão de mais alto, dizemos: "A felicidade de cada um está intimamente ligada à felicidade dos que o rodeiam. Pode-se ter por acaso alguns anos de felicidade relativa numa sociedade baseada na infelicidade dos outros; mas essa felicidade é construída sobre areia, não pode durar; para destruí-la, basta o mais pequeno abalo; e é de uma pobresa miserável comparada com a felicidade possível numa sociedade de iguais. Assim, sempre que visares ao bem de todos, procederás bem". — Quando dizemos isso, pregamos altruísmo ou egoísmo? Constatamos simplesmente um fato.

E, quando acrescentamos parafraseando algumas palavras de Guyau: "Sê forte; sê grande em todos os teus atos, desenvolve a tua vida em todas as direções; sê o mais rico possível em energia e por isso, o ser mais sociável e fecundo. Guiado sempre por uma inteligência ricamente desenvolvida, luta, expõe-te — a audácia tem os seus gozos — lança as tuas forças sem as medir, enquanto as tiveres, em tudo o que sentires de belo e grande, e então terás gozado a maior soma possível de felicidade. Identifica-te com as massas, e então, aconteça o que acontecer em tua vida, sentirás bater contigo, precisamente, os corações que estimas, e bater contra ti os que desprezas!" — Quando assim falamos .ensinamos altruísmo ou egoísmo?

Lutar, afrontar o perigo; atirar-se à água para salvar não só um homem, mas um simples gato; comer pão seco para pôr fim às iniquidades que vos revoltam; sentir-se de acordo com os que merecem ser amados, sentir-se amado por eles, tudo isso, para um filósofo enfermo, é, talvez, um sacrifício. Mas para o ser humano

cheio de energia, força, vigor e mocidade, é o prazer de sentir-se viver. É egoísmo? É altruísmo?

Em geral, os moralistas que construíram os seus sistemas de moral sobre uma pretendida oposição entre os sentimentos egoísta e altruísta, trilharam por mau caminho. Se realmente existisse essa oposição; se o bem individual fosse realmente oposto ao da sociedade, não teria podido existir a espécie humana; nenhuma espécie animal atingiria o seu desenvolvimento atual. Se as formigas não tivessem intenso prazer em trabalhar, todas, para o bem-estar do formigueiro, este não existiria; e a formiga não seria o que é: o ser mais desenvolvido entre os insetos cujo cérebro, que mal se vê através da lente, é quase tão poderoso quanto o cérebro médio do homem. Se as aves não sentissem intenso prazer nas suas migrações, nos cuidados que dispensam à prole, na ação comum para a defesa de suas sociedades contra as aves de rapina ,a ave não teria atingido o atual desenvolvimento. O tipo de ave, em vez de progredir, teria retrogradado.

E, quando Spencer prevê um tempo, em que o bem individual se confundirá com o bem da espécie, esquece que, se ambos não tivessem sido sempre idênticos, a própria evolução do reino animal não teria podido fazer-se.

O que é verdade é que sempre se encontrou no mundo animal, como na espécie humana, grande número de indivíduos que não compreendiam que o bem individual e o da espécie são, no fundo, idênticos. Não compreendiam que, sendo o seu fim viver uma vida intensa, o indivíduo acha a maior intensidade da vida na maior identificação de si mesmo com todos os que o cercam.

Isto era só uma falta de inteligência, de compreensão. Sempre houve homens limitados: houve sempre imbecis. Mas nunca, em época alguma da história, ou mesmo da geologia, o bem individual foi oposto ao da sociedade. Sempre permaneceram idênticos, e os que melhor o compreenderam gozaram sempre a vida mais completa.

É, pois, para nós, absurda a distinção entre egoísmo e altruísmo. E aí está por que nada dissemos tampouco desses compromissos que o homem, segundo os utilitaristas, faria sempre entre os seus sentimentos egoístas e os seus sentimentos altruístas. Para o homem convicto, não existem esses compromissos.

O que há é que realmente, nas atuais condições de vida, ainda quando procuramos viver em harmonia com os nossos princípios de igualdade, a cada passo os sentimos contrariados. Por mais modestas que sejam as nossas refeições e a nossa cama, somos ainda Bothschilds ao lado dos que passam as noites sob as pontes e, muitas vezes, não têm nem mesmo um pedaço de pão seco para comer. Por pouco que concedamos de nossos sentidos aos gozos intelectuais e artísticos, somos Rothschild ante os milhões de seres que à noite voltam para casa embrutecidos pelo trabalho manual, que não podem gozar a arte e a ciência e que morrerão, provavelmente, sem experimentar jamais esses prazeres requintados.

Sentimos que não levamos o princípio igualitário até o fim. Mas não queremos firmar compromissos com essas condições. Revoltamo-nos contra elas. Oprimem-nos. Tornam-nos revolucionários. Não nos acomodamos com o que nos revolta. Repudiamos todo compromisso, todo armistício até, e intimamente nos comprometemos a lutar contra esse estado de coisas.

Há época em que a concepção da moral muda completamente. Vê-se que o que se considera moral é da mais profunda imoralidade. Aqui, era costume, tradição venerada, mas imoral no fundo. Além, encontra-se um código de moral feito apenas em proveito de determinada classe. Fomo-lo à margem e gritamos: "Abaixo a Moral!" É para nós um dever a prática de atos imorais.

Saudemos essas épocas. São épocas de crítica. São o sinal mais certo de que se faz um grande trabalho de pensamento na sociedade. É a colaboração de uma moral superior. O que há de ser essa moral, procuramos formulá-lo baseando-nos no estudo do homem e dos animais. E vimos a moral que se esboça já nas idéias das massas e dos pensadores.

Essa moral nada ordenará. Recusará em absoluto modelar o indivíduo ao sabor de uma idéia abstrata, como recusará mutilá-lo pela religião, pela lei ou pelo governo. Deixará ao indivíduo a sua plena e inteira liberdade. Tornar-se-á uma simples constatação de fatos, uma ciência. E essa ciência dirá ao homem:

"Se não sentes em ti uma aptidão qualquer; se as tuas forças são apenas suficientes para manteres uma existência monótona e medíocre, sem impressões fortes, sem grandes gozos, mas também

sem grandes sofrimentos, então resigna-te aos princípios de eqüidade. Nas relações com os teus iguais, encontrarás facilmente a maior soma de felicidade a que aspiras, dadas as tuas forças medíocres. Mas, se em ti sentes a força da mocidade, se queres gozar a vida plena, exuberante — isto é, sentir o maior gozo que um ser vivo pode desejar — sê forte, sê enérgico, sê grande em tudo o que fizeres.

"Semeia a vida em volta de ti. Repara que enganar, mentir, fraudar, é envilecer-te, rebaixar-te, reconhecer-te fraco de antemão, é fazer como a escrava do harém, que se sente inferior ao seu senhor. Procede assim, se te agradar, mas então fica desde já sabendo que a Humanidade te considerará pequeno, mesquinho, fraco e tratar-te-á como mereces. Não vendo a tua força, há de tratar-te como um ser digno de compaixão, de compaixão somente. Nada esperes da Humanidade, se tu próprio paralisas assim a tua força de ação.

"Sê forte; e, quando vires uma iniqüidade e a compreenderes — uma iniqüidade na vida, uma mentira na ciência ou um sofrimento imposto por alguém ao teu semelhante — revolta-te contra a iniqüidade, contra a mentira, contra a injustiça. Luta! A luta é a vida, tanto mais intensa quanto aquela for mais viva. E então terás vivido, e por algumas horas dessa vida não darás anos de vegetação e de podridão no charco.

"Luta para que todos vivam essa vida opulenta e exuberante. E fica certo de que na luta encontrarás prazeres tão fortes como em nenhuma outra atividade".

É tudo o que te pode dizer a ciência da moral. Agora, escolhe.

PEDRO KROPOTKINE

CONCEPÇÃO ÉTICA DO ANARQUISMO

Auxilio Mútuo, Justiça, Moralidade: tais são as etapas subseqüentes que observamos ao estudar o mundo animal e o homem. Constituem uma necessidade orgânica que leva sua justificação em si mesma e que vemos confirmada em todo o reino animal, começando por suas camadas inferiores em forma de colônias de organismos primitivos e elevando-se até às sociedades humanas mais adiantadas. Encontramo-nos, portanto, em face de uma **lei universal** da **evolução** orgânica. Os sentimentos de Ajuda Mútua, de Justiça e de Moralidade estão arraigados profundamente no homem com toda a **força** dos instintos. O primeiro deles, o instinto de Ajuda Mútua, aparece como o mais forte, enquanto que o último, desenvolvido posteriormente, se caracteriza por sua debilidade e seu caráter menos universal".

O grande conhecimento científico e o profundo pensamento de Kropotkine definiram nestas palavras os verdadeiros fundamentos da ética.

Os conceitos de ética na Humanidade vêm oscilando no transcurso da História, ao compasso das concepções gerais da vida que prevaleceram em cada época, em cada localidade e em cada raça. Daí resulta o fato de que a moral não tenha sido uniforme e única através do tempo e de espaço, e que ao mesmo tempo se verifiquem normas de moral distintas em diversos lugares do planeta, e que num mesmo lugar se notem várias formas de moral de acordo com as concepções de épocas diferentes. Não obstante, e ainda mesmo com todas as mutações observadas, há certos princípios fundamentais que são inerentes à própria natureza humana e que formam as bases naturais da verdadeira ética: são os instintos, os sentimentos naturais de moral e justiça, constatados por todos os pesquisadores e cientistas que se ocupam desses problemas.

No transcurso de toda a História do pensamento humano, quase sempre se têm relacionado esses dois termos como essencialmente antagônicos, e quase sempre se há recorrido à moral para pôr um freio e limitação aos instintos ou para tentar a sua absoluta eliminação, como tem acontecido com todas as religiões. A moral religiosa de todas as épocas e de todas as seitas vem operando diretamente sobre os instintos, umas para destruí-los e outras para exacerbá-los. Apesar disso, a força incontível dos instintos sempre rompeu todos os cercos, transbordando, mais ou menos catastroficamente, todas as limitações da ética e todas as exacerbações da moral religiosa.

Esse antagonismo entre os instintos e a moral é uma realidade intrínseca da vida, da natureza humana e das exigências naturais da convivência social?

O anarquismo, que constitui preocupação permanente de pesquisa da verdade e que, em essência, é ética pura, deve inquirir sobre as razões desse antagonismo que a História tornou permanente e sondar as interrogativas que o problema apresenta — Que são os instintos? Que é a ética? — para tratar de estabelecer os princípios de uma ética cuja vigência não implique forçosamente na desdita e sacrifício humanos, pois uma ética baseada na dor, como acontece com quase todas as morais religiosas, é incompatível com esse anelo de felicidade que representa a suprema aspiração do gênero humano. Felicidade e dor são incompatíveis, como também hão de sê-lo desdita e moral. Há de encontrar-se na natureza uma fórmula harmoniosa que irmane em simultânea sensação a ética e a felicidade. Claro que a moral religiosa concentra a suprema felicidade na dor. Isso, porém, constitui aberração absurda e criminosa.

O ser humano não é um ser de conflitos. Quando estes surgem é por motivo anormais e estranhos ao ser humano no decurso de seu viver. Freud, talvez sem o propósito específico de não lhe dar esse sentido, assentou uma das bases mais fortes da ética moderna ao demonstrar que os conflitos psicológicos, considerados sempre como inerente e consubstanciais à psique, humana e, portanto, rodeadas de todos os mistérios metafísicos, têm origem e natureza em determinadas facetas anormais do viver, que retorcem e reprimem os instintos. De acordo com as leis naturais, um ser vivente não pode levar na essência mesma de sua natureza manifestações contraditórias em conflito permanente, se isso não for motivado por causas alheias a essas essências que o caracterizam. Todo ser vivo é manifestação de harmonia vital; quando essa harmonia cessa, vem a morte, pois que a vida em si não é senão manifestação de harmonia. E o ser humano, que é uma das manifestações mais altas da vida, não pode conter elementos contraditórios permanentes naquilo que constitui os fundamentos de sua existência.

Os instintos que nos induzem à satisfação das necessidades inerentes ao nosso próprio viver não podem ficar à margem da ética nem em contradição com ela. Não pode ser amoral beber-se um

copo d'água, comer uma maçã ou coabitar com o sexo contrário, que é o complemento e fator da vida, ou descansar de uma fadiga. Como tampouco é moral satisfazer essas necessidades em detrimento da satisfação das mesmas necessidades dos outros.

As verdadeiras essências da ética residem, pois, na harmonização entre a satisfação dos instintos que nos induzem à conservação da nossa própria existência e os que nos impelem à prática da cooperação na convivência com os nossos semelhantes.

A concepção ética do anarquismo não pode ser outra senão essa ética natural manifestada pela livre expressão dos instintos. Daí a razão de ter o anarquismo que rechaçar toda ética imposta de fora, o que, em definitivo, é autoritarismo.

A ética anárquica, libérrima, assenta suas bases na comprovação científica de que os instintos naturais do ser humano não são desagregadores, nem avassaladores, nem autoritários, e, quando esses instintos adquirem nele essas manifestações, é por desvio imposto externamente ou por anormalidade funcional interna.

A ética anarquista se baseia, portanto, nos instintos naturais do homem, pois neles residem as essências das melhores qualidades sociais de convivência e de conduta. Quando regulada pelos instintos, a conduta do ser humano é mais humana do que quando forçada por normas morais fabricadas contra os próprios instintos. E a moral anárquica não pode ser outra senão aquela que compatibilize os instintos com a conduta, o que constitui a verdadeira essência da liberdade.

Talvez estas afirmações pareçam por demais atrevidas àqueles que estão fortemente influenciados pelo conceito histórico da moral e pela idéia religiosa sobre a natureza dos instintos; mas aqueles que se aventurem a um estudo consciencioso e científico de problemas dessa natureza perceberão que os instintos são o verdadeiro guia da conduta e que esta, mesmo nos casos em que parece mais ordenada e regida pela razão, é instintiva quando não obedece a prejuízos contrários à nossa própria natureza.

B. CANO RUIZ, "Tierra y Libertad"

IDEALISMO E MATERIALISMO

Tem sido constatado que os homens, antes de alcançarem a verdade, ou aquela porção de verdade relativa alcançável nas várias etapas de seu desenvolvimento intelectual e social, expõem-se a incorrer em erros de toda natureza, encarando as coisas ora de uma forma ora de outra, passando de um exagero a outro oposto. É um fenômeno desse gênero, estreitamente ligado à vida social contemporânea, que dá motivo a este trabalho.

Houve uma época — algumas décadas atrás — em que constituía preocupação para os indivíduos o apresentarem-se como materialistas. Em nome de uma ciência, quase sempre baseada na dogmatização de rebuscados princípios gerais ou de incompletos conhecimentos positivos, pretendia-se explicar toda a psicologia humana e toda a agitada história da Humanidade através das necessidades materiais mais comuns e mais imediatas. O "fator econômico" tudo explicava — o passado, o presente e o futuro. Todas as manifestações do pensamento, todas as preocupações da vida — amor e ódio, boas e más paixões, a situação da mulher, ambições, ciúmes, orgulho de raça, relações de toda natureza entre os indivíduos e entre os povos, guerra e paz, submissão e revolta de massas, modalidades várias na constituição da família e da sociedade, regimes políticos, religiões, a moral, a arte e a ciência — tudo não passava de mera consequência do sistema de produção e distribuição da riqueza e do aparelhamento do trabalho predominante em cada época. E aqueles que manifestassem concepção mais ampla e menos simplista da natureza humana e da História, eram considerados, tanto pelos conservadores como entre certos elementos de princípios sociais avançados, como gente atrasada e desconhecedora dos mais elementares princípios científicos.

Este critério influia, naturalmente, na atuação das organizações partidárias e contribuía para que os mais nobres ideais fossem sacrificados pelos interesses materiais e por motivos econômicos quase sempre de pouca importância.

Depois, a moda mudou. Aparecer como idealista passou a ser a preocupação de muita gente que se julgava a isso obrigada, para não ser considerada retrógrada... Entre essas pessoas, encontrava-se quem procurava aparentar desprezo pelo estômago e que pretendia encarar o homem como entidade puramente espiritual, para o qual comer, vestir, satisfazer, enfim, as necessidades fisiológicas eram coisa dispensável e a que não se devia prestar atenção, sob pena de se dar demonstração de decadência moral.

Naturalmente, não me ocupo, neste trabalho dos sinistros mistificadores para os quais o idealismo não passa de mera manifestação de hipocrisia e de um instrumento de engano; dos capitalistas que pregam aos trabalhadores o sentimento do dever e o espírito de sacrifício, para amortecer-lhes as energias e poderem continuar pacificamente acumulando fortunas à custa de seu trabalho e de sua miséria; dos "patriotas" que, cheios de fervor pelo amor à pátria e dominados pelo espírito nacionalista, vivem explorando por todos os modos o próprio país e, quando podem, procedem da mesma forma quanto às pátrias alheias; dos militares que, pela glória da pátria e honra da sua bandeira, atacam outros povos, maltratando-os e oprimindo-os.

Dirijo-me à gente sincera, e, especialmente, aos militantes do movimento social libertário que se mostram preocupados por verificarem que a atividade para a obtenção de melhoramentos econômicos imediatos acabou por absorver toda a energia da organização operária, a ponto de anular a tendência para a luta em prol da transformação social; dirijo-me aos companheiros impressionados com o fato de boa parte do proletariado, deixando-se embair pelas promessas de ilusórias melhorias feitas por políticos e pelo patronato permitem passivamente que lhes vão roubando os últimos resquícios de liberdade e ainda se mostram satisfeitos com a vã esperança de conseguir trabalho permanente e salários mais remuneradores; sim, é mormente a esses companheiros que me dirijo, isto é, àqueles que o desvirtuamento da atividade da classe trabalhadora envolveu na tendência para o abandono das preocupações e da luta de caráter econômico, levando-os à conclusão de que toda a energia deve ser empregada no campo da educação e da luta propriamente revolucionária tendente à transformação libertária da sociedade.

O problema principal, a necessidade fundamental é a da liberdade, dizem esses companheiros e acrescentam que a liberdade não se conquista e não se conserva senão à custa de ativas e permanen-

tes lutas e grandes sacrifícios. Torna-se, portanto, necessário que os militantes do movimento libertário deixem de dar importância às pequenas questões de melhoramentos econômicos, passando a combater o egoísmo dominante nas massas, propagando o espírito de sacrifício e, ao contrário de prometerem a fartura, inculcando na multidão o orgulho de ser capaz de sofrer por uma nobre causa.

Perfeitamente de acordo — mas não exageremos. A liberdade, a liberdade ampla e completa é, certamente, a conquista essencial, porque ela é a consagração da dignidade humana e constitui o único meio pelo qual poderemos e deveremos resolver os problemas sociais com benefício para todos. Mas a liberdade é uma palavra vazia se não fôr amparada pelos meios que lhe facultem a possibilidade de exercer livremente a própria atividade. É sempre verdadeiro o provérbio que diz que "quem é pobre é escravo", mas não deixa de ser igualmente verdadeiro o outro provérbio que afirma que "quem é escravo é ou torna-se pobre porque perde todos os melhores característicos da personalidade humana".

As necessidades materiais, as exigências da vida vegetativa são, de fato, coisas de ordem inferior e mesmo desprezíveis, mas são a base necessária de toda vida superior, moral e intelectual. Mil motivos de natureza diversa movem o homem e determinam o curso da História; mas é preciso comer. "Primeiro comer e depois filosofar".

Um pedaço de tela, um pouco de óleo, um punhado de terra colorida, que constituem os elementos materiais para a fabricação das tintas e dos quadros, são coisas bem insignificantes para o nosso senso estético diante de um quadro de Rafael; mas, sem essas coisas materiais e relativamente sem valor, Rafael não poderia realizar o seu sonho de arte e de beleza.

Devo admitir que os idealistas são pessoas que comem todos os dias e têm sempre a natural certeza de poderem comer no dia seguinte. E é natural que assim seja, porque, para pensar, para poder aspirar a coisas mais elevadas, é indispensável dispor, pelo menos, de pequena soma, ainda que mínima, de bem-estar material.

Existiram em outras épocas — e existem ainda hoje — homens que se elevaram aos mais altos fastígios do espírito de sacrifício, homens que afrontaram serenamente a fome e a tortura e continuaram a lutar heroicamente por suas idéias, sujeitando-se aos mais terríveis sofrimentos; mas são homens que se desenvolveram em condições relativamente favoráveis e puderam, por isso, acumular uma soma de energias latentes que agem quando se torna necessário. Pelo menos, esta é a regra geral.

Em minha vida de militante libertário, tive oportunidade de, durante muitos anos, freqüentar organizações operárias, grupos revolucionários e sociedades educativas, e sempre verifiquei que os elementos mais ativos, os mais dedicados, os que sempre estavam disposto às mais duras tarefas, contribuindo não apenas com a sua atividade, mas ainda com recursos retirados de seus ganhos, não eram os mais necessitados, mas, ao contrário, justamente os de melhor situação — e que se sentiam impelidos à luta não tanto pelas próprias necessidades, mas pelo desejo de cooperar em prol de uma boa obra e sentirem-se nobilitados por um ideal. Os elementos de situação mais miserável, aqueles que, em virtude de suas penosas condições de vida deveriam ser os mais direta e imediatamente interessados na mudança das coisas, conservam-se ausentes, ou participam apenas quando a isso levados por um interesse imediato e, assim mesmo, como parte passiva, beneficiando-se do esforço dos demais.

Recordo-me bem de como era difícil e, às vezes, estéril a propaganda em certas regiões da Itália, há cinqüenta ou sessenta anos passados, quando os trabalhadores do campo e boa parte dos operários de muitas cidades viviam em condições verdadeiramente animalescas — condições essas que, quero crer, jamais possam voltar. Lembro-me também de movimentos populares provocados pela fome cessarem prontamente com a distribuição de um prato de sopa ou de alguns quilos de gêneros alimentícios.

De tudo isto concluo que, primordialmente, está a idéia, que deve animar a vontade, mas que são necessárias certas condições para que a idéia possa surgir e entrar em ação. Fica, portanto, reconfirmado o velho programa anarquista que proclama a indissolubilidade da emancipação moral, política.e econômica e a necessidade de colocar a massa popular em condições materiais capazes de permitirem o desenvolvimento dos imperativos ideológicos.

O que nos cabe, pois, é lutar pela emancipação integral do homem — enquanto aguardamos e preparamos o advento do dia em que a vitória desse desiderato seja possível — tratemos de ir arrancando,

pela ação direta dos capitalistas e dos governantes, todos os melhoramentos político-sociais e econômicos que possam criar um ambiente cada vez mais favorável para o desenvolvimento da luta libertária e permitir o aumento do número daqueles que, conscientemente, se lançam nessa luta. É preciso, entretanto, que os meios empregados para a obtenção dessas melhorias não estejam em contradição com a sua finalidade, isto é, que não impliquem, nem indiretamente, no reconhecimento da presente ordem de coisas por nós condenada e possam preparar a estrada do futuro.

Cabe-nos propagar o sentimento do dever e o espírito de sacrifício, mas não nos esqueçamos de que o exemplo é a melhor das propagandas e que não se pode pretender dos demais aquilo que nós mesmos não fazemos.

ERRICO MALATESTA

6. Métodos de Ação, Meios e Fins

MÉTODO DE AÇÀO

Concepção integral, o anarquismo tem um método próprio de ação, baseado na livre iniciativa e na solidariedade.

Os poderes públicos cedem apenas as liberdades já tomadas. A lei é inútil, quando não é nociva; fica letra morta, quando registra uma liberdade que o povo defende e usa. Repudiamos, portanto, a ação eleitoral e parlamentar, que só serve para reforçar o Estado, dar prestígio às velhas instituições autoritárias e adormecer as energias populares.

O nosso método é a ação direta, que, desde já, na conquista de pequenos melhoramentos atuais, tende a despertar a iniciativa, o espírito de espontaneidade, a decisão, a coragem, ensinando a massa popular a agir por conta própria, a unir-se e viver em luta. Hoje, mais do que nunca, ação direta, é o processo exato de rebelião proletária. Fora da ação direta, só um método existe: o colaboracionismo, o reformismo, as eleições com vistas ao poder — numa palavra, ação indireta.

Todos os partidos pseudo-revolucionários, ou da esquerda, por mais sinceros e competentes que sejam os seus chefes, têm-se atolado e sucumbido no brejo parlamentar, incapazes de resolver o problema social. E por quê? Porque, em vez de dinamitarem a tremenda máquina de repressão que é o Estado e, no campo livre, erguerem as livres Comunas, dela se fazem maquinistas ou foguistas. Evidentemente, e a jigajoga foi feita especialmente para forjar leis, seus novos guieiros não podem senão tirar leis. Mas quem diz leis, diz delimitações, obrigações, cerceamento forçado; homens que as ditam e homens que as cumprem; o burguês, autor; e o povo, obedecedor.

Ação direta é, hoje, após duas guerras desenganadoras, o caminho, indicado desde muito e agora confirmado, capaz de levar os espoliados de tudo à reivindicação do que é seu.

Ação direta é o meio certo de vencer, porque é a única forma amedrontadora do capitalismo. Nenhum parlamento assusta a alta finança. Parlamento é casa do Estado, salariado seu, a máscara política inventada para fazer crer ao povo ser ele, povo, o soberano e serem púrpuras seus andrajos de escravo.

Ação direta é a voz única das reivindicações a de Spártacus revoltando gladiadores, a dos servos medievais irrompendo contra feudatários bárbaros; a da Revolução Francesa assaltando bastilhas, destruindo nobrezas, apeando cleros; a do Zumbi lutando, com os escravos, pela sua libertação, nos Palmares; a dos abolicionistas brasileiros protegendo, os escravos e, concitando-os à libertação obrigando o Império a decretar a lei 13 de maio.

Só a ação direta abala tronos, ameaça tiaras, convulsiona mundos. Só ela, principalmente, educa e fortifica o povo espoliado na sua luta milenar contra as forças escravizadoras. Ação direta é a revolução. Onde ela atua, atua o espírito novo, o espírito inquieto do presente, o espírito construtor do futuro. Porque, feita a revolução, à ação direta irá ainda criar o novo mundo, a nova Humanidade, e das peias estatais e religiosas — será sempre ação, sempre energia, sempre ideal.

JOSÉ OITICICA

FINS E MEIOS

Toda a ideologia anarquista e o seu movimento têm como resultante final a transmutação dos valores morais. Querem excluir das relações entre os homens a atitude e o modo autoritários, para os ver substituídos sempre, em todas as circunstâncias da vida, pelo acordo livre e eqüitativo entre os indivíduos.

O fim a atingir é, pois, o aniquilamento das determinantes psíquicas autoritárias e sua substituição pelas determinantes

libertárias. Há que criar e desenvolver novos sentimentos. É preciso que o sensório do indivíduo reaja diversamente do que sói acontecer hoje, diante dos naturais e inevitáveis atritos que resulta da vida em sociedade.

E como atingir esse fim?

Além da crítica constante às crenças, às idéias, às superstições que são a base das instituições vigentes, e preciso falar ao entusiasmo, à rebeldia, ao senso artístico dos indivíduos; há que aproveitar-se da ira ou da alegria, da dor e do prazer, do desejo egoísta ou do sentimento altruísta, de sacrifício.

É preciso tocar todos os pontos sensíveis, forçar todas as portas para instalar dentro do espírito humano o amor pela liberdade, o horror e a repugnância pela autoridade. Não quer isso dizer que todos os meios sejam igualmente bons para atingir o fim e que este justifique aqueles. Decerto que não é a golpe de decretos, ou comandando regimentos, prendendo ou fuzilando, espalhando o terror em atentados cruéis, que hão de se desenvolver e crescer nos indivíduos a tolerância e o mútuo respeito pela liberdade.

O exemplo de um indivíduo, cuja vida é guiada pelo espírito libertário, constitui uma das maiores forças de transformação; mas seu campo de ação é restrito, não indo muito além do círculo de suas relações ou de seu grupo. Para acelerar a evolução, é necessário impressionar, comover o maior número possível de indivíduos, produzir uma emoção coletiva que é necessariamente passageira, mas que deixará nos que a sentirem impressões bastante fortes para lhes mudar a orientação na vida. As revoluções são um dos meios produtores desse fenômeno. E essa é a única conseqüência boa de uma revolução. Por esse motivo, nós não as desprezamos, embora não possamos ver nelas o fiat milagroso capaz de refundir de golpe as consciências dos homens hoje corruptos pela nefasta influência do meio social. Porque, não basta a posse das coisas, a derrota e a fuga dos detentores e sustentáculos da autoridade, visto que esta não existe por si mesma.

O que se chama autoridade é um conjunto de atitudes, de atos individuais ou coletivos de violência, de coação física e moral de uns indivíduos sobre os outros, oriundos de uma idéia ou de um sentimento. Essas idéias ou esse sentimento não se destroem a tiros de

metralhadora ou a estouros de dinamite. A luta tem de ser, em última análise, entre idéias e sentimentos antagônicos: de um lado, o desejo de mando, a fé na centralização de todas as iniciativas coletivas nas mãos de alguns, o apelo constante à coação física ou moral como último argumento em todas as questões; de outro lado, as idéias e sentimentos de mútua tolerância, de respeito à igual liberdade dos indivíduos, e a convicção, apoiada no raciocínio e confirmada pelos fatos, de que a solução do angustioso problema da felicidade humana estará na resultante final da variedade franca dos acordos entre os indivíduos e entre os agrupamentos, feitos e desfeitos livremente, a produzir a mais bela das harmonias.

VICTOR FRANCO

FEDERALISMO ANARQUISTA

Assim como estamos convencidos de que, abolindo o matrimônio regulamentado, restituímos a vida, a realidade, a moralidade ao matrimônio natural, unicamente fundado sobre o respeito humano e a liberdade dos dois indivíduos homem e mulher, que se amam; e de que, reconhecendo a cada um a liberdade de se separar do outro quando quiser, sem necessidade de pedir licença seja a quem for, negando igualmente a necessidade dessa licença para se unirem os dois, e repelindo em geral toda intervenção de qualquer autoridade em sua união, nós os tornaremos mais estreitamente unidos, bem mais fiéis e leais um para o outro — assim também estamos convencidos de que, quando deixar de existir o maldito poder do Estado para obrigar os indivíduos, as associações, as comunas, as províncias, as regiões a viverem juntos, eles se ligarão muito mais freqüentemente e constituirão entre si uma unidade muito mais viva, mais real, mais poderosa do que aquela que têm hoje de formar, sob a pressão, para todos igualmente esmagadora, do Estado.

Quando tiverem desaparecido os Estados — haverá a unidade viva, fecunda, benéfica, tanto das regiões como dos povos; e a internacionalidade de todo o mundo civilizado, primeiro, e de todos os

povos da terra depois, por meio de livre federação e de organização de baixo para cima, desenvolver-se-á em toda a sua majestade, não divina, mas humana.

Mas convém distinguir federalismo de federalismo... o federalismo burocrático não poderia ser senão uma instituição aristocrático-oligárquica, porque, em relação às comunas e às associações operárias — industriais e agrícolas — seria ainda uma organização política de cima para baixo. A organização verdadeiramente popular começa, ao contrário, com um fato de baixo — com a associação e com a comuna. Organizado, assim, debaixo para cima, o federalismo torna-se então a instituição política do socialismo, a organização livre e espontânea da vida popular.

MIGUEL BAKUNINE

LUTA DE CLASSE OU LUTA HUMANA?

Os anarquistas não negam a importância predominante dos conflitos entre as classes homogêneas e as classes que lhes estão superpostas ,ou seja, entre as classes operárias e as classes patronais, mas o anarquismo não se limita a essa visão restritiva dos conflitos sociais: procura atingir com sua crítica a todas as espécies de sujeição, seja esta econômica ou religiosa, seja política ou moral. É necessário acentuar mais fortemente essa questão de classe. Torna-se indispensável realçar, com maior precisão ainda, que, mesmo sem negá-lo, o conceito de "classe" já foi superado pelo anarquismo e pela luta anárquica. Na maneira e forma em que foi posta a questão — luta de classe, elemento único e basilar da luta anárquica — há grande contradição com os princípios do próprio anarquismo, porque nessa expressão reside precisamente o último refúgio do autoritarismo.

A experiência das realizações e organizações do "socialismo" em alguns paises vem demonstrando, com fulgurante clareza, até onde taes experiência permite o confronto entre "causas e efeitos", que a "luta" de classes" traz consigo, inevitavelmente, a supremacia de uma classe sobre as outras, conduzindo a questão ao conceito autori-

tário, isso não apenas nas suas conclusões finais, mas, em muitos casos, até mesmo na prática cotidiana.

É preciso ainda não esquecer outro fator importante, que é o da impossibildade de fixar a formação e conformação das classes e, por conseguinte, encontrar aquela "homogeneidade" — porque não existe — das classe em luta. Pretender circunscrever a questão de nossa luta a essas bases, constitui uma tentativa no sentido de restringi-la e privá-la de outros elementos que lhe dão maior elasticidade, possibilidades mais amplas de penetrar mais a fundo nas causas e essência da luta em que estamos empenhados. Em linhas gerais, quando iniciamos uma ação contra o capitalismo ou contra o Estado, fazemo-lo, sobretudo, mais porque nos move a concepção que temos da justiça, da igualdade e da liberdade, do que pelo fato de sermos membros de uma classe econômica; porque temos em vista a verdadeira revolução, não um simples movimento de rebelião que apenas nos poderia conduzir ao triunfo de uma classe, tangenciando, assim, o problema, mas não o resolvendo.

Temos sob os olhos uma experiência viva confirmada em fatos, e cada dia vemos repetir-se o mesmo fenômeno. Até mesmo nas observações cotidianas, aquilo que deveria ser a "luta de classes" nos oferece um espetáculo contrário ao que deveria chamar-se luta de exploradores. Para defenderem os próprios privilégios, os exploradores lançam os explorados uns contra os outros, criando toda uma série de pequenos interesses que ligam a eles uma parte dos exploradores, e todos se empenham na defesa dos "grandes privilégios". E são os trabalhadores, cujos frutos de trabalho lhes permitem apenas viver uma vida de miséria e humilhações, que se transformam nos verdadeiros pontilhões do atual estado de sujeição econômica, política e moral. Chegamos, assim, à conclusão de que ao lema "todos os trabalhadores são irmãos" é preciso opor o nosso lema "todos os homens são irmãos', que implica na superação do conceito de "classe" e, por conseguinte, na solução radical do domínio de uma classe que implicitamente está contido naquela.

Com isto não pretendemos negar que, na luta pela revolução em que estamos empenhados, encontraremos, se não quase exclusivamente as massas operárias certamente a maior parte destas, porque é evidente que são as que mais diretamente sofrem as conseqüências das

injustiças sociais, em cujos sentimentos é mais fácil radicar-se a aspiração e a vontade de suprimir as causas do seu sofrimento.

É essa a razão pela qual nós, de modo particular, nos dirigimos às classes operárias, mas não somente e exclusivamente a elas. Se assim não fosse, se agíssemos de outra maneira, como aconteceu com o bolchevismo, também o anarquismo cometeria o erro de conduzir os trabalhadores a não pensar como homens. Não podemos, pois, esquecer outro elemento importante que entra em jogo nas lutas da anarquismo para a conquista de um mundo novo: a força das idéias.

As idéias têm o seu valor. Os anarquistas sabem que os homens são unidos ou se dividem, mais talvez do que pelos interesses mútuos, pela comunhão das idéias que professam. E é talvez nesse fenômeno que poderemos achar as razões da tragédia do sindicalismo, porque, mesmo entre os operários que exercem o mesmo mister, trabalhadores da mesma fábrica e explorados pelo mesmo patrão, mesmo entre esses as idéias determinam conduta diferente.

Escrevia um nosso companheiro argentino há muitos anos: "É bem possível que em alguns indivíduos a idéia de justiça nasça de interesses pelo que é justo, mas é também verdade que os interesses pelo que é justo nascem da idéia de justiça". A idéia de classe e dos interesses absolutos de classe, como mais propulsora da ação dos trabalhadores na sua luta revolucionária, equivaleria a excluir quase naturalmente a ação das idéias, enquanto que, agora mais do que nunca, vemos que não é assim; ao contrário, percebe-se um certo "fatalismo", mais nocivo que inexistente, porque as classes operárias não são chamadas fatalmente nem a substituir as classes burguezas, nem a mover-se em determinado sentido. Esse fatalismo, se fosse real, excluiria todo critério de luta em busca de uma solução humana, porque, nesse caso, a luta seria fatal... Entretanto, há um elemento importante que entra nessa luta como fator decisivo de direção: a vontade. Malatesta sublinhou com muita importância esse princípio e, sem haver necessidade de citar particularmente qualquer escrito seu, bastará que recordemos de algumas das publicações que levaram o seu nome como responsável: "Voluntà" e "Pensiero e Voluntà", que são, por si sós, um programa, mas, sobretudo, um incitamento. E Luiggi Fabbri, completando o pensamento malatestiano, afirmava: "A luta anárquica é humana, seja pelo escopo

final a realizar o conceito de fraternidade entre os homens, seja pelo escopo imediato de superior Humanidade em nós mesmos e em torno de nós, tanto quanto possível".

UGO FEDELLI

POR QUE OS ANARQUISTAS NÃO ACEITAM A AÇÃO POLÍTICO -ELEITORAL ?

Ainda há, mesmo entre pessoas letradas ou que se têm nessa conta, quem faça essa indagação. Destinando-se esse livro a conduta dos anarquistas, torna-se necessário falarmos, embora sumariamente, sobre as razões pelas quais os libertários não aceitam a ação parlamentar, abstendo-se, conseqüentemente, de votar para a escolha de representantes junto às várias casas legislativas, na base da política partidária. Para esse fim, são aproveitadas as considerações contidas na carta com que o autor deste livro se pronunciou sobre a apresentação de seu nome como candidato a deputado, por ocasião das eleições realizadas no começo de 1918, quando se encontrava preso na Casa de Detenção (então Cadeia Pública), processado como "autor psico-intelectual" da greve geral de 1917, que paralisou toda a vida produtiva de São Paulo:

"Não hesito em tornar pública a minha conseqüente resolução, já manifestada a amigos junto às grades do cárcere, de me opor terminantemente à apresentação da minha candidatura, lançada por amigos, talvez alheios à inteireza doutrinária dos princípios libertários, de seus métodos de ação e das normas de coerência a que necessariamente estão adstritos todos quantos os professam.

"Não posso, não devo e não quero aceitar a indicação de meu nome para candidato a deputado, embora isso seja feito como uma manifestação de protesto contra uma violência, de repulsa contra a iniqüidade com que, através da minha pessoa, se pretende ferir a classe trabalhadora, da qual sou obscuro militante.

"Como libertário, não aceito a ação parlamentar, que implica na delegação de poderes, o que constitui séria divergência doutrinária com o anarquismo. É em obediência a este sábio critério que os libertários, arrostando dificuldades sem conta, lutam incessantemente no sentido de conseguir que cada elemento do povo, libertando-se da mentalidade messiânica imperante, tornando-se senhor de si mesmo, constitua uma unidade ativa na vida social, agindo em causa própria no patrocínio dos interesses que, sendo seus, estão em harmonia com os da coletividade. Entendem os anarquistas, abroquelados em exemplos, de ontem e de hoje, que não seria decoroso contar com a votação de descontentes ocasionais das várias capelinhas políticas em desarmonia, e bem pouco numerosos seriam os homens animados de espírito liberal que, embora alheios à classe obreira, se sintam revoltados contra as injustiças com ela praticadas e, por isso, poderiam acorrer às urnas, conclui-se, logicamente, que o protesto teria resultado contraproducente.

"Vê-se, pois, que, mesmo sob esse aspecto, a candidatura como protesto é desaconselhável. Tem-se tentado esse ato em outros países, é certo, mas em meios socialmente trabalhados a onde a parte dos socialistas concorde com o parlamentarismo se acha fortemente organizada .

"Necessário se torna, entretanto, dizer que embora os beneficiados por essas manifestações sui generis de protesto pertencessem aos seus, os anarquistas sempre se lhes opuseram, conservando-se fiéis aos seus princípios, abstendo-se, assim, de contribuir, embora de maneira indireta, para alimentar no povo a confiança em uma instituição por eles condenada.

"Sou, portanto, conseqüente com a minha condição de libertário não querendo intervir nas próximas eleições. Os amigos autores dessa iniciativa, a cujos bons intuitos presto homenagem, estou certo, não me quererão mal por isso, pois que é justamente à firmeza com que me tenho esforçado para sustentar as minhas convicções que atribuo a sua confortadora manifestação de simpatia. E tão eloqüentes são as lições dos acontecimentos desenrolados neste excepcional momento histórico que os exemplos de épocas anteriores são dispensáveis para que o ponto de vista libertário, evidenciando chocantemente o seu acerto, se imponha ao critério de quantos se preocupam com o problema da questão social.

"De fato, se das plagas lusitanas às estepes russas algo de valia se verifica contra a hediondez da guerra e os pruridos de tirania, isso tem partido da ação direta do povo oprimido e explorado em

desespero. Em tão tremenda conjuntura, a ação parlamentar, quando deixa de ser inócua, passa a ser danosa ou contraproducente. Por que, pois, reincidir numa experiência já eficientemente realizada, com resultados negativos, em meios que ofereciam todas as circunstâncias julgadas necessárias para o desejado bom êxito?

"Considerações sem conta poderia ainda aduzir em abono da minha maneira de encarar a ação parlamentar. Julgo-me, porém, dispensado de o fazer, por me parecer ter dito o suficiente para que se possa concordar ou, quando menos, respeitar a resolução por mim tomada de não aceitar a inclusão de meu nome na lista, já bastante longa, daqueles que, por ambição pessoal, por interesses subalternos da politicagem ou também, segundo os libertários, por um critério político-social, pretendem conseguir das poltronas do Parlamento o que só será conquistado pela ação dicidida do povo, que, dos seringais da Amazônia às coxilhas sulinas, suporta o jugo de um regime revoltantemente opressivo

"Nem por se tratar de uma votação de protesto poder-se-á desprezar a repulsa doutrinária do anarquismo à minha participação, como candidato, na eleição de 1.° de março. Baseados na história e na experiência de muitas décadas de ação eleitoral, o que urge é intensificar a obra de educação social do povo, fazendo com que ele chegue a ter consciência dos seus direitos e adquira confiança na sua força para deixar de confiar a uns tantos indivíduos guindados às casas legislativas pelo seu voto ou pelos conchavos politiqueiros — indivíduos esses nem sempre bem intencionados e sempre sujeitos à corrupção imanente do fastígio do poder — aquilo que só ele, em luta perene, poderá e deverá conseguir.

"Seria ocioso, e mesmo foge aos limites desta carta, a demonstração da inanidade e até da influência danosa exercida pela ficção parlamentar da luta popular para a conquista de mais elevados estágios sociais. A experiência é a grande mestra, e esta nos ensina que o Parlamento, instituição essencialmente burguesa, nunca agiu e jamais poderá agir em detrimento da vigente ordem de coisas, o que corresponde a nada fazer em proveito do povo e da causa pública.

"Qualquer melhoria na situação da plebe, por insignificante que seja, representa o resultado de sua própria ação exercida fora das esferas parlamentares. As resoluções dos chamados representantes

populares só são efetivadas quando representam o reflexo das conquistas feitas pela pressão partida de baixo, do povo em movimento. De maneira diversa, os seus decretos e as suas leis têm sido e continuarão a ser meros farrapos de papel.

"Farta messe de exemplos poderia robustecer estas asserções. Sem termos em conta o que se passa entre nós, onde o Parlamento é essa coisa dispendiosa e improdutiva que todas as pessoas de bom senso reconhecem, não podemos desprezar os ensinamentos que nos vêm de países nos quais a vida parlamentar se desenvolve ao redor de partidos com programas políticos e sociais definidos e sujeitos ao influxo permanente da opinião pública, que aqui, desgraçadamente, por causas múltiplas, ainda não exerce a necessária influência". (1)

EN SÍNTESE: — Repudiamos o parlamentarismo e a ação eleitoral, não só pela razão teórica de ser o Parlamento uma instituição autoritária, incumbida de forjar leis obrigatórias, mas ainda por outros motivos teóricos e práticos. Eis alguns:

Quanto ao Parlamento:

1.° — A assembléia parlamentar é incompetente para decidir sobre qualquer dos assuntos da vida social. Um congresso de técnicos (médicos, engenheiros, sapateiros etc), discute com conhecimento de causa o que é de seu ofício; num Parlamento, cada ponto de vista, cada ramo de saber tem sempre para o tratar uma minoria, sendo, no entanto, a maioria que decide.

2.° — O seu poder limita-se a formular leis, sendo impotente para as fazer aplicar, quando porventura cheguem a contrariar os interesses das classes dominantes, dos proprietários, que têm nas suas mãos as autoridades, e os próprios favorecidos, seus dependentes, por meio dos salários.

3.° — Ambiente burguês e politicamente dominado pelos interesses capitalistas e financeiros exerce uma inevitável corrupção sobre os que para lá entram, vindos do seio do povo trabalhador e animados das melhores intenções.

4.° — Dispensa o povo de agir diretamente e entretém as impaciências populares tanto mais eficazmente quanto mais atroadores e "revolucionários" forem os discursos ali proferidos.

Quanto à ação eleitoral:

1.° —Trata-se de obter número, e para isso fazem-se apenas vagas afirmações, esconde-se o ideal revolucionário e entra-se em combinações e intrigas.

2.° — A ação eleitoral e parlamentar chama ao socialismo uma chusma de aventureiros da pequena burguesia, de profissionais da política e do intelectualismo, etc., que corrompem e desviam o movimento.

Querendo uma revolução profunda, verdadeiramente social, em que o povo espoliado e oprimido desaproprie o capitalismo e socialize os bens sociais; sabendo que essa revolução não pode ser decretada do alto, que nenhuma classe privilegiada se despoja de bom grado de seus privilégios, que a emancipação do povo há de ser obra dele próprio, como é lição da História, os anarquistas querem que o povo se habitue, desde já, a agir diretamente e a associar-se, sem confiar em criaturas providenciais, guias ou dirigentes, líderes ou messias, e sem delegar poderes a pretensos defensores ou protetores. (2)

(1) EDGARD LEUENROTH
(2) "Ação Direta", Rio de Janeiro

O EMPREGO DA VIOLÊNCIA

Sendo justamente os anarquistas os inimigos mais decididos — pois que negam a autoridade precisamente porque ela significa violência sistematizada — criou-se em volta deles uma espécie de lenda que lhes empresta a intenção de pretenderem afirmar os seus princípios sobretudo por meio da violência.

Ora, é necessário esclarecer bem este ponto. Nunca temos deixado de aprovar, mesmo quando as leis excepcionais o vedaram, todos os atos de revolta individual ou coletiva que se oponham à violência da tirania lançando mão da violência defensiva.

É evidente que, quanto maior é o grau de submissão aos opressores, mais dura é a opressão e que, para termos a esperança de

vencer, é necessário combatermos com armas iguais, se não superiores. Diremos ainda que, para nós, o indivíduo, pela grande desproporção existente entre ele e a enorme potência estatal, está plenamente justificado no recorrer, pela resistência, a todos os meios a seu alcance.

Limitam-se os anarquistas ao emprego da violência para a destruição do regime da mesma violência, que os esmaga; mas de modo algum concebem a organização de uma nova sociedade pela força. A obra de renovação não se efetuará senão no sentido de ser eliminada toda a autoridade, não achando esta a sua justificação senão na pretensa necessidade de manter o equilíbrio entre os interesses, o que significa continuarem a existir interesses opostos. Entretanto, choque de interesses significa luta de classes — quando a supressão destas é o verdadeiro objetivo da revolução. Enquanto não for alcançado esse objetivo, a obra revolucionária não poderá interromper a sua trajetória.

Temos sido sempre profundamente sinceros quando afirmamos que Anarquia quer dizer negação da violência. Mas suportá-la, mesmo sem para ela contribuir diretamente, significa, sem dúvida alguma, deixar livre o campo. A passiva resistência tolstoiana tem grande e inegável valor moral; mas é evidentemente insuficiente. É preciso fazer que o braço que nos vibra os golpes de espada pare, e não esperar que ele se canse de nos flagelar!

Deixemos de lado os hipócritas que fingem não reconhecer que a dominação capitalista se mantém de pé unicamente graças ao emprego sistemático da violência, para se indignarem com a resistência adequada que àquela se contrapõe.

Excetuando o curto período de luta entre um poder que declina e um poder que surge — período forçosamente anômalo e que todos almejam que seja o mais curto possível a violência é considerada como atributo exclusivo e característica função de governo. As piores atrocidades são devidas às ordens dos representantes do Estado, em nome de uma verdadeira ou suposta maioria, mas quando muito, discutíveis sob o ponto de vista da oportunidade, da utilidade e da maneira de aplicá-las; mas fica claro e patente que o poder significa ter toda a faculdade de se impor a outrem por meio da força.

Como anarquistas, somente admitimos a violência quando aplicada contra a violência. Os nossos adversários de todas as tendências, entretanto, a concebem só e exclusivamente a serviço da autoridade.

LUÍS BERTONI

A DEFESA DA NOVA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

O problema da defesa da organização socialista libertária foi posto diante de nós, anarquistas, pelos fatos da história atual, a reclamar uma solução. Ora, essa solução depende diretamente da que dermos ao problema correlato, qual seja o do início e da marcha da revolução. Aqui, o problema envolve uma questão de doutrina. Duas correntes disputam a solução: a autoritária, centralizadora, representada pelos sociais-democratas e pelos marxistas comunistas, e a libertária, autonomista, representada pelos anarquistas.

Até hoje, nas mais recentes revoluções, a corrente predominante tem sido a autoritária, e autoritários têm sido os processos para guiar e defender a revolução. A corrente libertária, anarquista, devido a circunstâncias históricas alheias à sua vontade, não tem podido execer a necessária influência. E isto se compreende facilmente, dado o limitado número de anarquistas em relação às multidões políticas e a morosa penetração das idéias nas massas em muitos países que, infelizmente, ainda possuem mentalidade muito afeita aos métodos autoritários.

Se nos movimentos de luta para a transformação social predominarem os métodos anarquistas, anárquicos serão os processos de luta, e anárquica será a organização de defesa. O que caracteriza o anarquismo como sistema é a coerência lógica de suas finalidades com os meios empregados para realizá-las. Essa é a sua força. Abandonar essa coerência é de antemão ser condenado à derrota; é ver o inimigo, a autoridade, surgir triunfante dentro das próprias fileiras.

Portanto, para os anarquistas, defender a revolução é manter o seu caráter anárquico, e, para mantê-lo, é logicamente necessário que esse caráter exista desde o início.

Como imprimir caráter anárquico à revolução? Antes de tudo, fazer o possível para que a luta se estabeleça simultaneamente por toda parte, mantida por grupos de revolucionários autônomos, capazes de realizar separadamente, sem esperar nenhuma orientação vinda de qualquer parte, todo objetivo da revolução.

Quando o fogo irrompe num só ponto, é fácil extingui-lo ou circunscrevê-lo; mas, quando surge de todos os lados, não há forças capazes de apagá-lo.

Diante de uma revolução verdadeiramente anárquica, a burguesia será impotente. Que poderá ela fazer quando as comunas autônomas surgirem por toda parte, tendo todos os seus habitantes armados e prontos a defendê-las?

O problema é sempre o mesmo: dividir, descentralizar a vida social, criando milhares de organismos vivos capazes de se defenderem de um inimigo visível — a burguesia — e de um inimigo invisível porém mais forte ainda porque está dentro de nós mesmos: a mentalidade autoritária.

VICTOR FRANCO

O POVO LIBERTADO DEFENDERA O REGIME DE IGUALDADE SOCIAL

Os socialistas autoritários põem em dúvida a possibilidade de defesa do novo regime social sem Estado. Resposta a essa dúvida: a queda do capitalismo e a implantação do socialismo evidenciarão a superação da força socialista sobre a burguesa. E bem diz o ditado: quem pede o mais pode o menos. Se houver força para vencer o capitalismo, logicamente essa força será capaz de defender a nova situação e dominar qualquer tentativa da reação.

Dizem: há muitos elementos de condição não capitalista involuntária, mas diretamente ligados à sociedade burguesa, arrastados, portanto, a defendê-la, julgando que, assim, defendem os próprios interesses. Esclarecendo: diz-nos a lógica rudimentar que, se o movimento renovador acabar com o domínio burguês e estabelecer um regime de igualdade social na base de bem-estar e felicidade para todos, fazendo que esses elementos constatem os benefícios da transformação, pouco provável será a sua ação em favor dos tiranos decaídos. Há algo mais importante: se a sociedade burguesa, com toda a sua multicentenária entrosagem de poder, força e dominação em pleno funcionamento, não puder impedir a sua queda e a vitória do socialismo, parece de infantil raciocínio concluir-se não poder constituir perigo à estabilidade do novo regime.

Quem enfrentará os possíveis elementos reacionários renitentes e garantirá a estabilidade do socialismo? Resposta: o mesmo elemento que derrotar o capitalismo e estabelecer o socialismo. Como? Mantendo-se o povo preparado para defender o que é seu. De que forma? Lançando mão, onde como e quando seja preciso, de tudo quanto a luta exigir para repelir e vencer o inimigo.

Quem ensinará e orientará? Como em todos os ramos de atividade, os técnicos dessa especialização, que agirão, como os outros, sem as influências hierárquicas que alimentam a autoridade.

Como demonstração das possibilidades de defesa da nova situação social sem a intervenção do militarismo profissional, há muitos exemplos, como o das milícias libertárias na revolução espanhola, que surgiram no momento preciso com as organizações de defesa dos locais de trabalho, das ruas, dos bairros, de aldeias, de cidades, todas elas baseadas no princípio da organização livre, entrosando-se federativamente.

Os exércitos profissionais mantidos pela organização do capitalismo, consumindo a maior parte dos orçamentos de todos os países, são constituídos para defesa da ordem estabelecida — e essa ordem é a que mantém o regime da burguesia, baseado na exploração do homem pelo homem, ocasionando a desigualdade social, que facilita uma vida até de esbanjamento para a minoria dominante, enquanto a maioria laboriosa leva vida de penúrias e de misérias.

Por mais potentes que sejam, esses exércitos tornam-se ineficientes quando são postos em ação na defesa da ordem constituída ferindo legítimos direitos do povo que os mantém. E isso por lhes faltar a base moral, de justiça social, que, mais dia menos dia, vence a brutalidade organizada, mesmo quando defendida por elementos menos aparelhados e aparentemente menos potentes.

Exemplos há inúmeros. Os grandes impérios de todos os tempos e, recentemente, o fascismo em todas as suas modalidades. O fascismo, na Itália, e o nazismo, na Alemanha, principalmente, constituíram as maiores forças conhecidas. De que valeu isso? Dominaram, é certo, mas acabaram sendo vencidos da forma que todos sabemos. Por quê? Porque eram apenas a expressão da força a serviço da ambição de domínio. E por quem foram vencidos? Por elementos que conclamaram os povos para a defesa de princípios de justiça, repelindo a brutalidade, a violência organizada contra o indivíduo e a coletividade. Foi a força moral que se sobrepôs à força bruta da autoridade.

Derrubada a sociedade burguesa — baseada em todas as formas de injustiça — pelo socialismo — que se baseia nos princípios de justiça social e, fazendo cessar a exploração e a tirania e estabelecendo um regime de bem-estar e liberdade para todos, quanta força moral não animará o povo para lutar contra quem pretender roubar-lhe essa conquista! E quando qualquer perigo surgir, organizar-se-á em massa e lutará como for preciso, lançando mão de todos os meios que forem necessários para vencer a injustiça, em defesa da justiça, contra a tirania, em defesa da liberdade.

EDGARD LEUENROTH

7. O Anarquismo e as Demais Correntes Socialistas

O VERDEIRO SOCIALISMO ESTA COM O ANARQUISMO

Socialismo, em sua legítima significação histórica, é a socialização da propriedade e dos meios de produção, isto é, a reversão dos bens sociais, à comunidade humana, para serem postos em proveito de todos, visto serem produto do esforço de todos. Não altera essa significação a atividade desvirtuadora desses partidos rotulados de socialistas, surgidos por toda parte e que se perdem no emaranhado da politicagem.

Por comunismo, também de acordo com sua significação histórica, os anarquistas entendem o sistema de convivência social que, dentro do socialismo, se estrutura de acordo com o princípio — "de cada um segundo sua capacidade e a cada um segundo as suas necessidades". Com a denominação de comunista existe o partido, hoje com ramificações internacionais, surgido durante a revolução russa, quando o partido bolchevista assim passou a chamar-se. Entretanto, a existência e a atuação desse partido, cuja ditadura domina a Rússia, os países balcânicos, a China e parte da Alemanha, não modifica o sentido daquela denominação.

O movimento socialista, que se corporificou na segunda metade do século passado, definiu-se em três escolas, ou correntes, durante a atividade da Associação Internacional dos Trabalhadores, a hoje chamada Primeira Internacional: socialismo democrático, socialismo ditatorial e socialismo libertário ou anarquista. Tanto os socialistas democráticos como os ditatoriais participam da política eleitoral na disputa de lugares nas câmaras legislativas e municipais, bem como, nos órgãos governamentais e burgueses.

Após a transformação da sociedade, os socialistas democráticos admitem o Estado como gestor dos bens sociais e da administração pública. Os ditatoriais têm no Estado seu principal objetivo, para transformá-lo em detentor e gestor de todos os bens sociais, dominando pela ditadura absoluta todos os setores da sociedade. Ambas essas correntes alegam que o uso do Estado é transitório e que um dia será extinguido. Os bolchevistas dominantes da Rússia dizem que chegarão ao comunismo, passando, antes, pelo socialismo. Mas é um absurdo em face de todas as leis físicas e sociais pretender extinguir um órgão fortalecendo-o até à hipertrofia.

Os socialistas libertários ou anarquistas, condenando o Estado como órgão parasitário, explorador e tirânico, e a instituição do monopólio da propriedade, como iníqua e anti-social, lutam por uma organização que considera o indivíduo como sua unidade essencial e que, repudiando todas as normas totalitárias e ditatoriais, seja baseada no livre consenso, determinada e regulada pelas necessidades, aptidões, idéias e sentimentos de cada qual, dentro de uma vasta confederação socialista-libertária de comunas livres, estruturadas pelas organizações profissionais, técnicas, científicas, artísticas, culturais, recreativas etc. Esse é o verdadeiro socialismo, obediente aos seus fundamentos históricos, que os anarquistas propagam, lutando para que seja aceito e posto em prática pelo povo.

A política orientada pelo jesuítico lema de que o fim justifica os meios, que pauta a ação dos socialistas estatistas, vem arrastando o socialismo como os acontecimentos têm demonstrado, para um desastroso desvirtuamento de suas finalidades.

A liberdade só se chega seguindo o roteiro da liberdade.

EDGARD LEUENROTH

ANARQUISMO E MARXISMO

Não é raro encontrar-se, entre os observadores do problema social, quem não compreenda porque o movimento socialista — tomada esta designação em seu verdadeiro significado — não reúne num único

e poderoso bloco todos os elementos que no mundo lutam contra a sociedade capitalista, causadora da desordem que atualmente infelicita a Humanidade, para substituí-la por um regime que seja organizado de maneira que a todos e a cada um dos membros da coletividade humana possa ser proporcionada uma situação de bem-estar e liberdade.

Parece, a quem assim ajuiza, que os embates entre marxistas e anarquistas — às vezes calorosos e violentos — não passam de querelas pessoais ou de questões de família, que poderiam ser favoravelmente resolvidas para o bem do movimento proletário e da transformação da atual organização social num sentido libertário. Não é de hoje que se verifica essa confusão — e isso porque nem sempre se aprofunda o exame dessa divergência, considerando-se como sua causa simples questões transitórias e não antagonismos de princípios e de métodos de ação — como realmente é.

De fato, a verdade é bem diversa, e, buscando-se os fundamentos históricos da controvérsia, será constatado que ela vem de longe. Desde a cisão verificada, em 1868, entre os componentes da Associação Internacional dos Trabalhadores (a chamada Primeira Internacional) e da qual resultou a separação dos socialistas libertários (anarquistas) e dos socialistas autoritários (marxistas), desde então, anarquistas e marxistas colocados em campos na luta social, estão em permanente oposição.

A princípio, poderia parecer que marxistas e anarquistas — então concordes na necessidade da supressão do Estado — apenas diferiam quanto ao momento de se operar tal supressão. Entretanto, a divergência circunstancial era a expressão de um fundamental contraste entre duas concepções filosóficas e sociais. Essa oposição irremediável vem-se acentuando porque, de dia para dia, torna-se mais evidente que o marxismo é um desvio desvirtuado do socialismo, tornando-se dogmática superstição causadora da degeneração e do atrofiamento do movimento da emancipação proletária e humana.

O anarquismo e o marxismo divergem fundamental, irremediavelmente, de maneira absoluta no critério de considerar o homem. Em conseqüência disso, a partir das primeiras polêmicas do tempo da Associação Internacional dos Trabalhadores até os embates de hoje, esse contraste profundo coloca em campos contrários os militantes sociais que, doutrinariamente, não falam a mesma linguagem.

Para os marxistas, os elementos sociais atuantes encontram-se fora do homem que não passa, para eles, de um autômato a mercê das forças abstratas e místicas a que denominam economia, dialética, determinismo histórico etc., elementos esses que o marxismo afirma ter revelado.

Para os anarquistas, ao contrário, qualquer que possa ser o seu ponto de vista sobre o desenvolvimento histórico, o homem existe e age no universo como o único elemento pensante, agente e criador — ponto de partida e ponto de chegada de tudo quanto se relaciona com a vida social.

É preciso compreender que essas duas atitudes perante o mundo e o homem derivam de duas mentalidades de certo modo orgânicas e, conseqüentemente, opostas. Chega-se, por isso, à conclusão de que, sob a sua fraseologia científica, o seu materialismo absoluto, o seu antifilosofismo niilista, Carlos Marx não passou de um crente em busca de um credo. E, se ele tanto se apegava à ciência, era porque esperava nela ou por meio dela encontrar um novo principio absoluto. Marx e os seus dialéticos, desdenhando, embora, as religiões e os deuses, na realidade não podem conceber a Humanidade e o homem entregue a si mesmos, livres de leis rígidas e eternas a guiá-los infalivelmente. Em outras palavras: Marx e os marxistas substituíram. Deus pelo fatalismo histórico. E foi por isso que Marx não se cansou de apresentar uma explicação completa e definitiva do mecanismo social. Não importa que esse sistema não passe de um conjunto bizarro e pueril de abstrações metafísicas, de um economismo vulgar e de um cepticismo simplista, desde que ele sirva de elemento de fé para aquele que nele acreditam.

Eis porque, àqueles que à nossa crítica ao marxismo opõem a afirmação de que o prestígio deste prova ser ele o melhor sistema, respondemos que, quando o fanatismo assim se apresenta como elemento de orientação, deixa de haver lugar para a lógica, e que a Humanidade já teve ocasião de constatar coisas muito mais absurdas conseguirem ainda maior prestígio do que o atribuído ao marxismo. Isso explica porque aquilo que origina a fraqueza intrínseca do marxismo lhe proporciona, ao mesmo tempo, certas vantagens.

É precisamente por desprezar de vez a dolorosa complexidade da tragédia social da Humanidade — a que não se pode fugir — que o marxismo apega-se ao amorfismo e à obediência, que proporcionam a possibilidade de obtenção de vantagens no terreno da política.

Apreciando-se, assim, o aspecto essencial do marxismo, compreende-se toda a significação dos protestos e da ação de Miguel Bakunine. Enquanto o professor Carlos Marx preparava pesadamente o seu novo evangelho, Bakunine, o rebelde errante, contribuía esforçadamente com seus escritos para destruir em seus mais profundos alicerces a idéia de Deus, chegando, com uma lucidez genial, a identificar Deus com o Estado — esse Estado que Marx e seus adeptos viriam a tornar instrumento de seu sistema social. Deve-se salientar que Miguel Bakunine, considerado como o primeiro grande adversário de Carlos Marx, nascido em pleno feudalismo, denunciou; há cerca de um século, as características místicas do Estado que havia de desenvolver-se monstruosamente através dos anos até chegar ao estrangulador Estado totalitário do século XX. Conclui-se, pois, que o marxismo não podia, naturalmente, deixar de chegar até o fim de seu destino. Um sistema tão absoluto e autoritário em sua essência tinha forçosamente de acabar, como aconteceu na Rússia, numa ditadura onipotente.

É por essa mesma ordem de idéias que se é levado a fazer justiça ao malsinado Max Stirner. Esse filósofo arguto e combativo — mais filosofo que sociólogo — conhecendo e tendo freqüentado o ambiente intelectual do qual devia sair o marxismo, compreendeu perfeitamente o que havia de vazio nesses inovadores que andavam à cata de idéias novas "como um cão que fareja as pessoas em busca de seu dono".

Através das exagerações e dos paradoxos do "Único e sua Propriedade", irrompem o protesto e a rebelião do indivíduo, da personalidade humana, contra essas ideologias pretensamente novas, mas geradoras de novos princípios absolutos e de novas escravidões. E são brados de alerta que ainda hoje devem ser examinados.

Dada a natureza deste trabalho, poderia parecer fora de propósito a citação de individualidades e atitudes tão diversas, mas isso se tornou necessário para salientar que, já no tempo de Carlos Marx, o pensamento anarquista, acima de contingências políticas e, como que instintivamente, se opunha à mentalidade marxista. É que, independentemente desse embate de princípios entre pessoas, o antagonismo entre o anarquismo e o marxismo tem bases bem mais profundas.

Ainda que haja fanáticos que, em sua desorientação, cheguem a considerar o nascimento de Carlos Marx como o advento de uma nova era histórica, a verdade é que o socialismo já constituía uma doutrina bem definida antes que o pai do neohegelanismo surgisse no cenário do movimento social. Dispensando-nos de longas definições, dizemos apenas que o socialismo é o resultado de um longo processo de evolução que conduz o homem de sua animalidade primitiva às mais perfeitas expressões da civilização. Com pontos de vista diversos, segundo as suas tendências, todos os socialistas conheciam a sua doutrina e sabiam definir o seu ideal.

Carlos Marx e seus amigos pretenderam tudo modificar. Abruptamente, em nome da sua ciência, preferiram alijar do socialismo todo idealismo, toda filosofia e toda moral, como se fossem simples quimeras. Entretanto, na realidade, o chamado socialismo "científico" do marxismo outra coisa não é senão uma chocante manifestação de amoralismo burguês, da mesma forma que o "determinismo econômico" baseia-se nas normas mercantis do capitalismo, segundo as quais tudo se reduz a questões de transações comerciais, no regime de compra e venda, com preços e lucros. Assim, desde que, segundo o marxismo, o socialismo devia fatalmente resultar da evolução catastrófica do capitalismo, conseqüentemente todos os meios se tornam aceitáveis, segundo os marxistas, para apressar o advento do Estado onipotente, chamado proletário. Tanto pior para aqueles que se colocaram no caminho desse desastroso destino.

Eis por que, quando combatia Miguel Bakunine, agia Carlos Marx perfeitamente de acordo com os fundamentos de sua doutrina e de sua fé. É pelo mesmo motivo que, presentemente ,onde os marxistas conseguem situações de mando, os anarquistas sofrem a sua perseguição sistemática, com prisões, campos de concentração e execuções, como aconteceu na Rússia e está acontecendo na Polônia, na na Bulgária e nos demais países balcânicos que estão sob o domínio russo.

Como fecho destas apreciações a propósito do antagonismo entre anarquismo e marxismo — muito breves, em relação à complexidade do assunto — limitamo-nos a consignar estas sintéticas conclusões:

O anarquismo é o herdeiro e o intransigente defensor do verdadeiro socialismo. Só o anarquismo vem defendendo desde os seus primórdios, trazendo-o íntegro até os nossos dias, o que o socialismo tem de essencial: o sentido da liberdade.

O marxismo, embora tenha concorrido com algumas contribuições apreciáveis para o estudo do problema social, tornou-se, em sua contextura e em sua ação, um desvirtuamento e uma corrupção do socialismo. À medida que consegue vencer politicamente, vai esvaziando o socialismo do seu conteúdo idealístico e de sua renovação social.

Tudo leva a crer não estar longe o momento em que estas verdades se tornarão geralmente conhecidas, e, então, o movimento socialista se libertará inteiramente das peias atrofiadoras do marxismo, da mesma forma que um organismo sadio consegue libertar-se de um corpo estranho. Terá, então, chegado a ocasião propícia para o anarquismo poder, com mais amplas possibilidades, amparado por seu prestígio histórico, impulsionar o socialismo no sentido da derradeira etapa de sua finalidade, que é substituir o atual regime de misérias e tiranias pela sociedade livre de amanhã, em que o bem-estar material, individual e coletivo, terá como corolário irrecusável a liberdade.

G. ERNESTAN

A DITADURA DO PROLETARIADO E O SOCIALISMO

O ideal anarquista, é negação de todo princípio de autoridade e a expressão mais completa das aspirações de liberdade que sintetizam a luta dos povos através dos tempos. Defendendo esse ideal que tem por objetivo extinguir a divisão das coletividades em classes antagônicas, fonte de todas as lutas que ensangüentam a História, não podem os anarquistas concordar com a idéia de que, à ditadura do capitalismo, origem de todas as tiranias, se oponha a ditadura de outra classe. Embora essa classe seja o proletariado, seria isso fazer que a transformação social faltasse ao seu fim, deixando sobreviver o germe das disputas que perturbam a normalidade da vida coletiva. Seria simplesmente substituir a ditadura dominante por outra que passaria a dominar. A ditadura perduraria. E o grande mal está na permanência do domínio do princípio ditatorial.

Toda a vida da nova sociedade deve basear-se no trabalho, e a organização dos que trabalham, em todas as suas modalidades, manuais ou intelectuais, é a base da coordenação de todos os elementos que exercem função útil à coletividade. É pela obra reconstrutora dessa organização — praticada de acordo com os interesses coletivos, na base do federalismo libertário — que se operará a extinção das classes, como a natural absorção das categorias inúteis e parasitárias.

Não concordando com a ditadura do proletariado, repelimos, com muito mais razão, a ditadura de um partido, ainda que esse partido, se apresente como sendo a elite do elemento revolucionário social e como a vanguarda da classe trabalhadora. Entendem os anarquistas que, dando-se à organização profissional a necessária eficiência de coesão, de capacidade administrativa, técnica e revolucionária no sentido renovador libertário, ela poderá assegurar o êxito da transformação social e a obra reorganizadora da sociedade.

O capitalismo, é certo, tratará não só de defender por todos os meios os seus privilégios de classe, durante o movimento reivindicador, mas também de reconquistá-los, após a queda de seu domínio. O proletariado, pois, deve preparar-se suficientemente para sustentar a luta, convencido de que será penosa e demorada. No embate decisivo, bem como no período de reorganização da sociedade, terão de ser usados os recursos revolucionários que as circunstâncias mostrarem ser necessários para a vitória sobre os elementos reacionários, até se firmar a estabilidade do novo regime. Entretanto, nunca perderemos de vista a verdade histórica de que a liberdade do povo só poderá ser conquistada pelo esforço organizado do próprio povo e nunca imposta pela coação de um poder central. Surgindo, muitas vezes, com intuitos revolucionários, esse poder naturalmente

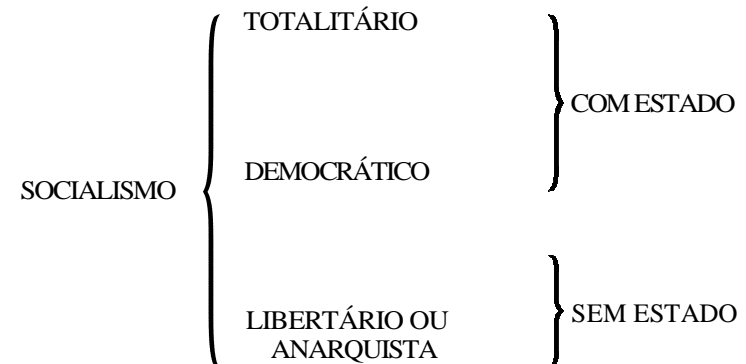
se transforma em organismo de reação sistemática, quer contra os elementos da direita, quer contra os da esquerda que trabalharam para efetivar a obra de transformação social.

O objetivo da revolução em todo o mundo é um só: a queda do capitalismo com todas as suas instituições draconianas. Julgam os anarquistas, entretanto, que a ação transformadora da sociedade terá naturalmente de se desenvolver, não em obediência a um padrão uniforme, como a ditadura do proletariado ou de um partido, mas de acordo com as exigências, cheias de modalidades diversas em cada país, obedecendo às características próprias de cada povo e às tendências históricas do seu movimento revolucionário.

Depois, há, ainda, a considerar uma questão de lógica. Ditadura do proletariado é mentira convencional e paradoxo. Ditadura é, como se define em direito, o poder exercido por uma minoria sobra a maioria. Ora, o proletariado é a maioria. Como se podem conciliar, pois, esses dois termos antinômicos?

EDGARD LEUENROTH

8. As Escolas do Socialismo

ESTRUTURA POLÍTICA DO SOCIALISMO

DENIFIÇÕES:

Socialismo é o sistema de organização da sociedade que tem por base a substituição do regime capitalista — fundamentado no domínio da propriedade privada e do salariato, instrumento da exploração do homem pelo homem — por um regime cujo princípio fundamental é socializar, isto é, por em comum os bens sociais, em função dos interesses da coletividade, como produtos que são dos esforços de todas as gerações.

Socializar quer dizer tornar social a propriedade hoje em poder do capitalismo. A riqueza existente, que em sua origem é social (obra de todos), passa a ser também social no seu destino, para ser de

todos. Não se pode confundir socialização com estatização — transferência para o Estado da propriedade capitalista.

Quanto à estruturação política da organização socialista, há diversidade de sistemas, conforme se verifica pelo gráfico que ilustra esta exposição. A diferenciação das três escolas indicadas está a seguir especificada:

Socialismo Totalitário — Organização centralista e ditatorial da sociedade. O Estado é o gestor absoluto dos bens sociais. Dominando o povo na base do monopólio estatal de toda a propriedade, mantém o dinheiro e o salariato como elemento de convivência social

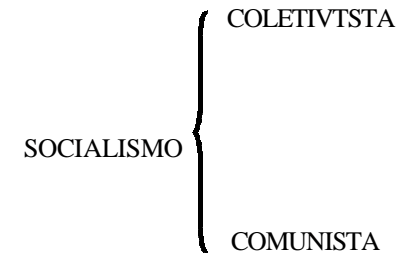
Socialismo Democrático — Organização social baseada na substituição da propriedade privada pela estatização dos bens sociais. O Estado é o gestor da vida social, mas na base da política democrática.

Socialismo Anarquista ou Libertário — Organização social baseada na substituição do Estado pela estruturação de todas as atividades mediante livre acordo. O indivíduo é a unidade primacial de toda a organização. Em lugar do regime capitalista da propriedade privada, há a socialização dos bens produzidos. Em lugar do salariato, há o direito de todos os produtores ao gozo dos bens da coletividade. O centralismo é substituído pelo federalismo baseado na autonomia dos elementos constituitivos, que partem das agremiações preferenciais para a comuna, até à confederação. E o domínio dogmático cede lugar às normas do livre exame.

Os anarquistas consideram o indivíduo como elemento básico da sociedade. Sua integridade e autonomia não podem ser feridas. E sua integração no meio social deve tender à ampliação da personalidade, que é o ponto de partida para a vida coletiva.

A autonomia individual, estabelecida de conformidade com o método do livre acordo, é considerada indispensável para a convivência harmônica entre as criaturas humanas.

Anarquismo — Conjunto de princípios e métodos que animam o movimento representativo das atividades de toda natureza desenvolvidas com o fim de preparar os elementos necessários para substituir o regime capitalista pela organização libertária da sociedade.

ESTRUTURA ECONÔMICA DO SOCIALISMO

DEFINIÇÕES:

Há na estruturação econômica do socialismo, como na parte política, diversidade de sistemas, preponderando, presentemente, duas correntes, uma propaga o comunismo e a outra o coletivismo.

Embora o vocábulo comunista esteja, agora, sendo usado como denominação de um movimento político-social arregimentado em um partido com ramificações internacionais e com domínio na Rússia, sua legítima significação prende-se às normas da produção e do consumo na sociedade socialista. Conseqüentemente, sua definição pode sintetizar-se da seguinte forma:

COMUNISMO — É a organização da economia socialista, segundo a qual os meios de produção e os produtos necessários à vida são de posse e uso comuns, em obediência à fórmula — "de cada um segundo a sua capacidade e a cada um segundo as suas necessidades".

COLETIVISMO — É um sistema de organização da economia, dentro da sociedade socialista, em que os meios de produção são de posse coletiva e o consumo obedece à formula — "a cada um segundo o seu trabalho".

Apesar do caráter sintético deste livro, em virtude do objetivo do autor, que é fazer, em limitado número de páginas, uma exposição sobre o anarquismo, abrangendo, tanto quanto possível, todos os seus aspectos, há fatos com particularidades históricas que não podem deixar de nele figurar, para melhor orientação dos estudiosos, ainda que seja apenas como elemento de referência. É o que acontece com as designações coletivismo e comunismo, usadas com significações diversas pelas duas correntes principais do socialismo.

Quando, na Associação Internacional dos Trabalhadores, deu-se o embate para a caracterização do socialismo, colocando de um lado os estatistas autoritários (marxistas), e de outro lado os antiautoritários contrários ao Estado (anarquistas), os primeiros intitulavam-se comunistas e os segundos coletivistas, tendo, então, essa designação mais significação política do que econômica, ou conjuntamente as duas coisas. A designação coletivista tem sido empregada também como significação do socialismo.

Pedro Kropotkine, historiando esse período da A.I.T., fornece os seguintes dados esclarecedores:

"Os antiestatistas da Internacional adotaram a designação de coletivistas para se distinguirem, com maior clareza, do comunismo estatista centralizador dos marxistas. Declaravam eles que, por oposição ao comunismo autoritário, designavam pelo termo coletivismo um comunismo não-autoritário, federalista, anarquista".

Elucida ainda Pedro Kropotkine:

"Por essa época, os sociais-democratas, cuja maioria se compunha de comunistas autoritários, não haviam ainda precisado o seu sistema chamado coletivismo de Estado".

Na história dos primórdios do socialismo, em que se verificou a configuração do anarquismo, constata-se a existência da corrente libertária mutualista, antiautoritária como as demais, porém com modalidades diversas na parte econômica. Essa corrente, entretanto, pode-se dizer que, praticamente, não tem, na atualidade, existência ativa. Tal conclusão é autorizada pelo fato de que, nos congressos anarquistas e nas publicações libertárias, não se verificam manifestações de suas atividades.

Há, também, a corrente dos anarquistas-individualistas, ou individualistas-anarquistas, igualmente antiestatistas, mas que não aceitam as normas do comunismo-libertário, tendo sistemas diferentes quanto aos processos da produção e do consumo, fazendo também restrições às modalidades da organização dos libertários-comunistas. Essa corrente integra-se no anarquismo pelo seu repúdio ao Estado e à autoridade de qualquer natureza e pela reivindicação do indivíduo como unidade social.

Na parte econômica da sociedade libertária, os individualistas admitem a propriedade da terra e dos meios de produção necessários para que cada qual consiga viver a sua vida como bem lhe aprouver. No setor da distribuição e do consumo, opinam que cada um receba o produto de seu trabalho. Chegou essa corrente a ter atividades em alguns países, reunindo intelectualidades de valor. Presentemente, porém, o seu número é reduzido, tendo-se conhecimento de suas atividades através de poucas publicações editadas principalmente na França, onde dispõem igualmente de alguns grupos.

Pode-se dizer, sem receio de errar, que, como há dezenas de anos já disse Kropotkine, a corrente predominante entre os anarquistas, na estruturação econômica da sociedade socialista, é o comunismo, sendo pequeno o número dos adeptos do coletivismo. Há países em que essa concepção do socialismo toma a denominação de comunismo-anárquico ou libertário.

Convém também registrar-se haver países onde o anarquismo toma a denominação de socialismo-libertário. A preferência pelo comunismo e não pelo coletivismo, no processo da produção, da distribuição e do consumo na sociedade socialista, baseia-se no fato de não ser possível estabelecer-se qual a produção exata de cada um. Isto porque, na execução do trabalho, qualquer que seja o seu executor, evidencia-se a necessidade da utilização dos instrumentos de toda espécie, oriundos da soma dos esforços de todas as gerações que antecederam à nossa, assim como dos estudos, das invenções e

das experiências que pelas mesmas nos foram legados. Não há portanto solução de continuidade entre a formação desse patrimônio e as atividades de hoje, quando a interdependência dos indivíduos e dos povos é cada vez mais impositiva. Como, pois, estabelecer, precisamente, para a devida distribuição, a parte de cada um na execução dos trabalhos?

Assim se pode resumir ,em linhas gerais, a concepção dos anarquistas-comunistas quanto à estruturação econômica da sociedade socialista. Dessa forma, conseguir-se-ia abolir a exploração do homem pelo homem, com a socialização dos bens sociais, como também se acabaria com a concorrência no sistema da produção e da distribuição, constituída pelo uso do dinheiro como instrumento necessário no processo de permuta e aquisição das utilidades. Obter-se-ia o que constituí a aspiração máxima do anarquismo: ampliar cada vez mais a liberdade do indivíduo, como unidade social, no convívio da comunidade, ativada na base do princípio humano do apoio-mútuo.

SÍNTESE FUNDAMENTAL DAS BASES DO ANARQUISMO — Em obediência ao caráter expositivo deste livro, é preciso esclarecer que o gráfico incluído sob esse título nesta parte relativa às definições das escolas socialistas, foi organizado de acordo com o critério dos anarquistas-comunistas, em virtude da sua preferência pela formula — de cada um segundo a sua capacidade e a cada um conforme as suas necessidades — na estruturação econômico-administrativa do socialismo. Em suas linhas gerais — salvo possíveis diversidades de pormenores — abrange ele o conjunto do movimento anarquista.

Deve, igualmente, ser esclarecida a razão por que, nesse gráfico demonstrativo da organização do anarquismo dentro do socialismo, inclui-se a abolição da propriedade para ser feita a sua socialização. Tratando-se de uma organização socialista, isso parecerá uma redundância e mesmo um erro, pois a socialização é condição inerente ao socialismo. Essa especificação tornou-se, entretanto, necessária pelo fato de existirem Estados, com a denominação de socialistas, em que, tendo sido feita a expropriação da burguesia, organizaram a sua estruturação na base da propriedade estatal.

Igual esclarecimento exige a parte referente à estruturação política do socialismo. Nela descriminam-se três escolas essenciais do socialismo: totalitária, democrática (ambas com base no Estado) e a anárquica (que não admite o Estado). Ora, resulta daí uma objeção lógica: como incluir na organização socialista duas escolas que admitem o Estado, instituição essencialmente coatora, autoritária, quando a liberdade é inerente ao socialismo e condição intrínseca para sua existência?

Como no caso da estruturação econômica, foram incluídas as escolas autoritárias (totalitária e democrática) que admitem o Estado, em face da existência de Estados desse caráter com a denominação de socialistas.

Não é certo, podendo-se mesmo afirmar que é um contra-senso, dizer-se passar do socialismo para o comunismo, considerando-se, dessa forma, o socialismo como uma etapa para o comunismo, É sabido e está demonstrado neste livro, que socialismo — de acordo com sua origem histórica — significa: socialização da propriedade. Também de conformidade com sua origem histórica, comunismo é a organização da produção, da distribuição e do consumo dentro da sociedade socialista, ou melhor, na organização social da propriedade socializada. Portanto, logicamente, não pode haver comunismo sem socialismo, visto ser o comunismo um elemento inerente ao socialismo. Considerar o comunismo um elemento à parte do socialismo, ou este como um degrau para alcançá-lo, é uma conclusão sociológica errada. Poder-se-á dizer — passar do coletivismo para o comunismo, ou vice-versa, que são as duas essenciais formas de organização econômica da sociedade socialista.

Esse engano ou erro pode encontrar explicação, mas não justificação, no fato da existência de partidos políticos com a denominação de socialistas, como existem outros com a denominação de comunistas .

SÍNTESE FUNDAMENTAL DAS BASES DO ANARQUISMO

EDGARD LEUENROTH

9. Origem e Desenvolvimento do Anarquismo

PRIMÓRDIOS

Quando, onde e como surgiu o anarquismo na arena das cogitações, das pesquisas, das formulações, dos embates sobre as normas de convivência social das comunidades humanas?

Essa indagação, assim formulada, abriga uma responsabilidade com tal amplitude que foge ao âmbito sintético deste livro e a capacidade do autor. A resposta satisfatória deve ser buscada na obra paciente, escrupulosa e orientadora da inolvidável personalidade que foi a do dr. Max Netlau, o grande libertário nascido na Áustria, inegavelmente o maior historiador do socialismo em sua verdadeira expresão.

O intuito desta obra é apenas servir de estímulo e modesta tentativa de indicar um roteiro para a busca das fontes onde os estudiosos possam encontrar elementos de orientação sobre o anarquismo. Esta parte do livro destina-se ao registro de dados — necessariamente sumários — sobre o movimento anarquista em todo o mundo, dentro dos limites de suas atividades.

Uma coisa, porém, não temos hesitação em consignar — numa afirmação categórica: a essência do anarquismo não é produto de um esquema resultante das lucubracões de catedráticos de sociologia ou de deliberações de congressos determinativos, na base de programas de formulações dogmáticas.

Não, nada disso, o anarquismo, em seu elemento propulsor, é a emanação da personalidade humana no seu sempiterno esforço para uma perene superação no sentido de tudo quanto na vida há de grandioso, de justo e de belo.

O anarquismo é uma dinâmica social, agindo como imperativo a impulsionar o homem — em todos os tempos e em toda parte na sua luta contra todas as manifestações de tirania, de opressão, de limitações da liberdade; contra todas as superstições e intrujices religiosas; contra todos os elementos de embrutecimento mental e físico da criatura humana — em prol de liberdade sempre mais ampla e de maior soma de bem-estar e felicidade para todos.

Até quando e até onde? Respondemos com esta sentença do grande sociólogo, inspirado poeta, orador insuperável, jurista e batalhador infatigável do anarquismo — Pietro Gori: 'Laggiu verso Ia parte dove se leva il sole"... Sim, a visão do anarquismo abre-se para horizontes sem limites, indicando o roteiro para a dura mas gloriosa caminhada em busca de sempre maior e mais elevada superação — num viver de bem-estar com base na liberdade.

É nesse embate, sem solução de continuidade, que a dinâmica libertária se apresenta — na vida agitada das comunidades humanas, na história de ontem, em nossos dias e através dos tempos — como elemento propulsor das mais altas aspirações da Humanidade. Torna-se ação, luta ativa, onde quer que se torne possível e útil a sua intervenção, como fator de orientação, coordenador e de organização. Foi o que se verificou ao ser fundada a Associação Internacional dos Trabalhadores (hoje, chamada a Primeira Internacional), de influência fundamental no desenvolvimento do socialismo em todo o mundo.

A Associação Internacional dos Trabalhadores, esboçada em 1862, em Paris, e nascida formalmente em Londres, em setembro de 1864, tinha em momento mudado os termos da luta para o progresso e a emancipação humana. Com a Internacional, fundada por iniciativa dos poucos que naquela época compreendiam a verdadeira natureza da questão social e a necessidade de subtrair os trabalhadores à direção dos partidos burgueses, começou uma era nova. Os trabalhadores, que tinham sido sempre força bruta seguindo os outros, bem ou mal intencionados, surgiam como fator principal da história humana e, ao lutar pela própria emancipação, lutavam pelo progresso humano, pela fundação de uma civilização superior.

A Internacional desviou os operários dos partidos burgueses e deu-lhes consciência de classe, programa próprio, ação social própria; suscitou e discutiu todas as questões sociais e elaborou todo o socialismo moderno, que alguns escritores pretenderam ter saído de suas cabeças; fez tremer os potentados, despertou ardentes esperanças nos oprimidos, inspirou sacrifícios e heroísmos.

Na Internacional, fundada como federação das organizações de resistência, para dar mais largas bases às lutas econômicas contra o capitalismo, manifestaram-se, entretanto, bem depressa, duas tendências — a autoritária e a libertária — que dividiram os internacionalistas em duas facções adversárias. Uns queriam fazer da Associação um corpo disciplinado sob as ordens de um Comitê Central, e os outros queriam que fosse uma livre federação de organizações autônomas; uns queriam submeter as massas para fazer, segundo a estreita superstição autoritária, o seu bem à força, os outros queriam levantá-la e induzi-la a libertar-se por si mesma.

O modo de organização, tornado centralista e autoritário por influência do Conselho Geral de Londres, dirigido pelos marxistas, conduziu, de fato, à cisão da Internacional em dois ramos. Essa divisão ficou definitivamente caracterizada no Congresso de Saint Imier, (Suíça), famoso na história da Primeira Internacional e do socialismo em geral, porque, com ele, projetou-se decisivamente, o movimento anarquista, com conteúdo próprio sob o ponto de vista político, econômico, ético e filosófico, e com métodos de ação inconfundíveis.

EDGARD LEUENROTH

ESTRUTURAÇÃO FUNDAMENTAL

Da crítica a uma sociedade fundada no privilégio econômico, na opressão política, na superstição religiosa e na servidão moral, que são os verdadeiros diques opostos à tendência humana para uma vida mais livre e digna, e ainda fonte de sofrimento, escravidão e destruição, os grandes pensadores anarquistas extraíram o material com que coordenaram a doutrina revolucionária contra todas as formas de autoridade e injustiças, indicando rotas e meios para o estabelecimento de uma nova organização social.

Examinando a História; buscando verdades entre as penumbras do passado, artificiosamente documentadas pelos defensores do privilégio; trazendo à luz ensinamentos das instituições opressoras; marcando a fogo as tremendas injustiças e ficções do mundo em que viviam com o pensamento e a decisão postos em prática e na ação progressista de esclarecimentos, uns forjando suas obras — estudos, monografias, declarações, livros, etc., mesmo no fragor dos acontecimentos — filósofos, cientistas, sociólogos e economistas, campeões da insurgência popular ou jornalistas de combate, tribunos e organizadores, falaram na linguagem de seu tempo, porém objetivando o porvir; palmilharam firmes na realidade de sua época, buscando superá-la, para isso contribuindo diretamente ou semeando para o futuro, captando sempre a vontade daqueles que aspiravam à solução dos problemas da Humanidade espoliada e subjugada pelos poderes dominantes.

Para sua condenação da propriedade privada, do poder estatal e da tirania eclesiástica, o anarquismo foi reunindo caudais de argumentos filosóficos, econômicos e éticos, coligidos em diferentes épocas à luz de suas particulares condições; foi traçando lineamentos gerais da sociedade livre de toda coação material, intelectual e moral, tomando em consideração a natureza do homem, seus anseios de liberdade e bem-estar, as conquistas prodigiosas da ciência e da técnica, a vontade de justiça que aflora nas consciências rebeldes, nos seres que raciocinam e são sensíveis à dor de seus semelhantes; viu as imensas possibilidades de criação em comunidades formadas por indivíduos livres e solidarizados para uma convivência feliz.

JACINTO CINAZO
(*) "Reconstruir", Buenos Aires

———

FORMAÇÃO DOUTRINÁRIA

Desde a profunda brecha que o pensamento de William Godwin abriu com suas "Investigações a cerca da Justiça Política" até a fundamental obra de Pierre Joseph Proundhon, para cujo pensamento federalista se voltam, hoje, as vistas de muitos desiludidos do estatismo; desde a filosofia substancialmente libertária e a luta infatigável de Miguel Bakunine, até às investigações científicas do sábio Pedro Kropotkine, vestidas de alentadoras conclusões sobre o apoio-mútuo, a inutilidade do Estado, os problemas imediatos da revolução social, as contribuições técnico-científicas à produção e à ética da solidariedade; desde a claríssima formulação voluntarista daquele extraordinário lutador que foi Errico Malatesta, até à serena, erudita e modelar informação histórica e crítica do pensamento universal de Max Netlau; desde a bem fundamentada tese do grande geógrafo Eliseu Reclus sobre a Revolução como ramo natural da Evolução, até à enciclopédica obra de Rodolfo Rocker sobre a antítese eterna entre a cultura e o nacionalismo, passando pelas valiosíssimas contribuições de Gustavo Landauer, Ricardo Mella, Sebastião Paure, João Grave, Luís Fabbri e tantos outros, centenares de homens e de obras que enriqueceram a bibliografia anarquista, sem petrificar conceitos, sem acorrentar ao passado realidades cambiantes, sem colocar outros limites a suas proposições, métodos e armas de luta, senão as impostas pela imutável convicção antiautoritária, que é a própria raiz das idéias e realizações libertárias.

Sem dúvida, uma das características que tornam sempre atual o anarquismo está configurada por sua amplitude de visão e na diversidade de seus meios sempre concordes com os fins, pela permanente revisão de suas táticas, a fim de diminuir o poder do Estado enquanto não possa ser suprimido, elevar a personalidade humana ainda que em meio dos escolhos e das concessões do ambiente, aproximar o novo da meta ideal através de conquistas e experiências diretas; pela adoção de formas de propaganda e ação que complementam, em terrenos tão propícios como a luta social e a educação, a realização, de ensaios da vida comunitária e cooperativa, reunindo campos tão vastos como o movimento operário e modos de proselitismo tão frutíferos como o destinado a cada individualidade; pela sua irradiação de idéias e influências libertárias em todos os âmbitos sociais capazes de assimilá-las, por sua preparação constante da transformação social sem esquecer as questões que requerem atenção e soluções imediatas; pela sua agilidade nas interpretações e formas

de atuação cotidiana, sem prender-se a dogmas nem preconceitos ante o tempo que renova as coisas, sem anular jamais o anseio vital da Humanidade, tantas vezes enganada e frustrada em suas esperanças e aspirações.

JACINTO CINAZO
"Reconstruir", Buenos Aires

TOMADA DEFINITIVA DE POSIÇÃO

Desde a tomada de posições verificada na A.I.T., há 95 anos, o movimento socialista continuou divido em duas correntes — anarquismo e marxismo — seguindo, divergentes, cada qual o seu caminho Os marxistas perderam-se no labirinto da política partidária. Pretextando servirem-se do parlamento como tribuna de combate e de veículo para a tomada do poder, acabaram sendo envolvidos nas manobras da politicagem, como qualquer outro partido, transigindo constantemente em acordos, manobras e conchavos da política burguesa, desvirtuando, assim, a finalidade precípua do socialismo — que é a renovação da sociedade.

Hoje, o marxismo figura em toda parte formando paralelamente aos partidos que na sociedade vivem envolvidos nas manobras da politicagem vulgar. Onde os comunistas chegaram a tomar o poder, o socialismo serve de rótulo para um regime de capitalismo de Estado, continuando o proletariado sujeito à tirania do salariato — instrumento de exploração capitalista e negação do socialismo — e do Estado todo-poderoso, senhor das coisas e dos destinos das gentes.

Os anarquistas não se desviaram de sua rota inicial — a luta contra a sociedade capitalista, baseada no privilégio da propriedade privada e na tirania do Estado, e por uma organização social com base na socialização da propriedade e na organização livre de todas as atividades sociais. Sem transigências desvirtuadoras, nunca se envolvendo nos emaranhados corruptores da politicagem, mantendo-se sempre dentro do método de ação direta, lutam com

o povo em suas reações contra as injustiças da sociedade burguesa e pela conquista de melhorias de situação.

Essa luta ativa nunca impediu a obra de proselitismo, na divulgação dos princípios libertários por todos os meios apropriados a esse fim — pela palavra, em conferências, palestras e comícios; por meio de livros, folhetos, jornais, revistas, prospectos e ilustrações, etc. Guardadas as devidas proporções, sob o ponto de vista numérico de seus membros, nenhum movimento do campo social produziu mais do que o anarquismo nesse terreno.

Luta penosa, dura, cheia de percalços, exigindo muita decisão e disposição a suportar sacrifícios de toda natureza — tem caracterizado o movimento anarquista. Principalmente em seu período inicial, quando a burguesia, impressionada com a repercussão da obra de proselitismo e a atividade dos anarquistas por toda parte, desencadeou um feroz movimento reacionário, praticando contra os libertários todas as violências imagináveis.

Como era natural, os anarquistas não podiam manter-se impassíveis ante o desafio da reação capitalista. Reivindicaram o direito de que gozavam todas as correntes políticas, filosóficas e religiosas: divulgar os seus princípios e desenvolver o seu movimento. Queriam também apresentar as suas razões, expor suas idéias no convívio social. A reação não o permitia. Redobraram as violências. E os anarquistas tiveram de responder à violência organizada de cima com a violência defensiva de quem reivindicava os direitos de propagar os mais altos princípios de justiça social, bem-estar e liberdade para todos.

Esse foi o movimento que figura na História sob a designação de período heróico do anarquismo, quase que geralmente marcado apenas por episódios de violência, que, aliás, caracteriza todas as épocas da sociedade capitalista e que entre os anarquistas só é admitida como extremo recurso de defesa. A feição violenta desse período borrascoso de lutas do anarquismo — conseqüentemente da furiosa reação então desencadeada pelo capitalismo — ofusca-se ante a conduta consciente de militantes libertários que nele se viram envolvidos. Sacrificando as próprias vidas em holocausto à felicidade do povo, portaram-se eles com serena bravura ante os tribunais que

os julgaram, pronunciando brilhantes autodefesas que constituem verdadeiros tratados de sociologia.

Vencido esse período mais agitado de suas atividades, o movimento prosseguiu em sua obra de proselitismo, com a divulgação dos princípios libertários; de cultura e educação entre as massas; de luta ativa com o proletariado e o povo em geral, em suas pelejas revolucionárias; de luta contra as guerras e o militarismo e em favor da paz e harmonia entre os povos; de luta contra os elementos de embrutecimento, como o clericalismo e os preconceitos religiosos; de solidariedade, em favor de todas as vítimas da reação.

EDGARD LEUENROTH

DESENVOLVIMENTO ORGÂNICO

O movimento anarquista se articula em toda parte de baixo para cima, da atividade individual dos militantes para as agrupações em que livremente se reúnem e que, por sua vez, se entrosam em federações — locais, regionais, ou de atividades afins — todas reunidas em federações nacionais. Todos esses entrelaçamentos se operam de acordo com os princípios do mais rigoroso federalismo e da autonomia de seus componentes.

As agrupações são formadas em obediência a afinidades, que podem ser de ordem pessoal, profissionais, de atividades referentes às diversas modalidades de propaganda ou de obras a executar, É assim, em linhas gerais, que o anarquismo vem desenvolvendo a sua obra, naturalmente, com altos e baixos, em conseqüência das dificuldades com que tem de lutar como movimento pobre que é, baseado preferencialmente na qualidade e não na quantidade — dependendo economicamente das contribuições exclusivas de seus elementos. Luta ainda, e principalmente, com as perseguições dos elementos reacionários e das forças dominadoras da sociedade. Entretanto, se essas investidas reacionárias podem perturbar momentaneamente a normalidade do movimento anarquista, não chegam nunca a estrangular a continuidade da ação libertária.

Além das reuniões comuns para tratar de assuntos referentes às atividades do movimento, desenvolvidas de acordo com as características de cada ambiente, os anarquistas promovem encontros periódicos de maior amplitude, por meio de conferências, convênios e congressos de regiões, nacionais ou internacionais. Esses encontros libertários vêm sendo realizados nos países onde o movimento anarquista se desenvolve com articulação de organizações, que participam também das conferências e congressos internacionais.

Nos últimos cinqüenta anos, ocorreram quatro Congressos Anarquistas Internacionais: em Amsterdão, 1907; em Berlim, 1922; em Paris, 1949; e em Londres, 1959, de 26 de junho até 1.° de agosto. Além desses Congressos, foram realizadas duas Conferências Mundiais do Anarquismo: a primeira, em 1948, e a segunda, em 1950.

Os nossos congresos libertários não se realizam com mais freqüência pela circunstância de que, entre os anarquistas, não se lhes da a importância atribuída a congressos de estrutura autoritária. Contudo, reconhecem os anarquistas que tais encontros de militantes, oriundos de diversos países, sempre propiciam resultados positivos.

A Internacional Anarquista conta, como base real de existência, com a vontade e a atividade internacionalista dos anarquistas, afirmadas no Congresso de Amsterdão, em 1907, e reafirmadas desde então em repetidas ocasiões. Seu organismo temporário de expressão é o Congresso Internacional Anarquista, realizado mediante a participação de todo o movimento e o mais regularmente possível, cujas funções são de relações, coordenação e informações.

No último Congresso, realizado em Londres, em 1959, foi adotado o método de trabalho anárquico, sem decisões e conclusões que, de qualquer forma, tivessem caráter autoritário. E, assim, foi obtida a colaboração de todos, em oposição à ideia de que a sede real de toda atividade é o indivíduo. Qualquer anarquista pode, através do Boletim do C.I.A. ou das nossas publicações, estabelecer uma associação concreta entre os anarquistas de todo o mundo, através de informações, notícias de interesse geral e participação em debates, com propostas, sugestões e iniciativas.

Os anarquistas reunidos em Londres procuraram dar maior importância às realidades que unem os libertários do que aos pontos

de desunião. E chegaram à conclusão de que as tendências, as correntes, os diversos grupos — sem exclusões nem imposições — podem, livremente associar-se em movimento de pluralidade, sem que seja necessária a existência de um organismo centralizador autoritário. Entre as muitas propostas práticas apresentadas ao Congresso, destacamos: a publicação de um livro que aprecie os últimos cinqüenta anos do movimento anarquista internacional; a melhor coordenação do serviço de imprensa; a continuidade do Boletim Internacional; a manutenção dos arquivos; o financiamento de várias iniciativas; a solidariedade internacional etc.

Nos intervalos dos Congressos, a preparação do Congresso seguinte e a coordenação dos serviços internacionais — de acordo com as diretrizes do Congresso — são garantidos por um organismo que desta vez, tomou a denominação de Comissão Internacional Anarquista (C.I.A.) em continuação da C.R.I.A. (Comissão de Relações Internacionais Anarquistas) vigente até ao Congresso de Londres, por ela organizado.

A C.I.A. se compõe de um secretário e dois membros participantes. O secretário reside em lugar designado pelo Congresso (ao ser preparado este livro, estava fixado em Paris) e age em conjunta com os militantes da localidade. Mantém-se em contacto com os serviços internacionais auxiliares, que, dessa forma, se descentralizam. Os membros participantes da C.I.A. foram designados (segundo lista estabelecida pelo Congresso indicando grupos e países-mandatários) por seus respectivos movimentos, em cujo seio continuarão militando. As relações entre a C.I.A. e os outros continentes são mantidas através das respectivas Comissões.

Ao terminar-se a elaboração deste livro, a imprensa anarquista estuda a possibilidade, as bases e a preparação de um novo Congresso Internacional do movimento libertário de todo o mundo.

EDGARD LEUENROTH

PRESENÇA ATUAL

Nestas páginas destinadas a um sintético apanhado histórico do movimento anarquista, foram reunidos dados sobre sua origem - com base nas aspirações de bem-estar e liberdade da criatura humana; sua estruturação fundamental — com o estudo dos chocantes aspectos das injustiças da sociedade capitalista; a formação de seus princípios doutrinários com o trabalho ciclópico, pleno de profundos ensinamentos, produzido por uma brilhante plêiade de mentalidades de escol e formando um grande patrimônio de obras de valor inestimável; o registro dos grandes embates, para sua conseqüente tomada de posição no campo do socialismo; o desenvolvimento orgânico de sua atividade; e, finalmente a afirmação de sua presença nas lutas sociais deste turbilhonante momento da vida da Humanidade.

Surgindo como expressão dos impulsos das aspirações humanas e tornando-se, por isso, uma dinâmica social, o anarquismo atua como animador de indivíduos e coletividades nas suas inquietudes libertárias em suas ações tendentes a vencer barreiras limitadoras e abrir caminho em busca de novos moldes de convivência mais consentâneos com os princípios de eqüidade em todas as manifestações da vida humana.

Mesmo reiterando a demonstração desse atuante elemento humanístico do qual emanam — como lógico imperativo — as bases sociais, isto é, econômicas, políticas, éticas e filosóficas do anarquismo justificando e impulsionando o movimento libertário mundial — de existência mais que secular — ainda poderão surgir pronunciamentos de dúvidas sobre a atividade anárquica, partidas de pessoas insuficientemente informadas a respeito do movimento socialista internacional, em suas várias modalidades, ou de elementos sectários preocupados em impor a preponderância artificial de algumas de saias correntes.

A atualidade do anarquismo, com sua presença ativa na vida de hoje, está demonstrada, numa exposição objetiva, clara e precisa, em outra parte do livro, podendo-se apenas reforçá-la com algumas considerações sobre particularidades de aspectos dos elementos enunciados. É o que aqui se procura fazer.

Se devêssemos tomar como teste dessa existência os partidos ou organizações com bases nacionalistas ou místicas, que agrupam multidões amorfas, cadastradas em colossais fichários e movimentadas em rumorosas manifestações ou aparatosos desfiles de criaturas vazias de qualquer conteúdo ideológico, gritando em favor de quem no momento mais promessas faz, para depois dirigirem seus brados de apoio a outros demagogos, às vezes com tinturas de mentirosa democracia ou com pinceladas de rubro como ostentação de esdrúxulo esquerdismo — sim, se tivéssemos de aceitar esse errado confronto — a existência do anarquismo não seria constatada.

O anarquismo tem expressão num movimento constituído de unidades autônomas e ativas, que a ele se ligam — sem perda de personalidade — por deliberação voluntária e consciente, e não de indivíduos ainda sem consciência social bem formada, arregimentados sob disciplina autoritária, obedientes às palavras de ordem de elementos de cúpula, para serem executadas automaticamente, sem possibilidade de nenhum exame ou divergência.

O movimento libertário assenta a base ética-social de sua estruturação no objetivo de formar conjuntos constituídos de unidades representando valores individuais, e não multidões de atuação oscilante, sem individualidade própria, dependentes sempre de determinações de líderes, dirigentes, chefes, muitas vezes transformados em messias, dos quais tudo esperam.

Há ainda uma circunstância relevante, que não permite ajuizar-se sobre a situação do anarquismo mediante confronto das bases de seu movimento com as de outras correntes do socialismo e de organizações de orientação nacionalista ou mística: o movimento anarquista não oferece a possibilidade da obtenção de empregos ou da conquista de postos de representação política, não mantendo quadros de funcionalismo para a movimentação de sua obra e nem apresentando candidatos a eleições.

Exatamente o contrário se verifica em relação aos outros movimentos ou organizações que, com diferença de proporções, sujeitara o desenvolvimento de sua atividade à atuação de funcionalismos numerosos, constituídos, em grande parte, de elementos retirados da produção, isto é, do exercício de suas profissões, e que, desabituando-se das obrigações de produtores, passam a constituir, um burocra-

tismo desvirtuador e parasitário. Além dos cargos nos partidos e nas organizações, oferecem ainda postos nas casas de representação municipal, nas deputações e senatorias e em cargos governamentais, tudo isso proporcionando a possibilidade de vida mais folgada, e ainda, para muitos, o ensejo para a exibição de vaidades e de ganhos cuja origem nem sempre pode ser justificada.

O anarquismo nada mais pretende de seus militantes senão que cada um dê ao movimento libertário a atividade resultante dos imperativos de sua consciência e o cumprimento das obrigações oriundas de acordos estabelecidos com sua participação e livremente aceitos. Nada exigindo autoritariamente de seus componentes, também nada lhes promete proporcionar como vantagens e regalias. As únicas recompensas que o militante anarquista obtém dos esforços-e até dos sacrifícios que dedica ao movimento libertário é a consideração de seus companheiros de labutas e a satisfação de contribuir para a vitória de um ideal que condensa a mais elevada concepção de justiça social até hoje registrada na história de todos os tempos.

Resulta desta exposição a constatação de que uma única determinante atua para a participação no movimento anarquista: a consciência do indivíduo, livre de injunções, de intimidações ou de conveniências, de ambições políticas ou de conquista de posições de destaque, ou ainda de ganho.

Daí concluir-se que, não oferecendo o movimento anarquista as vantagens de ordem pessoal proporcionadas por outros movimentos, partidos e agrupações, dificilmente pode atrair para suas fileiras os numerosos elementos que orientam a própria atividade social na base de entusiasmos ocasionais sem motivo ideológico, de simpatias ou de antipatias pessoais, de paixões políticas, o que lhes permite alternar as respectivas ações em campos os mais diversos e muitas vezes contraditórios, como conseqüência de influências dominantes em cada situação.

Em face desta definição das bases estruturais do anarquismo, dir-se-á que, conseqüentemente, a ação libertária só poderá ter expressão num movimento de minorias. Sim, essa objeção autoriza a indagar o que se considera como expressão de maioria na vida político-social da sociedade.

Poderão admitir-se com tal significado aquelas multidões fanatizadas de António Conselheiro e que, em Canudos, serviram de material para que se escrevesse um dos mais pungentes episódios da História do Brasil? Poderá haver quem tome como maioria as massas ignaras que, no Juazeiro do Ceará, buscavam solução para os seus males nas bênçãos do padre Cícero, reproduzindo-se o mesmo espetáculo de ignorância, miséria, maldades e violências com os infelizes jagunços do sertão baiano?

No quadro Internacional figuram como maioria dominante, num trágico período da História, as imbecilizadas multidões do nazismo, urrando sadicamente ante a passagem das aparatosas formações de soldados marchando como autômatos a passo de ganso, sob o comando supremo de Hitler, o megalômano sanguinário transformado em messias por massas fanatizadas que sacrificaram milhões de criaturas inocentes e que serviram depois de carne para canhão na mais terrível de todas as guerras. Figura igualmente na História como maioria numérica, transformada em governo legal, a massa fascista de Mussolini, o sanguinário histrião que, durante longo e trágico período histórico, conduziu multidões embrutecidas pelo fanatismo messiânico à prática de toda sorte de crimes, incluindo massacres de milhares de criaturas animadas por consciências livres, e em agressões a outros povos, como na África e contra os revolucionários que lutavam na Espanha para impedir a implantação do regime de tirania que, com essa criminosa cooperação, lá passou a dominar.

Entre outra espécie de maiorias que, com sua maléfica obra manobraram a história de outras épocas, e ainda hoje aparecem representadas por multidões animadas de misticismos embrutecedores, incluem-se as massas orientadas pelo fanatismo religioso, guiadas por falsos pastores cuja ação danosa consiste em alimentar intrujices e paixões malsãs, que não raro explodem em disputas sangrentas sob a égide de santidades criadas pela ignorância aliada à miséria .

Não deixam também de constituir maioria, como expressão de instituições estatais de constituição legal, as multidões que, impelidas por preconceitos raciais, massacram na África do Sul milhares de criaturas, somente porque são portadoras de pigmentação negra.

São, ainda, consideradas como expressão de maioria as massas periodicamente movimentadas, ora por políticos profissionais de determinada facção, ora por outros de posição partidária oposta, sempre, porém, com o mesmo objetivo: servirem de instrumento de suas ambições, como trampolins para galgarem posições que lhes proporcionem possibilidades de conseguir polpudos ganhos através de cargos de representação.

Consideram-se, finalmente, como maioria, pretensamente representativa da esquerda do movimento social, certas agremiações políticas compostas de numerosos quadros de elementos que, abdicando de sua faculdade de livre determinação, seguem automaticamente as palavras de ordem partidas de uma direção de cúpula, às vezes, para a execução de atos dos quais resultam desastrosas conseqüências, provocados por erros depois confessados em tardias manifestações de "mea culpa" sem nenhuma possibilidade de reparação.

Em face de tais maiorias numéricas, os anarquistas representam, certamente, um movimento de minoria. E isso constitui motivo de satisfação e, por que não dizer, de orgulho para os libertários, pois é preciso ter coragem, muita coragem e decisão, alimentada pela capacidade de resistência de uma inabalável ética social, para não se deixar atrair para esse perigoso paul de abjeções político-sociais.

Com tais elementos, com semelhantes procedimentos e com iguais intuitos jamais pretenderão os anarquistas reunir em seu movimento multidões majoritárias.

Isso não significa que os libertários não desejem e não se esforcem no sentido de conseguir constituir um movimento que tenha igualmente expressão social pelo número cada vez maior dos seus aderentes à causa que representa. Mas, para a consecução desse objetivo, não pode ser desprezada a observância de uma das características predominantes do anarquismo ,isto é, que o seu movimento seja a expressão de um conjunto de unidades ativas, animadas por vontades conscientes, para que suas atividades correspondam à contextura do anarquismo, não somente quanto à sua finalidade, como também no que se refere às bases éticas de seus métodos de ação.

As vezes, aqui, com núcleos de agrupações, ali, com elementos menos numerosos, em outros períodos agindo com multidões —

quando o movimento libertário toma a feição de maioria real, atuante pelo exemplo da participação — o anarquismo vem desenvolvendo a sua obra de sementeira doutrinária, executando iniciativas com a finalidade de divulgar a instrução e a educação entre o povo. Está sempre presente no combate aos vícios e às corrupções da sociedade, ao lado dos trabalhadores e do povo em geral nos movimentos de protesto contra as violências e explorações e de reivindicação de direitos conspurcados, fazendo-se, enfim, notar por seu espírito de sacrifício onde quer que haja uma injustiça a combater ou uma conquista a sustentar.

Somente a cegueira sectária poderá fazer restrições quanto à presença do anarquismo na vida de hoje. Quem acompanhe os acontecimentos sociais com critério objetivo verificará, inevitavelmente, que a ação libertária, que nunca sofreu solução de continuidade, prossegue no seu roteiro de luta com a mesma firmeza e intransigência que caracteriza a sua obra desde os albores de seu surgimento no movimento socialista mundial.

Em diversos países existem em atividade organizações nacionais como expressão de agrupações locais reunidas em federações regionais; em outros, atuam organizações esparsas; há, ainda, aqueles nos quais, em virtude de contingências limitadoras, os militantes devem agir individualmente, com atuações de conjunto, sempre que se apresente a oportunidade. Essas atividades têm expressão de conjunto de maior repercussão com a realização de excursões, encontros, conferências, convênios e congressos — nacionais, regionais e internacionais.

No terreno cultural, há organizações de pesquisas históricas sobre o movimento, paralelamente a arquivos e bibliotecas, além dos já mencionados centros e ateneus de cultura e grupos teatrais. As organizações editoras lançam freqüentemente edições de livros, folhetos, almanaques, calendários, postais etc.

Como veículo de divulgação, de crítica e de combate, circula pelo mundo a imprensa anarquista, dispondo de jornais e revistas de apresentação bem cuidada, não somente em sua feitura gráfica e jornalística, como no escrúpulo de seleção da matéria que publica e no critério cuidadoso em informar sobre os acontecimentos sociais, bem como suas apreciações. Mesmo nos países submetidos à tirania das ditaduras, sempre que é conseguida uma brecha, surgem, em forma clandestina, publicações anarquistas veiculando a conclamação libertária, custando isso, multas vezes, o sacrifício de seus editores.

E tudo isso se faz na base do livre acordo e do apoio-mútuo, com rigoroso respeito ao princípio da autonomia e do federalismo, partindo da unidade para o todo, sem organizações determinadoras de palavras de ordem. O anarquismo está, sim, bem presente na hora que possa, como sempre tem estado, na atividade de suas organizações, veiculada por sua imprensa e por seus livros e atestada na luta permanente de seus militantes, que, no desenvolvimento de sua atuação corajosa, chegam a suportar até o sacrifício das próprias vidas.

O movimento anarquista não tem deixado de estar presente, como elemento atuante, em todas as situações onde se torna oportuna a sua cooperação com o povo, nas lutas reivindicadoras, tanto em ações locais como nos acontecimentos de grande vulto, a exemplo do que se verificou na Comuna de Paris, em 1871, quando o anarquismo teve a sua presença nessa rebelião popular, atestada pela ação orientadora de numerosos militantes libertários, destacando-se dentre eles essas grandes figuras que a história das lutas libertadoras da Humanidade registra com destaque: Luisa Michel e Eliseu Reclus.

Outro acontecimento que avulta na História como o clangor de uma clarinada a exortar o povo oprimido a atividades libertadoras, é o que se menciona com a denominação de "Os Mártires de Chicago". Foi em 1887, quando de sobre o tablado patibular, já com os laços das cordas de enforcamento ao pescoço, quatro anarquistas (Parsons, Spies, Pischer e Engel, com Ling que, na véspera, se matara para não entregar seu corpo ao carrasco), serviram-se heroicamente daquele inscrivel crime judiciário para atestar a presença do anarquismo.

Na história do movimento revolucionário que libertou o México da tirania sanguinária do ditador Porfirio Díaz ,a presença do anarquismo está registrada em gloriosos feitos escritos com o sangue de militantes libertários. Quando, em 1910, foi lançado o movimento decisivo para derrubar o tirano, Porfirio Diaz, foram os anarquistas que, agrupados sob a denominação de Partido Liberal Mexicano, se puseram à frente, em combates, tombando na luta numerosos mili-

tantes, entre eles um elemento de grande valor — Praxedes G. Guerrero, qual veio a morrer numa prisão dos Estados Unidos, e Ricardo Flores Margon, notável vulto libertário, que fora àquele país por causa da revolução libertadora. "Terra e Liberdade" — foi o lema libertário que animou a gloriosa gesta dos anarquistas mexicanos, ainda recordada entre a gente do campo no país asteca.

O anarquismo esteve bem presente na revolução russa, desde os primórdios de sua preparação até ao seu desfecho. A capacidade de luta, aliada à capacidade de realização prática na obra de organização da vida em bases socialistas, ficou bem evidenciada na Ucrânia ,onde os camponeses organizaram as comunas livres orientados por anarquistas, destacando-se nessa obra revolucionária o militante Nestor Mackno, razão pela qual esse movimento é registrado com a designação de macknovismo.

Nesse mesmo período, o anarquismo esteve presente na revolução húngara, na luta ativa e na organização das comunas livres. Ainda na nação magiar, em 1956, elementos anarquistas se atiraram à luta eclodida para a libertação da tirania dominante, sucumbindo então antigos militantes libertários que vinham batalhando desde a dominação fascista.

Igual presença do anarquismo nota-se na Bulgária, onde um movimento libertário ativo agiu com o povo em todas as suas lutas reivindicadoras, registrando-se a perda de esforçados militantes anarquistas, além daqueles que sucumbiram nas prisões, onde muitos ainda se encontram.

Foi com o brado de "Viva a Anarquia!" que o anarquismo atestou mais uma vez, de forma clamorosa, a sua existência atuante nos Estados Unidos, quando, em 1927, o carrasco, a serviço do capitalismo, ligou a corrente elétrica para a eletrocução dos militantes libertários Nicola Sacco e Bartolomeu Vanzetti, sacrificados por terem lutado em prol da causa dos trabalhadores e da libertação da Humanidade, na sua peleja interminável em defesa dos direitos dos oprimidos, condenados pela justiça burguesa em tremendo crime judiciário, cuja revisão de processo noticiou-se estar em curso nos tribunais supremos.

Essa presença também se proclamou ao mundo quando, em 1909, através das muralhas do castelo de Montjuich em Barcelona, partiu

o grito de "Viva a Escola Moderna!" — lançado por Francisco Ferrer, como mensagem libertadora às vítimas de todas as opressões, ao tombar varado pelas balas dos janízaros da reação clérico-militar-capitalista.

A presença do anarquismo ressalta nas páginas da História, num quadro de realidades tão grandiosas, que assumem proporções de epopéia por toda a sua significação libertária e que apenas podem sar citadas, pois difícil será reduzi-las a uma síntese de períodos limitadores: trata-se da Revolução Espanhola, que, de 1936 a 1939, consignou feitos dos mais empolgantes até hoje registrados. E, ainda na Espanha, o anarquismo continua a proclamar a sua existência nas lutas desiguais sustentadas por militantes libertários em regiões montanhosas e mesmo nos centros populosos, muitos tombando nas pelejas e outros indo aumentar o número incontável dos que povoam as prisões do franquismo sanguinário.

No Brasil, a presença do anarquismo tem sido evidente desde o início, aqui, de sua atividade, a partir da última década do século passado, como se consigna, em forçada síntese, na parte histórica deste livro. Pode-se dizer que houve um período na História do Brasil — nas primeiras décadas deste século — em que o anarquismo chegou a constituir, pela firmeza de sua orientação e conseqüente atividade, o movimento idealístico de mais ressonância nacional.

A margem da política partidária, a ação libertária tem figurado em todas as lutas ligadas aos problemas do proletariado e da vida brasileira em geral. Na história de suas lutas, há páginas condensando fatos que configuram um verdadeiro martirológio de seus militantes, que têm suportado tudo quanto se possa registrar no que se refere a perseguições e brutalidades de que são vítimas. O sacrifício de seus militantes tem uma síntese simbólica na tragédia que vitimou cinco valorosos anarquistas: Pedro Mota, Nino Martins, Nicolau Parada, José Fernandes Varela e João Alves do Nascimento, deportados de São Paulo e do Rio de Janeiro para o extremo Norte. No dia 1.° de Maio de 1925, com as estrofes reivindicadoras de "A Internacional", proclamaram eles ao povo atormentado desta terra a presença do anarquismo até lá nas brenhas das matas da Clevelândia ,onde jazem as ossadas de cinco deles, como atestado das maldades do regime capitalista.

Ainda no Brasil, a presença dos militantes do anarquismo no seio do proletariado teve o efeito de um despertar, na rotina de um processo de paliativos, para uma era de atividades educativas e reivindicadoras, animadas pelas normas do sindicalismo de ação direta. Desenvolveu-se esta nos movimentos tendentes às conquistas imediatas e visando à completa emancipação dos trabalhadores da exploração capitalista. A expressão dessa atividade de dezenas de anos, através de lutas conseqüentes e produtivas, foi a Confederação Operaria Brasileira, resultante dos três mais fecundos congressos operários realizados no Brasil os de 1906, 1913 e 1920.

O anarquismo tem tido e continua tendo presença ativa e eficiente no movimento proletário mundial. Age de maneira positiva para dar conteúdo à luta anticapitalista, imprimindo a esta uma orientação social tendente à completa libertação dos trabalhadores.

Foi essa coerência de ação que se firmou ao ser definida na orientação da Associação Internacional dos Trabalhadores, e em 1922, na sua reestruturação para prosseguir na luta que ainda vem desenvolvendo. O período mais condizente com sua finalidade de luta anticapitalista — a cooperação geral dos trabalhadores da França, nas primeiras décadas deste século — foi obra de militantes anarquistas.

A presença dos anarquistas na vida do proletariado de Portugal condensa-se na gloriosa Confederação Geral dos Trabalhadores, uma das organizações obreiras de orientação mais segura e de atividades mais coerentes e produtivas.

Na Itália, foram principalmente os anarquistas que lá animaram a organização federativa dos trabalhadores italianos a qual mais positivamente se orientou no sentido de luta anticapitalista — a União Sindical Italiana.

Na história do movimento mundial do proletariado, a presença do anarquismo teve outra página gloriosa, escrita por seus militantes, na orientação e organização dos trabalhadores da Argentina. Sua ação assumiu ali proporções gigantescas e, tendo como expressão afirmativa a Federación Obrera Regional Argentina, repercutiu e desdobrou-se no Uruguai, animando e orientando as lutas proletárias em todos os países da América Latina.

Assim, sempre ativo e orientador, o anarquismo tem estado e continua a estar presente no movimento do proletariado, aqui e em toda parte, agindo seus elementos como unidades atuantes e nunca assumindo atitudes e conduta de chefes, de diretores ou de líderes. Continua e continuará a ser essa a orientação do anarquismo em relação ao movimento do proletariado, considerado como elemento de luta contra o regime capitalista, exercitando os trabalhadores na defesa de seus direitos, capacitando-os igualmente de que as conquistas de hoje constituem migalhas daquilo a que têm direito e que somente será conseguido quando o regime de iniqüidades seja substituído por uma organização baseada na justiça social. Batalhando em todos os setores onde possa cooperar na obra de preparação consciente do povo, o anarquismo torna-se presente na vida de hoje, sempre no roteiro do estabelecimento da organização social baseada na livre convivência, tendo como unidade primacial o indivíduo, caminhando sempre para novos horizontes, num esforço permanente de superação para o melhor, para o humano.

E não será manifestação de vanglória afirmar que o anarquismo, como ideologia e movimento, tem conseguido manter-se íntegro, sempre conseqüente, jamais transigindo com seus princípios fundamentais, nunca entrando em cambalachos políticos, não fazendo acordos com potentados. Lutando, embora, com escassez de recursos econômicos, não se macula com espórtulas manchadas por sujidades de negociatas ou dádivas de adversários. Hoje, como ontem, o movimento anarquista mantém-se limpo, altivo e portanto, digno da causa renovadora de que é intérprete militante no campo do socialismo mundial.

EDGARD LEUENROTH

DADOS SOBRE O ANARQUISMO NO BRASIL

Esta parte do livro, referente à história do anarquismo, não pode fugir às contingências restritivas da síntese a que teve de obedecer a preparação da obra. Conseqüentemente, no que se refere à histó-

ria do movimento anarquista no Brasil, teve o autor também de contentar-se com o registro apenas de dados que dão uma idéia geral sobre a origem e o desenvolvimento das atividades libertárias nesta parte da América. Quanto aos primórdios da atividade desenvolvida pelos anarquistas, foi aproveitado um consciencioso trabalho de Neno Vasco, aparecido na revista "A Sementeira", de Lisboa, na primeira década do século.

Neno Vasco (dr. Nazianzeno de Vasconcelos), formado em Direito pela Universidade de Coimbra, viveu durante muitos anos no Brasil. Culto, estudioso, observador cuidadoso como era, esse trabalho (parte essencial da que foi publicada) constitui valiosa contribuição para a história do anarquismo neste país. Deve-se ter em conta que a situação do Brasil, referida no trabalho, sofreu modificações, mormente no que se refere ao desenvolvimento industrial e às organizações dos trabalhadores.

Como complemento a esse trabalho preambular, o autor juntou o que disse sobre o mesmo assunto em entrevista publicada no "Jornal de São Paulo" em 1945, seguindo-se informações sobre atividades que os anarquistas vêm desenvolvendo em todos os setores da vida pública. Vários desses acontecimentos são detalhadamente descritos pelo autor em seu próximo livro: Poeira de Barricada" (Episódios da Atividade de um Militante Anarquista).

EDGARD LEUENROTH

ORIGENS E PRIMÓRDIOS DE ATIVIDADE

A propaganda anarquista, que, conduzida de uma maneira seguida e sistemática, não é muito antiga no Brasil, encontra ali naturalmente obstáculos mais numerosos do que nos países de população fixa, indústria desenvolvida, opinião pública formada e tradições revolucionárias. A população brasileira tem ainda como predominantes os elementos incultos, provenientes do trabalho agrícola, de caráter colonial, com ressaibos de escravatura recente; e a esses elementos juntam-se, nos Estados de imigração — os do sul especial-

mente - camadas novas e móveis, das quais apenas uma parte se fixa, quase sempre sem se adaptar inteiramente.

Demais, estas camadas instáveis são, em grande parte, constituídas por trabalhadores rústicos, saídos de regiões atrasadas e miseráveis.

Os imigrantes têm, em geral, um escopo único: o amontoamento de um pecúlio para regressar à pátria. Pelo menos é esse, muitas vezes, o seu pensamento quase exclusivo. Tal estado de espírito, somado à estranheza do novo ambiente, à incerteza causada na vida pela instabilidade da situação econômica e do lugar de residência, às diferenças de língua e às influências do clima, não favorece, naturalmente, a propaganda e ação de qualquer doutrina social.

Não é raro até ouvir, na boca dos que na Europa foram propagandistas, como explicação da indiferença própria, que eles à América só foram para ganhar dinheiro – no próprio interesse aliás das idéias, a que dedicarão as suas melhores energias, quando voltarem ao seu meio natural...

Não há coesão, ligação, homogeneidade, mas desapego às questões sociais, desunião e rivalidades. A grande indústria, de recente formação e mal desenvolvida, não teve tempo nem vigor para fornecer a liga necessária.

As causas históricas da falta de uma opinião pública, forte e vibrátil, adicionam-se, no campo econômico e social, sob o ponto de vista proletário, as que estorvam a organização do proletariado e a difusão das doutrinas socialistas.

Não enumerei, entre as causas do vagaroso desenvolvimento das nossas idéias, a oposição, as medidas de repressão e prevenção postas em prática pelo governo, porque não lhes atribuo a eficácia e o valor que — naturalmente! — pelo governo lhes são supostos.

Os freqüentes períodos de apatia e desorganização do operariado das cidades não se devem às arbitrariedades repressivas do governo. Tempo virá, e talvez não tarde, em que as violências governamentais não farão senão acentuar o movimento e acender os entusiasmos proletários.

Quanto à proibição de desembarque dos anarquistas — ou dos tidos como tais — expulsos da Argentina e precedidos nos portos do

Brasil pelo aviso da polícia, tem uma diminuta importância. Os muitos que, ludibriando a vigilância e as precauções policiais, conseguem desembarcar, perante a resistência do meio, que acham frio, e a diferença da língua, em breve sentem a nostalgia do foco ardente de onde vieram e regressam quase todos...

Na sua quase totalidade, os militantes anarquistas do Brasil, ou são brasileiros natos, ou são estrangeiros ali residente desde longa data e ali ganhos à nossa causa.

A propósito da proibição do desembarque, não será descabido citar, embora não seja nova nem anormal, a contraditória atitude da imprensa, dos políticos e dos escritores.

Os anarquistas expulsos da Argentina o são manifestamente por "delito de idéias".

Se tivessem praticado algum ato de rebeldia, não os teria expulsado o governo argentino; antes se arrepelaria se lhe tivessem fugido.

Pois os jornais brasileiros, mesmo os que de longe em longe nos dirigem boas palavras, noticiam com a maior indiferença, ou com aplauso, que a polícia obstou o desembarque de tão "perigosos hospedes"... ninguém fala em arbitrariedade...

Expulsou, porém, a República Portuguesa os frades e jesuítas e anunciou-se que muitos iriam acoitar-se no Brasil. Os anticlericais agitam-se ruidosamente, há manifestações populares, e o governo de Nilo Peçanha resolve impedir a entrada de tais padres, "por não terem residência no Brasil e constituírem uma ameaça à ordem pública, como foi reconhecido pela nação irmã, expulsando-os de seu território".

Os motivos eram exatíssimamente os mesmos que os invocados contra os nossos. A lei de expulsão estava bem aplicada...

Mas agora tratava-se do venerando sacerdócio católico, como dizem os religiosos "positivistas". Intervieram altas personalidades, entre elas o presidente de um Estado, políticos, jornalistas, escritores, magistrados, damas, a Igreja Positivista, e tudo quanto ama pomposamente a liberdade. Invocaram-se muitos e bons argumentos — alguns dos quais já antes usados por nós. Os padres eram perseguidos políticos; nada provava que tivessem realmente perturbado a ordem; o Brasil subordinava-se a uma potência estrangeira etc. Violava-se flagrantemente, odiosamente, a Constituição. E o Supremo Tribunal rasgou a decisão presidencial e deu aos padres entrada franca...

Compreensível a diferença, não é verdade?"

NENO VASCO

APONTAMENTOS ELUCIDATIVOS

O movimento social libertário teve início de atividades no Brasil, mais ou menos corporificado, logo após a implantação do regime republicano. Essa atividade caracterizou-se pela organização de grupos, publicação de jornais, boletins, panfletos e livros, bem como pela realização de conferências, comícios e agitações populares, além de ativa participação no movimento operário. Desde o início de suas atividades no cenário político-social do país, a corrente anarquista difere fundamentalmente dos partidos políticos. For exemplo, não arregimenta elementos para serem fichados em quadros submetidos à disciplina oriunda de determinações partidárias. Organiza-se na base do livre acordo e das diferentes espécies de afinidades: afinidades pessoais, de tendências, de iniciativa etc, sendo que essas agrupações têm duração mais ou menos prolongada ou simplesmente ocasional.

A reunião desses grupos se processa também livremente, à margem das normas disciplinares mais ou menos autoritárias. Isto é, da mesma forma que os elementos componentes de cada grupo, estes também se unem por livre acordo, de conformidade com as normas do mais amplo federalismo, articulando-se local, regional e nacionalmente, por intermédio de comissões de relações, sem nenhuma atribuição de mando.

O movimento libertário tem seus principais centros de atividade em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia, Pará, Estado do Rio, Paraná e Minas Gerais, ramificando-se mesmo aos demais Estados. A sua atividade orgânica manifesta-se

de maneira mais saliente por meio de convênios e congressos locais ou gerais. Tiveram mais ressonância um congresso regional realizado em São Paulo e outro de caráter nacional levado a efeito na capital da República, resultando deste último a fundação de um Partido Comunista de caráter libertário, e não bolchevista, e que a perseguição policial não permitiu que se pudesse articular por muito tempo livremente.

O movimento libertário tem a imprensa como seu principal veículo de propaganda e combate. As suas revistas e jornais são típicos. Não abrigam publicidade paga, sendo sustentados por meio de subscrições voluntárias, aparecendo em suas colunas a relação de todas as contribuições recebidas e os balancetes das entradas e saídas nos seus mínimos detalhes. Alguns deles traziam em seus cabeçalhos a legenda: "Sai quando pode". Não obstante, diversos deles têm tido longa vida, sempre interrompida pela reação. Centenas de jornais e revistas, libertárias têm circulado em todo o território nacional.

Os libertários têm agido, ainda, ativamente, na imprensa sindical operária, sendo os iniciadores da formação e orientação dos mais importantes jornais proletários. Houve um período, mais acentuadamente de 1906 em diante, até 1930, em que a influência libertária foi grande nos meios populares, principalmente no seio do proletariado. Durante esse período ,pode-se dizer que a obra de organização dos trabalhadores se desenvolveu graças aos seus esforços. Todos os movimentos reivindicadores dos operários foram por eles orientados ou ajudados, o mesmo podendo-se dizer com referência às agitações populares.

Vários congressos operários foram promovidos e orientados, por libertários, na capital da República, em São Paulo, Porto Alegre e Pernambuco, deles resultando resoluções baseadas no sindicalismo apolítico e de tendências libertárias. Dos três congressos realizados no Rio de Janeiro, em 1906, 1913 e 1920, resultaram a fundação e a orientação da Confederação Operária Brasileira, que teve atuação prolongada, promovendo várias iniciativas.

O movimento libertário tem sido, no Brasil, essencialmente popular, conseguindo, entretanto, atrair os elementos intelectuais que a ele se dedicam como militantes, e influenciar outros que militam na imprensa e nos meios literários. Os libertários não aceitam o movimento político-partidário repudiando a ação eleitoral. Resulta daí, certamente, a não-aproximação de elementos animados por ambições políticas.

O movimento libertário é o resultado da contribuição espontânea de seus elementos, aos quais nada mais oferece senão a satisfação que lhes advém da própria atuação em prol de seus ideais. Não se pode deixar de reconhecer que o movimento libertário chegou a ter situação de destaque no meio político-social brasileiro, a ponto de constituir aqui, em certo período, o único movimento popular de caráter social, com programa e atuação inconfundível na luta pela transformação da sociedade no sentido da liberdade.

EDGARD LEUENROTH

OS ANARQUISTAS NO MOVIMENTO PROLETÁRIO

Vêm os anarquistas desenvolvendo sua atividade — há mais de 60 anos — no meio proletário brasileiro, não como chefes, líderes eu mentores, mas sim como partes integrantes do todo, como unidades operantes, trabalhando em prol do fortalecimento e orientação da sua organização, lutando por suas reivindicações, esforçando-se pela elevação de seu nível moral e pelo desenvolvimento de sua cultura.

Pela ação dos anarquistas, iniciou-se no Brasil o movimento sindical de resistência do proletariado, firmando-se sua orientação de luta anticapitalista. Além dos Congressos já mencionados, dos quais surgiu a Confederação Operária Brasileira, teve grande destaque no movimento a gloriosa Federação Operária de São Paulo, fundada em 1905, bem como as Federações de Rio Grande do Sul. Paraná, Pernambuco e Pará, que agregavam, além dos sindicatos profissionais, várias Ligas Operárias espalhadas em todos os pontos do país.

Foram dezenas de anos de lutas contra a ganância do capitalismo e as medidas reacionárias dos governantes.

Partindo de marco zero das reivindicações dos trabalhadores — desde, mas acentuadamente, o começo deste século — lançou-se o movimento proletário, orientado pelos anarquistas, nas pelejas contra o arbítrio patronal e estatal; pela regularização dos horários de trabalho, objetivando a jornada de oito horas; pelo aumento dos salários, com a abolição de descontos e multas; pela regularização do trabalho das mulheres e dos menores; pela instituição das férias remuneradas; pela segurança e higiene nos locais de trabalho; pelo respeito à pessoa do trabalhador e de suas organizações - por tudo, enfim, que se patenteava necessário para minorar as conseqüências da exploração capitalista e melhorar a situação econômica, profissional e moral dos que trabalham.

Foram anos e anos de lutas duras e difíceis, de tremendas campanhas, nas quais os anarquistas deram sempre o exemplo de atividade, dedicação e do espírito de sacrifício. Na história do proletariado brasileiro figuram os libertários, como vítimas, em situação de destaque. De toda sorte de sofrimentos foram alvo. Perseguições sem conta, assaltos a domicílios, processos, deportações e expulsões, espancamentos e assassínios enchem grandes espaços dos jornais de todos os anos passados; e nas matas da Clevelândia as ossadas dos militantes libertários testemunham a sua dedicação à causa proletária.

A reação patronal e estatal culminou com a implantação da ditadura iniciada em 1937, estrangulando a atividade da organização sindical de orientação sindicalista libertária, já prejudicada pela ação deletéria dos bolchevistas, que a queriam dominar para transformá-la em instrumento de seus manejos políticos. Ficou, assim, a velha e gloriosa organização do proletariado impedida de desenvolver livremente a ação orientadora da verdadeira atividade da luta de classe.

Não obstante a atividade que os militantes libertários conseguiram desenvolver na clandestinidade, vencendo dificuldades sem conta e sofrendo constantes perseguições, não pôde ser impedido que surgissem os sindicatos sujeitos inteiramente à influência e ao controle direto e permanente do governo, que dos mesmos fez objeto de sua demagogia nos manejos da politicagem.

Desde então, ficou a classe trabalhadora do Brasil inteiramente sujeita à ação governamental, através do Ministério do Trabalho, e à ação corruptora da burocracia sindical, sofrendo as influências dos elementos que a querem enfeudar a um partido, bem como às tendências de exclusivismo e corporativismo de indivíduos que, como funcionários, pretendem torná-la instrumento de suas conveniências políticas e pessoais.

Cessando, porém, o domínio do Estado Novo, embora a reação contra os trabalhadores ainda se faça sentir, trabalha-se no sentido de conseguir libertar a organização proletária das peias ministerialistas, do burocratismo sindical e dos manejos dos politiqueiros, para que possa retomar a sua atividade anterior de luta consciente em prol da defesa de seus interesses imediatos e de preparo para a completa emancipação.

Nessa obra estão empenhados os anarquistas, prestando sua decidida cooperação ao trabalho de orientação dos operários para que se possa dar nova vida aos sindicatos e ressurja o verdadeiro movimento proletário brasileiro, tão cheio de gloriosas tradições.

EDGARD LEUENROTH

NOS MOVIMENTOS DE PROTESTO CONTRA A REAÇÃO E DE REIVINDICAÇÕES POPULARES

Ação pronta, oportuna e responsável contra tudo que constitua infração às liberdades públicas e aos direitos do indivíduo, assim como em prol das reivindicações populares — tem sido uma constante do movimento anarquista.

A atuação libertária nesse setor, desprezando a desvirtuadora agitação pela agitação, tão usada pelos políticos profissionais, sempre se orienta num sentido de objetividade, de maneira que os movimentos de sua iniciativa, ou dos quais participam, correspondam às aspirações do povo, para habituá-lo a lutar diretamente na defesa de seus direitos, sem interferência daqueles que se apresentam como seus líderes, interesseiros e corruptores. Assim procedem com

o objetivo de que o povo verifique que o seu esforço é produtivo e se habitue a desprezar a interferência de guias e passe a constituir um conjunto de unidades ativas e conscientes na vida social.

Outra característica da ação popular de iniciativa libertária é a ausência do elemento aparatoso como recurso de atração, procedendo sempre de maneira que a afluência do povo aos atos promovidos corresponda cada vez mais a uma adesão ao motivo dos mesmos e não seja mera satisfação de curiosidade provocada por meios espalhafatosos. Decorre esse critério, igualmente, da preocupação de contribuir para a educação popular em sua intervenção na vida coletiva.

Sem prejuízo de sua obra incessante na divulgação dos princípios doutrinários do anarquismo, registra-se, inegavelmente, com destaque, no movimento social do Brasil, a ação dos libertários nos movimentos acima citados, além dos esforços despendidos nos demais setores também mencionados nesta síntese do movimento anarquista.

Não sendo possível o registro detalhado de todas as atividades dos libertários nos setores focalizados nesta parte do livro, são aqui registradas aquelas que tiveram mais destaque na vida do país.

EM DEFESA DAS LIBERDADES PÚBLICAS E DOS DIREITOS DO CIDADÃO — Estando naturalmente preestabelecida a atitude dos anarquistas em face de qualquer atentado às liberdades públicas e aos direitos do cidadão, no noticiário da própria imprensa burguesa é encontrado o registro de sua ação contra as restrições ao direito de livre associação, as quais têm atingido principalmente as agremiações sociais e sindicais.

As coibições do direito de reunião, verificadas muitas vezes contra manifestações públicas e até contra assembléia em recintos privados, sempre provocaram e continuam a provocar a imediata e ativa repulsa dos libertários.

Por ocasião de intervenções restritivas à liberdade de imprensa, os libertários têm assumido ação decidida, principalmente contra a famosa lei-arrôcho Adolfo Gordo (em 1920/21). A imprensa libertária da época é um valioso repositório de informações sobre a atividade dos anarquistas contra esse atentado à liberdade de expressão do pensamento.

CONTRA A CARESTIA DA VIDA — De grande vulto foram os movimentos de iniciativa dos libertários, em vários períodos e em muitos pontos do país, contra a carestia da vida. Em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, principalmente, essas agitações assumiram grandes proporções, com a realização de comícios nos bairros e pontos centrais e cem rumorosas passeatas públicas. As ilustrações aparecidas nos jornais e revistas da época servem de testemunho da repercussão desse movimentos, que, em São Paulo, em dado momento, forçaram os governantes a juntarem às violências contra os militantes um recurso de emergência fora do comum: o estabelecimento das "sopas populares", com a distribuição de ligeiras refeições populares em vários bairros. A criação das feiras-livres também tem ligação com esses movimentos contra a carestia da vida.

Essas agitações populares contra a situação tormentosa criada pelo encarecimento dos preços de todas as utilidades, bem como aluguéis das habitações, chegaram a provocar, em São Paulo, o surgimento de organizações especiais para essas atividades, entre elas a Liga dos Inquilinos que teve vida agitada e produtiva durante algum tempo, de maneira tão objetiva a ponto de agir contra os despejos de inquilinos das casas ocupadas, violência então mais em voga.

Enfim, os anarquistas, como partes integrantes que são de elemento popular, e ligados diretamente aos seus problemas, jamais deixaram de participar de seus movimentos de reivindicação, muitas vezes de sua inicativa.

A LUTA ANTIFACISTA — Os anarquistas não consideram o fascismo como fenômeno local adstrito a este ou àquele país, mas como manifestação internacional de sintoma de decomposição do regime capitalista, que, por esse meio, pretende fazer perdurar o domínio de seus privilégios, esmagando, pela reação feroz, todas as aspirações de bem-estar e de liberdade do povo trabalhador.

Por isso, a luta contra o fascismo é a luta contra o regime capitalista. Não é, portanto, possível a união dos anarquistas com os elementos que, embora tenham transitoriamente interesses diversos aos do fascismo, na campanha contra o mesmo pretendem apenas arredá-lo do caminho que devem percorrer em busca do poder.

Na luta franca, sem tréguas, contra o fascismo, os anarquistas poderão encontrar-se lado a lado com outros elementos, sempre, porém, com independência de ação e não para conservar o regime que deu origem a essa forma requintada de poder e reação, mas para abatê-lo e favorecer a campanha libertária.

Quando o fascismo surgiu em organizações nacionais, estrangulando todas as aquisições libertárias, encontrou os anarquistas em plena luta contra todos os elementos que lhe deram origem: princípios reacionários, sistemas totalitários e aventureiros em busca de domínio político.

No combate às hordas fascistas os anarquistas não são combatentes de undécima hora. Enfrentam-nas decididamente desde o início de sua obra vandálica, dando-lhes batalha sem trégua, por todos os meios e em todos os momentos, em toda parte, fornecendo o maior contingente de perseguidos e de vítimas, que encheram prisões, que povoaram lugares de degredo e campos de concentração, e de perdas de vidas dos que tombaram nos embates sangrentos.

Assim foi na Itália e na Alemanha, em Portugal, na Espanha, na Argentina, e assim aconteceu onde quer que o fascismo tenha aparecido. Naturalmente, outra não podia igualmente ser a atitude dos anarquistas do Brasil. Recorrendo-se ao noticiário dos diários, folheando-se as coleções da imprensa, libertária, ter-se-á conhecimento dos esforços que os anarquistas vêm desenvolvendo, ininterruptamente, na campanha antifascista.

Nessa luta continuam empenhados os anarquistas, denunciando e combatendo todas as manifestações de caráter fascista.

Quando constituía perigo, quando era crime combater o fascismo, os libertários jamais interromperam a campanha contra esse elemento liberticida, aqui representado pelo integralismo, que tem nos anarquistas o seu maior e decidido inimigo. Anos após anos, a

luta antifascista vem sendo sustentada por todos os meios, pelo movimento libertário, sempre vigilante à frente da agitação, como promotor ou participante.

Na crônica da luta antifascista no Brasil figuram os anarquistas em lugar de destaque com sua atividade em conferência, manifestações e comícios nem sempre pacíficos, bem como através de todos os meios de publicações.

CONTRA O IMPERIALISMO ULTRAMONTANO — Os anarquistas nunca deixaram de denunciar, e com mais veemência o fazem nesta delicada situação de vida no Brasil, o perigo da assoberbante influência clerical que aqui se manifesta em todos os sentidos. A ação do clero romano assume hoje a feição de verdadeiro imperialismo, que estende seus tentáculos por toda parte.

O ultramontanismo domina soberanamente em todos os setores da vida brasileira. Executando as palavras de ordem ditadas pelos altos poderes do Vaticano, os agentes do governo papalino espalham-se por todos os recantos do país, desde as grandes capitais até os pequenos arraiais do sertão brasileiro. Agem no recesso do lar minando consciências por intermédio do confissionário e das aulas de catecismo ministradas nas sacristias; invadem as repartições públicas, dominam o ensino nas escolas, chegam até às forças armadas, são encontrados nos meios associativos, exploram no comércio e na indústria e dominam na política e nas esferas governamentais.

Essa preponderância clerical em todas as manifestações da vida brasileira torna-se dia para dia mais acentuada, mais dominante, apresentando já negra perspectiva de uma ditadura teocrática a estrangular, muito breve, os resquícios de liberdade que ainda nos restam.

Em seu posto de combate, nessa peleja, se mantém firmes e intransigentes os anarquistas, como bem o demonstraram na campanha sobre o caso Idalina em que o ultramontanismo teve atuação de tal forma criminosa que fez o triste episódio repercutir em todo país.

Suportando toda sorte de perseguições, por meio da imprensa e da tribuna popular, ou nas organizações, agindo nos centros prin-

cipais do país, os libertários se colocam sempre à frente do movimento anticlerical, atividade essa que nunca abandonaram, como fazem certos elementos rotulados de esquerdistas, que chegam a fazer alianças com esse inimigo da liberdade.

E jamais abandonarão essa luta, que se evidencia hoje mais imperiosa do que nunca. O direito de cada qual professar livremente, propagar e cultuar a sua crença deve ser respeitado, mas o gozo desse direito, comum à propagação de todos os principios, não justifica o domínio aqui exercido pelo clericalismo.

Daí a necessidade proclamada pelos anarquistas de ser ativada a campanha contra a influência dominante no Brasil do imperialismo ultramontano, combatendo-o em sua ação reacionária de elemento auxiliar da exploração capitalista, de força econômica e política que, estando a serviço dos privilegiados e tiranos, opõe embaraços à emancipação social do povo. Por iniciativa dos anarquistas ou por influência de sua atividade, disseminaram-se por todo o país as organizações anticlericais, que promoviam conferências e comícios e divulgavam jornais, manifestos e prospectos de propaganda. No Rio de Janeiro, a Liga Anticlerical teve atuação de destaque, tornando-se um centro de combate e de educação social. (1)

"É preciso salientar, entretanto, que o anticlericalismo que os anarquistas desenvolvem nesse terreno não é aquele que, com algumas medidas anódinas contra o "poder eclesiático", não procura favorecer a liberdade e o povo, mas fortalecer outro poder, outro privilégio, prolongando-lhe a vida e salvando-o das ameaças de um movimento reivindicador de justiça social. Esse anticlericalismo, que os anarquistas repudiam com asco, é instrumento de governo e de opressão, é o último refúgio dos regimes na agonia. Nada tem de comum com o anticlericalismo integral dos anarquistas — contra a Igreja como poder político, econômico e religioso, como força material e espiritual, como sustentáculo de tiranos e apoio de privilégios, como estorvo à emancipação social. Os anarquistas não querem consolidar privilégio algum, defender a "supremacia" de poder algum. São por todas as liberdades e contra todas as opressões.

A expressão anticlericalismo, tornando-se integral como o fazem os anarquistas, abrange:

a) Luta contra os padres — para mostrar as contradições de suas vidas com as doutrinas que professam; o sacerdócio como profissão, tendo o interesse material por base, etc. Isso é importante para as camadas mais simples da população, que vêem o padre e não os dogmas e mitos, como importante foi para o povo francês, que não lia os enciclopedistas, a propaganda panfletária contra a realeza, a nobreza e o clero.

b) Luta contra a influência política da Igreja — pela ação direta e pela propaganda, extraparlamentar.

c) Denúncia do poder econômico da Igreja, da Igreja como empresa, como auxiliar da exploração capitalista, como divisora do proletariado, fautora de crumirismo. Este ponto é importantíssimo.

Esse é o anticlericalismo dos anarquistas, que por ele orientarão suas atividades, como sempre o fizeram". ([2])

(1) EDGARD LEUENROTH

(2) NENO VASCO

CONTRA O MILITARISMO E A GUERRA

A história do movimento libertário brasileiro está cheia de iniciativas de caráter pacifista, de manifestações contra a guerra, de lutas contra o domínio do militarismo.

Provam isso as coleções dos jornais anarquistas, em cujas páginas, além da literatura e ilustrações desse caráter, é encontrado o noticiário do que se fez contra as guerras. Ficaram memoráveis as agitações pacifistas, de repercussão nacional, promovidas pela Confederação Operária Brasileira, orientada pelos libertários, em fins de 1908 e repetidas no primeiro semestre de 1915, bem como na campanha contra o sorteio militar, levada a efeito em todo o país, também pela C.O.B., em 1915, e que deu motivo à publicação do jornal libertário antimilitarista "Não Matarás!"

Ainda por iniciativa dos anarquistas, realizou-se em 1919, no Rio de Janeiro, um congresso pacifista, com a participação de repre-

sentantes de outros países, tendo, ainda, os libertários brasileiros participado da promoção de um congresso contra a guerra em Ferrol, Espanha, sucumbindo, em Portugal, em consequência de brutalidades policiais, um dos dois representantes que daqui para lá, então, seguiram a fim de participarem dessa manifestação internacional contra a primeira conflagração.

Desde as guerras russo-japonesa, nipo-chinesa, da Itália contra a Abissínia, na Coréia, até às duas grandes conflagrações mundiais, os anarquistas do Brasil não cessaram as atividades de protestos, por meio de sua imprensa, de manifestos, de boletins e ilustrações, bem como de conferências e comícios, que não poucas vezes tiveram fim tumultuoso com a intervenção policial, resultando daí prisões e brutalidades sangrentas.

EDGARD LEUENROTH

UMA TENTATIVA DE GREVE GERAL REVOLUCIONARIA

A orientação da luta anticapitalista, na base da ação direta, que animou o proletariado brasileiro durante um período de várias décadas, período esse caracterizado pela atividade predominante dos elementos anarquistas, chegou a assumir tendências acentuadamente revolucionárias, mormente entre os anos de 1917 a 1920. Mediante criterioso e perseverante trabalho de educação — pessoal e coletivo — desenvolvido pelos libertários, foram os trabalhadores adquirindo a convicção de que os seus males são oriundos de uma injustiça social que os obriga a produzir não em seu proveito e da coletividade, mas sim do explorador de seu esforço — o capitalista.

Alimentados por essa convicção, os movimentos dos proletários do Brasil foram acentuando cada vez mais o seu caráter anticapitalista. Os resultados imediatos de movimentos reivindicadores, na base da ação direta, à margem de enganosas legislações, sem a intervenção de elementos estranhos, eram consideradas como parcelas mínimas do todo a que têm direito e que devem conquistar, isto é, a sua completa emancipação do regime do salariato instrumento da exploração capitalista.

Os grandes movimentos grevistas — realizados sob o domínio de sistemática reação — iniciados em São Paulo, estendendo-se pelos principais centros do país e que se prolongaram até 1918, foram exuberante demonstração do grau de orientação social reivindicadora do movimento que na referida época servia de roteiro para as lutas da classe trabalhadora do Brasil.

Foi essa orientação consciente e positiva do proletariado brasileiro que alimentou um ambiente de inquietação e inconformismo entre os trabalhadores em face da sua precária situação e das violências de que eram vítimas. Essa inquietação teve como desfecho o movimento de caráter revolucionário eclodido em 1919, na então capital da República, com perspectivas de seguimento em outros pontos do país.

A incessante reação policial contra o proletariado, aumentada de ano para ano, ia tomando feição sistemática. Nenhum direito era reconhecido aos trabalhadores, a começar pela preliminar prerrogativa de se associarem para cuidar de seus interesses profissionais, enquanto o patronato mantinha livremente suas organizações, prestigiadas pelos poderes públicos, desenvolvendo atividades muitas vezes em detrimento dos interesses do povo. As sedes dos sindicatos dos trabalhadores eram constantemente assaltadas, proibindo-se suas atividades normais, o mesmo acontecendo com suas bibliotecas (muitas vezes apreendidas ou destruídas), escolas e agremiações culturais e recreativas.

A vida dos militantes sindicais tornara-se tormentosa. Constantemente perseguidos — buscados, como se fossem criminosos, nos meios associativos, nos locais de trabalho, em seus lares — não tinham sossego, com sua atividade profissional sempre perturbada. Eram brutalidades nas prisões, espancamentos, deportações para lugares insalubres e para o estrangeiro, até assassínios — em suma. seriam necessários mais de um volume de muitas páginas para registrar aquele período de violência contra o proletariado brasileiro.

Essa insustentável situação de penúrias e violências firmou no proletariado militante a convicção de que era preciso reagir decisivamente no sentido de assegurar o legítimo direito de livremente manter sindicatos e, através deles, sustentar reivindicações. Mas tudo demonstrava que a consecução desse direito somente poderia

ser efetivada por meio de um movimento decisivo, capaz de fazer cessar a reação que atormentava a vida dos trabalhadores. E foi o que se procurou fazer com a organização de uma greve geral de caráter revolucionário. Como o movimento poderia tomar proporções transformadoras, foi preparado um programa correspondente a esse objetivo, para ser apresentado ao exame do povo rebelado, na perspectiva de se ter de enfrentar o domínio da situação.

Partindo do Rio de Janeiro deveria o movimento ter seqüência em São Paulo, para se estender pelo país, tendo como elemento animador o ambiente de rebeldia então generalizada. Esse episódio de relevância no movimento proletária brasileiro ocorreu em 18 de outubro de 1918, com ponto de partida na então capital da República, deixando bem patente a decisão do proletariado nessa tentativa de conseguir sua libertação da odiosa situação que o atormentava.

Mas um desastroso imprevisto truncou o movimento logo em seu inicio: a denúncia de um oficial do Exército que nele se envolvera facultou a preparação de todas as forças governamentais contra o proletariado, que se lançava à luta reivindicadora com decisão e coragem. Paralisavam-se as atividades nos setores de trabalho, executava-se o que se apresentava necessário para permitir o domínio da cidade e vencer a reação; manobrava-se para assaltar os centros militares e policiais — mas, as tropas estavam a postos. A reação vencera, impedindo que se verificasse a perspectiva de se estender a greve pelo país.

A conseqüência era inevitável: os militantes mais apontados como suspeitos de participação no movimento e que não se puderam precaver foram encarcerados e submetidos a processos. Eram libertários, em sua absoluta maioria.

A história esclarecedora desse movimento deverá aparecer em próximo trabalho, no qual se relembrarão as lutas do proletariado do Brasil.

EDGARD LEUENROTH

NOS MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS

Os anarquistas do Brasil nunca se mantiveram à margem dos movimentos de caráter revolucionário que aqui, em vários períodos, se têm manifestado com o objetivo de libertar o país do domínio arbitrário de elementos reacionários que, colocados nos postos de governantes, criaram situações prejudiciais à população, atingida por violências e explorações. Fiel à sua origem, à sua base doutrinária e à sua atuação de sempre, o anarquismo mantém-se, naturalmente, ligado ao povo em seus movimentos de reivindicação de direitos e de protesto contra arbitrariedades dos detentores do poder. É, portanto, lógica conseqüência dessa orientação a intervenção dos libertários nos referidos movimentos revolucionários.

Essa tem sido a atuação dos anarquistas desde o início de sua presença na vida pública brasileira, isto é, não de meros observadores, mas de atividade objetiva, agindo sempre no sentido de que das lutas empenhadas resulte a maior soma possível de benefícios em favor do povo e de ampliação das liberdades públicas e do indivíduo. Foi na base dessa orientação que os libertários tiveram intervenção nos movimentos revolucionários de 1924, 1930 e 1932.

Nos anais da revolução de 1924, a atuação dos libertários, com a finalidade de que dela resultassem benefícios concretos para o povo ,está documentada, entre muitos outros atos, por um memorial de reivindicações populares intitulada **O Que o Povo Reclama**, redigido, impresso e distribuído por anarquistas e encaminhado aos promotores da revolução.

Ainda por iniciativa de anarquistas, foi promovida uma reunião de militantes com o fim de ser decidida a atitude em face do manifesto dos revolucionários dirigido ao povo e aos trabalhadores em particular. Nessa reunião, realizada na sede dos gráficos, situada no centro da cidade, por ocasião de forte bombardeio dos "legalistas", foi aprovado o manifesto dirigido aos revolucionários e nomeada a comissão encarregada de fazer sua entrega aos dirigentes da revolução. Os signatários do manifesto, redigido por um militante anarquista, eram libertários ou participantes, como simpatizantes do seu movimento.

O jornal anarquista "A Plebe" publicou um número dedicado à revolução, expondo, em duas páginas, a atitude dos libertários com referência à revolução, e divulgando o manifesto citado e outro dirigido ao proletariado. Dois dos anarquistas signatários do manifesto foram deportados para a Clevelândia, onde morreram, e outros dois para o estrangeiro. O jornal revolucionário que iniciou a sua publicação após a retirada das forças rebeldes de São Paulo — "5 de Julho", teve participação direta de anarquistas. Também com a finalidade de tirar todo o proveito possível da causa popular, os libertários tiveram igualmente atuação na revolução de 1930. Nunca, porém, para obter vantagens próprias ou conseguir colocações.

Por iniciativa de anarquistas, foi publicado, durante o período de preparação desse movimento, o jornal clandestino "A Liberdade", dirigido pelo autor deste livro, composto e impresso por uma das vítimas da Clevelândia, tendo como cooperadores um então militante anarquista e um ex-tenente da revolução de 1924, o qual chegou depois ao generalato e a cargos de governança, tendo atividades contrastantes com as do antigo revolucionário.

Na oportunidade da revolução de 1930, os anarquistas também distribuíram um manifesto condensando as reivindicações populares.

Por ocasião do movimento revolucionário de 1932, os elementos libertários publicaram, em forma de folheto, um manifesto, com o mesmo título do de 1924 "O Que o Povo Reclama", nele resumindo todas as reclamações relativas aos interesses da população e, particularmente, dos trabalhadores. Esse manifesto foi transmitido aos elementos revolucionários. Em livro de autoria de um coronel da Força Pública, referente à revolução de 1932, é feita referência à intervenção dos anarquistas nesse movimento.

EDGARD LEUENROTH

NAS MANIFESTAÇÕES DE SOLIDARISMO

Uma das características predominantes do movimento anarquista no Brasil tem sido o feitio solidarista de seus militantes, que

se manifesta na acolhida amigável de militantes que aqui chegam em busca de novo ambiente de vida, de refugiados perseguidos pelas tiranias dominantes, em seus países, de individualidades que, aportando ao Brasil, provocam as iras dos elementos reacionários, por causa de más idéias renovadoras.

Neno Vasco, inegavelmente um dos mais eficientes divulgadores do anarquismo no Brasil, manifestava a grande simpatia que lhe merecia o nosso ambiente libertário, que o teve como militante. Mostrou-se pesaroso quando precisou regressar a Portugal.

Paulo Berthelot (Marcelo Verema, de pseudônimo), anarquista nascido na França, que aqui aportou com notável bagagem de cultura, depois de uma peregrinação por vários países, foi morrer nos sertões de Goiás, numa tentativa de convivência comunitária com os índios. Referia-se com carinho ao meio acolhedor do anarquismo no Brasil. Deixou-nos como valiosa lembrança o "Evangelho da Hora", jóia da literatura anárquica.

Igual pronunciamento teve Ernesto Herrera — o Herrerita, como era chamado — inolvidável poeta boêmio que chegou ao Brasil como clandestino e que como clandestino regressou ao Uruguai. Como lembrança e única bagagem, além dos originais de valiosos trabalhos, levou uma lata de goiabada e uma coleção de números, com colaborações suas, de "A Lanterna", em cuja redação conviveu com outro poeta boêmio, Afonso Schmidt.

E quantos outros militantes libertários, que de outras paragens vêm viver as nossas lutas, ao regressarem aos seus pagos, de longe nos escrevem manifestando saudades da convivência com os libertários brasileiros!

Que dizer dos que, tendo nascido em outras terras e aqui militaram como anarquistas, a reação nos roubou com a revoltante violência das expulsões? Numa citação sumária deve ser mencionado Marques da Costa, o obreiro português da construção civil que se fizera jornalista, daqui partindo forçado pela reação, continua saudoso de sua antiga convivência.

Entre os italianos daqui expulsos como anarquistas, destaca-se a figura original de Gigi Damiani, pintor de profissão, jornalista e escritor, sempre com um sorriso irônico, pouco falador, saindo-lhe

as frases dos lábios como estocadas certeiras. Pertencia ao núcleo dos militantes da primeira hora, sendo "A Plebe" o último jornal do Brasil que o teve como redator. Em 1919, meteram-no em um navio de regresso à Itália, onde prosseguiu sua labuta na imprensa libertária da península. Com a implantação do fascismo, retomou o destino do estrangeiro e foi parar na Tunísia. De lá voltou à Itália, quando a horda fascista foi esmagada, e nos escreveu expressiva carta em italiano, dela se destacando a palavra "saudade" ao referir-se ao movimento anarquista do Brasil, o qual tantos esforços dedicara.

É com essa demonstração de solidariedade que os libertários do Brasil, têm prestado cooperação decisiva às manifestações de apoio a diversas personalidades de destaque no movimento social de outros países, os quais, vindo ao Brasil a fim de realizar conferências, são aqui alvo de ataques de elementos reacionários, principalmente clericais.

Entre esses combatentes dos ideais renovadores mais atingidos pela fúria dos reacionários, devem ser mencionados: Jean Jaurès, a grande figura do socialismo da França, assassinado ao deflagrar a guerra de 1914; Guido Podreca, socialista italiano que se destacou principalmente pela sua corajosa luta anticlerical através do famoso jornal "L'Asino"; e Belen Sarraga, a brilhante combatente do livre pensamento que aqui realizou animada série de conferências em várias cidades.

Foram todos recebidos com grandes manifestações públicas que tiveram os anarquistas como principais promotores. Os elementos clericais pretenderam empanar o brilho de uma dessas manifestações com uma procissão de desagravo, que proporcionou a oportunidade a um núcleo de libertários freqüentadores da redação de "A Lanterna", inclusive seu diretor (autor deste livro), de se envolverem entre os manifestantes e, em atitude ostensiva de protesto, reverenciarem a memória de vítimas do ultramontanismo com vivas às vítimas da Inquisição, a Francisco Ferrer, a Giordano Bruno, a Savonarola. a Galileu e a muitos outros.

Os processos rumorosos envolvendo militantes libertários como vítimas de perseguições dos elementos reacionários foram aqui objeto de movimentos de solidariedade promovidos pelos anarquistas.

A agitação que se estendeu por todo o mundo em favor do oficial judeu Alfredo Dreyfus, condenado injustamente em conseqüência das manobras racistas de elementos do Exército francês, teve o apoio do movimento anarquista do Brasil, principalmente em São Paulo, onde foram realizados comícios promovidos pelos libertários, na última década do século passado, ou mais propriamente, em 1897.

A agitação realizada em favor de Francisco Ferrer teve grandes proporções, com repercussão em outros ambientes da sociedade brasileira. A comemoração do primeiro aniversário de fuzilamento do grande libertário espanhol foi uma das maiores e mais impressionantes manifestações públicas realizadas em São Paulo.

Iguais proporções teve a agitação promovida pelos anarquistas em favor de Sacco e Vanzetti; durante todos os anos de duração de seu processo até sua odiosa execução. Nessa agitação foram usados todos os recursos apropriados, dando motivos para perseguições policiais contra militantes libertários.

Foram ainda os anarquistas que, no Brasil, reivindicaram o ato do socialista holandês Van Der Lubbe, que, com o sacrifício de sua jovem vida, alertou o mundo contra o nazismo com o clarão da imensa fogueira com que reduziu a escombros o "Reichstag" (edifício do Parlamento da Alemanha, em Berlim), no tempo do nazismo.

Idêntico procedimento tiveram os anarquistas daqui por ocasião de perseguições exercidas em outros países contra militantes libertários .

Assim aconteceu quando Cario Tresca, combatente libertário italiano, residente nos Estados Unidos, onde dirigia o jornal "II Martello", e que, anos atrás, foi covardemente assaltado e morto por fascistas italianos.

Também se movimentou o elemento libertário brasileiro em favor dos militantes anarquistas Ettore e Arturo Giovannitti, quando igualmente atingidos pela reação ianque.

A situação das vítimas do fascismo italiano, assim como das ditaduras imperantes na Hungria e na Bulgária, em Portugal e na Espanha, mereceu igualmente a solidariedade dos libertários do

Brasil. Quando, na Espanha, a reação atingiu o militante conhecido pelo apelido de "El Poeta", Bautista Acher os libertários do Brasil movimentaram-se em seu favor, esforçando-se para conseguirem o pronunciamento de outros setores da vida brasileira.

Seria preciso um livro para registrar exclusivamente as atividades do movimento libertário brasileiro ante todas as arbitrariedades da reação aqui praticadas contra os militantes das atividades proletárias e sociais.

As perseguições, prisões, brutalidades, expulsões e violências de toda ordem com que têm sido atingidos os militantes das organizações e da imprensa social-proletária sempre têm encontrado os anarquistas na estacada, agindo contra as violências e em favor das vítimas.

Figuram com destaque na história do movimento social os Comitês Pró-Presos e Deportados, especialmente constituídos pelos libertários com o fim de organizar a defesa das vítimas da reação, de socorrê-las na prisão e de prestar auxílio a suas famílias. A imprensa, principalmente os periódicos anarquistas, registram toda essa atividade desenvolvida ano após ano.

Todos os movimentos revolucionários irrompidos em vários países com finalidades libertadoras têm tido no movimento anarquista do Brasil um elemento ativo de defesa e de orientação da opinião pública.

Quando irrompeu no México a revolução contra a ditadura lá imperante, foram os anarquistas que aqui saíram a praça pública para desfazer as errôneas e malévolas informações com que eram apresentados os revolucionários, apontados como bandoleiros vulgares. Na imprensa libertária e também por meio de prospectos e conferências, os anarquistas divulgaram os princípios pelos quais lutavam os combatentes da terra asteca, principalmente do Partido Liberal Mexicano, orientado por militantes anarquistas, o mesmo sendo feito com referência ao seu órgão "Regeneración".

Foram os anarquistas que, enfrentando o ambiente adverso então aqui dominante, se lançaram, desde o seu início ,em defesa da Revolução Russa, tornando conhecida a finalidade libertadora com

que foi deflagrada. As coleções dos jornais e outras publicações anarquistas constituem um insuspeito documentário, nelas sendo encontrados informações detalhadas de todas as iniciativas postas em prática pelos libertários. Para melhor orientação do povo, os anarquistas lançaram um livro, com grande tiragem — "O que é o Maximismo ou Bolchevismo" — da autoria de Edgard Leuenroth e Hélio Negro.

Aliás, é preciso que se saiba que essa atitude dos anarquistas brasileiros não se manifestou apenas em 1917, por ocasião da Revolução, pois sua defesa do movimento revolucionário russo contra a tirania do czarismo e em prol da vitória do socialismo naquela parte do mundo vinha de longe. Já no começo deste século, a atividade libertária aqui se desenvolvia nesse sentido. Por iniciativa dos anarquistas, foi feita uma coleta de recursos em favor das vítimas das perseguições czaristas, sendo a importância conseguida enviada ao seu destino por intermédio do jornal anarquista que então se publicava — "a Terra Livre", do qual era administrador e colaborador o autor deste livro, sendo documentado o seu recebimento por uma carta de Pedro Kropotkine, grande vulto do movimento anarquista e propagador da Revolução Russa.

Também no começo do século, foi promovido um comício em São Paulo, num teatro da rua São João, hoje avenida, convocado por um grande manifesto subscrito pela comissão organizadora constituída sua maioria de anarquistas, entre os quais o autor deste livro.

Foi igualmente ativa a ação dos anarquistas do Brasil em favor da Revolução Espanhola, sendo usados todos os recursos que se apresentavam apropriados para a sua defesa e esclarecimento, por meio da imprensa, de manifestos, de conferências e de comícios. Também se encarregaram os libertários da divulgação, no Brasil, dos jornais, revistas, boletins, ilustrações etc., publicados pelos revolucionários. Não faltou também a ajuda econômica daqui remetida em favor dos revolucionários que tiveram de sair da Espanha depois do domínio do franquismo.

NO CAMPO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Não obstante entenderem que a transformação social não pode ficar na dependência da cultura geral e total do povo, os anarquistas são educacionistas, porque estão convencidos de que essa transformação irá tanto mais longe na vida das realizações anárquicas quanto mais elevada for a soma de evoluções individuais. Estão, entretanto, certos de que somente com a transformação da sociedade se conseguirá dar instrução racional e geral ao povo, porque isso presentemente não será possível, em virtude da instrução e da educação do povo dependerem dos elementos interessados em mantê-lo na ignorância, para que se submeta à tirania político-econômica-religiosa do regime burguês.

Não obstante isso, os anarquistas nunca se descuidaram da obra cultural do povo, procurando, pelo menos, neutralizar a ação obscurantista dos reacionários, por meio de escolas, ateneus, centros de cultura social, fundados em várias zonas do país, conferências e palestras comentadas, além da difusão e publicação de folhetos, livros, revistas e jornais. Volumosa é a bibliografia anarquista no Brasil.

Inúmeras são as iniciativas lançadas e mantidas nesse sentido pelo movimento anarquista, com o dispêndio de enorme soma de esforços, mas quase todas truncadas ou prejudicadas pelos agentes da burguesia.

Nessa obra continuam empenhados os libertários, esforçando-se para libertar o povo da influência corruptora da ignorância, das crendices, dos preconceitos e do espírito submisso que constituem elementos de dominação do capitalismo, que deve findar, para dar lugar ao regime socialista libertário, no qual a cultura, em todas as suas modalidades, deixará de ser privilégio de uma classe, como hoje é, passará a ser facultada a todos em igualdade de condições.

Nas bibliotecas de antigos militantes figuram livros e numerosos folhetos editados por grupos fundados e mantidos pelo movimento libertário sem finalidades comerciais, sendo o trabalho de redação ou tradução, organização e revisão, assim como o de divulgação e administrativo, executado sem nenhuma remuneração pelos elementos anarquistas.

No terreno da educação e do ensino, a história das atividades anarquistas no Brasil registra uma inicativa, estrangulada pela reação, de grande vulto e com repercussão nos principais centros do país — a fundação da Escola Moderna, nas bases da instituição de igual nome que foi organizada na Espanha pelo libertário Francisco Ferrer. Grande e fecunda foi a obra executada por essa instituição no terreno de ensino e da educação, com reflexo produtivo em diversos países. Isso atemorizou a reação capitalista e clerical-militarista, que estrangulou essa gloriosa obra, fuzilando Ferrer, provocando com isso grande movimento de protesto nos principais centros do mundo.

Com a cooperação ou estímulo dessa iniciativa de São Paulo, fundaram-se muitas escolas e cursos em várias cidades.

EDGARD LEUENROTH

OS CONGRESSOS ANARQUISTAS NO BRASIL

As grandes dificuldades com que luta o movimento anarquista para a realização de seus certames, sob certos aspectos, no Brasil são ainda maiores.

São idênticos os empecilhos que embaraçam as atividades dos elementos libertários do Brasil na organização de seus convênios de âmbito nacional.

Sendo um movimento de recursos limitados, todas as suas iniciativas dependem das contribuições de seus elementos, não podendo, pois arcar com a responsabilidade de grandes despesas. E a realização com breves intervalos de congressos internacionais está nesse caso.

Há, ainda, a registrar outras circunstâncias embaraçantes, como, por exemplo, as grandes distâncias que separam os centros de atividades libertárias, exigindo pesadas despesas de transporte, além da dificuldade de muitos militantes não poderem se ausentar de seus trabalhos profissionais.

Apesar de tudo isso, os congressos vão sendo realizados, embora sem a freqüência que seria para desejar.

O que se registra neste livro sobre os congressos anarquistas constitui apenas um roteiro indicador do que reunirá a obra completa sobre os mesmos a ser publicada.

CONFERÊNCIA LIBERTARIA DE SÃO PAULO, EM 1914 — O movimento anarquista do Brasil atravessava nessa época (1914) um período de animadora atividade. Diversas agrupações libertárias agiam nos principais centros do país, entre elas o Centro Libertário de São Paulo, que se destacou durante um bom período de tempo por sua atuação objetiva na prática de iniciativas ligadas ao movimento renovador.

Preparava-se para esse ano um Congresso Internacional que deveria ser realizado em Londres. Entre os anarquistas do Brasil generalizou-se, desde logo, o propósito de aderir a esse certame. Para decidir sobre essa iniciativa, o Centro Libertário de São Paulo convocou uma Conferência Libertária.

Esse encontro de militantes realizou-se em São Paulo, em seis domingos seguidos (14, 21 e 28 de junho, e 5, 12 e 26 de julho, na sede da Lega della Democracia, rua José Bonifácio, 39, 2.° andar).

A ele aderiram, com representações diretas, as agrupações anarquistas do centro, dos bairros e subúrbios de São Paulo, as localidades de sua periferia — Ribeirão Pires, Alto da Serra ,além de numerosas participações individuais. Também enviaram suas adesões as agrupações de Jardinópolis, Estado de São Paulo e as de Manaus, no Amazonas.

Os anarquistas do Rio de Janeiro, então capital do país, promoveram reuniões para tratar da iniciativa, resolvendo comunicar sua adesão à comissão constituída em São Paulo para encaminhar os trabalhos.

Decidida a adesão ao anunciado Congresso Anarquista Internacional que se deveria realizar em Londres, em agosto de 1914, foi igualmente resolvido que a representação do Brasil seria direta, com a presença de um delegado, sendo escolhido um militante do Rio de Janeiro. Para o custeio das despesas, foi feita uma coleta de recursos entre os militantes de todo o país.

Aproveitando a oportunidade oferecida por esse encontro, foi resolvida e constituída a Comissão de Relações dos Grupos Anarquistas. Também foi estudado o problema da participação dos anarquistas nas organizações operárias, concluindo-se pela conveniência dessa atividade, agindo os anarquistas como militantes e não como líderes ou dirigentes.

Não tendo sido possível a realização do Congresso de Londres, em virtude da eclosão da guerra, em 1914, o delegado do Brasil para lá não seguiu.

CONGRESSO ANARQUISTA NACIONAL, DO RIO DE JANEIRO, Em 1915 — Em pleno período da guerra, realizou-se na então capital da República esse Congresso, com representações do Estado de São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Estado do Rio, além da capital do país. Também estiveram presentes dois delegados da Argentina, que na ocasião se encontravam no Rio de Janeiro como delegados ao Congresso da Paz, que então lá foi realizado.

O temário do certame constou do exame e pronunciamento sobre os princípios fundamentais do anarquismo; o movimento em prol da paz e contra a guerra e o militarismo; ação contra as leis de execução; divulgação do verdadeiro significado do 1.° de Maio; desenvolvimento da imprensa anarquista, além de deliberações sobre assuntos do momento.

Foram apresentados nesse Congresso relatórios sobre o desenvolvimento do anarquismo em várias regiões do Brasil.

CONGRESSO INTERNACIONAL DA PAZ, NO RIO DE JANEIRO, EM 1915 — Não foi possível, como já dissemos, realizar o Congresso Anarquista Internacional, convocado para Londres, em agosto de 1914. Também não pode realizar-se o Congresso Pró Paz, convocado para abril de 1915, em Ferrol, Espanha, no qual o Brasil seria representado por dois delegados, um dos quais morreu em Portugal ao regressar do Brasil, vítima de brutalidades da reação. Decidiu assim a Confederação Operária Brasileira, orientada pelos libertários, promover o Congresso Pró Paz que se realizou no Rio de Janeiro, nos dias 14, 15 e 16 de outubro de 1915, antecedendo o Congresso Anarquista Nacional. Dele participaram, além de elementos da ca-

pital da República, representantes dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, e dois delegados de agremiações libertárias da Argentina. Chegou-se à conclusão de que uma ação decisiva contra a guerra somente poderá partir do proletariado, visto ser ele que fornece os elementos necessários para as lutas guerreiras, fabricando todos os instrumentos de destruição e de morte e fornecendo o elemento humano que serve de carne para canhão.

Evidenciava-se claramente que ao povo trabalhador cabe negar-se a participar das guerras, executando preceitos humanos proclamados pela Associação Internacional dos Trabalhadores: à declaração da guerra respondamos com a declaração da greve geral revolucionária, na base do lema: "Nenhum homem, nem um centavo para a guerra!". Para tornar positiva essa luta contra a guerra, relembrar que o emprego da sabotagem, aplicada a tudo quanto sirva para a guerra, é recurso humano e de resultados certos. A boicotagem, posta em prática em longa escala contra todos os elementos participantes ou cooperativos da guerra, torna-se também uma arma eficiente em favor da paz.

Foram igualmente aprovadas resoluções sobre a propaganda sistemática em favor da paz e, conseqüentemente, contra toda e qualquer tentativa de guerra, bem como contra o nacionalismo alimentador de prevenções entre os povos, contra o militarismo, como instrumento guerreiro e ainda contra o capitalismo, cujo regime é o principal causador das guerras. Foram ainda denunciados, como elementos alimentadores de sentimentos guerreiros, os movimentos de discriminação racial e os preconceitos disseminados pelas seitas religiosas, provocando prevenções entre os agrupamentos humanos.

O Congresso aconselhou uma ativa obra de educação pacifista e de solidariedade social, sendo para esse fim usados todos os recursos apropriados.

CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA-ANARQUISTA, NO RIO DE JANEIRO EM 1919 — Talvez apenas os militantes anarquistas da velha guarda saibam que ao Partido Comunista marxista, hoje existente, antecedeu, há 43 anos, o Partido Comunista-Anarquista, fundado em 9 de março de 1918, no Rio de Janeiro, e em São

Paulo no dia 16 de junho do mesmo ano. A fim de que uma assembléia de todo o movimento anarquista do Brasil aprovasse as bases programáticas desse partido, convocou-se um Congresso libertário para os dias 21, 22 e 23 de julho de 1919, na antiga capital da República, na sede do Centro Cosmopolita, à rua do Senado, 215, agremiação dos garçons, como também foi na sede da organização dos garçons (A Internacional), no largo de São Francisco n.° 5, que se fundou o núcleo de São Paulo.

Além dos elementos das organizações cariocas, estiveram presentes no Congresso representantes dos Estados de Alagoas, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo. Houve ainda as adesões de outros organismos que não puderam fazer-se representar diretamente.

Esse Congresso libertário despertou grande interesse, atraindo uma assistência numerosa, que lotou o vasto salão do Centro Cosmopolita. Além do exame do programa anarquista do Partido, o Congresso deliberou também o desenvolvimento da organização libertária e da obra a realizar.

A polícia interveio e proibiu a realização das sessões públicas do Congresso, arbitrariedade que encontrou repulsa até na imprensa diária.

CONGRESSO ANARQUISTA DE SAO PAULO, EM 1948 — Esse Congresso serviu para estabelecer um contacto direto e permanente entre os militantes libertários que dele participaram, pois conviveram durante todos os dias da duração dos trabalhos, visto terem sido hospedados na própria sede do Congresso. Além das organizações de São Paulo, compareceram representações do interior do Estado, da capital da República, dos Estados do Rio de Janeiro e do Paraná, havendo igualmente participações individuais.

As seis sessões realizadas nos dias 17, 18 e 19 de dezembro de 1948, para a execução de seu programa, tiveram sempre numerosa assistência acompanhando com interesse o desenvolvimento dos trabalhos. O encerramento do Congresso deu-se com uma reunião festiva de confraternização, à qual compareceram numerosas famílias de militantes libertários.

O temário que serviu de base para os trabalhos condensou os problemas de mais interesse para o movimento anarquista, no que

se refere tanto aos princípios básicos do anarquismo como à atuação dos militantes libertários na vida social. Após a apresentação de relatórios .escritos ou orais, relativos à obra dos libertários nas zonas do país representadas no Congresso, passou-se ao exame dos trabalhos apresentados sobre os fundamentos doutrinários do ideal anarquista e do método de ação a ele correspondente, merecendo especial atenção o estudo da atuação dos anarquistas em todos os setores do ambiente social, de acordo com os princípios e os métodos referidos.

Foram, assim, aprovados trabalhos sobre a ação dos militantes libertários nas organizações proletárias, bem como sobre suas relações com elementos de outros setores, mas atividades da vida pública, repelindo, sempre, os corruptores processos colaboracionistas. Confirmou-se, após criteriosa troca de idéias, a orientação do movimento anarquista quanto à revolução russa e à ditadura do proletariado.

Foram tomadas também deliberações sobre a propaganda, antimilitarista e contra a guerra, bem como para o combate à influência clerical na vida brasileira. Sobre o desenvolvimento da organização anarquista nacional e de suas iniciativas, bem como sobre as relações com o movimento intelectual, foram assentadas várias medidas. Também foi objeto de considerações dos congressistas o exame da situação dos dois jornais anarquistas que então se publicavam no Brasil: "A Plebe", em São Paulo, e "Ação Direta", no Rio de Janeiro.

CONGRESSO ANARQUISTA NACIONAL DE 1953, NO RIO DE JANEIRO — Este certame libertário foi realizado nos dias 9, 10 e 11 de fevereiro de 1953. Teve por sede um amplo sótão da residência do saudoso militante anarquista prof. José Oiticica, então situada no bairro da Urca, ali ele planejava instalar uma organização cultural.

Conjuntamente com os delegados das organizações libertárias da capital da República, de participantes individuais e assistência sempre interessada pelo decurso dos trabalhos, estiveram presentes delegações dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. O programa desse certame constou de exame das iniciativas do movimento anarquista em andamento e do estudo de outras a serem postas em prática.

Mereceu especial atenção a atividade no desenvolvimento da propaganda doutrinária, bem como contra o domínio da influência clerical e em favor do movimento pacifista.

Foram assentadas medidas relativas ao desenvolvimento da organização anarquista e à difusão da imprensa do movimento.

ENCONTRO LIBERTÁRIO DE 1958, NO RIO DE JANEIRO
Com a presença dos componentes do Grupo de Ação Libertária, da Capital da República, e de um núcleo de militantes do movimento de São Paulo, realizou-se esse encontro libertário nos dias 20 e 21 de setembro de 1958.

O motivo principal foi resolver a situação do jornal "Ação Direta" após o falecimento de seu diretor, prof. José Oiticica. Decidiu-se confiar a direção do jornal, até ulterior deliberação, ao autor deste livro, passando sua impressão a ser feita em São Paulo, como medida econômica transitória.

Foi aproveitada a ocasião para serem estudadas medidas visando ao desenvolvimento da propaganda libertária. Também se deliberou fazer uma consulta aos militantes libertários sobre a conveniência e as possibilidades de se realizar uma Conferência Nacional Anarquista em 1959.

CONFERÊNCIA LIBERTARIA NACIONAL DE 1959 EM SÃO PAULO — Esse certame caracterizou-se pela animação com que se desenvolveram os seus trabalhos e também pela repercussão que teve em outros ambientes.

Dois repórteres da revista "O Cruzeiro", uma das publicações de maior divulgação no país e também no exterior, numa demonstração de sua capacidade profissional, conseguiram apresentar-se no local destinado à realização dos trabalhos da Conferência, convivendo intimamente com os participantes do certame durante todo o tempo de sua duração. A Conferência realizou-se nos dias 26, 27, 28 e 29 de março de 1959, permanecendo os participantes no local durante todo esse tempo, ali dormindo e tomando alimentação.

Na organização do programa desse certame, seguiu-se critério rigorosamente objetivo. Tratou-se exclusivamente de problemas relativos as iniciativas do movimento anarquista. Passado em re-

vista o que se estava executando, assentam-se medidas para dar ao movimento maior amplitude. Entre essas iniciativas, figuram os Centros de Cultura e os Grupos Teatrais, "Nossa Chácara", a publicação do jornal do movimento no Brasil e a difusão de livros e das publicações libertárias de outros países.

As iniciativas referentes às organizações comunitárias, para experiências de trabalho e de convivência na base do livre acordo e do apoio mútuo, mereceram especial atenção dos participantes do certame. Foi estudada também a possibilidade da fundação de uma editora de obras de educação popular com tipografia própria.

Esse encontro libertário foi um dos mais animados dos que têm sido realizados, no Brasil. Dele participaram militantes dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, da capital da República, tendo todas ao sessões numerosa assistência

EDGARD LEUENROTH

A REAÇÃO CONTRA O MOVIMENTO ANARQUISTA NO BRASIL

As atividades dos anarquistas no Brasil, embora exercidas dentro do quadro da chamada democracia republicana, bem raras vezes puderam decorrer normalmente. Verificaram-se violências de toda ordem contra os militantes libertários, as suas iniciativas, a sua imprensa, as suas organizações, moveram-se contra eles campanhas de injúrias e calúnias; foram vítimas de perseguições, maus tratos, espancamentos em presídios e solitárias; sofreram assaltos em seus domicílios, com apreensão de bibliotecas, coleções de revistas e jornais, além de violências contra suas famílias deportações para ilhas e regiões insalubres, expulsões para o estrangeiro, e também assassínios.

Essas perseguições aos anarquistas tiveram início, no Brasil, na derradeira década do século passado. Eram encarcerados na Cadeia Pública de São Paulo é a seguir, na do Rio de Janeiro. Diversos militantes anarquistas nascidos em outro país, e que aqui haviam fixado domicílio, desenvolvendo atividades artísticas e profissionais de alta significação, foram expulsos para o exterior.

Não é possível incluir aqui a relação de todos os militantes anarquistas que se tornaram vítimas de violências e daqueles que sacrificaram suas vidas em holocausto à felicidade considerada como patrimônio comum da coletividade. Impõe-se. porém, uma exceção, com o registro dos nomes de cinco libertários, trabalhadores inteligentes e cultos, conscientes e dedicados lutadores da causa do proletariado e da emancipação libertária do povo.

Em caracteres de sangue ficam gravados aqui os nomes desses inesquecíveis lutadores: Pedro A. Mota, Nino Martins, Nicolau Parada, José Maria Fernandes Varela e José Alves do Nascimento.

Sem que, pelo menos, lhes atribuíssem alguma falta, sem mesmo o simulacro de um processo, foram detidos, mantidos presos em sórdidos presidios, depois metidos no porão de um navio em promiscuidade com outras vítimas da reação e de desgraçados marginais criados pelos desajustamentos da sociedade capitalista, e, no final de penosa viagem, deixados sem nenhum recurso, nos confins do Norte, vindo a sucumbir, após horríveis sofrimentos, sem o mínimo socorro, nas matas da Clevelândia.

A recordação de seu sacrifício é aqui feita para, através de seus nomes, ser prestada uma homenagem a todas a vítimas das brutalidades da reação burguesa, que lutaram contra todas as injustiças sociais. Seus ossos jazem nas brenhas do extremo Norte do país. Relembram seus nomes todas as criaturas de consciência liberta.

EDGARD LEUENROTH

10. A Vida Social à Margem do Estado

OBJETIVIDADE DO ANARQUISMO

Contrariamente ao que os defensores do Estado atribuem ao anarquismo, os aspectos construtivos da transformação social mereceram sempre atenção especial dos teóricos, propagandistas e militantes libertários em todos os tempos. Mesmo aqueles que, inspirados por alto idealismo, se manifestaram mais otimistas confiando na espontânea capacidade criadora do povo uma vez libertado de todos os jugos, propuseram meios concretos para resolver os problemas que surgiriam em períodos revolucionários, salientando a necessidade da maior preparação possível do povo e a conveniência de saber qual seria a atitude dos anarquistas durante a mudança social para assegurar o seu êxito e maiores possibilidades de avanço.

Para os partidários do Estado, a coisa apresenta-se fácil. O culto do poder, a crença messiânica no governo, favorecem-lhes a tendência do menor esforço, a inércia mental, a hipoteca do próprio destino a certo número de eleitos ou de afortunados conquistadores dos cargos eletivos. O Estado tudo fará. E são justamente os ideólogos dessa tendência os que mais reclamam "planos" e "programas" concretos aos anarquistas, afirmando a impossibilidade de uma ordem social que não tenha um poder dirigente, não obstante as desgraçadas experiências do estatismo e a evidência de que não se poderá nunca conseguir a verdadeira liberdade mediante órgãos de opressão e de privilégio.

Na verdade, seria oposto ao critério libertário preparar esquemas únicos com a pretensão de aplicá-los universalmente. Ao evidenciar-se a necessidade de que em cada lugar se devem considerar as próprias características, aproveitando-se certos organismos existentes e formando-se outros novos para reorganizar a vida sobre

bases libertárias, o anarquismo não confunde livre convivência com caos, livre experimentação com sobrevivência da exploração ou de acumulação de privilégios.

Sindicatos, cooperativas, conselhos e comitês de locais de trabalho, coletividades agropecuárias, federações industriais, municípios, organismos relacionadores e de coordenação que respondem a especialidades e a zonas geográficas, associações populares da mais variada espécie podem formar a mais completa organização social e impulsioná-la para normas cada vez melhores, aperfeiçoando-se de acôrdo com os resultados da própria experiência.

Ainda que não tenha sido possível realizar ensaios em grande escala, durante grandes períodos com caráter integral, e, certamente, não pelo fracasso das mesmas experiências, o socialismo libertário demonstrou sua vitalidade e capacidade de realização, sua praticabilidade e seus excelentes resultados em diversas oportunidades. Uma valiosa documentação, que pode ser consultada a qualquer momento, oferece elementos de confronto e julgamento a quantos não se conformam com simples "slogans" estatistas e compreendem que novas formas econômicas requerem para sua realização novas formas políticas.

Essa verificação experimental foi e continua sendo feita em numerosas associações populares de gestão direta, independentes em absoluto do aparelhamento estatal. Organizações de toda ordem — no mundo do trabalho, da ciência, da cooperação, do apoio mútuo, do intercâmbio cultural, da luta contra as enfermidades etc. — atuam em cada país e coordenam-se internacionalmente sem intervenção dos governos. E, quando a realizações de autêntico conteúdo revolucionário, não faltam algumas que encerram lições inesquecíveis que poderiam ajudar os povos a orientar-se na luta por um mundo melhor.

Citemos aqui a magnífica experiência da Ucrânia macknovista nos primeiros três anos da revolução russa, quando os camponeses organizaram suas comunidades sem deixar de combater os exércitos brancos, até serem traídos e destroçados pelas tropas do exército de Lenine e Trotsky, que haviam estabelecido acordos mútuos de defesa da revolução.

Recordemos a etapa mais positiva da Comuna Húngara. Assinalemos o fundo libertário de numerosas coletividades de Israel denominadas kibutzin. E digamos que ali onde o movimento libertário demonstrou ao mundo inteiro como se luta pela liberdade, na Espanha heróica do triênio 1936-1939, também se realizou a mais extraordinária experiência construtiva levada a efeito pelos trabalhadores industriais, pelos camponeses e pelos técnicos irmanados na causa do povo.

Em plena guerra contra o fascismo internacional, e sofrendo a pressão e traições internas dirigidas e aproveitadas pelo bolchevismo, o proletariado salvou a economia do país de um verdadeiro colapso quando o Estado se mostrou impotente e inepto ante a sublevação que havia de levar ao poder o atual ditador Franco após um espantoso sacrifício do povo espanhol. Uma admirável rede de coletividades camponesas, indústrias socializadas, municípios populares, conselhos e comités técnicos, administrativos, federações locais, comerciais, regionais e nacionais, em multiforme experiência impulsionada pelos anarquistas, porém realizadas por trabalhadores de todas as tendências demonstrou que a comunidade livremente organizada, com a devida administração e coordenação, dava resultados excelentes, ao reger-se por princípios de solidariedade social, e que essa extraordinária realização, truncada pela desatrosa intervenção das potências fascistas e pela deflagração da guerra, teria avançado, vencendo dificuldades, superando seus próprios erros, dando à Humanidade um exemplo único de organização social, autenticamente socialista, isto é, libertária.

Sem estridências, sem declamações, sem invocar fórmulas feitas, os libertários cumprem hoje sua missão de impulsionar as melhores inquietudes, e apoiar, e estimular toda ação em defesa da dignidade humana, cuja primeira exigência é viver em liberdade, quando difundem seus propósitos para a profunda mudança inspirada em seus princípios e seus métodos.

JACINTO CINAZO
"Reconstruir", Buenos Aires

AS EXPERIÊNCIAS DE LIVRE CONVIVÊNCIA

A consulta sobre a possibilidade de se dispensar o Estado como instrumento de convivência das gentes e como gestor da coisa pública, não pode haver hesitação em responder afirmativamente. Não é difícil verificar que, mesmo dentro da estrutura estranguladora da sociedade atual, há atividades conjugadas que se desenvolvem na base da organização livre, à margem do Estado, por meio de agremiações de toda espécie, como também há tradições de todos os povos, costumes de convívio segundo as normas do apoio mútuo.

Já na longínqua história da vida tribal não faltam manifestações de convivência solidária nos moldes da ajuda recíproca. Igualmente na vida dos "mirs" dos antigos camponeses russos encontram-se desses exemplos. Neles o solidarismo era o recurso com que se atendia às exigências do trabalho e da vida coletiva.

Também é conhecida na Idade Média a atividade das guildas, organizações mutualistas formadas por livre acordo, sem a intervenção do Estado para misteres profissionais e para satisfação de necessidades comuns dos elementos agremiados.

Não obstante os desajustamentos da vida de hoje, não se terá acabado de todo com as desfolhadas nas aldeias portuguesas, trabalho de mútuo apoio praticado por entre expansões de alegria, o mesmo se podendo dizer com respeito às vindimas em vários países europeus.

Verifica-se isso na vida de muitos povos e também entre nós. Quem não conhece o nosso mutirão, costume de trabalho coletivo. espontâneo, voluntário e gratuito que, não obstante a onda corruptora do momento, ainda se pratica nos sertões brasileiros? Manifestação de ajuda mútua entre necessitados da mesma necessidade, esse hábito de cooperação e assistência é posto em prática pelos roceiros nos trabalhos das queimadas, das plantações e colheitas, na construção de um rancho ou para barrear uma casa, ou, ainda, para a conservação de estradas e em outras atividades. No meio da melhor ordem, sem chefes e em perfeita harmonia, todas as tarefas são executadas a seu tempo, sendo apenas interrompidas para as refeições fornecidas pelas famílias interessadas e terminando era noitada festiva.

EDGARD LEUENROTH

UMA POPULAÇÃO LIVRE NO TEMPO DA GUERRA DO PARAGUAI

Há na História do Brasil um episódio interessantíssimo que também merece ser contado como valioso elemento demonstrativo do grande alcance da organização social sem Estado. Trata-se de um acontecimento do tempo da guerra do Paraguai, relatado nas "Memórias do Visconde de Taunay".

Quando as hordas semibarbaras do ditador do Paraguai, Solano López, invadiram Mato Grosso e destruíram a cidade de Nioac, fazendo prisioneiros os habitantes que haviam escapado ao massacre, a população da cidade de Miranda, naquela zona, tomada de pânico, tratou de fugir para a terra de Maracaju, subindo por veredas quase intransponíveis, para atingir as chapadas virgens, onde se instalou com o que pôde ser transportado de seus haveres no desespero da fuga. E lá ficou aquela gente durante dois anos, sem contacto algum com o resto do mundo, sem notícias, sem saber o que estava acontecendo serra abaixo. Decorrido esse tempo de isolamento abrupto, já apareceram, de improviso, guiados por um índio, dois oficiais do Exército, que tiveram situação de destaque na vida do país: Visconde de Taunay e Pereira Lago. Grande foi a impressão causada pelo que puderam observar. Aquela gente, que para aquelas alturas se transportara com parcos recursos, passando a viver isolada, sem receber auxílio algum de fora, muito ao contrário de ser encontrada em dificuldades, verificaram os visitantes que vivia verdadeiramente feliz. Desbravado o terreno, formaram-se os acampamentos, que depois se constituíram em comunidades. Todos se haviam adaptado e ajustado ao convívio livre, assentando entre si suas regras de conduta. Até as uniões matrimoniais se realizaram em perfeita harmonia. Trabalhando o solo virgem e fértil, conseguiram a abundância que excedia de suas necessidades de vida simples. Levavam, dessa forma, uma vida animada de felicidade sadia.

"Por quê? Por haverem ajustado as suas relações mútuas sobre uma base de entendimentos voluntários, governados pelo bom senso e pela idéia de justiça. Por não haver entre eles desigualdade, impostos a pagar. Porque para eles o Estado deixara de existir. E tão felizes viviam que Taunay e seu companheiro, depois de partilhar daquela existência por dois meses, só desceram a reunir-se à sua coluna impelidos pelo sentimento do dever. Nas páginas da "Memórias" sente-se o pesar com que o autor desceu da paz dos morros". É como relata o episódio, no jornal "O Estado de São Paulo", o engenheiro, escritor e jornalista Vivaldo Coaracy.

A COLÔNIA CECÍLIA DO PARANÁ — Ainda na história brasileira, há outro episódio de índole social que se enquadra perfeitamente na enumeração de fatos exemplificadores da possibilidade de vida coletiva sem Estado. Trata-se da Colônia Cecília, cuja história mereceria tornar-se mais conhecida, pelos ensinamentos que proporcionou.

Não obstante a sua importância para a demonstração das realidades sociais do anarquismo, a feição deste livro só nos permite contá-la numa síntese limitadora.

Nasceu a Colônia Cecília de um sonho alimentado por uma cerebração generosa. Chocado com as injustiças e as misérias desta sociedade, um engenheiro italiano, animado pelo ideal libertário, lançou a iniciativa da formação de um comunidade livre à margem da vida perturbadora dos grandes centros. E o Brasil foi escolhido para essa tentativa. Por quê? Seria preciso ocupar muito espaço para esclarecer esse e outros pormenores.

Foi conseguida certa porção de terra no centro do Paraná, lançou-se um convite público e, no apagar das luzes do século passado, um navio aportou a terras brasileiras com algumas dezenas de criaturas das mais diversas profissões e dos mais diferentes modos de vida. Nem todos eram anarquistas, muitos apenas simpatizantes do ideal libertário e os demais de princípios diversos, mas todos animados do propósito de levar a cabo a experiência de uma colônia livre das peias da autoridade estatal.

Todos tinham as suas vidas mais ou menos organizadas, mas decidiram atirar-se à aventura. A tarefa que deveriam enfrentar era penosa, exigindo decisão e perseverança. E diante deles tudo estava por fazer: derrubar as matas, desbastar a terra e prepará-la para a plantação, ao mesmo tempo que o problema de habitação exigia os seus cuidados.

Puseram mãos à obra, e a colônia formou-se e viveu durante bom espaço de tempo, em luta permanente com a natureza bruta, com as dificuldades opostas pelo mundo exterior, com o qual precisavam manter relações, e ainda atormentados sempre pela carência de recursos de toda espécie. Apesar de tudo, a experiência foi feita. Aquela gente formou um pequenino mundo à parte, liberto da intervenção do Estado, trabalhando, lutando, vivendo entre aventuras, momentos de dissabores e alegria, sem leis nem chefes, sem burocracia nem exploração, tudo resolvendo pelo acordo livre, na base do mútuo apoio. Tudo era de todos, e todos de tudo cuidavam, sendo todos os problemas resolvidos pelo mútuo consentimento.

O Estado, porém, que nunca quer estar ausente, até lá estendeu os seus tentáculos com sua intervenção perturbadora, estrangulando uma experiência de tão alto alcance social.

NOSSA CHÁCARA E OUTRAS INICIATIVAS — Não se baseando o movimento anarquista no fichamento de agremiados para fins político-partidários, cuja incumbência quase que se restringe à participação em eleições, constitui, conseqüentemente, preocupação especial dos libertários orientar seus esforços no sentido de que obra, em seu conjunto, seja o resultado de uma atividade harmônica, expressando a participação direta, permanente e sentida de seus militantes.

Daí sua atuação objetivando alimentar entre si os hábitos de camaradagem e sociabilidade como elementos animadores da solidariedade, que consideram indispensável para a prática do regime de apoio-mútuo em que se assentam as normas de convivência social da organização anarquista. A imprensa libertária constitui valioso repositório de informações sobre as iniciativas que, com peculiaridades próprias dos costumes de cada ambiente, são realizadas em todos os países onde se desenvolve o movimento libertário.

Além das atividades empregadas na propaganda doutrinária, por todos os meios a ela adequados, bem como nas de caráter instrutivo e educativo, os libertários, visando a desenvolver a sociabilidade entre os participantes de seu movimento, promovem festivais

litero-musicais, representações teatrais e reuniões campestres, assim como encontros familiares com refeições em conjunto, realizados em ambientes domésticos, dominando a preocupação de que os militantes deles participem com suas famílias.

No Brasil, essas atividades complementares do movimento libertário tem dado promissores resultados. Paralelamente aos centros destinados à disseminação da cultura entre os elementos populares, têm agido grupos teatrais, movimentando-se, ainda, iniciativas para a promoção de reuniões festivas em salões ou em ambientes campestres com a participação de famílias de militantes de simpatizantes e de pessoas amigas.

As dificuldades, cada vez maiores, de encontrar locais apropriados, servidos por condução menos difícil para a realização desses festivais, deram origem à iniciativa de ser conseguido um local próprio, isto é, do movimento libertário. A consecução dessa iniciativa tornou-se possível, há 19 anos, com a cooperação de um velho militante que tendo adquirido circunstancialmente um lote desses terrenos vendidos a prestações, o transferiu para o movimento. Fica num subúrbio da periferia da cidade com uma área de oito mil metros quadrados, servindo de condução relativamente favorável. Com a maior parte de sua área coberta de mata, não dispunha de nenhuma benfeitoria. Apenas, como sinal de que, tempos antes, alguém ali estivera, restavam as ruínas de um pequeno rancho de pau-a-pique. Nada havendo, tudo deveria ser feito. Dura, pesada, se apresentava a tarefa a executar, com início na estaca zero.

Mas urgia meter mãos à obra. E isso foi feito. Como, com que recursos, por quem e sob a orientação de quem?

Uma tabuleta pregada num tronco de árvore, à entrada do terreno, dava resposta a essa indagação: Nossa Chácara — o que quer dizer: obra da família libertária. Sendo uma iniciativa de anarquistas, destinada a uma experiência de prática libertária, a orientação estava preestabelecida, indicando como tudo seria feito, quem executaria e orientaria os trabalhos, e ainda como se conseguiriam os recursos precisos para a execução da obra planejada.

Tudo, tudo deveria ser orientado e executado de acordo com os métodos libertários, agindo-se, portanto, firmemente com esse propósito, no sentido de serem vencidos os inevitáveis entraves opostos

pelo meio ambiente, bem como quaisquer outros elementos negativos. E, com a mira firmada nesse roteiro, a obra teve início em obediência ao plano estabelecido por livre acordo.

Para que a inicativa fosse executada, acorreram aqueles que com ela estavam de acordo e se dispunham a prestar-lhe cooperação efetiva. Os fins de semana e feriados passaram a ser aproveitados para a execução das tarefas planejadas. Ferramentas, utensílios e materiais foram aparecendo, parte comprada e parte oferecida por militantes e simpatizantes.

Havia desníveis na parte do terreno escolhido para as construções e a terraplanagem foi executada. O mato também exigiu trabalho para o fornecimento de esteios, caibros, moirões, além de paus para outras utilidades.

Para a aquisição daquilo que no terreno não havia e não dependia das ofertas dos participantes da iniciativa e do conjunto dos militantes, foram conseguidos recursos econômicos por meio de coletas entre os libertários. Deles, dos anarquistas, tudo dependia para que a grande utopia se transformasse em realidade. E eles tudo deram: entusiasmo animado por um grande ideal de redenção; energias transformadas em trabalhos — duros e, muitas vezes, extenuantes — e ainda os recursos monetários, oriundos dos ganhos dos militantes e simpatizantes da causa — nunca, porém, provindos do lado oposto da barricada social, e isso por se tratar de uma obra anárquica, executada por anarquistas para uma experiência de prática da convivência libertária. Preciso é que se diga não ter faltado a ajuda de amigos de militantes, impulsionados pela honestidade e pelo fundo humanístico da iniciativa.

E a labuta nas trabalhosas, mas, mesmo assim, alegres domingadas, iniciadas há quase duas décadas, prosseguiram e prosseguem, numa demonstração prática de quanto vale e pode o esforço consciente e voluntariamente empregado na execução de uma obra orientada pelas normas do livre acordo e do apoio-mútuo.

Deve ser registrado que, na iniciativa de Nossa Chácara, têm tido destacada atividade, não somente pela assiduidade na frequência, como também no esforço à execução da obra, militantes do anarquismo adeptos do naturismo, constituindo o núcleo principal da iniciativa.

Dessa forma, representando o produto do trabalho de libertários, foram surgindo os resultados almejados como estímulo para a execução de novas tarefas que se apresentavam. O velho rancho periclitante sofreu reparos de emergência para atender a necessidades imediatas, sendo depois substituído por outra construção já mais acolhedora, e uma cozinha. E assim determinadas por exigências de necessidades a atender, foram sendo feitas modificações nas construções existentes, acrescidas de outras novas, de maneira que, no local da antiga tapera, encontram-se hoje um conjunto de quartos-dormitórios, um amplo salão e espaçosa cozinha, havendo, ainda, ao lado, um quarto de banhos e gabinetes sanitários, além de telheiros para guardar materiais e ferramentas.

Outras tarefas exigiam também muito trabalho. Havia uma pequena nascente e sua água foi captada; tornou-se necessário um poço para atender às necessidades de irrigação das plantas, e o poço foi aberto, sendo sua água canalizada; para evitar a invasão de animais, nos limites do terreno foi feita uma cerca com a plantação de árvores adequadas; numa baixada foram plantadas árvores frutíferas; para recreio das crianças, construíram-se balanços e outros brinquedos; num terreiro aplainado, foi preparada uma quadra de bola-ao-cesto; como complemento embelezador, foram plantadas, aqui e ali, árvores ornamentais e flores.

Tudo isso para quê? Com que finalidade um núcleo de homens do trabalho emprega assim os dias destinados ao repouso das labutas para o ganha-pão? Qual o imperativo que os anima a enfrentar voluntariamente, sem constrangimento algum e com entusiasmo, aquelas cansativas tarefas?

Essa indagação poderá partir, naturalmente, de pessoas desconhecedoras do movimento de renovação social e sujeitas ao ambiente de ambições de ganho a todo preço, de compensações lucrativas obtidas de qualquer forma, alimentado pela moral viciosa do regime capitalista dominante, e que encontra uma barreira de resistência coerente, intransigente e efetiva principalmente no movimento anarquista.

É por isso que os componentes desse movimento, animados por um ideal de basilar renovação social, não descurando os embates das lutas ativas e cheias de sacrifícios, dedicam especial atenção

ao esforço de autopreparação, isto é, de resistência às influências maléficas do ambiente atual, lutando para vencer suas falhas pessoais incompatíveis com a condição de militantes libertários.

Esse esforço de educação social entre a família anarquista, com a finalidade de preparar elementos capazes de manter o movimento libertário coerente com os princípios que deram origem ao seu surgimento e com seus métodos de ação, faz com que esse trabalho de auto-educação seja igualmente aplicado em atividades coletivas como a que dá motivo a esta exposição.

De fato, Nossa Chácara foi criada com o objetivo de ser um prolongamento do lar de cada militante libertário, de simpatizantes da causa ácrata e de amigos de militantes que desejam a sua convivência, constituindo-se, assim, um ambiente familiar mais amplo, para o exercício de um convívio mais racional, mais humanístico — como aspiram e pelo qual lutam os anarquistas.

Com a criação dessa agradável recanto campestre, os seus participantes podem ali passar, com sossego e despreocupação, conjuntamente com suas famílias, fins de semana, períodos de férias, bem como participar de refeições coletivas e de festivais. Reunindo-se o útil ao agradável, consegue-se, por esse meio, um proveitoso resultado educacional, com aquele convívio amigável, determinando trabalhos em comum, com a execução de iniciativas espontaneamente tomadas por participantes, incluindo jovens e crianças, e constituindo, ainda, ambiente propício para criar novas e reforçar antigas amizades.

Tem a Nossa Chácara a faculdade de despertar o interesse, conseqüente da observação in loco, para as nossas realizações, realçando o que representa como experiência, em diminuto ângulo, a vida harmônica de uma sociedade libertária.

Mas poder-se-á chegar à conclusão de que, com os resultados aludidos, a iniciativa esteja correspondente à finalidade para a qual foi lançada e que tantos esforços vem exigindo? Somando-se os fatores negativos, que são inúmeros e embaraçadores postos pela engrenagem cerceadora da sociedade capitalista a uma iniciativa

experimental de convivência liberta de influências preconceituosas de pressões morais e de interêsses secundários, além da pobreza de recursos, pode-se afirmar, sem faltar à verdade e sem exagero, que sim.

Em face desta exposição descritiva sobre a origem e desenvolvimento de Nossa Chácara, como experiência prática de convivência anárquica, deve-se admitir que se indague se tudo lá decorre de acordo com os desejos e os esforços dos participantes da iniciativa; se a harmonia — que constitui uma constante no anarquismo — não é infringida por episódios negativos a que estão sujeitos as agrupações de toda a natureza.

Uma resposta simplesmente negativa, nesse caso, além de abrigar uma inverdade, seria também uma falsidade incompatível com a ética do anarquismo. As iniciativas libertárias estão igualmente expostas a certas inconveniências verificadas em outros ambientes coletivos, e isso porque os anarquistas são também criaturas humanas sujeitas, como as demais, às influências viciosas da sociedade capitalista.

Há, entretanto, uma circunstância, com referência ao anarquista e ao seu movimento, que deve ser tida em conta. Para ser-se anarquista não basta ler os livros e a imprensa libertária, abeberando-se nas suas doutrinas, e freqüentar atos promovidos pelo movimento. A assimilação ideológica deve aliar-se a conduta, o procedimento conseqüente com a doutrina e a moral do anarquismo. O militante anarquista vale mais pela coerência de suas atitudes, de seu modo de proceder, no lar e na atuação pública, do que por sua capacidade de escrever ou discursar. Por isso, e essa é uma característica entre anarquistas, constitui preocupação constante do militante libertário procurar vencer os imperativos desvirtuadores do meio capitalista e libertar-se daqueles que dele haja recebido.

Se essa conduta é exigida do militante libertário individualmente, com mais forte razão é observada nas iniciativas de conjunto, cujas responsabilidades, pela repercussão de seus atos, é muito maior. No movimento anarquista, há um permanente esforço de autocontrole individual e coletivo, procurando-se prever, evitar e

corrigir qualquer procedimento incompatível com a razão de ser do movimento libertário. Daí verificar-se, entre os anarquistas, a possibilidade de um teor de coerência mais homogêneo.

Estas considerações sobre a observância da ética libertária nas atividades e iniciativas do movimento anarquista aplicam-se à Nossa Chácara — e seus 19 anos de existência representam um grande livro aberto, oferecendo ampla possibilidade para observações e estudos relativos às relações sobre a conduta da criatura humana nas iniciativas promovidas como expressão de uma doutrina social.

Ali se têm encontrado, em passeios ocasionais ou em festividades, elementos pertencentes a meios sociais os mais diversos, não somente com referência a suas atividades profissionais, como em relação a suas idéias, doutrinas e crenças, convivendo com os participantes da iniciativa em igualdade de condições, inteiramente à vontade, sem que sintam necessidade de usar hiprocrisia e simulação de sentimentos.

As impressões deles ouvidas têm sido, de maneira geral, favoráveis. Entre esses visitantes, há os que, sentindo-se atraídos pelo ambiente, repetem suas visitas. Há quem faça restrições, registrando-se aqui alguns desses pronunciamentos.

Embora manifestando o agrado que lhe causara, alguém objetou que o alcance dessa obra não compensa os esforços que consome; outro, que se sente ultra-esquerdista, mesmo gostando do que havia observado, opinou que as energias ali despendidas seriam melhor aplicadas em ações mais caracteristicamente revolucionárias; outra pessoa, de tendências místicas, sugeriu que, com o fim de ser conseguida a adesão de grande número de participantes, fosse dada à iniciativa um cunho espiritualista; outro pronunciamento a registrar foi o de um visitante que, objetivando também adesões numerosas, alvitrou que fossem promovidos festivais dançantes nos moldes vulgares, bem movimentados, de acordo com o gosto de certa mocidade característica da época. Há a registrar igualmente casos de manifestações de agrado sem restrições, da parte de visitantes que, animados pelo interesse e até pela simpatia que lhes despertava aquela iniciativa libertária, externaram seus propósitos de estudar os fundamentos do anarquismo.

As reações dos participantes da iniciativa têm expressões mais objetivas, pois partem, não de meros espectadores, mas de executores da obra, direta e ativamente a ela ligados por deliberação voluntária e animada por um ideal definido. Essas reações, provocadas por episódios que se verificaram na vida interna da iniciativa, determinam, às vezes, manifestações e atitudes que mereceriam ser registradas nesta exposição, como elementos de estudo para conclusões a tirar da prática de experiências dessa natureza. Dado o conteúdo sintético deste livro, somente poderão ser consignadas, a título de elucidação, referências a alguns casos mais característicos para este trabalho.

Havia, entre os componentes da inciativa, um dos da primeira hora, que se caracterizava pela severidade da apreciação de iniciativas postas ou a serem postas em prática, estendendo a sua severidade também à atuação dos militantes. Depois de uma frequência ativa, ausentou-se. Motivo: discordara do consentimento para as visitas de uma pessoa que comparecia em companhia de um bom amigo da iniciativa, isso porque essa pessoa, apesar de ser criatura prestativa, tinha uma ocupação que ele considerava incompatível com o ambiente de Nossa Chácara. Outro membro do grupo, que tomara igual atitude pelo mesmo motivo, voltou a comparecer, não tendo, entretanto, durante sua ausência, deixado manifestar interesse pela causa libertária da maneira que julgava melhor.

Numa análise de profundidade, estes episódios se explicam pela preocupação que a todos anima de se conseguir que a conduta de cada um se associe à do conjunto, no sentido de que tudo decorra dentro das normas correspondentes à finalidade libertária propulsora da iniciativa. As ocorrências em Nossa Chácara têm esse caráter, afora incidentes de expressões temperamentais. Estas são oriundas de formações caldeadas em ambiente prenhes de condições negativas da vida de hoje, ainda não suficientemente controladas, e também de prevenções pessoais que às vezes se transformam em incompatibilidades, transitórias ou permanentes, como produto de diversidades de temperamento e de maneiras de agir. Juntem-se ainda, a esses os mal-entendidos e incidentes tão comuns na vida familiar.

Em conseqüência de uma ou outra dessas ocorrências, alguns se ausentam e regressam pouco ou algum tempo depois, sem que ninguém indague dos motivos da ausência ou porque voltam. E é assim, com períodos de altos e baixos em sua atividade, que Nossa Chácara vai desenvolvendo sua obra, sempre tendo de vencer dificuldades para se manter dentro das normas de coerência libertária, jamais transigindo ou adaptando-se a possibilidades de vantagens apresentadas por imperativos do meio burguês.

Está certa essa orientação? — perguntar-se-a. E a resposta é categórica: Está inteiramente certa. Com tudo quanto se possa apresentar como indicação de deficiências ou de falhas em sua existência, a conclusão de qualquer exame é esta: Nossa Chácara está cumprindo a missão para a qual foi criada.

Já ficou dito que essa iniciativa foi ideada e está sendo mantida como instrumento de uma experiência da prática de convivência anárquica, baseada nas normas do livre acordo e do apoio-mútuo Experiência, atente-se bem, de vida libertária praticada dentro do mundo de compressão da sociedade burguesa e com material humano formado no ambiente do regime capitalista, em luta permanente para conseguir libertar-se das corrosões do meio vicioso e preparar-se para um mundo novo.

Está certa a iniciativa de Nossa Chácara, com sua pobreza de recursos, mas rica da seiva de um grande ideal de libertação humana. Se, para ganhar proporções aparatosas, tivesse de faltar a sua finalidade, perderia sua razão de existir, deixaria de merecer as atenções, os esforços e os sacrifícios que lhe têm dedicado, com tanto afinco e entusiasmo, os seus iniciadores.

O movimento anarquista internacional, inclusive o do Brasil, registra em sua história muitas dessas iniciativas, de modestas ou de grandes experiências dessa natureza, algumas das quais, por suas proporções, tiveram repercussão mundial. Em outras páginas do livro, são registradas, com informações orientadoras, experiências com idêntica finalidade, com diferenciações apenas em suas modalidades e proporções, como, por exemplo, a dos camponeses mackovistas da Ucrânia e a dos libertários na Revolução espanhola. Encontra-se aí a explicação da integridade do movimento anarquista

desde o seu surgimento, apesar dos escolhos que se opõem à sua marcha em busca da vitória certa.

No movimento anarquista de vários países, são postas em prática diversas modalidades de organizações para experiências comunitárias de atividades profissionais e de convivência libertária na base do livre acordo e do apoio-mútuo. Entre as iniciativas de prática mais antiga entre os libertários figuram as colônias agrícolas merecendo ser citada a Colônia Cecília, que existiu no Brasil e sobre a qual há um trabalho nesta parte do livro.

Outra modalidade de organização posta em prática por militantes anarquistas são as comunidades profissionais, nas quais se reúnem núcleos libertários de uma mesma atividade profissional para o trabalho em conjunto, com recursos próprios, sem a intervenção patronal. No Brasil, já existiram organizações desse caráter promovidas por iniciativa de anarquistas e cujas atividades cessaram em períodos de reação.

Além dessas e outras iniciativas de caráter experimental, há outras que, por corresponderem a necessidades permanentes, fazem parte integrante do movimento anarquista. Figuram entre essas atividades a de imprensa (jornais e revistas), as de editoras, os centros e ateneus de cultura e os grupos teatrais.

As iniciativas editoriais nada têm de comum com as empresas que, tendo atividades similares, funcionam com fins exclusivamente comerciais. São grupos editores constituídos por militantes anarquistas, sem fins de lucros, para a publicação de obras de caráter libertário. Todos os trabalhos são executados, pelos participantes da iniciativa, como contribuição voluntária.

Os centros e ateneus são constituídos para a divulgação da cultura nos meios populares. Além de militantes, há os que admitem, nos quadros de seus associados, elementos que, mesmo não sendo libertários, simpatizam com o movimento anarquista e estão de acordo com o programa dessas iniciativas. Seus programas de atividades culturais são os mais amplos possíveis, na base do livre exame. Nas conferências e palestras que promovem, são expostos todos os

assuntos que possam contribuir para a ilustração do povo, compreendendo temas sobre sociologia, literatura, artes, ciências, técnica, filosofia, educação etc. Faculta-se a participação da assistência no exame dos problemas postos em debate. Ao lado dessas atividades há também a proporção de cursos sobre matérias que se apresentam mais oportunas, bem como exibições de filmes educativos.

Tais organizações são mantidas com as contribuições dos participantes das mesmas ou pelo conjunto do movimento, parcial ou totalmente. A exemplo do que acontece com as demais iniciativas, os trabalhos que sua atividade exige são executados voluntariamente por seus participantes.

Os grupos teatrais têm igualmente prestado bons serviços às atividades do movimento anarquista. São eles constituídos por militantes libertários com a cooperação de elementos simpatizantes dessa obra. Objetiva a atividade desses grupos a realização de espetáculos não apenas para entretenimento, mas que sirvam também de educação social, mediante a representação de peças que correspondam a essa finalidade. No Brasil, têm existido grupos teatrais de grande mérito, deles saindo para companhias profissionais elementos de real valor artístico.

Antes da censura teatral adotar o critério restritivo a que aqui ultimamente obedece o exame dos trabalhos a serem representados, os programas dos espetáculos dos grupos libertários eram organizados com peças de conteúdo essencialmente social. Também nesse setor das atividades libertárias, a participação é voluntária e sem intuitos de ganho.

Os grupos encarregados da publicação dos jornais e revistas libertárias, em virtude da natureza de suas tarefas, que determinam contacto direto, ativo e permanente com todos os setores do movimento, tem atividades mais movimentadas, oferecendo, às vezes, aspectos de interesse invulgar. As tarefas da redação e da administração são, naturalmente, confiadas a militantes conhecedores dessa atividade, sendo remunerados somente quando tenham de abandonar seus empregos, em virtude dos trabalhos não poderem, absolutamente ser executados voluntariamente após as ocupações profissionais. Desde o trabalho de transporte dos jornais ou publicações das tipografias para suas sedes, a distribuição aos vendedores,

a preparação e colagem dos endereços, dobragem dos jornais e preparação dos pacotes a serem expedidos, etc, até o transporte dos volumes para o Correio, todas as tarefas são executadas por militantes que se apresentam voluntariamente, tendo por única recompensa a satisfação de contribuírem para o desenvolvimento da causa libertária. Deve-se consignar que toda essa labuta é executada após as jornadas de trabalho profissional de cada um, avançando noite a dentro em ambiente de animada convivência. Os trabalhos de redação, preparação dos originais, revisão das provas e execução da paginação são executados de acordo com esse mesmo critério libertário de equipe.

Quanto à parte econômica da imprensa anarquista, não se pode, naturalmente, dizer que seja de grandes larguezas. Ao contrário, há períodos em que muitas são as dificuldades a vencer, a fim de assegurar a sua circulação. Não contando com a farta fonte de renda da publicidade paga que não solicita nem aceita, bem como das subvenções ou contribuições provindas do setor capitalista que repele sua existência depende exclusivamente dos recursos fornecidos pelos militantes do movimento libertário.

Esse é um dos aspectos interessantes da vida da imprensa anarquista. Houve tempo em que os jornais libertários traziam em seus cabeçalhos ou expedientes os seguintes dizeres: "Sai quando pode", o que queria dizer: quando houvesse recursos. Depois, adotou-se, como meio para a coleta de recursos, a subscrição voluntária, distribuindo as administrações dos jornais listas apropriadas a militantes, para serem apresentadas aos leitores e pessoas simpatizantes em cada setor de trabalho.

As relações dos contribuintes são publicadas integralmente, com indicação dos nomes e das importâncias, às vezes mínimas, mas representando, por isso mesmo, simpática demonstração de entusiasmo pela causa. A publicação dessas relações é feita com o propósito de fazer com que os responsáveis pela administração dos jornais prestem contas de cada importância recebida, ao lado das notas de despesas e gastos na confecção e distribuição dos mesmos.

Há outras modalidades de aquisição de recursos, como festivais de salão ou campestres, espetáculos teatrais, venda ou rifas de livros ou objetos doados para esse fim, encontros familiares para refeições

em conjunto etc, observando-se o mesmo critério da prestação de contas de maneira minuciosa. Periodicamente, são publicados balancetes das atividades administrativas que, não raras vezes, aparecem com déficits, o que alerta os militantes para a sua cobertura. É assim a vida econômica da imprensa anarquista: um livro aberto ao exame de todos os interessados. Isso, que, num superficial juízo comum, pode parecer um mal, constitui, no entanto, a garantia da integridade ética dos veículos publicitários do anarquismo.

Terminada esta exposição sobre algumas organizações libertárias, torna-se necessário, para evitar repetições, esclarecer que tudo quanto ficou dito com referência à Nossa Chácara aplica-se a todas as demais iniciativas no que se refere ao critério de planejamento, execução e, principalmente, orientação — com base no princípio do livre acordo e do apoio-mútuo, elementos basilares da convivência anarquista.

EDGARD LEUENROTH

AS COMUNAS MACKNOVISTAS DA UCRANIA

Pedro Archinoff, em seu livro "História do Movimento Macknovista", registra uma demonstração da vida sem Estado quando se refere à organização dos camponeses ucranianos na região de Gulai-Polé. Nas páginas 103 e seguintes, até à página 109, da edição castelhana desse livro, encontramos referências à atividade construtiva do movimento que tornou a personalidade de Mackno uma figura lendária da história das revoluções populares.

Devemos salientar que, paralelamente à obra construtiva, se desenvolvia a ação de defesa da revolução russa, constituindo o movimento macknovista da Ucrânia um exemplo de estratégia que assombrou o mundo pelos rasgos de audácia e capacidade combativa demonstrados pelos camponeses organizados anarquicamente em comunas livres.

Transcrevemos do livro de Archinoff apenas alguns trechos que se relacionam com o assunto deste capítulo, que é "A Vida Social à Margem do Estado".

"Quanto ao povo trabalhador, é precisamente a partir do dia em que se torna completa e realmente livre que começa a viver e a desenvolver-se de maneira mais intensa. Os camponeses de Gulai-Polé o demonstraram de forma admirável. Durante seis meses, desde novembro de 1918 a junho de 1919, viveram sem nenhum poder político e não só não perderam os laços sociais entre si, mas, pelo contrário, criaram nova forma superior de ordem social: a comuna do trabalho livre e os sovietes livres dos trabalhadores.

A terra da região libertada passou para as mãos dos camponeses. Estes compreenderam que não se fizera tudo; que não bastava apoderar-se de uma extensão de terra e contentar-se com isso. Os inimigos os cercavam por toda a parte e os estimulavam a manter-se unidos. Dada a hostilidade dos camponeses às comunas oficiais (governamentais), em muitos lugares da região surgiram organizações chamadas comunas de trabalho ou comunas livres. Assim, próximo à aldeia de Pokrovskyé, organizou-se a primeira comuna livre com o nome de Rosa Luxemburgo. Essa comuna foi criada pelos camponeses mais pobres da região; sua denominação de Rosa Luxemburgo testemunha a ausência de todo espírito de partido entre os organizadores. Com a simplicidade e grandeza de atitudes próprias do povo liberto os camponeses honraram a memória de uma heroína da revolução, desconhecida para eles, mas que perecera na Alemanha como mártir da luta revolucionária. A comuna estava fundamentada no princípio antiautoritário. As autoridades bolchevistas tentaram intervir na sua vida interna, mas não foram admitidos. Ela se chamou claramente "comuna livre", comuna de trabalho livre de todo e qualquer poder. A 7 quilômetros de Gulai-Polé, em um antigo feudo, fundou-se outra que reuniu os camponeses pobres da região. A 20 quilômetros dessa comuna, surgiram outras. E, logo a seguir, outras em vários lugares.

As comunas não eram criadas em conseqüência de uma fantasia qualquer, mas exclusivamente em conseqüência das necessidades vitais dos camponeses que nada possuíam antes da revolução e que, depois de haver esta saído vitoriosa, puseram-se a organizar sua vida econômica sobre bates comunais. Não eram as comunas artificiais do Partido Comunista, onde se reúnem habitualmente elementos agrupados ao acaso, sujeitas ao Estado e, por conseguinte, vivendo

do sacrifício do povo, ao qual têm a prestação de ensinar a trabalhar. Eram, sim, verdadeiras comunas de camponeses habituados desde a infância ao trabalho e que sabiam apreciá-lo em si mesmos e nos demais. Portanto, os camponeses nelas trabalhavam para assegurar-se o pão cotidiano. Cada qual encontrava nas comunas o apoio moral e material de que necessitava. O princípio de fraternidade e de igualdade era profundamente mantido. Todos— homens, mulheres e rapazes — deviam trabalhar na medida de suas forças. As funções organizadoras eram confiadas a um ou dois camaradas, que depois de se haverem desempenhado delas, voltavam ao trabalho habitual, ao lado dos outros membros da comuna.

Sem embargo, esse germe de comunismo livre estava longe de representar todo o conteúdo da atividade criadora, econômica e social, dos camponeses. Ao contrário, o ambiente político exigia dos camponeses esforços comuns imediatos e de grande alcance, uma tensão e uma atividade gerais. Era indispensável chegar a uma organização coordenadora não só nos limites de tal ou qual aldeia, mas em limites de distritos inteiros e das províncias que constituíam a região libertada. Era necessário achar em comum soluções para diferentes problemas concernentes à nação inteira. Era preciso, pois, criar os órgãos correspondentes. Com efeito, os camponeses não tardaram em criá-los. Esses órgãos foram os congressos regionais dos camponeses, operários e guerrilheiros.

No primeiro congresso regional, realizado em 23 de janeiro de 1919 na povoação de Gran-Mikailovka, os componeses dirigiram sua atenção .sobretudo, para o grande perigo oferecido pelos movimentos de Petliura e Denikin, generais tzaristas.

Os partidários de Petliura estavam em vias de organizar seu Estado no país. Servindo-se da palavra de ordem enganosa de "defesa nacional", haviam declarado uma mobilização geral, que implicava em nova forma de escravidão do povo revolucionário. Os camponeses de todo o litoral do Azof decidiram combater energicamente esse perigo. Formaram vários destacamentos e comissões e enviaram-nos a região ocupada pelo diretório de Petliura para explicar às grandes massas a mentira do novo poder democrático, inicitá-las à desobediência e a boicotar a mobilização até derrubar esse poder.

O segundo congresso regional dos camponeses se reuniu três semanas depois do primeiro, a 12 de fevereiro de 1919, em Gulai-Polé. Foi examinada nesse congresso a questão do perigo representado por Denikin, iminente para a região. O exército de Denikin se compunha de elementos contra-revolucionários bem escolhidos: oficias dos quadros do antigo exército regular e cossacos do império. Os camponeses se deram perfeitamente conta da maneira como ia decidir-se a colisão entre esse exército e eles. Tomaram, pois, todas as medidas para reforçar suas defesas. O exército insurrecional dos macknovistas contava, nessa época, com 20 mil combatentes voluntários. Muitos deles estavam cansados, esgotados pela fadiga, havendo tomado parte durante 5 ou 6 meses em combates incessantes. Mas as tropas de Denikin ameaçavam a região com imenso perigo. Em conseqüência, o segundo congresso dos camponeses resolveu declarar para toda a região uma mobilização que devia ser "voluntária" quer dizer, apelava para a consciência e boa vontade de cada um.

Depois da criação de um Conselho Regional, a atividade social da região se tornou mais intensiva. Em todas as cidades e aldeias, foi promovida e examinada grande quantidade de problemas comuns a toda a região, entre eles o do abastecimento do exército de guerrilheiros.

Vemos, pois, que as vastas massas de camponeses e parte dos operários, ao libertar-se do regime do *hetman* e de outras autoridades, empreenderam a obra imensa da reconstrução de uma nova vida de modo objetivo e prático. Vemos também que, estando rodeados por todos os lados de forças hostis, as massas trabalhadoras tomavam medidas positivas e justas para a defesa da região, que um movimento libertário havia livrado da tirania.

A insurreição revolucionária foi, no fundo, uma tentativa das massas populares para realizar as aspirações não satisfeitas ainda pela revolução bolchevista. A insurreição era a continuidade orgânica do movimento das massas trabalhadoras e camponesas de outu-

bro de 1917. Era movida pelas mesmas intenções e estava cheia de um profundo sentimento de fraternidade para os trabalhadores do país e de todas as nacionalidades.

PEDRO ARCHINOPP

———

AS COLÔNIAS COMUNITÁRIAS DE ISRAEL

As coletividades agrícolas, de caráter comunitário, em Israel, têm sido objeto de numerosas reportagens, com divulgação na imprensa e em livros, em diversos idiomas. No campo anarquista, têm merecido especial atenção, aparecendo informações e estudos sobre as mesmas na imprensa libertária e em livros de autoria de militantes anarquistas, vários deles baseados em impressões colhidas in loco.

Também no Brasil têm aparecido muitos trabalhos sobre a organização, os métodos de trabalho e de vida nas coletividades israelenses. O consagrado escritor José Lins do Rego, recentemente falecido, publicou uma série de crônicas registrando, em "O Globo", do Rio de Janeiro, suas impressões da visita que fizera a Israel, descrevendo a vida das coletividades agrícolas.

O mesmo foi feito pelo competente-jornalista Barreto Leite Filho, no "Diário de São Paulo", em várias crônicas que constituem minucioso trabalho sobre Israel, por ele visitado, no qual a descrição das coletividades figura com notável destaque.

O conhecido homem público Apolônio Sales, senador da República e vice-presidente do Senado, que foi a Israel como representante do Presidente Juscelino Kubitschek para tomar parte mas solenidades da plantação das primeiras árvores de uma floresta, de regresso dessa viagem registrou suas impressões em interessante livro a que deu o título — "Israel, Jovem País Milenar", do qual incluímos neste livro a parte referente às coletividades agrícolas.

A revista "Manchete", do Rio de Janeiro, publicou uma reportagem de seu redator Alberto Denes, especialmente enviado àquele país para esse fim, da qual, com a devida venia, reproduzimos a parte essencial sobre o assunto.

Pareceu mais acertado ao autor deste livro registrar esses testemunhos de pessoas não ligadas ao movimento anarquista e, portanto não interessadas, como os libertários, em salientar os aspectos favoráveis da convivência social organizada livremente, na base do livre acordo. (1)

COMO FUNCIONA O "KIBUTZ"— Assim o descreve o dr. Apoicnio Salles:

— Sem descer aos detalhes de sistemas variáveis de associação, limito-me a registrar os dois principais, o kibutz e o mosshav-ovdin. O primeiro é a fazenda coletiva no sentido amplo da palavra. O segundo seria a aldeia cooperativista, no sentido mais limitado. Ambos se regem pelo princípio salutar da repartição, sobre muitos ombros, dos esforços de produzir e viver. Ambos se repartem os galardões das messes durante conquistadas.

Em vez de descrever a organização teórica de um kibutz, julgo melhor contar a minha visita a um deles. De passagem, visitei diversos e conversei com os dirigentes de meia dúzia deles. Conto apenas o que se passou na minha visita ao kibutz Broiv Shail, constituído inteiramente de israelenses vindos do Brasil. Nem quero me valer de esplêndido livro escrito sobre o mesmo. Valho-me das minhas notas, colhidas no percorrer dos campos, na espera da hora da refeição, durante o convívio agradável de um almoço frugal, quando, a todo propósito, formulava perguntas e recebia singelas e sinceras respostas.

DO BRASIL VIERAM FUNDAR O "KIBUTZ" DE BROR SHAIL — Acabara de visitar a cidade litorânea de Askelon, admirando a pertinácia dos que em seu derredor descobrem, com escavações perseverantes, relíquias de um passado romano remoto e evocativo. Sempre sobre estradas asfaltadas, transcorro o vale de Bror Shail em suas principais direções, descansando a vista da paisagem torturada que antes me inquietava com a recompensa da fertilidade que se surpreende. Estamos em época de calor. As chuvas apenas se prenunciam. As escassas chuvas do vale do deserto do Negev, de que Bror Shail se avizinha e como que lhe é a orla reverdecida.

Terrenos planos, ondulações suaves na direção do litoral que, a 15 que quilômetros, é mar. Diviso ao longe os cubos altanados dos

silos de concreto no topo de uma elevação. Edifícios se espalham num desalinho impressionante. É que edificações antigas, rústicas, para não dizer paupérrimas, ainda estão de pé, enquanto novas edificações bem dispostas e bem construídas as vão substituindo para a harmonia do conjunto. Já estou mais perto. O carro desliza veloz, numa estrada de primeira ordem. Um monumento singelo, em memória de dois kibutzianos que morreram sob as balas traiçoeiras de algum inconformado. Agora, já em caminho vicinal, dentro de surpresa no pátio maior do conjunto maciço de edificações.

Onde está o edifício dos escritórios? Não o encontro. Kibutziano amável leva-me, entretanto, para uma residência das mais novas. Ali se acercam de mim os principais da comunidade. Todos falam português. Todos vieram do Brasil. E não vieram da zona pobre de minha terra. Vieram da feracìssima e privilegiada terra de Piratininga e de Estados vizinhos. Uma sala modesta. Cadeiras modestas, mesa desarrumada. Ali mesmo conversamos. Apresentaram-se o prefeito sr. Efraim Bariach ,o tesoureiro Josef Etrog, o administrador geral Nahum Fasa, o tratorista Karabischeski. Ninguém quer mesmo título algum. Apenas se apresentam pelas funções que exercem.

Cerca de 200 pessoas, elementos de trabalho, ali se congregam e detem para cultivar uma área de 650 hectares.

COMO É O "KIBUTZ" —A conversa ruma para as linhas-mestras da organização. Congregam-se ali voluntariamente. As terras pertencem ao fundo judaico. Foram-lhes confiadas para trabalho. Pertencerão definitivamente ao **"kibutz",** quando pagas em decênios de exploração. A mesma agência financia, inclusive, toda a aparelhagem e todas as inversões. Juros ínfimos, prazos largos. Edifícios funcionais, estábulo, paiol, armazéns, silos ,casas de máquinas, serviço de água. Edifícios da comunidade, o refeitório, funcionando como salão de reunião. As casas dos kibutzianos casados e solteiros. Um quarto, uma saleta, escritório, um banheiro. Não importa o número de filhos, que estes têm seu alojamento coletivo. Creches, jardim de infância, grupo escolar, colégio. Tudo em conjunto. Tudo para todos. Tudo dentro da modéstia dos recursos

e dentro dos melhoramentos que a crescente produção assegura. Muitas máquinas modernas, dos arados às grades, das semeadeiras às adubadeiras, maquinismos para combate às pragas, colhedeiras de milho e de forragem. Máquinas de ordenhar. Rebanho finíssimo de animais de leite com índices de produção acima de quatro mil litros por ano. Ovelhas e aves. Tudo convenientemente instalado, mas sobriamente dotado. Mas isto é a sede. Quero ver os campos. Está na hora do almoço. Vamos primeiro ao refeitório. Salão modestíssimo, mobiliado com propriedade e parcimônia. Almoço com produtos do **"kibutz".** Arroz, feijão, carne de ovino, galinha, ovos, frutas da terra. A conversa se anima. Como vivem estes duzentos kibutzianos? Sociedade que se formou sem imposições. Ninguém tem dinheiro e ninguém ganha dinheiro, porque o que recebe, mesmo fora das atividades agrícolas, comerciais ou industriais do **"kibutz",** fica no monte. O que todos ganham são utilidades. Roupa, sapatos, transporte, remédio, comida, diversões, ensino, cultura.

ORÇAMENTO DO KIBUTZ —No fim do ano, vota-se o orçamento do ano entrante. Planeja-se tudo para que tudo se orce. Na coluna da receita, encontra-se o que se prevê apurar da lavoura variada, dos salários que acaso alguém pensa receber de atividades extra-kibutzianas, dos empréstimos negociados. Na das despesas, o custo do que se planeja com esmero. Máquinas que serão compradas, edificações, melhoramentos, adubos, inseticidas, gastos individuais, com transporte, hospedagem em trânsito, pequenas despesas dos que excursionam medicamentos, serviço médico, instrução. Tudo enfim, que seja despesa de um agrupamento econômico e de um família que se conta por mais de duas centenas de elementos ativos e correlato número de dependentes.

Como nos conventos dos beneditinos, a roupa é distribuída semanalmente, devidamente lavada e passada, como antes fora comprada dentro de padrões limitados que atendem, até certo modo, o gosto dos que a vão usar. Sapatos, idem. Enfim, não é uma ficção, o salário de todo o esforço imenso de produzir em condições de viver.

Mas aquelas tendências tão pequeninas, até que pude compreender como o trabalho da manutenção das famílias era comparti-

lhado por todos. Para que casas maiores, se o refeitório era comum, as crianças se criavam, se educavam, faziam sua vida nas dependências coletivas do "kibutz"? Lá estava a creche, lá estava o jardim de infância, onde 5 ou 6 crianças eram cuidadas por uma kibutziasa com especialização em puericultura. Lá estava a escola. O internato ruidoso, a sinagoga recolhida. Ansiando por ir ao campo, perguntei onde a produção que assegurasse esta organização igualitária em níveis modestos, mas condignos. Não tardei muito a tocar com as minhas mãos o tapete verde dos alfaiais irrigados. Os laranjais, os renques de pêssegos e maçãs. Na planície esfarelada pelas grades possantes, realizavam-se a limpa e a monda de modelar plantação de beterraba. Máquina engenhosa desempenhava com dois homens o trabalho de duas dezenas deles.

O QUE SE PRODUZ — Tomei nota: 30 hectares de laranjeiras, 30 de alfafa, 20 de milho, 10 de beterraba, 10 de amendoim, 50 de outras culturas. Tudo sob intensa adubação, sob intensa irrigação. Os canos cinzentos de ferro-alumínio se estendiam sobre a terra em instalações provisórias conectadas com as tomadas permanentes. O borrifo alvo da água fecundante, desenhando no verde da lavoura as rendas bizarras da chuva mecânica, controlada, criadora.

Não se diga que tudo isto era feito como experiência. Não. Este o espetáculo que presenciei em todos os "kibutzim" que visitei ou a cujo lado passei nas magníficas estradas. O nível de vida daqueles kibutzianos se representava por utilidades e serviços correspondentes ao salário-mínimo da região. Outros "kibutzim" mais velhos, mais prósperos, coadjuvados na renda agrícola com a renda industrial correlata, tinham utilidades e serviços de maior preço. Mas em nenhum havia luxo. Em todos havia, sim, uma compreensão encantadora da missão elevada da vida. Um grau de cultura de espantar. (2)

ONDE A FELICIDADE COLETIVA É POSSÍVEL — Estou voltando de um país onde o paraíso é possível. Mais do que isso: ele existe realmente. E está ao alcance de qualquer um basta querer. São, ao todo, 230 pequenas utopias, chamadas, em hebraico, **"kibutzim",**

espalhadas por todo o território de Israel e onde está sendo cotidianamente provado, há mais de 40 anos, que a felicidade coletiva é possível. Mais que isso: existe de fato.

Se Platão, Milton ou Marx de repente ressuscitassem, ficariam tão surpresos quanto eu, ao entrarem num **"kibutz"** de Israel. É que esses idealistas, ao imaginarem suas respectivas sociedades perfeitas, por mais que acreditassem em seus sonhos, no fundo, deixavam sempre uma grande margem de desesperança, porque contavam com aquele mundo de imperfeições que se convencionou chamar "condição humana".

"No entanto, ainda que a natureza do elemento humano que vive nos "kibutzim" não tenha mudado, pode-se dizer, com toda a segurança, que aquela tão decantada e tão procurada felicidade coletiva foi ali alcançada, com um mínimo de prejuízo para as felicidades pessoais.

Para começar, basta dizer que, nos **"kibutzim",** não há dinheiro. Quer dizer que não há ricos nem pobres, explorados nem exploradores. Cada membro da comunidade recebe quanto necessita e da, em trabalho, quanto pode dar. Desde a roupa até a comida, tudo é coletivizado. As residências constam de pequenos apartamentos ou casas, de um ou mais cômodos .dependendo do grau de riqueza do kibutz". As refeições são feitas em grandes refeitórios, que se convertem no grande centro social da coletividade. As roupas, fornecidas, lavadas, cuidadas e substituídas por um armazém especializado.

Todos trabalham, todos descansam, todos são proprietários e, ao mesmo tempo, trabalhadores. Os serviços públicos, como limpeza, comida, plantão sabático, são feitos em rodízio, de modo a não criar as profissões "aristocráticas".

A direção do "kibutz" é eleita por dois ou mais anos. É quase um governo em miniatura, sendo a maior autoridade uma espécie de secretário-geral. Há um tesoureiro, um encarregado das relações exteriores (que mantém contacto com as cooperativas que distribuem a produção ou com as instâncias governamentais)., um encarregado da parte militar já que a maioria dos "kibutzim" desempenha importante papel estratégico), um encarregado de cultura, outro de relações sociais. O cargo mais curioso é do "distribuidor

de trabalhos", cuja tarefa consiste em verificar, diariamente, as necessidades de mão de obra em cada setor de trabalho, e supri-los. Semanal ou quinzenalmente, reúne-se a assembléia geral de toda a comunidade, à qual a direção presta contas ou pede orientação. Todos os casos pessoais, desde o pedido de um companheiro para ingressar na Universidade até a admissão de novos membros, são tratados pelo coletivo.

Assisti a uma dessas assembléias gerais, na qual se tratava de enviar uma jovem para fazer um curso de arte dramática no Habima (tradicional elenco israelense), em Tel-Aviv. Algumas vozes levantaram-se a favor, porque, alegavam, a moça tinha realmente grandes dotes. Outros, no geral encarregados de algum setor técnico, alegavam que, no momento, havia enorme falta de mão-deobra para as colheitas da primavera.

Procedem-se à votação. Afinal, mandaram mesmo a moça estudar em Tel-Aviv, enquanto eu compreendia que, naquela discussão estava toda a essência da vida comunal: como o livre arbítrio não existe mesmo, melhor é deixar companheiros responsáveis decidirem conosco sobre nossas vidas do que deixar uma sociedade cega manejar com o nosso destino. Um admirável mundo novo, onde as idéias de redenção nacional servem de denominador comum e aplainam qualquer diferença ou choque pessoal.

Compreendi também por que, é que os participantes de um "kibutz" são tão seguros, retos e francos. Eles são fruto de uma sociedade baseada na confiança e na compreensão. Um ambiente assim não pedia formar gente diferente.

Mas não se vá imaginar que a vida de um "kibutz", hoje em dia, seja um rosário de sacrifício e vida abnegada, espécie de monastismo bucólico. Ao contrário. Vi "kibutzim" ricos, já que não é difícil conseguir bons lucros com o trabalho planificado e racionalizado. Uma grande parte desses lucros é revestida em agricultura ou indústria, mas outra parte é aplicada no bem-estar da comunidade. Por isso, não é raro ver, num "kihutz", refeitórios com ar condicionado e murais nas paredes ou um anfiteatro modernís-simo, quando não uma piscina olímpica de água clorada.

Alguns "kibutzim" possuem, hoje, 3 mil almas e são autênticas cidades comunais, com toda a linha de atividade requerida pela

vida moderna. Alguns têm estação de rádio própria. Outros possuem uma companhia de transportes, que serve toda a região. Um outro, ainda, tem uma fábrica de compensados, enquanto que outro, às margens do mar da Galiléia, dedica-se à pesca em proporções industriais. (3)

(1) EDGARD LEUENROTH
(2) APOLONIO SALLES
(3) ALBERTO DENES

AS COLETIVIDADES LIBERTÁRIAS NA ESPANHA

O argumento principal que se apresenta contra a Anarquia é de sua impraticabilidade. Afora os que caluniam nosso movimento por paixões políticas ou interesses de classe e de partidos, há aqueles que consideram a Anarquia um belo e grande ideal, mas que não é para nossos dias, em virtude dos homens não estarem preparados para a vida livre das comunas libertárias. Os anarquistas estão convencidos justamente do contrário, pois entendem que será muito mais fácil viver-se com ordem nas coisas e harmonia entre os homens no regime baseado nos princípios de liberdade e de igualdade social, propugnado pelos anarquistas, do que na sociedade viciosa de hoje, na qual os homens só encontram condições negativas, isto é, em que a liberdade é coartada em todos os sentidos e a desigualdade domina em todas as manifestações da vida.

Todos os regimes baseados nos princípios da autoridade, mesmo quando exercidos sob a designação socialista, já foram experimentados, na atual sociedade, com resultados negativos em suas formas absolutistas, monárquicas, republicanas ou de socialismo de Estado.

É por isso que, se se apresenta uma oportunidade, por mais fugaz que seja, os anarquistas não deixam de aproveitá-la para porém em prática, embora em proporções mínimas, a organização baseada no apoio-mútuo e no livre acordo.

Esse fato se revela em suas iniciativas, individuais ou coletivas, na atividade reivindicadora do proletariado, na obra de educação artística e recreativa ou na ordem econômico-profissional etc., no

que se refere ao quadro da sociedade atual. O espírito prático e reformador dos anarquistas tem sido, entretanto, evidenciado de forma mais positiva em grandes movimentos de convulsão social de várias épocas. Já na Comuna de Paris, o espírito libertário orientou as ações populares de caráter mais acentuadamente socialista Na revolução húngara, em 1917-1919, a atuação anárquica animou a obra construtiva do povo, o que se verificou em proporções maiores durante a revolução russa, com a organização das comunas dos camponeses da Ucrânia. Onde, porém, a ação fecunda dos anarquistas tomou grande vulto foi na revolução espanhola de 1936-1939. Foram inúmeras as demonstrações dadas pelo povo de que é possível viver sem autoridade, sem propriedade privada e sem dinheiro, em regime de livre convivência, na base do bem-estar e liberdade para todos.

"A Plebe", São Paulo

A SIGNIFICAÇÃO DA EXPERIÊNCIA ANARQUISTA NA CATALUNHA — Não era senão uma fase local e oportuna da gigantesca partida que se joga em toda a superfície da terra. Mas durou bastante ao ponto de exercitar o seu efeito sobre aqueles que a tenham experimentado. Apesar de todas as suas imperfeições, aquele ambiente nos dava a impressão de se estar em contacto com alguma coisa estranha e de profunda significação social. Estávamos em uma comunidade onde a esperança era um sentimento normal e onde a palavra "companheiro" significava verdadeiramente fraternidade e solidariedade; não, como em muitíssimos países, impostura e hipocrisia. Respirava-se o ar da igualdade. Sei muito bem que é moda negar-se, agora, que o socialismo tenha alguma coisa de comum com a igualdade. Em cada país do mundo, uma grande tribo de fanfarrões de partidos e de suaves "doutrinadores" se ufana de poder "provar" que o socialismo não é senão capitalismo de Estado planificado, com o instinto de rapina intacto. Mas durante aqueles poucos meses passados na milícia espanhola das forças controladas pelos anarquistas, que para mim tiveram um valor extraordinário, eu pude apreciar a significação de uma sociedade sem classes. Naquela comunidade, onde não havia a preocupação

de fazer dinheiro, embora com falta de tudo em conseqüência da luta não existiam privilégios nem adulações. Era, realmente, o róseo prenúncio daquilo que poderia ser de fato a sociedade futura em sua fase inicial.

GEORGE ORWELL
(Do livro "Homenagem à Catalunha")

NA VIDA DO CAMPO

Hoje, ontem e sempre, o movimento coletivista de Aragão, Catalunha, Levante, Andaluzia, Extremadura, Castela etc. será um grande exemplo. Esse movimento não surgiu, entretanto, por geração espontânea. Foi produto de uma sementeira ideológica feita durante dezenas de anos. O principal artífice dessa obra foi.a Confederação Nacional do Trabalho, a gloriosa C.N.T. Eis aí a razão por que, à medida que as heróicas milícias libertárias desalojavam os fascistas dos povoados, encontravam colaboradores que prestavam o seu concurso às forças libertadoras de forma decidida e consciente. Esses colaboradores eram homens de idéias avançadas e, principalmente, homens da organização confederal e libertária. Sua consciência havia sido elaborada ao calor da propaganda nos sindicatos. O sindicato foi, com efeito, a pedra angular da construção revolucionária. Destes surgiram valores para nutrir as coletividades agrícolas, os Conselhos Municipais, o Conselho de Aragão e as frentes de guerra.

A coletivização foi realizada imediatamente após a expropriação dos bens detidos improdutivamente pelos capitalistas e latifundiários que financiaram a insurreição fascista. Quer isso dizer que todos os bens móveis e imóveis confiscados passaram a ser patrimônio da coletividade. A posse desse patrimônio foi confirmada pelas assembléias populares. Grande número de aldeias e povoados foram, assim, totalmente coletivizados.

A maioria dos pequenos proprietários demonstrou larga visão, desprendendo-se de suas propriedades em benefício da coletividade. Os grupos de trabalho formaram-se de acordo com as peculiaridades de cada terreno, e o controle da produção fez-se procurando extrair

o maior rendimento com o menor esforço possível. Cada coletivista era livre de cultivar a sua horta para prover às necessidades do seu lar. A distribuição desenvolveu-se na base das necessidades familiares e da coletividade. O dinheiro, como elemento de aquisição e de troca, ficou completamente abolido por sua ineficácia, pois todas as necessidades primordiais eram cobertas pelos armazéns cooperativistas da coletividade. Para o exterior, praticou-se o regime do intercâmbio, e as transações realizavam-se na base de valorizar esforço por esforço, isto é, para o coletivista aragonês o valor da mercadoria estava na razão direta do trabalho empregado na sua manufatura, plantação, cultivo, colheita etc.

As operações de caráter local faziam-se através das Federações Obreiras e do Conselho de Aragão. O direito de participação no banquete da vida era assegurado pela condição de trabalhar, regulada pelo "carnet" de produtor e pela caderneta de consumidor.

Dessa forma, diga-se a bem da verdade, foram eliminadas, nas regiões onde se pôs em pratica o sistema coletivista. a exploração do homem pelo homem, a vagabundagem, o desemprego a burocracia e todos os vícios e órgãos de corrupção, sem a necessidade de recorrer ao emprego de sanções de qualquer espécie.

A nova atmosfera criada em torno dessa obra transformadora destruiu a concepção da moral reacionária, soterrou a escravidão e os valores negativos, despontando em seu lugar um estímulo para a prática da liberdade e o bem-estar coletivos.

Mas a onda terrorista do franquismo, apoiada na invasão das hordas fascistas italianas e alemãs, destruiu, na Espanha, essa nova forma de vida humana, interrompendo brutalmente a construção do edifício social do futuro.

As novas gerações corresponde estudar o que foi realizado nesse sentido pelos confederalistas espanhóis, superando-os e estendendo a toda a Humanidade a realização prática do coletivismo anárquico.

Em muitas coletividades, uma vez cobertas as necessidades dos seus componentes, destinavam-se os lucros auferidos com o produto do trabalho aos municípios para embelezamento dos mesmos e para favorecer o desenvolvimento das artes e da cultura em geral.

"A Plebe", São Paulo

O EXEMPLO DE VIDA LIBERTARIA EM RONDA — Entre os inúmeros exemplos de organização liberta da exploração e da tirania da sociedade capitalista, na base do apoio-mútuo em benefício de todos, que se realizaram na Espanha, durante a guerra civil de 1936-1939, há um que passamos a mencionar e que foi relatado ao autor deste livro por um casal de refugiados espanhóis, participantes desse belo episódio de livre convivência.

Foi em Ronda, cidade da província da Málaga, que, então, contava com trinta e cinco mil habitantes. A agropecuária, uma pequena indústria e o turismo constituíam sua base econômica. No campo político, além dos partidos tradicionais, havia o dos socialistas. Os comunistas constituíam pequeno núcleo. O movimento específico dos anarquistas, embora à margem dos partidos, exercia influência entre os trabalhadores e no meio popular. A atividade sindical do proletariado era orientada pela C.N.T. (Confederação Nacional do Trabalho), de orientação anarco-sindicalista, e pela U.G.T. (União Geral dos Trabalhadores), dirigida pelos socialistas.

Em 1936, ao irromper o movimento militar dos reacionários, que, com o auxílio das forças do fascismo italiano, do nazismo e dos marroquinos, colocou o famigerado general Franco no poder, o proletariado, vanguardeado pelos elementos da esquerda revolucionária, saiu imediatamente a campo. Os reacionários que se haviam destacado na vida da cidade por explorações e violências contra o povo, não se sentindo seguros, puseram-se em fuga.

A situação foi dominada pela organização sindical, que se pôs imediatamente em atividade, iniciando a socialização dos bens sociais na base do comunismo libertário. Com esse fim, articularam os elementos das organizações profissionais, em base federativa, de baixo para cima, partindo dos centros de produção, passando pelos sindicatos até às federações de cada ramo, reunindo-se todas numa organização de coordenação geral, sempre na base da autonomia federativa.

Nessa organização se confraternizaram, para uma ação conjunta, todos os elementos que lutavam contra a intentona reacionária, reunindo os elementos sindicais da C.N.T. e da U.G.T. e também os republicanos.

Isso permitiu que o trabalho não sofresse solução de continuidade no desenvolvimento da produção, não obstante a participação de elementos locais na luta armada contra as forças reacionárias. Na execução dos trabalhos, foram feitas remodelações, com o fim de corrigir os processos de organização baseada no interesse capitalista, substituídos por novos métodos de produção objetivando aumentá-lo evitando desperdício de energias. A supressão da autoridade patronal não prejudicou a normalidade do trabalho; ao contrário, como se trabalhava em proveito coletivo, todos se desdobravam em esforços.

No setor da distribuição e do consumo, seguiu-se a norma do comunismo libertário: "De cada um segundo a sua capacidade e a cada um segundo as suas necessidades". Os saques, habituais por ocasião de convulsões, lá não se verificaram. A organização administrativa da cidade procedeu ao levantamento geral da existência de produtos.

As casas comerciais foram transformadas em organizações cooperativas encarregadas do fornecimento dos produtos à população, sendo aproveitados para seu funcionamento os que nelas trabalhavam, figurando entre eles elementos que antes da guerra civil, labutavam na produção daquilo que então passaram a distribuir. Foram apenas excluídos os elementos comprometidos no levante reacionário.

Os hotéis continuaram a funcionar regularmente, servindo a contento as pessoas da localidade que necessitavam recorrer a eles, o mesmo acontecendo com os turistas que lá haviam sido surpreendidos pela guerra civil e que tinham dificuldade em regressar aos seus lares. O mesmo sucedeu com os restaurantes e cafés, onde todos eram servidos sem a interferência do dinheiro.

Merece salientar-se a conduta consciente dos moradores da cidade, retirando dos armazéns e cooperativas apenas as mercadorias de que necessitavam na ocasião. Ninguém procurava acumular em casa, visto que era assegurado o abastecimento a todos os membros da comunidade.

Nas casas de recreação, que continuavam a funcionar com regularidade, a freqüência era igualmente franqueada à população.

Por estranho que possa parecer, ia-se aos salões de barbeiro e de lá saia-se servido satisfatoriamente sem a intervenção do dinheiro, mola motora de tudo na sociedade capitalista. Naturalmente, ninguém recorria ao barbeiro tendo os cabelos cortados...

Os elementos que se dedicavam a serviços de assistência, em suas várias modalidades, redobraram sua dedicação em todas as tarefas, procedendo a reformas e adotando medidas exigidas para melhor poderem atender a quem necessitasse de seus socorros. O mesmo se verificava no campo do ensino e da cultura em geral, sendo dedicado a esse setor, de maneira a proporcionar a instrução a todos os elementos da população, o maior carinho.

Enfim, tudo quanto os libertários haviam propagado sobre uma nova norma de convivência social, livre da tirania do Estado e da. exploração capitalista, foi posto em prática, numa experiência que demonstrou não se tratar de utopia e ser possível conseguir-se mesmo com o material humano herdado da sociedade burguesa. Deve-se ter em conta que essas experiências se realizavam em um ambiente de condições negativas, por causa da luta armada, que as embaraçavam. Justamente por isso, não pediam causar agrado aos reacionários. Era um exemplo perigoso para a estabilidade do regime capitalista. Urgia, pois, destruir o foco do perigo. E isso foi feito após seis meses, quando naquela cidade montanhosa da Andaluzia se mostrava ao mundo atormentado de hoje como se poderá organizar a vida coletiva na base da justiça social, de bem-estar e liberdade para todos, de maneira tão empolgante que mesmo elementos conservadores e até falangistas se integraram no ambiente de convivência comunitária.

Infelizmente, a força armada do fascismo era maior e acabou por vencer, praticando toda sorte de brutalidades, fuzilando e enchendo as prisões e campos de concentração de centenares de trabalhadores, entre os quais o casal que relatou o que ficou registrado .

O exemplo, entretanto, ficou, entre tantos outros verificados durante a guerra civil espanhola e que, a seu tempo, será, certamente, aproveitado.

Há um pormenor sobre o que se passou em Ronda durante a revolução de 1936-1939, na Espanha. Trata-se da odisséia, porque viveram uma verdadeira e dolorosa odisséia, e peripécias da vida que levaram os dois componentes do casal fornecedor dos dados

acima mencionados, durante o período da revolução e depois, em conseqüência da atividade desenvolvida por ambos no movimento.

Os seus nomes? Pouco importa para o caso. São duas criaturas pertencentes à legião de milhares de refugiados da Ibéria espalhados pelo mundo, lutando pela vida, em ambientes tão diversos, sempre com as atenções voltadas para o campo de tantas lutas gloriosas e para onde esperam regressar a fim de prosseguirem na luta contra a tirania e a exploração da qual o povo é vítima.

Ele, como pintor, tinha uma oficina, onde trabalhava com a cooperação de outros profissionais. Com a vitória das forças populares libertárias na cidade, entregou sua oficina ao sindicato de sua profissão para passar a funcionar de acordo com as novas normas de vida social estabelecida.

Com a vitória, depois, dos elementos reacionários de Franco, auxiliados pelas forças do fascismo italiano, do nazismo alemão e dos marroquinos, o casal caiu nas garras dos inimigos dos trabalhadores. Como requinte de malvadeza não foi permitido que o casal ficasse no mesmo edifício presidiário, nem mesmo na mesma localidade, com o propósito de serem evitadas comunicações com parentes ou amigos.

Ela, depois de submeter a processo e condenada, foi transferida para o presídio central de Málaga. Êle, após o processo e a condenação, viu iniciada sua peregrinação por dezessete presídios, sendo transferido de uma prisão para outra e para campos de concentração de diversas localidades.

Após sete anos de prisão, num processo cheio de episódios cada qual mais curioso, conseguiram libertar-se e atravessar as fronteiras em busca de outras paragens.

EDGARD LEUENROTH

A COMUNA DE BOT

Entre as coletividades nascidas ao calor da revolução, é de notar-se a que surgiu em Bot, na região de Terra Alta, em Tarragona, escreve um dos militantes que participou da revolução espanhola.

Desde os primeiros momentos, nos agrupamos algumas centenas de famílias, às quais se juntavam outras dia por dia. Dinheiro gêneros comestíveis, utensílios, etc., tudo pusemos em comum, ao serviço da Comuna, juntando aos bens populares tudo quanto se pôde requisitar dos elementos simpatizantes das forças inimigas.

Aos reacionários que, malgrado tais qualidades, aceitaram a proposta de conviver conosco, lhes deixávamos o ingresso livre, fazendo-os participar imediatamente dos mesmos direitos e deveres de todos os membros da coletividade.

Foi criada uma cooperativa de consumo, a fim de atender à distribuição eqüitativa de todas as coisas necessárias ao uso individual de cada um, tomando por base a família e de acordo com as anotações feitas pela administração.

Dentro da comuna, foi abolido o uso do dinheiro, apenas reservado às necessidades do comércio com o exterior, quando tal comércio se tornava imprescindível. Naturalmente, preferimos tratar com as coletividades de outra regiões que se regiam moral e econômicamente como nós outros.

A terra era trabalhada em grupos de vinte, e cada grupo tinha um delegado nomeado diretamente pelos companheiros. Esses grupos se reuniam aos sábados, em assembléias gerais, com o fim de distribuir o serviço para a semana próxima, ao mesmo tempo que se discutiam assuntos relacionados com as atividades de cada grupo e se analisava a situação geral da coletividade.

Dispúnhamos de cavalos, ovelhas, cabras, porcos, bem instalados em diversos estábulos e dispondo de ótimos pastos e acomodações necessárias aos produtos.

De um modo geral, o resultado de nosso sistema de trabalho e de convivência se revelava ótimo, até surpreendente para nós mesmos, e teríamos continuado o desenvolvimento progressivo para melhores realizações, se os inimigos do povo trabalhador não nos tivessem atacado com forças superiores aos nossos meios de defesa.

Os esbirros republicanos, bolchevistas e de outras cores partidárias que receavam a demonstração prática do comunismo libertário, assaltaram a nossa coletividade, destruindo-a, como o teriam feito as forças franquistas, se tivessem chegado primeiro que eles.

Esse golpe de força contra-revolucionário ocorreu em maio de 1937. Mas a recordação da vida livre, iniciada em julho de 1936, permanece indelével em todos quantos, anarquistas ou não, puderam experimentá-la.

A. BENAGES

NAS MINAS DE FOSFATO DA CATALUNHA

Ao produzir-se o levante militar fascista de julho de 1936, como já havia acontecido em dezembro de 1934, nos vales mineiros de Cardoner e do Alto Llobregat foi declarada a greve geral revolucionária. Transcorridos alguns dias, tendo-se constatado que os Conselhos da Administração, por estarem comprometidos no levante faccioso, haviam desaparecido, deixando abandonados os serviços de segurança das minas, acontecendo mesmo que, em uma delas, possuía as instalações mais deficientes, as águas haviam minado o cimento dos dois poços (o de extração e o de salvamento), correndo o risco de ficar totalmente inutilizada os trabalhadores decidiram encarregar-se da direção e administração das mesmas, recomeçando o trabalho e reparando todas as instalações.

Com a mesma normalidade com que se nomeavam os comitês de sindicatos, em assembléia geral, foram eleitos os Conselhos de Empresa, em que tomavam parte representações da técnica, da administração e da produção.

A assembléia era soberana, e os eleitos executores das suas resoluções. Nas assembléias, prestavam-se contas da situação técnica e da marca da produção das minas, para serem discutidos os atos dos Conselhos de Empresa.

As melhorias introduzidas nas minas, a partir da coletivização, foram tantas e de tal vulto que seria exaustivo enumerá-las, bastando dizer-se que, em conseqüência da interrupção das comunicações com a zona do centro, ao surgir o problema do abastecimento do sal comum, na média de trezentas toneladas diárias, as coletividades do fornecimento de carvão às minas; abriu-se e iniciou-se a exploração de outra mina no vale de La Nou, sendo necessário, para alcançá-la, construir uma estrada em terreno montanhoso e acidentado, numa extensão de oito a dez quilômetros. Apesar das dificuldades de habitação, dos rigores do inverno, da falta de alimentação e da separação forçada das famílias, ao expor-se, numa assembléia, o elevado custo das despesas a cobrir para a realização desse objetivo, não foi preciso nenhum sistema de coação para o conseguir: as necessidades foram supridas pelos voluntários que se ofereceram para executar esse trabalho.

Devido às condições do terreno, em uma das minas vinha-se empregando grande quantidade de madeira que depois ficava, forçosamente, enterrada nas explorações abandonadas. A utilização desse material provocava a paralisação das instalações de extração e trituração durante várias horas; as dificuldades de transporte no interior das minas obrigavam, muitas vezes, ao emprego da mão-de-obra para a sua instalação e, por não se conseguir dominar o terreno, verificavam-se muitos acidentes no trabalho. Uma profunda mudança no sistema das instalações posta em prática pela coletividade permitiu a abolição do emprego da madeira nas explorações, a utilização das instalações de extração e trituração, a economia das horas de trabalho despendidas para descer as madeiras, o desaparecimento das dificuldades criadas pelo transporte interno, a possibilidade do emprego da mão-de-obra em outras atividades, maior segurança no trabalho e, portanto, menos acidentes. Além disso, conseguiram-se maiores possibilidades de aplicação técnica e grande economia, que somava alguns bilhões anuais em virtude das despesas feitas na compra e transporte das madeiras até à entrada das minas. O rendimento conseqüente desse esforço no aperfeiçoamento dos métodos de trabalho foi depois aproveitado pelas companhias, ao verificar-se o triunfo circunstancial do fascismo.

As minas estavam federadas entre si, constituindo a Federação Econômica de Sais e Potássios, que, por sua vez, pertencia à Federação Regional de Indústrias Químicas e à Federação Nacional das mesmas indústrias. Era através da Federação Econômica (em que as unidades produtoras conservavam absoluta independência de produção e administração) que se fazia a distribuição dos pedidos e das matérias-primas quando era necessária a sua aquisição para uso comum.

Depois da experiência da propriedade individual e da propriedade do Estado, o sistema coletivo adotado na Espanha pelos anarquistas constitui uma afirmação da economia posta a serviço da coletividade, demonstração prática dos princípios de liberdade e dignidade humanas, harmonia de interesses na distribuição do trabalho e dos produtos.

"A Plebe", São Paulo

OS TRANSPORTES COLETIVOS DE BARCELONA — Tendo os diretores da empresa que explorava o serviço de transporte naquela cidade abandonada o posto, os trabalhadores, por intermédio do Sindicato dos Operários de Transportes, filiado à Confederação Nacional do Trabalho (C.N.T.), tomaram a si a responsabilidade da administração desse serviço. Pois bem, apesar de haverem sido aumentados os salários e o número de trabalhadores, foram entregues durante um ano, 60 milhões de pesetas à municipalidade, quando a Companhia tinha estipulado, no contrato, a obrigação de entregar 8 milhões!

Além disso, dentro desse prazo, foram construídas 14 novas linhas, sobrando ao Sindicato muitos recursos para continuar a sua obra de melhoramentos no serviço de transportes coletivos.

"A Plebe", São Paulo

NA FÁBRICA HISPANO-SUÍÇA — Na Fábrica Hispano-Suíça, no dia seguinte à eclosão do movimento, havendo os patrões abandonado a mesma, reuniram-se os trabalhadores para a continuação de seu funcionamento, o que, não só se fez de maneira humana, como determinou um aumento de 35% na produção.

"A Plebe", São Paulo

ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS NO URUGUAI

Em Montevidéu, Uruguai, foi fundada, há vário anos, uma organização dessa caráter, que vem funcionando regularmente até hoje,

sob a denominação de Comunidade do Sul, atendendo, provavelmente, a uma determinante geográfica. É constituída por um núcleo de militantes anarquistas, ligados por elevado grau de homogeneidade, alimentada pela alta soma de afinidades libertárias, quanto à iniciativa que os reúne.

As atividades da Comunidade do Sul são desenvolvidas em duas modalidades profissionais: arte gráfica e cerâmica. As oficinas, organizadas em duas seções, estão instaladas em amplo porão, situado na rua Tucuarembó; e a sede-residência na rua Salto, como já ficou dito, na capital uruguai.

Tudo quanto se relaciona com as atividades profissionais está instalada no local das oficinas. A sede-residência está organizada em dois setores: o de uso pessoal e o de uso comum. Os cômodos correspondentes ao primeiro estão entregues aos cuidados dos seus usuários, cabendo-lhes a incumbência da arrumação e da limpeza; os demais cômodos, compreendendo a cozinha, o refeitório e a biblioteca, estão a cargo de todos.

Interessante detalhes a registrar é que nem todos os comunitários eram profissionais, tendo diversos deles de aprender os ofícios na comunidade. Naturalmente, há a divisão de trabalho, havendo, entretanto, tarefas em que os comunitários se ocupam indistintamente.

A Comunidade do Sul é orientada de acordo com as normas basilares do anarquismo: ausência do princípio de autoridade e de propriedade privada. Todos os bens existentes nas oficinas e sede-residência, (máquinas, móveis, biblioteca, utensílios, etc.) pertencem à comunidade. Não é adotado o salário como sistema de remuneração, não tendo sido igualmente estabelecida uma regulamentação prévia com normas de convivência, o que é favorecido pelo ambiente de largas afinidades entre os comunitários, servindo essa circunstância como experiência das normas de livre convivência na base do livre acordo.

As oficinas e sede-residência constituem uma só unidade, com uma única administração, escolhida com atribuições de incumbência e não de mando. Tudo quanto se refere à Comunidade é resolvido em assembléia geral, único órgão deliberativo e orientador da instituição, da qual os comunitários participam em igualdade de direi-

tos, pois entre os comunitários não existem distinções de hierarquia autoritária. Encaminhando o exame dos assuntos com critério construtivo, procuram conseguir que as resoluções sejam tomadas por unanimidade. Havendo discrepâncias, tratam de vencê-las agindo com objetividade para solucioná-las. Semanalmente, os comunitários realizam uma reunião para resolverem seus assuntos de ordem geral e os de caráter pessoal que haja a resolver.

A Comunidade do Sul mantém relações com organizações similares, na base da mútua cooperação.

Há, na periferia de Montevidéu, uma organização que se orienta pelos moldes da convivência anárquica, mas de fundo religioso, chamada "O Arado", que mantém estreitas relações de amizade e apoio mútuo com a Comunidade do Sul. Quando há possibilidade, um membro de uma vai fazer estágio na outra. Em certo período de dificuldades por que passou a Comunidade do Sul, a comunidade "O Arado", além do apoio moral, prestou-lhe ajuda com o fornecimento de produtos agrícolas.

Mantém igualmente relações com a Cooperativa de Consumo del Cierro, situada também na periferia de Montevidéu.

Recentemente, estabeleceu ligações, dentro da devida autonomia, com a Cooperativa Gráfica de Trabalho de Montevidéu, que desenvolve suas atividades nos serviços de linotipo, impressão e encadernação.

Os anarquistas participantes da Comunidade do Sul não ficam com sua personalidade limitada, pois suas obrigações para com ela são apenas as inerentes às suas finalidades precípuas. Fora disso, os comunitários continuam a manter as atividades de sua preferência, do anarquismo, sindicais, culturais, recreativas etc.

Há no campo anarquista do Uruguai, como, aliás, entre militantes libertários de outros países, elementos que fazem restrições à utilidade dessas e outras iniciativas similares em proveito do movimento anarquista. Alegam esses divergentes que as colônias e demais organizações comunitárias desviam militantes das atividades diretas do movimento. Os partidários dessas experiências de livre convivência na base do livre acordo sustentam que, ao contrário, as suas obras servem de demonstração da praticabilidade dos princípios anarquistas, embora de maneira limitada, em virtude de serem

executadas em meio das condições negativas da sociedade capitalista. Acrescentam, ainda, que os participantes não deixam de participar do conjunto do movimento libertário, nele tomando parte direta, como no caso dos militantes da Comunidade do Sul e de outras organizações similares, com sedes urbanas, ou por meio de contribuições de valor econômico. Outra razão apresentada é a de que é mais racional trabalhar como produtor à margem da exploração direta do capitalismo, fazendo uma experiência de vida libertária.

"La Protesta". Buenos Aires

UMA COMUNIDADE DE TRABALHO DA LÃ DE BUENOS AIRES

Ainda sobre a praticabilidade das concepções anarquistas, registramos a seguinte notícia publicada em "La Protesta", de Buenos Aires e assinada por Selva:

"La Nueva" é uma cooperativa de operários barraqueiros, integrada atualmente por 52 trabalhadores, que trabalham seis horas por dia e que não admitem, sob nenhum pretexto, operários assalariados. Quando, por excesso de trabalho, há falta de braços, admitem-se novos membros na Cooperativa, gozando estes os mesmos direitos dos antigos integrantes. Não existem cargos diretivos, e as decisões que afetam a vida da entidade são tomadas nas assembléias gerais.

Para os homens que integram "La Nueva", são essenciais como em toda cooperativa, o estabelecimento de um sistema baseado na prática real e efetiva da solidariedade e a não-existência de operários assalariados.

Em obediência a estes princípios, as tarefas se distribuem entre os participantes da Cooperativa, sem distinção de categoria, pela especialização de cada um.

É também prática comum entre eles a "change solidaris", que consiste em dar trabalho a outros trabalhadores que, por motivo de

greves ou outras circunstâncias estejam desempregados, mesmo em épocas em que o trabalho se torna escasso para eles mesmos.

Em tais casos, quando há falta de trabalho, executam os participantes da Cooperativa, pelo processo rotativo, os trabalhos que se apresentam, sendo os resultados desse esforço distribuídos eqüitativamente entre todos.

"Tierra y Libertad", México

11. Situando o Roteiro da Libertação

DEMOCRACIA LIBERTÁRIA E NAO CORRIDA AOS POSTOS DE MANDO E REPRESENTAÇÃO

No que se refere à democracia, cabe aqui a velha imagem da ave que ressurgia das próprias cinzas para nova vida. De fato, a democracia emerge dos destroços do fascismo e, irrompendo através da esterqueira das derrocadas reacionárias, apresenta-se no cenário da vida brasileira para se impor como preocupação de todas as consciências que não sofreram a corrosão da tirania. Por toda parte e por todos os meios possíveis, reclama-se o retorno da democracia, sobre cujo cadáver o fascismo se vangloriou de ter feito passar as suas hordas de bandidos. Tão premente é essa conclamação que se confunde nela o vozerio de elementos que ainda ontem, direta ou indiretamente, faziam coro com os asseclas do totalitarismo!...

Tal movimento não nos vem surpreender. E não seremos, por certo, nós, os anarquistas, que lhe teremos de dar adesão. Encontrou-nos na estrada, atentos e operantes, em nosso posto de combate, na mesma trincheira de sempre, lutando contra todas as opressões, na defesa de todas as liberdades que a democracia deve condensar, alimentar e impor ao respeito geral.

Mas, para que espécie de democracia é conclamado o povo brasileiro?

Será para a democracia de concepção eleitoral, de pessoas que se utilizam dela por espírito de vaidade pessoal ou para a conquista de postos de mando? Daqueles que, invocando os interesses do povo, se locupletam com os dinheiros públicos, exercem advocacia administrativa e se envolvem em mil negociatas, almejando apenas o seu próprio bem-estar?

Para a democracia que cria e alimenta o burocratismo corruptor ou que serve de elemento de domínio de partidos sem outra finali-

dade que não seja o exercício de predominância na administração pública?

Não! Certamente não! Essa é a falsa democracia que permitiu a crítica dos elementos fascistas e, aos menos avisados, a aparente justificativa da implantação do regime totalitário.

A verdadeira democracia é a que respeita a sua significação histórica, a democracia direta, sem delegação de soberania, isto e, libertária, que reflete a aspiração instintiva do direito a uma existência livre de toda opressão política ou econômica, a democracia mercê da qual o povo em geral terá o seu quinhão de bem-estar, de paz e alegria, hoje privilégios apenas de minorias aproveitadoras.

A democracia a que aspiram as consciências sãs e pela qual a Humanidade sangrou nas mais tremendas de todas as guerras, sacrificando a fina flor da mocidade, não é a deturpação política com que vem ela sendo mascarada, no tempo e no espaço, pelos potentados que reclamam a liberdade de usar e abusar da engrenagem legislativa ou governamental movidos apenas pelo interesse dos seus corrilhos políticos.

Não! Semelhante democracia, nefasta pelos seus maléficos reflexos, foi a causa do aparecimento de todos os fascismos, sob rótulos vários, mas todos com a mesma essência liberticida. Igualmente, não pode ser considerada como expressão da democracia a ação parlamentar, que não passa de simples instrumento de prática político-partidária em regime pseudo-democrático. A democracia que estabelece a igualdade sem conteúdo econômico é uma democracia claudicante e o direito por ela proclamado apenas em caráter político, rigorosamente analisado, é apenas um direito teórico.

A democracia deve estar no cerne da organização social do país, consubstanciando todos os direitos e todas as liberdades tendentes a facilitar a mais ampla expansão da vida individual e coletiva dos brasileiros.

A democracia que, por certo há-de surgir dos escombros sangrentos e fumegantes da imensa convulsão social que infelicita a Humanidade, fazendo com que nos esqueçamos das torpezas desse tenebroso período, felizmente em derrocada, será uma democracia que signifique igualdade social e, pois, abolição de todos os privilégios político-econômicos, de todas as desigualdades sociais entre os brasileiros.

Democracia exprime liberdade não circunscrita a determinada classe, partido, grupo ou indivíduo, mas, sim, liberdade ampla, sem entraves, sem instrumentos, diretos ou indiretos, de compressão, enfim, liberdade para todos, indistintamente.

Democracia quer dizer fraternidade; ora, quem diz fraternidade, diz, por outra, que a vida individual e coletiva dos brasileiros deve ser organizada de tal maneira que a felicidade de uns não confine na infelicidade dos demais. Para a consecução, portanto, desse desiderato, é mister que não haja quem — os capitalistas — gozando de regalias e privilégios, se atire até ao supérfluo, ao passo que a maioria, constituída pelo proletariado, pelo povo, embora dê à coletividade todas as suas energias e esforços, se veja condenada a uma existência de privações e tormentos.

Democracia, finalmente, é o regime do povo, pelo povo e para o povo e não prerrogativas de determinadas classes ou partidos, incumbindo ao povo orientar, diretamente, com a ausência do Estado, seus próprios destinos, tanto na organização da produção, da distribuição e do consumo, como na administração geral do país, de forma que se proporcione toda sorte de bem-estar e liberdade para todos os brasileiros. Essa é a democracia que está contida nas bases dos princípios anarquistas e pela qual batalham todos os libertários.

EDGARD LEUENROTH

ATUALIDADE DO ANARQUISMO

Há muita gente que procura demonstrar a inatualidade do anarquismo. Sonho irrealizável para uns. Falências histórica e irrevogável para outros. Inatual e alheio à vida social para muitos outros...

No entanto, o anarquismo nunca foi tão atual na história dos homens como o é neste momento. As idéias basilares do anarquismo vão se impondo de maneira tão categórica e concreta, que, até,

mesmo sem nos apercebermos, a história caminha lentamente na direcão exata do anarquismo. No campo do pensamento, de maneira particular, as tendências anárquicas são incontáveis. E é lógico que assim seja: o pensamento precede sempre a ação.

E somente quando o pensamento humano é animado pelo anarquismo é que se torna possível uma forma anárquica de convivência.

Dir-se-ia que a Humanidade está animada pela intuição de que a única via de saída deste lúbrico labirinto em que se agita é aquela que conduz à Anarquia.

Isso deve-se ao fato de o pensamento humano de nossos dias ser sempre menos religioso e mais preocupado com a busca da verdade de todas as coisas.

Já agora é coisa aceita como axioma incontroverso que a personalidade do indivíduo é o valor supremo da espécie nas sociedades humanas. E a preocupação dominante é aquela de encontrar formas capazes de harmonizar o respeito pela personalidade humana com os interesses coletivos de toda a sociedade.

Esse é o grande debate ideológico que agita atualmente o gênero humano por toda a parte, até nos países onde impera a brutalidade totalitária.

Isso demonstra e justifica o caso de Micoyam Djillas, na Iugoslávia.

E a desnecessidade do Estado, que constitui, agora e sempre, a idéia-força exclusiva do anarquismo, manifesta-se amplamente em vastos campos do pensamento contemporâneo. E a desnecessidade do militarismo, ou melhor, a sua nocividade, que é também um dos postulados do anarquismo, já influenciou a tal ponto o pensamento moderno, que já se tornam raros os pensadores sérios que não o tenham esposado. E isso em proporção tão elevada, que até certos governos sugeriram a oportunidade de se proceder à desmilitarização e ao desarmamento geral como meio seguro de chegar-se à pacificação mundial.

Nunca, como neste momento, se manifestou tão intensamente o horror pela guerra, o descrédito e a maldição às competições armadas nos pronunciamentos do pensamento generalizado. Os cientistas mais celebres do mundo publicaram, ainda recentemente, manifestos anti-bélicos. E a aversão pela guerra foi sempre uma característica do pensamento anárquico.

O mais alto galardão internacional para a literatura, o prémio Nobel foi conferido a um escritor que todos consideram de tendências anarquistas.

E o internacionalismo, idéia tão característica do anarquismo, está se impondo de tal forma ao pensamento contemporâneo, que os próprios governos, sempre tão essencialmente nacionalistas, vão sentindo a necessidade de ceder terreno à idéia internacionalista e, sob certos aspectos, pondo-a em prática.

Assim, todos os postulados-base do anarquismo se vão atualizando, no pensamento, pelo menos, e vão se infiltrando lentamente nos costumes e nos anseios das sociedades-humanas de nosso tempo. A despeito dos maus e dos pessimistas.

"Tierra y Libertad", México.

POSIÇÃO DOS ANARQUISTAS NA HORA QUE PASSA

Os grandes problemas que atualmente são causa de debates entre os partidos autoritários são três: o conflito político, econômico e militar que divide o Oriente e o Ocidente ,isto é, o capitalismo de Estado e o capitalismo privado, ou, se se quiser: o imperialismo bolchevista e o imperialismo americano; o problema das relações entre o Estado e o povo; e o problema das relações entre o capital (de Estado ou privado) e o trabalho.

Os partidos políticos, sem exceção de nenhum, resolvem, ou procuram resolver estes problemas por meio de conquista do poder. E são pelo oriente bolchevista ou pelo ocidente plutocrático, baseando suas esperanças de domínio na vitória de um ou de outro.

Todos são, portanto, pelo Estado, sem o qual não existiria o poder, única diferença: uns querem o Estado onipotente, patrão absoluto dos homens e das coisas, enquanto que os outros querem o Estado tradicional, respeitador e servidor dos monopólios particulares da riqueza. E todos são concordes em dar ao povo a ilusão

de soberania popular exercida por meio do sufrágio universal, a gazua com a qual o Estado e a minoria dominante extorquem aos dominados a aparência de um consentimento.

Quanto ao perene problema das relações entre capital e trabalho, uns e outros estão de acordo em confiá-lo às organizações sindicais, transformadas em apêndices de Estado e instrumentos dos partidos políticos, que disputam a sua direção, dando origem e atividade a uma colossal burocracia atrofiadora e parasitária, servidora dos governantes e dos partidos, o que constitui uma nova pressão sobre o esforço e os destinos da multidão trabalhadora.

Ora, colocando-se na sua posição de deserdados e de oprimidos, os anarquistas sabem perfeitamente que o conflito russo-americano não corresponde a nenhum dos sentimentos, das aspirações, das necessidades suas e dos demais deserdados e oprimidos do mundo. Sabem mais que o epílogo inevitável desse conflito será o massacre de milhões de seres humanos, principalmente de deserdados e oprimidos. Conseqüentemente, colocam-se contra o imperialismo oriental como contra o imperialismo ocidental, contra o capitalismo de Estado como contra o capitalismo privado, reivindicando para si e para todos o direito à vida, à segurança do amanhã, o direito de alcançar mais altos níveis de progresso e de civilização, deixando-se de servir de carne para canhão por conveniência dos aventureiros e dos conquistadores de uma ou de outra parte.

Igual é o nosso critério no que se refere às relações entre o povo e o Estado. Para que serve o Estado? Totalitário ou democrático, bolchevista, burguês ou teocrático, não serve senão para preparar novas guerras, legalizar privilégios e injustiças, extorquir taxas e impostos, sujeitar os homens a censuras e massacrar os descontentes. Para a multidão deserdada e oprimida, o Estado é uma desgraça permanente, um polvo insaciável, um carrasco impiedoso. E os anarquistas proclamam: livremo-nos da desgraça, do polvo, do carrasco, desmascarando a iniqüidade dos seus poderes, a absurda ilusão das feiras eleitorais que fazem a prosperidade dos partidos e a escravidão do povo.

E sobre as relações entre capital e trabalho pensam e proclamam os anarquistas que é baldado esforço tentar mitigar a injustiça, que tem a sua base justamente na existência do monopólio

capitalista. E seja esse monopólio pessoal de entidades privadas ou monopólio coletivo de governantes, impôs ao trabalho, e aos deserdados que o executam com esforços e sacrifício, a escravidão do salariato. O sindicato oficializado não alivia as correntes da escravidão, antes, as agrava, porque cria uma nova classe de parasitas que vivem explorando o trabalho alheio, e que acabou integrando-se e confundindo-se com todas as outras categorias de privilegiados interessados na preservação da existência da atual ordem social.

Para os anarquistas, portanto, a posição a assumir em relação aos três fundamentais problemas deste momento são de uma simplicidade elementar, de uma lógica irrefutável: contra o imperialismo seja ele do Oriente ou do Ocidente; contra o Estado, seja ele governado pelos homens ou partidos da direita, ou seja governado pelos homens ou partidos da esquerda; contra o salariato, seja ele imposto pelo roubo de monopólio privado da riqueza social, ou seja imposto pelo monopólio não menos extorsivo da burocracia estatal.

E isso não apenas porque essa posição é coerente com os princípios anarquistas, mas também porque esses princípios são confirmados pelos acontecimentos, que evidenciam que o imperialismo, qualquer que ele seja, alimenta-se do ouro, da fome, do sangue, da desgraça das multidões humanas deserdadas e oprimidas; pelo fato de que o Estado perpetua o domínios de poucos à custa da miséria, da ignorância e da humilhação do povo; pelo fato, enfim, de que o salariato — forma disfarçada de escravidão — condena o trabalho humano à exploração criminosa dos ladrões, graúdo ou pequenos, que se apropriaram das riquezas naturais e do produto do trabalho e da inteligência de todos.

É exatamente pela coerência de sua orientação que o anarquismo se distingue também neste momento de tomada de posições e de definição dos agrupamentos políticos e dos governos, quando estes manifestam desejos de paz. A paz e o afrouxamento da crise internacional agora desejados por governantes obede-

cem, entretanto, às mesmas razões de Estado que amanhã poderiam levá-los a provocar a guerra.

Neste momento, a razão de Estado os aconselha a ter prudência e a promoverem encontros entre sorrisos. Isso não desagrada aos anarquistas, sendo de augurar que continuem a assim proceder. Mas nada indica que a guerra fria não volte a preocupar os povos, fazendo-os viver sob a constante ameaça da guerra violenta. As razões do aliviamento aparente da crise entre Estados os anarquistas encontram não nos meandros das manobras diplomáticas, mas sim entre os povos. À margem mesmo dos partidos políticos, muito preocupados, neste período de modificações na crise política internacional, em se colocarem numa posição vantajosa, de maneira a lhes oferecer amanhã a oportunidade para conquistarem o poder. Sim, porque os partidos agem sempre em função da conquista do poder, em rigorosa análise, seu único objetivo, sem que disso resulte uma alteração de conduta no domínio do Estado.

Está claro que a atuação dos anarquistas se desenvolve à margem do jogo de interesses dos governantes, das classes dirigentes, dos grupos de influência da sociedade capitalista e dos interesses partidários. O que quer dizer que os anarquistas não se manifestam favoráveis aos dominantes dos Estados Unidos ou do totalitarismo bolchevista. Isso seria um erro. O mesmo se podendo dizer do fato de pretenderem colocar os anarquistas ante a situação de fazerem uma escolha, optando pelo mal menor, desviando-se, assim, do seu objetivo de procurar uma solução para os problemas sociais fora do decadente regime existente. Somente o povo, os trabalhadores, os interessados por isso, esforçam-se para conhecer como vivem, como lutam como resistem às tiranias e explorações dos poderes constituídos, tratando de estabelecer relações de luta com os mesmos.

Procurando colocar-se e agir sempre dentro das realidades do momento, reconhecem que, em certas regiões do mundo, as condições de vida do povo melhoraram sob o ponto de vista material; mas sabem, igualmente, e proclamam, que essa melhoria de ordem econômica e de conforto é produto de duras lutas de gerações de batalhadores, lutas essas registradas na história, em caracteres sanguíneos. E sabem ainda e proclamam que a maior par-

te da Humanidade continua submetida a condições de completa miséria.

E é justamente por se colocarem sempre, para julgar e agir, ante a realidade de cada momento, que os anarquistas continuam afirmando que com essa melhoria — muito relativa — na situação econômica conseguida pelas lutas populares não se resolveu o problema da exploração capitalista.

O salariato continua a ser o instrumento da escravidão econômica e o Estado o elemento da dominação política.

Daí prosseguirem os anarquistas, hoje, como ontem, a sua luta pela completa libertação do povo da escravidão política e econômica do regime capitalista.

"L'Adunata dei Refrattari", Nova York

12. Elementos Fundamentais da Sociedade Capitalista

O ESTADO

Por diversas sendas, os precursores e os teóricos libertários chegaram a idêntica conclusão: o Estado deve ser eliminado por causa do seu caráter opressivo e de sua incapacidade criadora através das novas e velhas castas ou classes enquistadas à sua sombra; a exploração do trabalho humano deve extirpar-se para sempre; a sociedade deve organizar-se sem nenhum poder político centralizado, sem classes ou castas privilegiadas por suas riquezas ou por suas prerrogativas políticas. O socialismo somente poderá realizar-se à margem de quaisquer formas de Estado, baseado em acordos livremente aceitos, com organismos econômicos, culturais e sociais vinculados federativamente, de baixo para cima. administrados, orientados e coordenados pelos próprios interessados: produtores, consumidores, cientistas, técnicos, trabalhadores, professores etc.

Para os sociólogos mais liberais, o Estado resulta, em última análise, num mal necessário e insubstituível. Para os que pleiteiam o falso dilema de democracia ou totalitarismo, em oposição ao despotismo bolchevista, o socialismo identifica-se com o Estado totalitário, não restando, portanto, outra solução que conservar a "ordem" capitalista vigente para assegurar a liberdade, tendo o Estado como seu mantenedor. Entretanto, nenhuma escola, doutrina ou corrente sustentadora da necessidade do Estado conseguiu resistir à prova de sua consistência ante os fenômenos que demonstraram e continuam provando a periculosidade de toda forma institucional de poder político para os direitos humanos considerados primordiais no mundo civilizado.

O Anarquismo, ao contrário, pode proclamar a confirmação de sua crítica ao autoritarismo e aos diversos métodos de conduta do

poder; de seus vaticínios sobre a caída no despotismo de indivíduos, seitas, castas ou partidos em todos os ensaios ditatoriais, mesmo dos que se propõem como regimes 'transitórios". Mantém a sua interpretação do socialismo como inseparável da anulação do poder estatal, para o que propõe a solução do federalismo.

Muitos testemunhos podem ser apresentados no intuito de se conseguir um veredicto dos acontecimentos e experiências realizadas até os nossos dias. Registraremos alguns apenas, para não nos estendermos em excesso nesta apresentação de provas.

Está demonstrado o fracasso do marxismo em suas diferentes modalidades, que, embora divergentes quanto aos métodos para a obtenção e uso do poder, coincidem na necessidade imperiosa de conquistá-lo para a realização do socialismo. Pôs-se em evidência o erro fundamental do "materialismo dialético" e do "determinismo econômico" como fatores da mecânica social. Consumou-se a quebra do internacionalismo proletário desde a grande prova da primeira guerra mundial. Transfigurou-se de forma monstruosa o socialismo na Rússia bolchevista, caiu o marxismo alemão por sua própria impotência, apesar dos poderosos social-democratas e comunistas, com a subida de Hitler ao poder. O fascismo triunfou na Itália por falta de combatividade e decisão revolucionária do Partido Socialista e sua central operária. Foram de lamentáveis conseqüências a incapacidade dos governos socialistas e das organizações sindicais por eles dirigidas. Apenas um exemplo: a Revolução Espanhola estrangulada, entre outros fatores, pela falta de solidariedade das massas arregimentadas em torno dos socialistas e pela política de "não intervenção" iniciada por um governante também socialista. A ação desse proletariado teria evitado a falsa "não intervenção" e impedido a traição bolchevista na Espanha.

Por outra parte, ninguém poderá desmentir a evolução do Estado para o absolutismo e totalitarismo no sentido de maior desenvolvimento das suas atribuições nas democracias, numa etapa histórica de confusionismo ideológico, demagogia planificada para reunir e dominar grandes massas, destruição sistemática de organizações independentes, anulação franca ou encoberta das liberdades individuais, dirigismo e monopólio estatal na economia, nas finanças, no

comércio, nos transportes, no ensino, na imprensa e radio-difusão, nas artes, nos esportes etc.

O processo previsto pelos anarquistas consumou-se nas disputas travadas entre os ex-aliados da segunda guerra mundial; nas coalizões que resultam da chamada "guerra fria", enquanto se armazenam mais e melhores armas nucleares e teleguiados para a eventualidade de outra crise sangrenta, no drama de um mundo onde campeiam em vasta escala a fome e a subalimentação, o analfabetismo e a dependência colonial, as ditaduras e os monopólios internacionais; e nas alianças mais vergonhosas (Estados Unidos e Espanha franquista, por exemplo), ao lado do mais sinistro império policial que se possa conceber, sob o domínio de Moscou. E, com todas as diferenças e distâncias entre sistemas e possibilidades que é elementar reconhecer, o Estado e o capitalismo confirmaram o acêrvo da crítica anarquista de maneira a deixar-nos perfeitamente à vontade em nossas concepções antiestatais. (1)

Guardião feroz, insaciável, violento, implacável, de todos os privilégios e monopólio que impedem os trabalhadores de terem livre acesso aos meios de produção e ao gozo dos benefícios da riqueza social, é o Estado aparelhado de todos os meios materiais, morais e científicos que deveriam pertencer à sociedade.

O Estado pretende ser a própria sociedade, e, em nome desta, oprime, massacra, bestializa e aniquila os seus componentes. Mas, quer a sua ação se desenvolva em nome de Deus ou dos homens, quer se diga liberal, democrático ou socialista, absoluto ou constitucional, monárquico ou republicano, a função do Estado é sempre a mesma: perpetuar a escravização das multidões que trabalham e produzem em proveito das minorias privilegiadas, as quais podem formar uma classe autônoma, constituída pelo capitalismo, como no Brasil, nos Estados Unidos etc, ou formar o conjunto integrante da burocracia estatal, como na União Soviética e nas autocracias orientais. . Em todos os casos, seja qual for a sua estrutura, o Estado se

considera depositário dos destinos da coletividade, confundindo e identificando os interesse e a fortuna da sociedade com os seus próprios interesses e fortuna.

Enquanto existir o Estado, enquanto os oprimidos cultivarem ilusões com relação ao Estado, resignando-se ao seu jugo e obedecendo às ordens dos potentados, os meios de produção e de consumo, a terra, o ar, a luz, os conhecimentos e, por conseguinte, a riqueza e o bem-estar continuarão sendo monopólio da minoria privilegiada que, direta ou indiretamente, os controla; e a maioria dos produtores continuará sendo explorada, oprimida, vilipendiada: carne para canhões, campos de experiências políticas nas prisões e campos de concentração.

Abolir o Estado, abolir o próprio princípio de autoridade do homem sobre o homem é, por conseguinte, condição essencial para a abolição dos monopólios e privilégios particulares da riqueza dos quais o Estado é sustentáculo através de seus presídios e de seus soldados. Nunca, como agora, neste momento de profunda crise das instituições sociais e da própria consciência humana, se torna tão evidente que o Estado, em todas as suas formas e manifestações, constitui o obstáculo irreparável à existência da paz entre os homens e dos povos, que desejam retornar às suas atividades na vida civil, que desejam e precisam trabalhar para o engrandecimento da espécie. (2)

(1) JACINTO CINAZO
(2) "L'Adunata dei Refrattari", Nova York

GOVERNO E SOCIALISMO

Não é verdade que mudadas as condições sociais, o governo mudaria de função, órgão e função são termos inseparáveis. Tirai a um órgão a sua função, e, ou o órgão morre ou a função se reconstitui. Pondo um exército em um país onde não haja nem razoes nem temores de guerra interna ou externa, e ele provocará a guerra ou, se o não conseguir, dissolver-se-á.

Uma polícia onde não haja crimes que descobrir, nem criminosos que prender, ou provocará, inventará crimes e criminosos, ou

deixará de existir. Um governo, isto é, um grupo de pessoas encarregadas de fazer as leis e habilitado a servir-se da força de todos para obrigar cada um a respeitá-las, constitui já uma classe privilegiada e separada do povo. Ela procurará instintivamente, como todo corpo constituído, alargar as suas atribuições, subtrair-se à fiscalização do povo, impor as suas tendências e fazer predominar os seus interesses particulares.

Colocado em posição privilegiada, o governo já se acha em antagonismo com a massa de cuja força dispõe. Demais, um governo, embora o quisesse, não poderia contentar a todos, se conseguisse contentar alguém. Deixaria de se defender dos descontentes e de interessar uma parte do povo pela sua existência ,a fim de ser apoiado. E assim recomeçaria a velha história da classe privilegiada que se constitui com a cumplicidade do governo, e que monopolizaria certamente lugares de favor, criados de propósito, e não seria menos exploradora e opressora que a classe capitalista.

Os governantes, habituados ao comando, não quereriam voltar para o povo e, se pudessem conservar nas suas mãos o poder, segurariam as posições privilegiadas para quando tivessem de passá-las a outros. Usariam de todos os meios que tem o poder para fazerem eleger como sucessores os seus amigos, pelos quais seriam a seu turno apoiados e protegidos. E assim o governo passaria e repassaria pelas mesmas mãos, e a democracia, que é o pretenso governo de todos, acabaria como sempre em oligarquia, que é o governo de poucos, o governo duma classe. E que oligarquia prepotente, opressora, absorvente, seria a que tivesse a seu cargo, isto é, à sua disposição, todo capital social, todos os serviços públicos, desde a alimentação ao fabrico dos fósforos, das universidades aos teatros de opereta!

Mas suponhamos ainda que o governo não constituísse já de per si uma classe privilegiada e pudesse viver sem criar em volta uma nova classe de privilegiados e ficando o representante, o servo, se assim o querem, de toda a sociedade. Para que serviria ele? Em quê e de que modo aumentaria a força, a inteligência, o espírito de solidariedade, o bem-estar de todos e da Humanidade futura?

É sempre a velha história do homem amarrado, que tendo conseguido viver apesar dos laços que o prendiam, imagina viver por causa deles.

Estamos habituados a viver sob um regime de governo que açambarca todas as forças, inteligências, vontades e que pode dirigi-las para os seus fins; estorva, paralisa, suprime as que lhe são inúteis ou hostis — e pensamos que tudo o que se faz na sociedade é por obra do governo e que sem governo não haveria na sociedade nem força, nem inteligência, nem boa vontade.

Que pode o governo acrescentar de seu às forças morais materiais que existem numa sociedade? Será ele, por acaso, como o Deus da Bíblia, que cria do nada?

Assim como nada se cria no mundo que se costuma chamar material, assim também nada se cria nesta forma mais complicada do mundo material que é o mundo social. E, por isso, os governantes não podem dispor das forças existentes na sociedade menos aquelas, importantíssimas, que a ação governamental paralisa e destrói, menos as forças rebeldes, menos tudo o que se gasta nos atritos enormes, fatalmente, num mecanismo tão artificial.

Se alguma coisa põe de seu, é como homens e não como governantes que o podem fazer. E das forças, materiais e morais, que ficam à disposição do governo, só uma parte pequeníssima recebe um destino realmente útil à sociedade. O resto, ou é consumido na atividade repressiva para refrear as forças rebeldes, ou de outro modo é desviado do fim de utilidade geral e empregado em proveito de poucos e em prejuízo da maioria dos seres humanos.

ERRICO MALATESTA

PARLAMENTO, LEI E JUSTIÇA

O ideal dos proprietários e ricaços é, naturalmente, impor sua vontade, pura e simplesmente, aos trabalhadores. Assim faziam, efetivamente os reis antigos, os senhores com os escravos, os conquistadores com os povos vencidos. O árbitro do forte é simplesmente a lei para o fraco.

Esse árbitro, todavia, nem sempre ficou impune. Como a tendência da autoridade é abusar e os abusos provocam desesperadas

revoltas, os possuidores, temendo-as, foram, no decurso dos séculos, submetendo-se a certas exigências, fazendo concessões, aceitando imposições. Uma delas, por exemplo, foi a dos senhores ingleses rebeldes contra o rei João Sem Terra. Obrigaram-no a aceitar a Magna Carta e a nada resolver sem consentimento deles, reunidos em Parlamento. Outra vitória foi a do povo francês pondo abaixo a realeza, o clero e a nobreza em 1789, criando uma assembléia popular e firmando uma Declaração de Direitos, princípios fundamentais que os dirigentes e proprietários deveriam respeitar. Esses princípios impostos pelos não possuidores, pedaços de liberdade conquistados à força, chamam-se leis.

Há, contudo, outra fonte de leis. Uma das funções do Estado é regularizar a concorrência. Essa regularização é feita em pequenas declarações, denominadas artigos, enfeixadas num código ou distribuídos em regulamentos, posturas, estatutos etc.

Temos, assim, duas espécies bem caracterizadas de leis: as conquistadas pelos pequenos contra os fortes e as decretadas pelos fortes contra os pequenos, para garantia da sua exploração.

Na idade média, os fidalgos, seja, os ricos possuidores de terras, — marqueses, barões, condes, duques etc. — rebelaram-se contra a prepotência dos reis e obrigaram-nos a consultá-los nos negócios importantes do reino. Suas assembléias chamaram-se cortes. Mais tarde, os ricos não-nobres, industriais, comerciantes, homens da lei etc. exigiram dos reis que atendessem às suas vontades e deliberações. Suas assembléias chamaram-se parlamentos. Destronados os reis e desmobilizados os nobres, veio o regime democrático; o povo, dividido em colégios eleitorais, entrou a eleger representantes seus junto ao imperador, rei, presidente da República, segundo a forma de governo adotada. A assembléia desses representantes são parlamentos, ainda, ou congressos.

A função desse parlamento é fazer as leis; mas, na realidade, quem faz as leis são os grandes possuidores ou seus apadrinhados, metidos por eles nos parlamentos. Durante as sessões parlamentares discutem-se as nugas partidárias, questiúnculas de aldeia e província, ambições eleitorais etc. Ninguém se preocupa com os problemas nacionais urgentes. Eles vêm prontos ou encomendados pelos mandões, pelos homens de dinheiro. Todos os parlamentos

modernos são subservientes, e, longe de representarem o povo, representam os exploradores do povo.

Os parlamentos desmoralizam-se em toda parte. Ninguém confia neles.

JOSÉ OITICICA

A PROPRIEDADE PRIVADA

Um operário habita uma casa que foi construída por outros operários; é o morador que a lava, limpa, conserva, embeleza, ao mesmo tempo que tira dela utilidade; se é necessário um conserto são ainda trabalhadores que acodem. No fim do mês, porém, um intruso que não se serve da casa nem trabalhou nela, que nunca fez outro serviço senão o de ver as obras, chega, recebe o aluguel e passa recibo. É a sua única função.

Mas que direito tem esse homem não só de mandar fazer a casa, que não utilizará, mas ainda a receber o aluguel que lhe paga o locatário?

É bastante singular o direito desse "proprietário". Muitas vezes não fêz mais do que herdá-lo, isto é recebê-lo de um morto! Um seu antepassado qualquer juntara, mal ou bem, honestamente ou não, um tesouro, um capital. Mas por esse fato pode viver o resto de seus dias sem trabalhar e até deixar essa faculdade a seus descendentes? Porque numa família um só homem trabalhou, gerações e gerações vivem parasitáriamente do trabalho alheio!

Mais ainda: os que nasceram ricos não têm somente o direito de viver à custa dos outros; a exploração vai mais longe. O proprietário, senhor dos meios de produção, diz ao proletário, ao pobre: — "Em troca do teu trabalho, dar-te-ei apenas uma parte valor do produto; se não aceitas, morres de fome, porque só tens os teus braços". E, como as possibilidades de comprar são assim reduzidas para o pobre, este não consome o suficiente e assim a produção para, já não dando ganho ao proprietário, que só faz produzir para vender. A produção é estorvada.

É esse terrível direito de viver à custa alheia (sem trabalhar) e de impedir a produção, isto é, de esfomear os outros, que é transmi-

tido de geração em geração e que, em vez de se atenuar, se agrava, pois que a herança aumenta, sem que os herdeiros façam mais do que receber os aluguéis, os dividendos, os juros, os rendimentos!

Suponhamos agora que o senhorio não herdou, mas ganhou os seus bens com o suor do seu rosto. Não devem ser grandes, esses bens: nós vemos tanta gente que trabalha e poupa toda a vida e nunca tem vintém... É possível explicar pelo trabalho pessoal as fabulosas riquezas dos arquimilionários norte-americanos?... Serão os ricos extraordinariamente mais ativos e inteligentes do que os pobres?

Mas, mesmo grandes, esses bens acabar-se-iam, deixando o seu possuidor de trabalhar. Ora, como é que eles, pelo contrário, se conservam e aumentam? Porventura o dinheiro dá filhos? Além de senhorio, o proprietário é patrão, é industrial. De pé, à porta da sua oficina, diz ao operário que pede licença para ser explorado nessa penitenciária: — "Vendo-te caro o direito de rebentar de fadiga em minha casa; pagar-me-ás com a maior parte do que produzires".

O proprietário é também agricultor. Nunca semeou um grão de trigo ou de café, uma batata ou um feijão, ou antes, não precisa de o fazer para guardar em seus navios e depósitos todos os produtos da terra. Possui ainda as minas, as máquinas, as ferrovias etc. Muitas vezes, distrai-se e deixa escapar: — "Os meus capitais trabalham". Mas, como os papéis, que representam esses capitais, apenas serviriam, quando muito, para acender cigarros, mais justo seria que dissesse: — "Os meus escravos trabalham". Porque os capitais não frutificam sozinhos.

E para conquistar o direito de dizer aos outros: — "Trabalhai para mim!" e de ver a ordem cumprida, trata cada um de saltar por cima dos outros, sem se importar com os esmagados. O egoísmo toma formas brutais, que, afinal, não realizam o fim buscado: essa luta feroz entre os homens não é útil ao egoísmo do indivíduo e da espécie. Aquele fica ferido, embora vencedor; este degenera. Os homens não são muito conscientes ainda da solidariedade, que tem feito progredir a Humanidade. Onde, afinal, é a cooperação de forças que triunfa, a concorrência, a mentalidade que dela resulta faz ver a utilidade da luta.

O estado de operário proveniente da concorrência tem duas faces: o desejo de subir, o arrivismo. O homem faz-se servil e baixo com os que têm o poder, dado sobretudo pela riqueza e orgulhosos e prepotente com o que está abaixo dele na escala social.

O fraco não tem meios de defesa; o fraco é o que, por circunstâncias fortuitas de nascimento ou por incertezas da luta, não podendo garantir a vitória física e intelectualmente, está privado dos meios econômicos-políticos de ser independente ou de dominar.

Mas, se o fraco ataca o forte, todos os meios de repressão e toda a moral da sociedade se põem em ação, contra ele. Um operário não acha trabalho e rouba; logo a noção do roubo, que se perdera por entre as operações dúbias dos banqueiros e comerciantes, entre a exploração capitalista, entre o banditismo social legalmente organizado, ressurge implacável e inflexível, e o gládio da justiça fere.

Cumpre à consciência nova organizar uma sociedade em que não haja lucro nem herança, em que os trabalhadores não deixem os meios e a melhor parte de sua produção nas mãos dos capitalistas, em que os meios de produzir, de ser livre, pertençam a todos, em que todos cooperem no bem-estar de todos.

NENO VASCO

A ORGANIZAÇÃO MILITAR

O mais pronto recurso dos possuidores, na defesa contra os não-possuidores, é a força bruta, a violência organizada. Chamam a isso defender a ordem.

A ordem, para eles, é a não-reclamação. Eles permitem certas reclamações superficiais, que não perturbem ou não contestem sua espoliação metódica. Se essa espoliação empobrece de tal maneira as massas que torna insuportáveis a vida, surgem graves conflitos, motins, revoluções. Para sufocá-las, o Estado, valendo-se da Ignorância e miséria proletária, arregimenta suficiente número de soldados, paga-lhes um soldo, veste-lhes uma farda e, resguardado por duros castigos e férrea disciplina, confia-lhes armas aperfeiçoadís-

simas. Assim, são os próprios proletários, aliciados na polícia, no Exército, na Marinha de Guerra, que sustentam a luta dos ricaços contra os pobres. Como fim elevado, nobre ideal, missão gloriosa apontam-lhes a defesa da pátria. O patriotismo, sentimento natural, é pelo Estado convertido em elemento psicológico de obediência para fins egoístas, para manutenção da ordem, para repressão violenta e brutal dos famintos e desafortunados. Ao menor movimento de greve, chama-se a polícia e, se não basta a polícia, recorre-se ao Exército. E este, formado para defender a pátria contra os inimigos externos, é obrigado a defender aqueles que exploram e oprimem os trabalhadores.

Se os trabalhadores chegarem um dia à compreensão desse fato. não se alistarão jamais como soldados, e, se os soldados se compenetrarem da verdadeira traição que praticam contra os seus irmãos de miséria, não agirão contra eles e sim contra quem pretender forçá-los a essa torpeza.

A propiedade particular e a concorrência geram ambições internacionais, rivalidades comerciais, necessidades imperialistas de colônias e mercados de escoamento. Essa luta de interesses pecuniários suscita as guerras, para as quais devem sempre achar-se preparadas as nações, isto é, os grupos capitalistas das diversas nações. A Todo serviço, pois, da Marinha de Guerra, de Exércitos permanentes, serviço puramente feito em vista de futuras tremendas destruições com as guerras sempre em perspectiva por causa dos interesses de cada grupo capitalista, é um desperdiçador incomparável de energias. (1)

A agitação em favor da paz que anima todos os povos vai sendo secundada por um movimento paralelo contra as excessivas despesas militares, que, cada vez mais, assumem proporções assoberbantes, a ponto de consumirem a maior parte dos orçamentos de quase todos os países. Em muitas nações, o militarismo tornou-se elemento dominador na vida pública, influindo nas situações políticas, derrubando e impondo governos por meio de levantes causadores .de perturbações do sossego público.

As proporções vultosas das forças militares tornaram-se ainda mais obcecantes em face de fato de que muito de seus elementos constitutivos já se tornarem obsoletos em virtude dos novos inventos que alteraram inteiramente todas as usuais modalidades guerreiras.

No Brasil, as despesas com as forças armadas figuram nos orçamentos numa desproporção evidente em relação às verbas destinadas à agricultura, à educação e à saúde, como demonstram os dados consignados a seguir, extraídos do orçamento federal de 1958, num total de Cr$ 148.440.973.308,60.

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL	PERCT.
Despesas c/órgãos militares	40.899.955.867,60 —	27,54%
Com Educação e Cultura	9.305.270.057,50 —	6,27%
Com Agricultura	6.172.722.267,60—	4,16%
Com a Saúde	5.166.543.336,30—	3,48%

Claro está que os elementos de que se compõem os órgãos das forças militares não são, pessoalmente, responsáveis por essa situação, visto como essa instituição é inerente ao regime capitalista existente, que tem nela um dos esteios de seu domínio.

Não obstante o vultoso custo da manutenção das forças armadas, há uma flagrante diferença na situação dos brasileiros que nelas empregam suas atividades, o que se verifica nas condições de vida da massa de seus componentes em relação às daqueles que se encontram nas alturas de sua cúpula.

A essas despesas devem ser acrescentadas as que exigem a manutenção dos corpos policiais dos Estados, considerados como elementos auxiliares das forças armadas, devendo-se salientar o fato de que esses corpos são utilizados contra as manifestações populares e nos movimentes de reivindicações do proletariado. Dessa constatação resulta a evidência de uma das injustiças da sociedade capitalista servindo-se de elementos do povo contra o próprio povo. (2)

(1) JOSÉ OITICICA
(2) EDGARD LEUENROTH

A RELIGIÃO

Religião é um dos processos de subjugar o povo fazendo-o crer num ser onipotente, invisível, dono do Universo, castigador dos maus, premiador dos bons. Os maus, naturalmente, são os que se desviam das normas ditadas pelos sacerdotes e atribuídas à divindade. Os bons são os que a elas se conformam sem nenhum protesto.

No Ocidente europeu e americano, a religião dominante é a cristã, quer romana, quer protestante, quer ortodoxa. Ensina que um só deus verdadeiro existe, o Deus Javeh ou Jehová dos antigos hebreus, cujo filho. Jesus Cristo, nascido de uma virgem, morto numa cruz, instituiu uma confraria de sacerdotes chamada Igreja. Os três ramos dessa Igreja, supermencionados, divergem acesamente, sobretudo, o romano e o protestante, que se excomungam e odeiam mutuamente. Os sacerdotes romanos chefiados pelo papa de Roma, têm a seu cargo salvar as almas humanas, separadas do corpo pela morte, dos castigos infligidos eternamente, num lugar de suplícios, o inferno. Para furtar-se a tais torturas, devem os homens, acima de tudo, observar os mandamentos da lei de Deus e os dogmas da Igreja. Esses mandamentos e dogmas encaminham os homens ao respeito à propriedade e à obediência aos superiores, considerados representantes de Deus na Terra.

Onde melhor podemos ver esse caráter protetor do capitalismo é nas exceções escandalosamente abertas pela Igreja aos mandamentos mais taxativos. Exemplo: um dos mandamentos ordena peremptoriamente: não matarás. Se, porém, os trabalhadores se revoltam contra os patrões, os cidadãos contra o governo, ou se uma nação declara guerra a outra, por mais injusta que seja, a polícia pode matar e os exércitos se estraçalharem sem pecado. A Igreja, em muitos casos, abençoa, nos templos, as espadas dos oficiais, os-exércitos em marcha para as batalhas, e ela própria já teve exércitos para defender as suas terras e bens. Demais, a Igreja é essencialmente capitalista; e seu papa, seus cardeais, seus arcebispos, bispos, cônegos, monsenhores, vigários, padres, sacristãos vivem parasitáriamente, sem trabalho útil, das contribuições dos fiéis.

Tal religião é inimiga dos trabalhadores, porque lhes peia a mentalidade, lhes ensina absurdos e mentiras mediante as quais lhes vai sugando uma porção dos seus já minguados recursos.

As religiões, longe de unirem os homens, desunem-nos, como se vê na história do passado e no presente. Povos se entregladiaram por causa das heresias; populações inteiras de protestantes foram expulsas por ódio sectário, nações foram perseguidas, como os judeus queimados pela Inquisição e, ainda hoje, trucidados nos celebres pogroms. Os maometanos não suportam os hindus; os protestantes não tragam os católicos romanos; estes não transigem com seita alguma, anatematizam teósofos, espíritas, positivistas, novo-jerusalemitas etc. Além disso como seus ensinamentos não se fundam em evidências, afirmações que, todos sejam forçados a aceitar pelo simples raciocínio ou pela experiência, fácil é surgirem dúvidas, interpretações heterodoxas, heresias. Cada heresia é uma nova fonte de discórdias, animosidades conflitos em famílias, entre vizinhos entre nações.

Por isso, as religiões não podem resolver o problema da fraternização dos homens. Tomando como exemplo a religião católica, apuramos que, durante vinte séculos trabalhou ela por moralizar a Europa, policiar o Ocidente, solucionar o problema social. Que vemos? Sua ação, embora muito sensível e até mesmo dominadora, foi ineficaz, pois a crise permanece, as guerras se tornam de mais em mais devastadoras, redobram-se os vícios, inventam-se novos, intensifica-se a prostituição com as dificuldades econômicas, a luta entre os homens assume proporções inauditas.

JOSÉ OITICICA

13. Problemas Característicos da Dominação Capitalista

CASAMENTOS, UNIÃO LIVRE E FAMÍLIA

A base da família é a união de dois sexos diferentes, da qual resulta a prole.

Como se constitui essa união?

Nas sociedades bárbaras, rudimentares, é a lasciva brutal do macho que domina.

Como entre os animais, a besta homem sente o cio e procura a fêmea para saciar-se. Empolga-a pelos cabelos ,arrasta-a, domina-a, violenta-a. Depois, ou a repele, desdenhosamente, saciado; ou a conserva junto a si, besta de carga e máquina de prazer.

Não há ainda no homem o sentimento da dignidade específica; não pode haver ainda o respeito pela mulher, pela sua dignidade, pela sua liberdade, pela sua personalidade.

Esses sentimentos só aparecem mais em estado de grande cultura intelectual e de grande idealização.

Então, à bestialidade do desejo lúbrico junta-se um sentimento de estima, de amizade, uma ânsia de posse moral, uma espécie de absorção recíproca da personalidade, que torna possível, como diz a Bíblia, que um homem e mulher sejam dois num só. É a esse conjunto de desejo e de respeitosa estima que se chama **amor.**

E tal é a base da família na gente de sentimento culto.

Se o homem, ao cravar os olhos numa mulher, teve o condão de despertar nela, ainda vaga e inconscientemente, aquele mesmo desejo da posse material e de irresistível afeição que ela começará por provocar-lhe, ou vice-versa, parece que desde logo aquelas duas existências, até então talvez uma para a outra desconhecidas, começam a gravitar uma para a outra, até que ambas se abracem num

mesmo fogo voluptuoso, velado pudicamente pelo recato que dignifica o prazer numa como que inconsciente previsão da futura maternidade, em que o ventre fecundado da mulher se transforma em sacrário da perpetuação específica.

Assim, para a organização da família, nada mais é preciso: dois-amores correspondidos, dois desejos que se compreendem e conjugam, e o leito esponsalício servindo de campo à futura messe humana.

Eis como se forma o agregado natural, hoje e para todo o sempre.

A primeira coisa que há a fazer é furtar a família à intervenção sacerdotal. Se o casamento é, como já escreveu Proudhon, a comunhão dos amores, toda intervenção dum terceiro é adultério, moral embora. Pior ainda se esse terceiro, sendo um ser a quem é vedado constituir família, porque não pode legitimamente ter mulher sua, é sempre levado a cobiçar as dos outros. Em cada padre que abençoa noivos, há um sátiro roído de inveja. A estola sacerdotal é uma serpente portadora deste veneno letal: o adultério.

A bênção sacerdotal foi necessária, enquanto se entendeu útil chamar sobre o lar que se formava as bênçãos do Altíssimo. Reconhecido que a prole prospera bem sem essas bênçãos, pode dispensar-se o padre; tanto mais que ele impunha condições pesadas. Em primeiro lugar, a devassa dos segredos do lar pela confissão, de modo a poder partilhar com o marido, pelo menos a posse espiritual da mulher; em segundo lugar, a indissolubilidade do matrimônio, escravizando duas existências inteiras ao erro possível de um dia na escolha conjugal.

A transição entre a concepção religiosa e a concepção naturalista da família foi a sua concepção civilista.

Visto que da constituição da família resultam efeitos civis — a criação de novos cidadãos para o Estado, com iguais direitos e iguais deveres aos de todos os demais cidadãos, — o Estado tem a função de proteger e garantir aqueles direitos e reprimir a infração dos deveres. Substituiu-se então o desacreditado funcionário religioso pelo funcionário do Estado, e tivemos o oficial do registro civil arquivando as uniões.

Como transição para uma superorganização, está bem. Mas é ainda um terceiro a intervir no que deve ser comunhão apenas de dois.

De resto, ou ante o altar ou na administração ante o livro do Registro, o casamento termina sempre pela subalternização, pela escravização da mulher, a qual deve "obediência e submissão" ao marido, que, por seu lado, lhe deve... proteção.

Ora, sem padre e sem códigos, a natureza dispõe muito melhor as coisas.

Exatamente porque o casamento seja a comunhão de dois amores, é o amor a sua lei única.

Desde que homem e mulher se amem deveras, quer dizer, se desejem, se gozem, se estimem, tudo mais resulta como os corolários de uma premissa. O amor implica responsabilidade, o respeito, o cuidado, a solidariedade plena em todas as alegrias e em todas as dores.

Desde que se torne precisa a intervenção da lei, é porque o amor cessou. E, desde que o casamento repouse apenas sobre o amor, cessado este, está dissolvido aquele, espontaneamente dissolvido, reassumindo cada qual dos membros do par conjugal a sua inteira liberdade.

Assim compreendido, a união livre não é a anulação da famí. lia; é a sua dignificação pelo respeito da liberdade, da personalidade dos esposos.

Vemos, hoje, a cada passo, homens e mulheres que se ligam fora das exigências legais. A sociedade costuma, na estupidez dos herdados preconceitos, cuspir para cima dessas uniões com a palavra "mancebia" que reputa injuriosa. A mancebia é a forma antecipada do amor livre.

O que impede ainda a sua generalização não é o crédito das velhas instituições familiares; são as necessidades econômicas dum regime das riquezas fundadas sobre a propriedade individual, a herança, sobre a chamada "legitimação" dos filhos.

Desde, porém, que o socialismo tenha conseguido mirrar e derruir as instituições econômicas que herdamos dum passado bárbaro e desumano, essa justificação da "família legal" terá desaparecido, e a família, libertada, passará a ter apenas por base, por garantia e por lei o amor.

Assim, a família não se extinguirá, a não ser que se extinga a própria Humanidade; mas depurar-se-á no sentimento e na prática da liberdade.

HELIODORO SALGADO

EDUCAÇÃO E ENSINO

Ninguém, hoje, desconhece a importância da educação e do ensino na formação do caráter moral do indivíduo e, conseqüientemente, na evolução e melhoramento da sociedade humana.

A escola atual preocupa-se antes em fazer dos educandos seres passivos, flutuando ao sabor de sugestões mal definidas, do que homens aptos para os embates de vida intensa dos nossos dias e capazes de influir para um melhoramento progressivo do meio em que se agitam como fatores sociais.

A escola, fonte alimentadora dos caudais de idéias que tão poderosamente influem no destino das sociedades humanas, deve merecer a mais acurada, a mais cariciosa, a mais desvelada dedicação por parte dos reformadores sociais, dos que sonham um futuro diferente para a Humanidade, porque é nela, justamente nela, nos seus bancos e nos seus livros, que se preparam as novas gerações, que fatalmente serão arrastadas para a felicidade ou para a desgraça, para o bem ou para o mal, para a liberdade ou para a escravidão, para a paz ou para a guerra, para a vida ou para a morte, segundo o critério em que elas se baseiam, segundo o espírito, bom ou mau, que as anima e o objetivo a que elas se destinam.

É nelas que reside o segredo da força mantenedora dos preconceitos patrióticos, das convenções sociais, das superstições e dos dogmas religiosos.

Daí, pois, a razão por que o Estado e a Igreja disputam entre si a primazia no mister da instrução popular e têm as suas vistas constantemente voltadas para a questão do ensino, procurando au-

mentar sempre e de maneira considerável as instituições destinadas à formação de mentalidades que se adaptem melhor à vida de degeneração e perversidade das sacristias e dos quartéis do que à atmosfera sadia da liberdade e da felicidade resultantes da emancipação da consciência e do pensamento.

• • •

Liberdade, responsabilidade e autodisciplina caracterizam a formação da personalidade humana de acordo com os conceitos fundamentais do anarquismo.

Partindo desse princípio, os anarquistas entendem por educação o conjunto de conhecimentos racionais e objetivos que contribuem para o aperfeiçoamento intelectual, moral e físico do indivíduo livre em função da sociedade livre. Sim, o indivíduo livre como produto de um ambiente onde nem mesmo a liberdade é imposta, mas exercida; responsável, porque a sua liberdade está condicionada à liberdade dos seus semelhantes, e a responsabilidade na convivência social deve ser conseqüência da harmonia coletiva; autodisciplinado, porque, ao contrário da disciplina, imposta na sociedade capitalista por códicos e regras de moral que estão em desacordo com as leis naturais e obrigam o indivíduo a aceitar a desigualdade econômica e a conformar-se com as injustiças de que é vítima, as normas de vida numa sociedade anárquica o conduzem à necesisdade de uma autodisciplina, pautando os seus atos de acordo com os interesses da coletividade, que são os seus próprios interesses.

Na aplicação dos métodos pedagógicos os anarquistas acham que se devem ter em conta todos os fatores determinantes da formação do caráter: meio ambiente, alimentação, tendências hereditárias e até mesmo as particularidades psicológicas dos diversos temperamentos.

"Há muita diferença", diz Ricardo Mella, "entre explicar idéias religiosas e ensinar um dogma religioso; expor idéias políticas e ensinar democracia, socialismo ou anarquia. É necessário que tudo seja explicado, mas sem impor coisa algum, por mais certa e justa que nos pareça. Só a este preço a independência intelectual será efetiva. E nós outros, que colocamos acima de tudo a liberdade de

pensamento e de ação, que proclamamos a real independência do indivíduo. não podemos preconizar, para os jovens, métodos de imposição, nem mesmo métodos de ensinamento doutrinário.

"A escola que desejamos, sem denominação prévia, é aquela em que melhor e mais se desperte nos jovens o desejo de saber por si mesmos, de formar as suas próprias idéias. Nossos esforços em matéria de ensino devem propender não a um proselitismo extensivo, mas ao cultivo intensivo das inteligências. É de tal eficácia o fator liberdade que até mesmo nas criaturas educadas no abandono dá seus frutos beneficiosos. E, se na Humanidade ainda persiste a escravidão moral e material, é porque precisamente se tem empregado no ensino o fator imposição.

"Experiência, observação, análise, completa liberdade de juízo e assimilação, e os homens do porvir não terão de nos reprochar a continuação das algemas que pretendemos romper".

Tem-se falado do ensina laico. Essa classificação só dá idéia de que não se trata de uma educação feita por professores religiosos. Analisando bem, essa classificação é desnecessária, porque a generalidade do magistério, em quase todos os países, é exercida atualmente por laicos que ensinam o catecismo.

Há também quem fale do ensino neutro. Contra esse é preciso protestar energicamente, em nome do respeito que a infância nos merece. Neutralidade entre o erro tradicional e a verdade científica supõe um equilíbrio impossível entre as crenças que se vão desvanecendo a cada instante e os conhecimentos que incessantemente avançam. A essa impossibilidade há a juntar a injustiça de se incutir nas crianças o mesmo respeito pelo errado e mau como pelo verdadeiro e bom.

Que professor aceitaria tal vileza? Pela dignidade do professorado e pelo amor à infância, é preciso rejeitar o ensino neutro.

Conclui-se, pois, que a escola laica é insuficiente, que o ensino neutro é indigno, e que resta a educação racional como a única útil e prática.

Nada mais oportuno e necessário do que determinar e precisar o que deve ser o ensino racionalista, dado o meio em que vivemos.

Em uma sociedade racionalista, perfeita e justa, se poderia falar de ensino, dispensando-se a classificação; na sociedade em que

vivemos, porém, o ensino é tradicional, e, por isso mesmo, essencialmente estacionário e antiprogressista.

Quantos amam o progresso e anseiam pelas reparações justiceiras que o futuro lhes promete, necessitam preparar a infância para uma educação nova, que rompa a cadeia dos erros tradicionais e fortaleça a inteligência com verdades, para que as gerações porvindouras dêem no decurso da vida o fruto que legitimamente se pode esperar da natureza humana.

Ensino racionalista quer dizer, o ensino que tem como meio a razão e como guia a ciência; como esta ainda não disse a última palavra sobre qualquer assunto, resulta que o ensino racionalista não tem programa fixo. Ao ensinar todos os dias os fenômenos físicos do Universo e sociais da Humanidade, fá-lo com a especial reserva de que só tem mérito o que está comprovado, o que os sentidos admitem e a experiência sanciona.

O ensino racionalista tem por fim ensinar todas as verdades experimentais, por contrárias que sejam às idéias admitidas anteriormente; terá somente em conta a idade da criança para graduar as fases do ensino, para que o seu tenro cérebro receba facilmente cada nova impressão que haja de conservar. Nunca será enganada, nem se dirá nada que ela não possa compreender.

Tais são os atributos principais do ensino e educação racionalistas, cujo alcance para a emancipação intelectual e moral da Humanidade, é já suficientemente evidente.

Sob o ponto de vista racionalista, cada escola deve ser o núcleo de onde se irradie a luz fulgurante de idéias capazes de tornarem os homens bons dentro de uma sociedade boa.

O ensino racionalista afigura-se-nos como o único reativo possível à educação calcada nos dogmas religiosos, políticos e sociais, e que, desviando por um erro inicial os seres humanos do caminho que lhes deverá ser traçado por um conhecimento perfeito das leis naturais, teve como resultado o caos atual em que a Humanidade tateia buscando um equilíbrio que nem a religião nem o Estado lhe podem oferecer.

Para Elslander, "a educação de hoje é o encarceramento das inteligências por trás dos varões de algumas idéias banais".

Despindo o ensino das roupagens poeirentas de preconceitos arcaicos, de ideais mortos e concepções absoletas com que a Humanidade se embalara na madrugada de sua infância, o racionalismo, como método, de pedagogia, abebera o adolescente ávido de saber, sedento de curiosidade, do imenso manancial de conhecimentos humanos adquiridos através das gerações que se sucederam e deixa que aí se aperceba ele da grandiosidade da natureza na sua constante transformação, sempre renovada, e da grandeza do homem evoluindo sempre para um ideal de perfeição.

A escola racionalista, livre das peias dogmáticas que anulam o raciocínio, impedem o livre exame e cerceiam as iniciativas investigadoras, em vez de papagaios quer fazer homens capazes de observar, compreender e discutir; homens de senso crítico, capazes de se desvencilharem da imensa carga de preconceitos insustentáveis que impedem o livre surto das inteligências.

O ensino racionalista dirige-se mais à inteligência do que à memória, fazendo partir a educação do conhecido para o desconhecido e desenvolvendo com esta marcha, na criança, a iniciativa e o esforço pessoal. Em vez do ensino de palavras vagas de definições obscuras, o ensino pelos fatos, pela natureza, pela vida. Em vez do ensino englobado, por junto, quer a cultura individual, como o jardineiro que dá cuidados especiais a cada planta.

A escola que encerra a infância no quarto escuro das idéias preconcebidas, cerradas as janelas que dão para a vida, pratica uma castração, uma mentira, uma traição, uma violência lamentável e de funestas conseqüências para o futuro.

Que a criança se debruce a todas as janelas do palácio imenso do saber humano; que contemple todas as paisagens, estude todos os aspectos, desfrute todos os pontos de vista, encare todas as perspectivas. Todas as janelas abertas de par em par! Não há perigo em se conhecer a verdade; só a mentira é perigosa para o indivíduo, para a sociedade e para os povos. A escola deve expor todos os problemas e questões de um modo positivo, objetivo, inconfundível, mostrando e cotejando todas as opiniões, para que daí possa resultar uma conclusão lógica, raciocinada, firmemente baseada em argumentos sólidos, capazes de resistir aos embates das heresias dogmáticas.

Tal é o ensino racionalista, conforme o entendem os seus mais extremos propugnadores, de Sebastião Faure e Elslander, de Paulo Robin e Francisco Ferrer — sacrificado por havê-lo posto em prática.

A fecunda experiência de Francisco Ferrer y Guardia instituindo na Espanha, a Escola Moderna, na base do ensino racionalista, dá uma idéia de como os anarquistas encaram os problemas da educação.

As arcaicas instituições do ensino religioso sentiram solapadas as colunas tradicionais do seu edifício monástico com as novas e triunfantes idéias do ensino racionalista, baseado no livre exame e nos métodos expositivos e dedutivos. Era a luz da verdade abrindo caminhos na sombria e emaranhada abóbada ultramontana da ignorância tonsurada.

Não foi outro o motivo que levou o governo de Afonso XIII, instigado pelo clericalismo, a envolver Francisco Ferrer nos tumultuosos acontecimentos de Barcelona, em dezembro de 1909, numa intriga própria do jesuitismo, que culminou no fuzilamento desse grande idealista e mártir da liberdade do pensamento.

Não valeram os clamores erguidos numa agitação mundial de protesto contra o negro crime de morte que se praticava, agitação em que se envolveram não apenas as organizações socialistas, mas todas as consciências livres e a imprensa de todos os países, notadamente os professores das universidades, que viram na execução de Ferrer, e posteriormente no fechamento de todos os estabelecimentos de ensino mantidos pela Escola Moderna, a verdadeira causa da intriga clericalista: acabar com o ensino livre e asfixiar a liberdade.

"Revista Liberal", Porto Alegre, JOÃO PENTEADO, SOUSA PASSOS, SOLIDAD GUSTAVO

A PROSTITUIÇÃO

Chamamos de prostituição o ato sexual em troco de uma vantagem econômica. Se qualquer mulher se entrega a um ou mais homens por simples desejo físico, sem remuneração, pode ser depravada e viciosa, não é prostituta. Não consideramos igualmente prostituta aquela que incidentalmente se humilha e cai para salvar um filho ou um ente caro. Isso, ao contrário, pode ser um sacrifício heróico. É o caso da lenda de Santa Clara, tão delicadamente narrado por Anatole France em Étui de Nacre.

A mulher que se dá por dinheiro, para ter de viver ou para luxar, ou por ambição de domínio, essa é prostituta. Maxime du Camp, autor francês que estudou minuciosamente a vida de Paris, verificou ser principal causa da prostituição a miséria, a falta de recursos para viver, num meio onde o luxo, o estadão dos ricos seduz as jovens. Para ter carros, freqüentar teatros, vestir sedas, o único jeito, para as moças pobres, é vender o corpo. Tiram do corpo um rendimento, como o lavrador das suas seivas ou o mateiro das suas lenhas.

Os destroços da prostituição evidenciam-se principalmente no seu cortejo de vícios e degradações . Os homens exigem das prostitutas a devassidão, e elas, para terem freguesia, vão cedendo às solicitações da esbórnia, requintando os desregramentos, bebendo, fumando, jogando, tomando éter, cocaína e morfina.

É supérfluo falar na blenorragia e na sífilis, moléstias próprias da prostituição. A sífilis é, sem nenhum exagero, o flagelo da Humanidade, pois deprime e estiola as raças com seu tremendo poder de contaminação e sua profunda ação em todo o organismo.

Ora, a prostituição só se concebe em sociedade capitalista. É uma conseqüência fatal do regime de propriedade particular, em. que tudo se obtém com dinheiro. As mulheres pobres precisam de dinheiro e arrancam-no da bolsa do rico excitando-lhe a libidinagem. A prostituta não se entrega por simpatia, por afeto, por desejo. Logo, em sociedade anárquica, onde nada se compra nem vende, onde não há dinheiro, nem ricos, nem pobres, a mulher só aceita o homem por livre e espontânea vontade.

Demais, em sociedade anárquica, as uniões se fazem com a máxima facilidade, pois a vida dos filhos é assegurada pela comuna. Desaparece, destarte, a causa principal da prostituição na sociedade vigente: a necessidade sexual dos solteiros. Não querendo ou não podendo casar-se para fugir à carga da prole, os solteiros procuram mulheres que os aceitem. Vendo muitas pobres curvadas no trabalho, torturadas de penúria, oferecem-lhes dinheiro, e elas, pouco a pouco seduzidas, entregam-se uma, duas, dez, cem vezes, É a história da maioria das horizontais.

Aos que objetam afirmando não ser a prostituição movida pela miséria e sim por gosto de depravação, facilmente respondemos com esta observação simplíssima: se assim fosse, veríamos mulheres ricas, de porta aberta, exercendo a prostituição por gosto, sem receber pagamento. Demais, são raras as decaídas na classe rica. Afirmaríamos, sem errar, que 98% das rameiras vêm da classe proletária ou da pequena burguesia miserável, às vezes mais miserável do que a plebe.

JOSÉ OITICICA

O CRIME

Os anarquistas não são aventureiros em busca de hipotéticas soluções para os problemas sociais da Humanidade. Na estrutura de seu sistema de convivência, tomam por base as ciências naturais e firmam-se nos princípios do determinismo e da responsabilidade. Partindo do princípio de que o indivíduo é em parte produto do meio, procuram estabelecer um meio adequado ao desenvolvimento da personalidade humana, criando um ambiente social em que não haja motivos para o crime de nenhuma espécie.

Na máxima — "De cada um segundo as suas forças e a cada um segundo as suas necessidades" — encontram os anarquistas solução para o problema econômico, colocando o indivíduo em face de uma realidade em que todas as suas necessidades sejam satisfeitas, dando ele apenas, como contribuição natural, o seu trabalho, de acordo

com as possibilidades permitidas pela sua capacidade e conhecimentos.

Como se vê, estão sintetizados naquela sentença, e perfeitamente definidos, os direitos e deveres de cada indivíduo em suas relações mutuas na economia do socialismo libertário.

Solucionado o problema econômico dentro desse critério eqüitativo, a ética social das comunidades anarquistas surge como conseqüência da harmonia coletiva pelo imperativo categórico das conveniências. E teremos, assim, em função do princípio do apoio mútuo que não pode ser negado, pois esse princípio se observa até mesmo entre os animais com uma freqüência que está ao alcance de qualquer estudioso, a mais perfeita comunhão de sentimentos a serviço da mais bela concepção de moral: a moral anarquista condensada na máxima — "A minha liberdade termina onde começa a liberdade de outros".

Dentro desse conceito, que não é novo, vamos encontrar a definição dos enciclopedistas quando afirmam que "Moral é a parte da Filosofia que trata dos costumes, deveres e modos de proceder dos homens para com os outros homens, corpo de preceitos e regras para dirigir as ações dos homens segundo a justiça e a equidade natural".

Os anarquistas levam a vantagem de terem à sua disposição uma ordem social que lhes permite a prática das ações morais em harmonia com as regras desse princípio de ética, porque, resolvido o problema econômico, funcionando as suas comunidades à margem das instituições do Estado e dos interesses criados pelo regime capitalista, terão desaparecido as causas determinantes da imoralidade.

Muitos dos atos imorais são praticados, na sociedade burguesa, regime capitalista, por impulsos inerentes aos defeitos da própria organização social. Efeitos de uma causa que tem origem nas desigualdades e mentiras convencionais, na miséria e nas injustiças contrastantes do ambiente, e, sobretudo, na existência corruptora do dinheiro, que tudo compra, da a virgindade da mulher a consciência dos políticos, da bajulação do lacaio à mão do assassino que mata para vingar uma afronta que não é sua.

O roubo, a prostituição, os desajustamentos familiares e suas conseqüências, menores abandonados e marginais do crime, são

efeitos de uma causa de origem econômica. As aberrações sexuais, a vadiagem, o alcoolismo, as neuroses que enchem consultórios de de psiquiatrias são produtos de uma educação irracional que tem base nas mentiras da civilização capitalista ou nos fanatismos religiosos. Efeitos, portanto, de uma causa que só tem razão de ser na organização social do Estado e do capitalismo, baseada no principio de autoridade e na propriedade privada.

Essas causas não encontrariam justificativa dentro das comunidades anarquistas, desaparecendo, conseqüentemente os efeitos, que são os atos praticados por indivíduos anormais, produtos da anormalidade ambiente.

Que faria o ladrão, por exemplo, com o produto do roubo em uma sociedade livre de onde tivessem desaparecido o dinheiro e o sistema de compra e venda, e na qual, como componentes da coletividade, não teria necessidade alguma de roubar? porque razão a mãe solteira deveria abandonar os filhos, produtos de uma fraqueza ou de um êxtase amoroso, e muitas vezes conseqüências de violências e incapacidade de reação, desde que não mais constituíssem pesado fardo para as suas posses ou motivo de vergonha por causa dos preconceitos sociais? Que faria a prostituta em uma sociedade sem dinheiro, onde não poderia vender-se e na qual teria toda a liberdade para escolher um companheiro que reunisse as condições de sua predileção?

Poderíamos continuar citando exemplos até à demonstração cabal do nosso ponto de vista, que é o de não haver na futura organização social libertária, preconizada pelos anarquistas, ambiente para a prática do crime e da imoralidade, pela simples razão de que os indivíduos estariam colocados em situação econômica de igualdade e dentro da mais perfeita ordem de justiça social.

Luigi Molinari, em seu livro "II Tramonto Del Diritto Penale" assim definiu o crime:

"Perguntai a um legislador o que é o crime, e ele vos olhará com olhos de quem está sonhando ou procurará em vão uma definição que não conhece.

"E quem definiu jamais, com justeza, as diversas formas de delito? Procurai nos tratados e encontrareis centenas de definições, umas diferentes das outras, todas erradas. Agostinho Hamon.fez-

lhe uma crítica severa e justa, para, depois, propor uma definição a seu modo, mas errada também. Quem poderá definir o indefinível?

"Delito, para a burguesia dominante, é aquilo que não lhe agrada. Para o proletariado mártir e explorado, é aquilo que a burguesia acha glorioso. Delito é roubar um cruzeiro a um milionário: e não é delito deixar morrer de fome o mendigo estirado à porta das catedrais ou nos vãos das escadarias das repartições públicas. Delito é matar um homem que vos persegue; mas não é delito matar milhões nos campos de batalha. Delito é corromper uma jovem criatura em lugar público, mas não é delito corrompê-la em local privado. Delito é dizer tanto a verdade como a mentira ao sabor das conveniências. Nesse caso. senhores legisladores e senhores filósofos da jurisprudência, defini, com palavras incontestáveis, o que é o delito!

'A verdade verdadeira, que nenhum quer dizer porque, se dita e aceita, transtornaria todo o estado de desordem do mundo atual, é esta: O crime não existe! É uma sombra vã que nós perseguimos, um outro altar que a ignorância e a superstição a serviço da prepotência erigiram e que a ciência deve derrubar, eis em que consiste o crime.

"Existem as doenças mentais, existem as rudes necessidades que impelem tantos desgraçados para a loucura e os levam à prática de atos dos quais não são responsáveis, mas o crime não existe.

"Ouço o riso escancarado dos críticos de fancaria, mas a verdade é única e não admite transações. A negação de Deus conduz à negação das leis, como a negação do livre arbítrio conduz à negação dos delitos.

'Tudo isso que hoje, por convencionalismo, denominamos delito não é senão resultante de degenerescências físicas, ou feito de caudas exteriores, imediatas ou remota, efeitos aos quais nenhum de nós se pode subtrair.

"Se é verdade, se não resta dúvida que o homem, pelas leis naturais da evolução, se elevou da origem simiesca à qualidade de ser pensante, por que não lhe deve ser dada a possibilidade de atingir o grau de aperfeiçoamento capaz de superar as fraquezas que o levam à prática do crime?"

E mais adiante:

"Restitui à comunidade humana a terra usurpada, evitai os crimes que nascem da miséria, resolvei os casos de alienação mental e distúrbios psíquicos oriundos dos defeitos da ordem social vigente,. e vereis o que resta da mastodôntica máquina do Direito Penal.

"Suprimi as centenas de normas que asfixiam o pensamento e a palavra; arrancai a imprensa às garras de uma tirânica censura e deixai o campo livre a todas as manifestações do pensamento humano, suprimi as ignóbeis vaidades que levam o homem a procurar por todos os meios sobrepor-se aos seus semelhantes para dominá-los e embrutecê-los; suprimi todos os vínculos que impedem ao indivíduo desenvolver-se no sentido da personalidade; dai, finalmente, ao homem a liberdade de que gozam as aves no espaço e os peixes no mar e a delinqüência não sobreviverá senão em algum desgraçado mentecapto".

"E será contra estes pobres-diabos que a sociedade, para salvaguardar as suas instituições criminosas, deverá inventar as penas do inferno ou as torturas da lei?"

Não, a solução está na prática da justiça social, nos princípios de liberdade, de igualdade e fraternidade, dizemos nós.

Ainda sobre o crime, registramos a opinião de Pedro Kropotkine, destacando um trecho de seu livro "Ciência Moderna e Anarquia", publicado no Brasil com o título "A Questão Social — O Anarquismo Segundo a Ciência":

"Em uma sociedade de iguais, onde o temor não existir, não receamos, de modo algum, por parte de uns poucos indivíduos, a prática de atos anti-sociais que possam tomar proporções desmedidas e ameaçadoras à tranqüilidade e marcha natural da sociedade".

"Uma sociedade de homens livres saberá muito melhor premunir-se contra a prática desses atos de que as sociedades atuais que confiam a defesa de sua moralidade à polícia, aos espiões, às prisões e aos carrascos e seus aguazis.

"Em vez de remediar a pretensa prática desses atos, saberá, antes, preveni-los judiciosamente".

• • •

E Agostinho Hamon, que contribuiu com a lógica de suas definições, em "Determinismo e Responsabilidade" inclusive para a modi-

ficação dos conceitos jurídicos sobre a criminalidade, nos dá também uma definição do crime neste trecho de seu livro "Socialismo e Anarquismo":

"Sob o ponto de vista criminal, o sistema de preservação social, tanto para as sentenças como para a sua execução, está impregnado das doutrinas da ântropo-sociologia criminal. Além disso, dado o fato dos meios de produção serem posse das coletividades, resultará numa desaparição de muitos dos motivos atuais do crime ou do delito.

'Do fato da miséria não poder existir numa sociedade socialista resultará também em melhoria mental dos indivíduos e considerável diminuição das causas da criminalidade".

• • •

O governo não evita os crimes, ou atos anti-sociais; o seu principal cuidado é reprimir os atentados contra as instituições econômicas e políticas de que ele é a expressão, e distribuir a justiça segundo a classe social, a categoria, a riqueza dos delinqüentes, mesmo nos atos verdadeiramente anti-sociais

Os crimes são quase totalmente o resultado da atual organização da sociedade e desapareceriam com a causa que os gera. Para resolver os conflitos pessoais, curar os poucos doentes de mente que restassem numa sociedade livre e igualitária bastaria a intervenção de amigos, de árbitros escolhidos livremente, de associações de competentes voluntários, sem necessidade de criar um pesado mecanismo repressivo, interessado na manutenção do crime para justificar a sua existência, e de prisões, que são as "universidades do crime". Quem nelas entra sai ainda mais criminoso e não tarde a voltar para lá (as estatísticas o prova), tanto mais que todos o repelem e não encontra mais possibilidade para viver honestamente.

LUIGI MOLINARI, AGOSTINHO HAMON, PEDRO KROPOTKINE — "A Guerra Social", Rio de Janeiro — Seleção de EDGARD LEUENROTH, compilação de SOUZA PASSOS.

14. Ante o Período Agônico da Sociedade Capitalista

SITUAÇÃO DE SOBRESSALTOS, VEXAMES E MISÉRIAS

Estamos vivendo em plena decomposição geral de valores, em plena crise de instituições e de sistemas. Nada resiste à picareta demolidora dos tempos, e muito mais do que a crítica certeira e racional dos pensadores, fizeram, nos últimos anos, os próprios acontecimentos em sua eloquência grandiosa e brutal.

As guerras que arruinaram o mundo, arrasando cidades, devastando os campos, espalhando a miséria e a dor, desorganizando e corrompendo, foi a trágica manifestação de mais uma das crises agônicas da sociedade em que vivemos baseada no regime do choque de ambições e da exploração do homem pelo homem.

Por isso, o seu edifício estremece nas bases, desconjunta-se por todos os lados e ruirá ao fragor da hecatombe de uma nova e ainda mais horrível convulsão guerreira.

Milhões de criaturas passam fome ou vivem sujeitas ao regime de meia-ração, ao mesmo tempo que se limita a produção do que é necessário para alimentar e para vestir quem de tudo precisa, e isso para permitir aos abastados, que já vivem fartamente, maior acúmulo de riquezas por meio de suas manobras altistas.

Havendo multidões de necessitados por todo o mundo chega-se a deixar apodrecer, em esconderijos, mercadorias que poderiam beneficiar milhões de famintos. E isso por que? Para elevar os preços de tudo e permitir, dessa maneira criminosa, que os capitalistas aumentem ainda mais os capitais, que, assim, tudo conseguem dominar.

A produção não se faz para satisfazer às necessidades coletivas, isto é, de cada uma das criaturas humanas. Produz-se unicamente como, quanto e quando convém aos capitalistas.

Tudo, tudo se maneja, se orienta, se movimenta no sentido de atender às conveniências de ganho da minoria que está de posse de todos os meios de produção e da terra.

O que impera é o regime do privilégio, no qual essa minoria tudo maneja de conformidade apenas com os seus interesses particulares, com a sua ambição de ganho. A sua finalidade única é acumular riquezas, embora, para isso conseguir, tenha de causar toda sorte de misérias e sofrimentos, mesmo à custa dos descalabros das guerras.

Falência do Regime Capitalista — É preciso, portanto, que seja a expressão circunstancial. Sem essa condição não conheceremos dias melhores.

Enquanto em economia não se proceda segundo o princípio de satisfação das necessidades, com exclusão do critério da especulação e da ganância, continuar-se-á avançando pelos mesmos trilhos de miséria em meio da abundância, ou melhor dito, das possibilidades da abundância.

Possuem-se os meios para nadar na abundância, máquinas, matérias-primas, braços humanos e sucumbe-se na miséria mais pavorosa. A Humanidade poderia ser feliz e é desditosa no mais alto grau. Parecia a princípio uma crise periódica, passageira, fácil de remediar com um simples reajustamento; mas os anos passam, passam-se os lustros, e verifica-se que não se trata de uma crise, mas da falência do próprio regime, da quebra total do sistema capitalista, o que estamos passando. Todo mundo concorda nisso mas trata-se ainda de procurar a solução na linha do privilégio, excluindo-se as massas produtoras da direção de sua vida, do seu trabalho e de seu destino.

Jamais se apresentou na história um momento que reúna tantas condições favoráveis para a mudança do regime. As velhas instituições, as velhas interpretações morais, políticas, sociais, econômicas estão falidas. Bastaria um impulso final para que toda essa podridão que o passado nos legou rodasse para o abismo e para que os povos pudessem, por fim, ser responsáveis pelos seus próprios destinos".

Os governantes de todos os países vivem em azáfama assoberbante, desdobrando-se numa ininterrupta sucessão de congressos e

conferências, de conciliábulos e entrevistas de cúpula, de chefes de governo, que quase sempre fracassam, brotando, às vezes, de toda essa assoberbante atividade, acordos e tratados platônicos de todo o gênero, condensando planos e programas de reformas as mais diversas e com as quais se pretende tangenciar os choques de ambições e evitar a derrocada do regime em falência. São escoras colocadas às pressas nos pontos mais perigosos do edifício periclitante e que ameaça ruir ante o impeto tremendo do arrasador furacão social que sopra de todos os quadrantes do mundo. São reformas que não permitem alimentar esperanças de salvação, pois sua estrutura está abalada desde os alicerces, patenteando-se a urgência de se cogitar de nova construção.

E surge daí, numa agitação que se estende irresistível pelo mundo afora um movimento de renovação social que, para uns, se limitará a melhorias de caráter imediato nas condições do povo e, para outros, deverá chegar até uma transformação completa, com modificações radicais nas bases político-econômicas da sociedade.

Os povos da África e do Oriente submetidos ao regime colonial agitam-se num irresistível movimento de libertação; a instabilidade dos governos patenteia-se pelas contínuas revoluções que eclodem desde a América ao extremo Oriente.

Sem dúvida, a Humanidade atravessa, neste momento sombrio de sua história, um ambiente de guerra fria com perspectivas da mais horrível das guerras — a guerra atômica — um período de transição, do fim apocalíptico de um ciclo de civilização para início de outro essencialmente diverso em seus fundamentos.

A institução baseada no domínio da burguesia demonstrou a sua incapacidade para dar solução aos problemas basilares da comunidade humana, cujos destinos vem manobrando soberanamente.

O Recurso do Estado Totalitário — "O Estado moderno, fracassado com suas roupagens de liberalismo e em seus ensaios democráticos, já não se pode manter senão como Estado totalitário, com poder onímodo em economia, sem freio ou escrúpulo de nenhuma espécie quando se trata de salvar a sua existência, ainda que seja por pouco tempo...

Aparece o Estado totalitário. Os capitalistas demonstram a sua importância para entrar em novos roteiros, procurar novas soluções, para superar as conseqüências da falência do seu sistema. Pois bem: opina-se que os capitalistas, como governantes, saberão fazer milagres. A direção da economia estava, até aqui, no capitalismo privado. Daqui por diante estará nas mãos do Estado.

É tudo quanto a inteligência da burguesia, secundada pelos esforços marxistas, soube apresentar como solução ao desequilíbrio da sociedade. Um Estado totalitário, diz-se, conseguirá superar as contradições dos capitalistas rivais, suprimir os conflitos da luta de classes, fazer do organismo econômico de cada pais uma máquina poderosa que responda a uma só vontade e a uma só pressão.

Por outro lado, o Estado totalitário é a idéia da autoridade levada à sua máxima expressão. Tem necessidade de fortificar as suas instituições, de reforçar o seu militarismo, a sua burocracia, as suas polícias, e só esse fato, que encarece horrivelmente as cargas tributárias, é o melhor argumento para predizer o seu fracasso.

Um dos males básicos das sociedades contemporâneas é a carga formidável do parasitismo fiscal. O Estado moderno é insuportável, não só porque é tirânico, mas, sobretudo, porque é excessivamente caro e porque as suas funções essenciais são obstáculos ao bom desenvolvimento social. Nem a guerra, nem a burocracia, nem o aparelho policial, cada vez mais poderoso, são fatores de progresso social mas entraves ao mesmo progresso. O Estado totalitário aumenta essas cargas parasitárias, conforme no-lo têm demonstrado os países onde se tem ensaiado e se pretende ensaiar.

Nessas condições não pode ser superada a crise do sistema, a falência da economia capitalista; ao contrário, tem que forçosamente ser agravada. A supressão dos gritos de protesto e rebeldia não implica na supressão das causas da dor e da razão do protesto.

Complemento, do racismo e de qualquer outra coisa que tenda a suprimir a personalidade ante uma divindade mais poderosa. E o nacionalismo é a guerra. E a guerra é a causa de novas calami dades, de novas degradações dos sentimentos e do pensamento humano".

Possibilidades de Uma Vida Melhor — "Vivemos morrendo lentamente, consumidos pela ignorância e pelas privações, não obstante tudo haver para viver plenamente e desfrutar a vida. Há no mundo, principalmente nos países americanos, terras de sobra

para trabalhar e produzir; há braços em abundância — muitos milhões de pessoas em desemprego forçado em muitas partes do mundo, sem contar muitos outros milhões de gente em plena idade de trabalho e afastados de seu labor útil e proveitoso —; há capacidade técnica, conhecimentos científicos suficientes para tornar mais leve a tarefa produtiva e aumentar o rendimento do esforço humano. Poderíamos viver como corresponde à nossa qualidade de seres humanos, desfrutando os benefícios da vida, da ciência e da arte.. E a maioria dos indivíduos não come todos os dias e não come nunca até à saciedade.

Noutros tempos a capacidade produtiva de um país tinha um limite; hoje esse limite, se existe, encontra-se tão longe que nem sequer vale a pena recordá-lo. O mundo poderia tornar-se um verdadeiro laboratório de riquezas que todos poderiam desfrutar. Bastaria que fossem aproveitadas todas as forças e energias existentes, transformando-se os campos desolados em searas promissoras, aproveitando-se as correntes dos rios, e a força replantando os bosques, construindo caminhos e canais, multiplicando as escolas e as universidades etc.

Os anarquistas acham que a reforma libertária das bases da sociedade é a única forma de encurtar a distância que há entre a maneira como vivemos e aquela como poderíamos viver, porque sabem quanto pode produzir o trabalho; porque não só lhes atormenta a própria penúria, mas a ruína de toda uma geração capaz de ingentes esforços e sacrifícios, porque os move e ideal de um mundo redimido e livre que poderia construir, sobre um passado de ignomínias e servilismo, um presente e um futuro de fecundas forças criadoras".

Reorganização Econômica, e Social — "Se queremos salvar-nos temos que procurar a salvação em uma transformação radical econômica e social, de forma que os lugares de trabalho sejam abertos a todos os que desejam trabalhar que as barreiras que impedem o livre câmbio dos valores produtivos, intelectuais e artísticos, sejam suprimidas para sempre, que se restabeleça o equilíbrio inevitável entre os meios de que dispomos para um viver melhor para todos e a impossibilidade de pô-los em função em benefício das contradições inerentes ao capitalismo. Em vez de se continuar

mantendo um regime político e econômico que, por um lado, deixa de braços cruzados muitos milhões de operários industriais e de trabalhadores do campo, além de sustentar muitíssimos milhões de parasitas em funções inúteis do estatismo e saciar os apetites das minorias privilegiadas, é preciso organizar-nos, como produtores e consumidores, de uma forma eficiente que permita a cooperação fraternal na produção e a distribuição eqüitativa e igualitária da riqueza social.

Tudo foi criado pelo trabalho, e o que foi usurpado à coletividade pela astúcia ou pela força, para chegar à situação catastrófica em que nos encontramos, deve voltar ao trabalho, legítimo dono de tudo.

Nem o capitalismo nem o Estado têm uma base de ação econômica tão completa como a que têm os elementos de todas as atividades produtoras, livremente organizadas para uma ação de conjunto. Para eles seria relativamente fácil, hoje mesmo, controlar a produção e a distribuição de acordo com o princípio da satisfação de todas as necessidades. Com isso ganhariam até mesmo aqueles que hoje, devido à viciosa organização vigente, exercem funções parasitárias; os que por nascimento, por educação ou por causa das condições atuais se acham a margem das atividades produtivas em funções que intimamente talvez lhe repugnem, como, por exemplo, as de simples funções de guarda da burguesia.

Com qualquer que seja o regime político estatal, teremos de um lado uma ínfima minoria que pode gozar a vida; seguindo-lhe os passos, para defender-lhe os privilégios, elementos organizados para a compressão e burocratas, sem contar as séries sem fim de intermediários inúteis da engrenagem financeira do capitalismo; de outro lado a massa trabalhadora degenerando na miséria, criando uma raça anêmica, sem energia, sem vontade, sem nervos. Somente uma socialização da riqueza, das fábricas e dos meios de transporte, das minas, das instituições de ensino, das terras na base cooperativa, pode fazer do mundo uma vasta comunidade igualitária de trabalho e transformar, em poucos anos, o seu aspecto e as suas possibilidades materiais e humanas".

Ante Dois Caminhos — "É preciso que nos decidamos, de uma vez por todas, a escolher o caminho que devemos seguir. De

um lado está o Estado, quer dizer, o capitalismo, que significa a guerra, a desocupação, o esmagamento dos produtores por pesadas cargas fiscais e pelas perseguições ao pensamento e às suas ações livres; de outro lado está a socialização da economia, a entente direta dos produtores para regular a produção e a distribuição segundo as necessidades coletivas, sem tributos ao Estado, sem benefício de empresa, sem interesse de capital, sem arrendamento das terras, ou seja, sem o parasitismo econômico, político e social, sem trabalhos improdutivos e socialmente prejudiciais, sem ameaça de morte prematura pela fome, pela guerra, pelo aniquilamento. Um desses caminhos precisamos escolher.

"E quiséramos que os que todavia vivem de ilusões ditatoriais, de mitos de governos proletários, compreendessem já, pois é hora, de entender que o capitalismo de Estado não equivale à supressão do capitalismo nem conduz a outra coisa mais do que à uma reanimação passageira do capitalismo; que o governo "do proletariado" não é mais do que um governo como qualquer outro, pior todavia, porque escravisa mentalmente as suas instituições os trabalhadores com a esperança de soluções impossíveis.

Há uma estrada diferente a seguir, a preconizada pelo anarquismo, a da socialização e do acordo mútuo dos produtores, de todos os produtores que, de fato, o sejam, de todos os consumidores, à margem de particularidades e tendências pessoais, pois todos têm o mesmo interesse básico: ter direito, como produtor, àquilo de que precisar. E todos os produtores aspiram a isso. Os anarquistas propõem a única solução que pode realizar esse ideal dos que trabalham: o ideal de gozar o resultado dos próprios esforços, só possível em uma economia socializada. Por esse caminho o mundo se converterá em uma alavanca de energias produtivas e mostrará a senda que conduz à liberdade e à felicidade, ao aproveitamento pleno da ciência e da técnica para prosperar e progredir até o infinito. Se todos refletissem um pouco, veriam que até mesmo o patriotismo precisa tomar o caminho da socialização, que é o caminho da vida, do trabalho de todos para todos, da segurança geral".

Os Anarquistas no Roteiro da Libertação — "Os anarquistas aspiram a um regime libertário, onde a lei seja o livre acordo, sem autoridades, onde impere o apoio-mútuo e a solidariedade

Os libertários poderão e saberão viver conforme seus desejos e de acordo com as suas proposições; e têm a convicção de que até os mais envenenados pelo vírus de autoritarismo se amoldarão gostosamente a um regime de vida, de trabalho, de auxílio mútuo como o que os libertários preconizam. Os anarquistas abrigam a convicção de que o mundo será feliz somente quando seja livre, quando haja extirpado de seu seio, das suas instituições, das suas idéias a dominação e a exploração do homem pelo homem. Mas não lhes cabe a culpa de que esse ideal não seja sentido já e compreendido por todos. Mesmo sendo numerosos, ainda são minoria, e se, como minoria querem chegar o mais longe possível no terreno das realizações, como integrantes de um vasto conjunto social trabalham para que esse conjunto se desembarace o mais possível das trevas que obstruem o seu direito à vida.

"Os anarquistas proclamam, não com estreito critério de partido, mas com toda a amplitude que a gravidade da hora reclama: somente em torno da bandeira libertária pode lograr-se a unidade de ação de todos os produtores, de todos os que aspiram a viver do seu trabalho.

Urge que se faça dos que querem salvar-se e salvar a Humanidade de uma situação de sobressaltos e penúrias, a união que não pode criar-se senão no terreno da liberdade, do respeito mútuo presente e futuro. E como conseguir esses resultados pondo em primeiro plano, como condição, a conquista do Estado e seu domínio para dar força de lei a ambições particulares? Não se quer compreender que o inimigo é o Estado? que o Estado não se pode conciliar com a liberdade, como a água não se concilia com fogo e que tampouco pode conviver com a divisa fundamental: QUEM NAO TRABALHA NÃO COME?

Quão fácil seria ao povo pôr-se de acordo se não se metessem em suas coisas os ambiciosos de mando dos partidos políticos!

Nem as vias parlamentares nem o caminho da insurreição pelo poder, levarão os trabalhadores à posse dos seus produtos.

Por essa razão os anarquistas exortam o proletariado e o povo em geral a que renuncie à luta em benefício dos que querem viver explorando o esforço alheio.

Quando os maus pastores sentirem isso, então o povo se fraternizará e esse entendimento será o fim do domínio da reação e o começo de uma vida nova.

A salvação está hoje no reconhecimento de nossas reivindicações fundamentais e imediatas: a supressão de aparelho estatal, a abolição da propriedade privada e a reorganização da vida econômica e social sobre novas bases de justiça, de trabalho, de livre desenvolvimento de todas as atividades úteis à vida de cada um e de toda a coletividade produtora".

DIEGO A. DE SANTILHÃN

15 Ainda a Caminho para um Mundo Livre

UM APELO E UMA AFIRMAÇÃO

Ai ficam, em largos traços, o que um militante anarquista tem a dizer quanto à hora que passa. Não é mais um manifesto partidário a ser somado aos muitos que, nos momentos de disputa de votos., enchem paredes e muros, ocupam colunas e páginas de jornais e revistas e são gritados pelas ondas hertzianas.

Nada disso. Não vimos pedir que o povo nos eleva às sinecuras legislativas e governamentais. Nunca pedimos votos e jamais os pediremos. E, se não pedimos, também nada oferecemos. Em época alguma os anarquistas se ofereceram para representar o povo, porque entendem que ao povo cabe cuidar de seus direitos. Nunca nos arvoramos em mentores do povo, porque ao povo pertencemos e com ele lutamos.

Este documentário reflete uma afirmação de consciência alimentada por princípios bem sentidos e bem pensados, uma afirmação de propósitos de ação, serena mas decidida, contra todas as formas de tirania, de exploração e de embrutecimento exercidas contra o povo e de luta em prol da liberdade e bem-estar para todos.

Estamos convencidos de que os ideais condensados nas sublimes concepções de cérebros privilegiados e quinta-essenciados na odisseia empolgante de gerações de lutadores abnegados, atingiram o seu máximo grau de maturação e reclamam o lugar que lhes compete na história da vida humana.

É a derrocada final dos anacronismos que, em mil formas político-sociais, entravam o desenvolvimento do progresso, sacrificando a Humanidade em proveito de uma minoria parasitária.

E o Brasil, que têm a sua vida estreitamente ligada, em todas as suas manifestações, à dos demais países, está sujeito ao mesmo odioso e condenado regime da propriedade privada e da autoridade, que permite a ignomínia da exploração do homem pelo homem.

Aqui, como alhures, há uma plebe imensa que padece e reclama.

Liberdade, Igualdade e Fraternidade só existem como grosseira expressão retórica, rotulando muita miséria e opressão.

Os sonhos que animaram as mentes privilegiadas dos mártires da independência, dos heróis da abolição e da cruzada republicana desfizeram-se desoladoramente nessa coisa abjeta que a todos infelicita.

Urge, portanto, prosseguir na obra principiada pelos abnegados de outrora, para que, quando além das fronteiras convencionais ruir fragorosamente o arcabouço apodrecido do regime social dominante, também o povo desta terra, no arreial de um novo e sublime 13 de Maio, conquiste a sua alforria derradeira, fazendo com que o Brasil, em toda a sua grandiosidade, passando a pertencer a todos os seus habitantes, a todos proporcione a vida simples e feliz que a exuberância trabalhada de suas riquezas naturais permita.

Aos homens de consciência esclarecida, à mocidade sempre propensa à defesa das grandes causas, a todos quantos resistem às corrupções desta sociedade falida, ao proletariado explorado e oprimido, ao povo que labuta e sofre incumbe a consecução dessa obra gigantesca mas necessária.

Com todos estarão os anarquistas nessa cruzada redentora, ofertando como penhor de sua sinceridade todo um longo passado de esforços desinteressados e de sacrifícios suportados serenamente na peleja em prol de uma causa comum que, sendo de todos, é também sua.

EDGARD LEUENROTH

ÍNDICE